UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A POLÍTICA GERAL DO REGIME MILITAR PARA CONSTRUÇÃO DE SUAS POLÍTICAS ECONÔMICAS (1964 – 1985)

Marly Job de Oliveira

SÃO PAULO
2007

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A POLÍTICA GERAL DO REGIME MILITAR PARA CONSTRUÇÃO DE SUAS POLÍTICAS ECONÔMICAS (1964 – 1985)

Marly Job de Oliveira

Orientador: Prof. Dr.Emanuel Soares da Veiga Garcia

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor(a) em História Econômica.

SÃO PAULO

2007

AGRADECIMENTOS

A todos os amigos que comigo conviveram nestes dias turbulentos de dedicação e, em especial, a
Raimunda Cléa Pitt Brandão Goldman Vel Lejbman
Que me inseriu nesta caminhada e
Lucila Tanouye
Que me reconduziu,

À memória do Prof.Dr.Emanuel Soares da Veiga Garcia, educador íntegro, docente erudito, homem boníssimo a cujo estímulo muito devo, que do alto me iluminou e deu forças e energia para que tudo pudesse acontecer positivamente,

Ao Professor Dr. Wilson do Nascimento Barbosa, incansável incentivador que, com extrema dedicação, efetivamente fez a orientação e dirigiu os caminhos a serem percorridos,

Ao Professor Dr. Antônio Delfim Netto

que gentilmente concedeu entrevista em seu escritório, na cidade de São Paulo,

Aos meus queridos pais que sempre me incentivaram a trilhar os caminhos dos estudos, para o verdadeiro processo de evolução,

Às minhas filhas queridas,

Kátia e Claudia Regina

que me acompanharam nestes tempos especiais

À Kátia,

por toda sua dedicação, carinho e estímulo,

que cuidadosamente revisou este trabalho demonstrando competência, capacidade e profissionalismo,

Ao futuro publicitário Rafael Campos Rocha Lima

que se dedicou tecnicamente,

também a todos os que lutaram e continuam sinceramente lutando pelas causas Brasileiras

Meus sinceros agradecimentos,

A minha eterna gratidão.

São Paulo, 01 de agosto de 2007.

SUMÁRIO

RESUMO.....6
ABSTRACT.....7
1. INTRODUÇÃO.....8
2. APRESENTAÇÃO.....11
2.1. Políticas Econômicas de Crescimento.....19
2.1.1. Acumulação de Capital.....20
2.1.2. Progresso Tecnológico.....22
2.1.3. Capital Humano.....23
2.2. História da Pesquisa.....25
2.3. A Base Teórica da Pesquisa.....28
2.4. Relação do Tema com a Teoria.....34
2.5. Lugar da Tese no Tema.....37
3. ANÁLISE DA CONJUNTURA QUE ANTECEDEU O GOVERNO MILITAR.....38
3.1. Aspectos Econômicos – Industrialização Substitutiva e Políticas de Crescimento.....39
3.1.1. Deslocamento do Centro Dinâmico.....40
3.1.2. As Grandes Transformações da Década de 50 para 60.....48
3.2. Aspectos Políticos.....59
3.2.1. Políticas Externas – A Guerra Fria e a Revolução Cubana.....59
3.2.2. Os Militares e a Doutrina de Segurança Nacional.....61
3.2.3. O Processo de ascensão das Forças Armadas ao Poder.....66
3.2.4. Tudo Bem Planejado: Mas,... o Golpe foi Antecipado.....73
3.3. Aspectos da Crise de 60.....86
4. A REFORMA DO ESTADO E OS IMPACTOS RECESSIVOS NO GOVERNO CASTELLO BRANCO (1964-67).....93
4.1. Cronologia dos Fatos.....95
4.2. Análise.....101
4.2.1. Análise dos Principais Fatos da Conjuntura Política.....101
4.2.2. Análise dos Principais Fatos da Conjuntura Econômica.....105
4.3. As Reformas Institucionais – Os Principais Elementos Envolvidos.....112
4.3.1. Reforma Tributária.....113
4.3.2. Reforma Monetária.....114
4.3.3. Reforma da Política Externa.....115
4.3.4. Reforma Agrária.....116

4.4. Uma Interpretação dos Principais Impactos das Reformas.....117
4.4.1. Reforma Tributária.....118
4.4.2. Reforma Monetária.....126
4.4.3. Reforma da Política Externa.....132
4.5. Análise e Interpretação.....135
5. GOVERNOS COSTA E SILVA / MÉDICI: A NOVA EXPANSÃO - O CHAMADO "MILAGRE BRASILEIRO" (1967-1974).....142
5.1. Cronologia.....149
5.2 Características da Conjuntura Política Econômica Externa - 1968-74.....164
5.3 Características da Conjuntura Política Econômica Interna - 1968-74.....167
5.4. A Justificativa da Revolução Através do Crescimento.....180
5.5. Análise e Interpretação.....188
5.5.1. Desrespeito aos Direitos Humanos.....190
5.5.2. Concentração de Renda.....198
5.5.3. Endividamento Externo.....200
6. ADAPTAÇÕES PARA EXPANDIR: O GOVERNO ERNESTO GEISEL (1974-1979)..212
6.1 Cronologia dos Fatos.....214
6.2. A Difícil Decisão: Recessão ou Desenvolvimento.....222
6.3. O Impacto da Política Econômica.....239
6.4. Análise e Interpretação.....241
7. O GOVERNO JOÃO FIGUEIREDO E A NOVA CRISE (1979-1985).....254
7.1. Cronologia dos Fatos.....257
7.2. Características da Conjuntura Econômica (1979-1985).....268
7.3. A Política Econômica Contracionista e a Crise da Dívida Externa.....273
7.4. Analise e Interpretação.....281
8. CONCLUSÃO.....290
8.1. Geral.....290
8.1.1. Planejamento do Golpe.....290
8.1.2. Planejamento das Políticas Governamentais.....294
8.2. Específica - Respostas às Questões Formuladas no Início do Trabalho.....319
BIBLIOGRAFIA.....352
ANEXO.....358

RESUMO

O objetivo desta Tese é mostrar alguns aspectos – considerados essenciais – da elaboração das políticas gerais e macroeconômicas durante o período dos governos militares no Brasil recente (1964-1985). Tais aspectos são: a) a governabilidade da política econômica é possível, dadas certas pré-condições gerais; b) a equipe governante, portanto, é responsável por completo pelos efeitos das relações internas-externas na economia local; c) a ordem política, a ausência de contestação, a reforma adequada das instituições, etc., são elementos capazes de garantir a governabilidade e o crescimento econômico; d) o projeto de longo prazo de uma equipe competente e que parta da premissa (c) é factível, assegurando um desenvolvimento harmonioso, com bem estar, crescimento e melhor distribuição de renda.

No debate de tais aspectos, buscou-se argumentar a favor e em desfavor das referidas premissas, comparando a prática das mesmas com seus resultados na área econômica. Verificada semelhante comparação, pode-se concluir que os elaboradores da política econômica e geral do período em referência não foram melhor sucedidos que seus similares outros em circunstâncias anteriores ou posteriores. Dessa forma, pode-se entender que o discurso por eles elaborado não oferecia uma garantia de que houvesse um conhecimento particular ou um saber fazer administrativo capaz de levar a êxitos novos ou duradouros na situação histórica brasileira. Apesar de suas pré-condições de poder absoluto – sem similar na história local anteriormente – os resultados obtidos foram bastante modestos.

Sua principal ferramenta como regime foi o apelo à poupança externa, que chegou a atingir no fim do período do governo militar, ao montante na dívida externa de 107 bilhões de dólares. Na verdade, o ensinamento de política geral que foi deixado pelo período em referência para criar-se uma política econômica adequada pode ser indicado como a preferência pelos métodos democráticos de governo, onde – sem promessas mirabolantes – é possível aos governados avaliar periodicamente as políticas adotadas no jogo do poder.

ABSTRACT

The object of this doctoral dissertation is to show some aspects – here considered to be essential ones – of the process of elaborating the general and macroeconomic policies during the period of the military governments in recent Brazil (1964-1985). Such aspects are: a) the easy going of economic policy is possible, since certain preconditions are made available; b) the ruling group, however, is fully responsible by the effects of internal-external relationships into the local economy; (c) the political order, the absence of protest, an adequate reform of the institutions, etc, are elements able to assure the good government and economic growth; (d) the long run project produced by a clever team of management, according to precondition (c) is then a fact, in order to assure a harmonic development, welfare, growth and a better income distribution.

When questioning such referred aspects, we tried to argue in favour and against of such considered premises, in order to compare the practicing of them with their results in the economic area. Such comparison allowed to conclude that the policy makers in the period were not especially better in success than others policy makers that preceded or succeeded them. So, we can understand that the discourse they produced do not brought with it some guarantee of a particular kind of knowledge or any kind of managerial know-how able to new advances in the Brazilian historical situation. Despite of all the absolute power and its preconditions – without any previous similitude in the local history – the results which were achieved showed to be short in run.

The dictatorship main tool was the recourse of external savings, which produced a foreign debt in 1985 about 107 billion of north american dollars – in fact, the best teaching of general policy which we can learn from that period to obtain an adequate economic policy is the habit to prefer the democratic way of government. In this form, it is possible to common citizens evaluate periodically the adapted policies in rule of the power games.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo fazer uma análise da Política Fiscal e do Desempenho Macroeconômico Brasileiro, no período 1964-1985, durante a vigência de um quadro político de ditadura militar no País.

Essa análise, na medida em que descreve os instrumentais de política econômica utilizados pelas autoridades, no decorrer dos cinco governos militares, enfocará os seus levantamentos, com o intuito de dirimir algumas questões. Muitas até hoje, mais de 40 anos após o golpe, ainda não foram totalmente esclarecidas.

O esforço deste trabalho se concentrará nessas questões que, para facilidade de organização e mesmo para efeito didático, serão divididas em duas partes.

A primeira parte tentará elucidar aspectos referentes à existência ou não de um efetivo planejamento, tanto para a realização do golpe, quanto para as políticas que foram adotadas ao longo dos 21 anos do regime militar resultante.

As respostas a essas questões serão analisadas na Conclusão deste trabalho item 8.1 Geral. Na medida em que se comprove ou não a existência de planejamento, principalmente com relação às medidas de política econômicas implantadas para se atingir os objetivos que faziam parte dos discursos das autoridades da época, tentará se avaliar se na prática elas foram ou não coerentes. Melhor dizendo, o que era dito pelas autoridades econômicas do país, foi realmente implantado em termos de políticas e com os objetivos pré-determinados em seus discursos? Caso sim ou não, então se as metas foram ou não atingidas. Por quê?

Em relação a essa primeira parte, existe hoje uma tendência por parte dos participantes do golpe, no sentido de negarem qualquer planejamento para a sua realização. A maioria dos entrevistados prefere permanecer na “zona confortável” da frase: A revolução foi do povo. Ela saiu às ruas para pedir que as Forças Armadas acabassem com aquele governo, que dia a dia, cada vez mais, caminhava para a ditadura comunista.

Contraditoriamente, quando se referem às políticas econômicas, fazem questão de enfatizar todo o planejamento governamental na criação de uma nova nação, fadada a se destacar como a maior potência do planeta, através de políticas cuidadosamente elaboradas e estudadas pelo Governo. Teriam o objetivo de diminuir as disparidades regionais, aprimorar a distribuição de renda, melhorar o bem estar da sociedade brasileira, etc.

Ou, ao contrário, essa seria a grande contradição do golpe, ele aconteceu com um objetivo pré-determinado? Deu-se na medida em que realmente ocorreu para impedir uma maior participação dos trabalhadores urbanos e rurais na distribuição de renda?

As conquistas, que os trabalhadores haviam conseguido até 1964, já eram então consideradas demasiadas? Melhor dizendo, essas conquistas já superavam o que seria adequado ao espaço reservado para um país periférico, terceiro-mundista como o nosso, dentro dos padrões do sistema capitalista? Ou mesmo, dentro da nova ordem que vigorou no período de 1947 a 1989, em que o sistema internacional de Estados adquiriu uma geometria bipolar e uma dimensão universal, em virtude das rivalidades entre os vencedores da Segunda Guerra Mundial?

As políticas econômicas utilizadas pelos técnicos dos governos militares com o objetivo de induzir o país ao crescimento atenderam as expectativas de desenvolvimento econômico, melhorando a qualidade de vida de grande parte da população?.

Sabe-se que para atingir as taxas de crescimento o governo militar optou pela utilização da **poupança do exterior, via empréstimos externos**, fortemente concentrados no Governo, que operou como principal tomador, por intermédio das empresas estatais. Essa foi a melhor opção de política econômica com o intuito de diminuir a vulnerabilidade externa da economia brasileira?

Essa opção de política resultou em estabilização e crescimento ou muito ao contrário, foi a principal responsável pelo longo período de desequilíbrios, que caracterizou a economia brasileira nos vinte anos finais do século XX.?

Chamaremos de Conclusão 8.2 - Específica, a segunda parte, que será feita com o objetivo de responder a algumas questões, relacionadas abaixo.

1. Que foi que ocasionou o colapso da democracia em 1964?

2. O Governo do Presidente João Goulart de fato marchava para um regime comunista?

3. Aqueles que apoiavam o presidente João Goulart queriam implantar “um imperialismo comunista” no país ou apenas faziam reivindicações, fundamentais e legítimas para uma sociedade mais justa?

4. Hoje, 40 anos depois, tanto os pesquisadores de “direita” como de “esquerda” concordam sobre essa versão de “ataque preventivo norte-americano no golpe brasileiro de 1964”?

5. O Brasil sempre teve uma política externa de alinhamento “incondicional” aos Estados Unidos?

6. No pós-guerra, o Brasil teve uma política externa de alinhamento “incondicional” aos Estados Unidos?

7. A participação norte-americana, realmente foi tão decisiva assim, para o golpe de 1964? Qual foi o grau de participação do governo da nação norte-americana, em relação ao término do regime autoritário?

2. APRESENTAÇÃO

É comum se encontrar manchetes de jornais, matérias de revistas especializadas ou declarações de economistas e políticos, referente à importância da “reforma tributária”. Na verdade, pessoas das mais variadas áreas utilizam o termo de “reforma tributária” como verdadeiro “remédio milagroso” capaz de resolver todas as dificuldades da economia brasileira.

Nas campanhas eleitorais, o “santo remédio” vira promessa dos candidatos que lhe atribuem várias responsabilidades, dentre outras, melhorar a distribuição de renda do país, acabar com as injustiças sociais, elevar o padrão de emprego, aumentar o consumo, diminuir as dívidas externa e interna, etc..

A população como um todo, apesar de algumas pessoas nem sequer saberem exatamente o seu significado, também engrossam o coro, exaltando a grande importância da “reforma tributária” no país, como única saída para brecar o crescimento da miséria e diminuir a desigualdade da concentração da renda. Ela também conseguiria brecar o aumento do endividamento externo, diminuir as remessas de juros, lucros e royalties para o exterior. Seria também solução para resolver o risco-país, que tem sido mais um mecanismo de espoliar nossas riquezas, e de pressionar para cima as taxas internas de juros, aumentando a dívida interna...

A realidade brasileira é marcada pela injustiça social. Há cerca de 53 milhões de miseráveis, 21 milhões de famintos, 12 milhões de desempregados. Grande parte da população é sem terra, sem teto e analfabeta. Vive-se em constante clima de medo, porque a violência caracteriza a sociedade.

Esses fatos chocam-se diante dos contrastantes ensinamentos que se teve nos primeiros anos de carteira escolar, quando a professora do primário ou ensino fundamental exaltava as características do Brasil, país predestinado à abundância. Haveria imensas potencialidades naturais, econômicas, humanas e culturais. O que aconteceu? Tem-se má administração de todas essas riquezas? Será que a “Reforma Tributária” conseguiria fazer uma grande transformação no país?

Outras questões automaticamente aparecem. Por exemplo, quando foi que se teve a última “reforma tributária” e qual o seu impacto na economia?

A resposta a esta última questão é bem mais simples. Sabe-se que na década de 1950, foi elaborado um anteprojeto do Código Tributário Nacional, sob a responsabilidade do tributarista Rubens Gomes de Souza. Durante anos, o anteprojeto foi analisado e debatido. O Código Tributário só seria transformado em lei mais de dez anos após.

O Código Tributário Nacional surgiu com a Lei nº. 5.172 de 25 de outubro de 1966, como decorrência da reforma iniciada pela Emenda Constitucional nº. 18, de 1ºde dezembro de 1965, que instituiu o Sistema Tributário Nacional.

A Emenda Constitucional nº. 18/1965 instituiu um sistema tributário integrado no plano econômico e jurídico, em vez do sistema anterior, de origem política, com autônomos sistemas tributários federal, estadual e municipal. A legislação dos Estados e Municípios não tinha vínculo com a nacional e era concebida para aumentar suas competências e alcançar mais receita. O Brasil passou a ter um Sistema Tributário Nacional.

Com a edição da Emenda Constitucional nº. 18/1965, o Imposto de Consumo foi transformado no Imposto sobre Produtos Industrializados; o Imposto do Selo foi extinto e criado o Imposto sobre Operações Financeiras. Foram instituídos impostos especiais sobre operações relativas a combustíveis, lubrificantes, energia elétrica e minerais do país. O imposto de renda também teve diversas alterações.

Essa reforma tributária teve grande impacto. De acordo com a evolução da atividade econômica brasileira, a administração tributária foi se transformando até resultar na atual Secretaria da Receita Federal, instituída pelo Decreto nº. 63.659, em 1968. O surgimento da Secretaria da Receita Federal representou significativo avanço na facilitação do cumprimento das obrigações tributárias. Ela contribuiu para o aumento da arrecadação do Estado, no final dos anos 60. Houve expressiva elevação da carga tributária nacional, que se situava entre 16% e 18% do Produto Interno Bruto (PIB) no início da década, e atingiu níveis superiores a 24% do PIB após 1968.

Era uma grande reforma. Ela não se limitou ao Código Tributário Nacional. Compreendeu a formação do Sistema Tributário Nacional e a reforma das suas instituições, como por exemplo, a criação da Secretaria da Receita Federal e outras repartições fazendárias. Toda essa nova estrutura, criada na década de 60, permanece até hoje. Pode-se dizer que não ocorreram mudanças significativas nesses últimos 40 anos, que pudessem justificar o título de “nova reforma tributária”, ressalvando-se a Constituição de 1988.

Tem-se assim que a reforma da estrutura tributária do país tinha em mente um tipo de Estado diferente daquele que até ali existira. Ao mesmo tempo, viabilizaria uma nova política fiscal, agora associada à nova estrutura que se produzia.

As instituições existentes estavam adequadas à estrutura político-econômico primário exportadora, principalmente conseqüência do bom desempenho, durante a Primeira República, da economia cafeeira. O desenvolvimento industrial, que teve início no final do século XIX, ganha maior dinamismo a partir de 1930, com a mudança de foco da economia, "voltando-se para dentro". Como as transformações políticas, ainda não tinham conseguido de todo modificar as velhas instituições, adequando-as à política de fomento a industrialização, para criar as condições aceleradoras do capitalismo no país.

O debate sobre os rumos a serem impressos ao desenvolvimento e sobre o papel do Estado nesse processo marcou o cenário brasileiro dos anos 40 e 50. Opunham-se setores que preconizavam um **desenvolvimento autônomo**, com restrições a investimentos estrangeiros e aqueles que viam na **associação de interesses do grande capital brasileiro ao internacional**, o caminho a ser seguido.

A derrubada do governo de João Goulart representou a derrota das teses do desenvolvimento autônomo e o triunfo do modelo do grande capital monopolista, nacional e estrangeiro, aliado aos grandes latifundiários e ao capital mercantil.

Nesse novo cenário, se redefinem as alianças políticas e se recompõem os distintos interesses das classes dominantes sob a hegemonia do capital multinacional – em aliança com o capital local e a ele associado. Ao mesmo tempo se alija do cenário político a classe trabalhadora. Nessas novas condições criam-se espaços para a realização das reformas institucionais, entre as quais a do sistema tributário.

O novo Estado precisava expandir a carga tributária incidente sobre a sociedade, com o fito de permitir aumentar sua captação de recursos de forma não inflacionária. Visava-se, com isso, eliminar, por um lado, o déficit público, identificado no Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG como uma das principais causas da inflação. E, por outro, propiciar condições ao Estado de desempenhar **suas novas funções na vida econômica,** que incorporara ao longo do processo precedente de acumulação de capital.

Outro importante objetivo da reforma tributária para adequar-se à nova política de Estado, embora explicitamente negado na Exposição de Motivos da reforma, dizia respeito à centralização da política econômica e tributária na órbita federal. Dava-se com a transferência

para esta de todas as decisões a ela pertinentes. A justificativa amparou-se no fato de que a existência de três sistemas tributários autônomos – federal, estadual e municipal – como ocorria até a reforma, provocava proliferação de tributos, engendrando profundas distorções sobre o aparelho produtivo. Com isso, proibiu-se aos estados e municípios a decretação de novos tributos – prerrogativa outorgada pela Carta de 1946 – e retirou-se deles a autonomia que possuíam para reajustar as alíquotas dos impostos que permaneceram sob a sua competência. Foi transferida para o Senado Federal e /ou para o poder Executivo essa decisão.

Em entrevista realizada no dia 9 de dezembro de 2002, no escritório do professor Doutor Delfim Netto, no bairro do Pacaembu, nesta cidade de São Paulo, (transcrita e anexada ao final deste trabalho), tive a oportunidade de perguntar a respeito da importância da reforma tributária de 1967, para a realização do chamado "milagre". A resposta do Ministro da Fazenda do período analisado foi: "a reforma tributária, de fundamental importância para a política posterior que orientava para o crescimento, foi o final da grande obra de saneamento que modernizou o Brasil e precedeu ao crescimento".

Tem-se assim a confirmação, para Delfim Netto de que havia conjugação à época entre a reforma tributária e uma nova política adotada para o crescimento.

Um dos enfoques deste trabalho é estudar e entender a importância da "reforma tributária" e da sua "política fiscal" sobre a economia e a sociedade. Busca-se entender o seu impacto em termos de interdependência com o resto do mundo. Questiona-se se realmente existiu alguma relação entre a política fiscal então adotada e seu impacto sobre o grau de soberania do país, como alguns críticos afirmam. E sua herança em relação à atual política fiscal do governo. Enfatiza-se que o início do novo endividamento externo se deu exatamente no final dos anos 60.

Através das palavras de Fernand Braudel e outros importantes historiadores, estudar e entender "o presente" significa compreender o "passado", tanto o mais próximo como o mais distante. Eles disseram de mil maneiras que "somos herdeiros do passado e que todos os passados pesam sobre o presente". A história econômica é uma introdução, uma aprendizagem, um preâmbulo necessário à compreensão dos problemas de nosso tempo.

Assim sendo, pretendo iniciar a pesquisa analisando a história econômica desde o impacto da Reforma Tributária instituída pelo primeiro presidente militar, governo Humberto de Alencar Castello Branco, quando do Plano de Ação Econômica do Governo - Paeg, tendo como mentores econômicos Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões **(1964-1967)**.

Em seguida, a intenção é fazer uma análise de pesquisa enfatizando o período conhecido na literatura como “milagre econômico” durante o segundo e terceiro governos. Trata-se respectivamente, dos presidentes militares Artur da Costa e Silva (15 de março 1967 a 31 de agosto de 1969) e Emílio Garrastazu Médici (30 de outubro de 1969 a 14 de março de 1974). Nesse momento ocorreu recuperação da economia brasileira, com a utilização da capacidade produtiva já instalada e que se encontrava ociosa. A exaltação da nossa potencialidade e grandeza caracterizou aquele governo, que tem sido criticado por haver produzido a primeira onda de endividamento externo, com ampla entrada de recursos. O aspecto mais criticado decorre do fato desses empréstimos terem sido contratados com taxas de juros flutuantes **(1967-1974)**.

Pretende-se fazer a análise histórico-econômica da política fiscal, contribuindo para entender os objetivos macroeconômicos, à época, seu impacto no movimento expansivo de longo prazo, e durante o governo militar seguinte, ou seja, Presidente Ernesto Geisel. Período este conturbado economicamente devido ao primeiro choque do petróleo, com elevação substancial dos preços do elemento fundamental da matriz energética mundial e, devido também ao rompimento do acordo internacional firmado ainda durante a Segunda Guerra Mundial, que procurava estabilizar as taxas de câmbio internacional. A maior parte do mundo reagiu de forma recessiva a esse quadro. A reação do Brasil foi configurada pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento. Este representou a opção da política econômica brasileira até o final da década, destarte o cenário internacional, que continuou conturbado pelo segundo choque do petróleo. Várias foram as conseqüências desta segunda elevação de preços do petróleo, entre elas a alteração substancial da política econômica norte-americana e, em seguida a moratória mexicana **(1974-1979)**.

No período do último governo militar o presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, a política fiscal, ao contrário, tendeu a ser contracionista, indo contribuir para um ajuste econômico no médio prazo. Análise desse período enfatizará os graves problemas econômicos. Houve inflação de mais de 200% ao ano, dívida externa de cerca de 100 bilhões de dólares, diversos escândalos financeiros (Coroa-Brastel, 1981; Delfin, 1982; Central sul, 1983; Sunaman, 1984; Sul brasileiro, 1985). Medidas recessivas e promotoras de desemprego criaram um ambiente sócio-político conturbado ao final de seu mandato, que fora estendido para seis anos **(1979-1985)**.

Para tanto, o intuito é:

1. Escolher desde a teoria da fiscalidade os parâmetros que habilitam o papel fiscal;

2. Qual a concepção da política fiscal e de seus objetivos;

3. Como os governos podem se valer dessas políticas para administrarem suas economias da forma mais eficiente possível.

Essas formulações serão então comparadas com as declarações das autoridades governamentais e as práticas adotadas em cada governo do período, para se analisar sua coerência formal, sua conseqüência, etc.

Nesse sentido pretendo partir das recomendações do Fundo Monetário Internacional sobre política fiscal e agregar a teoria de "Finanças Públicas" estudada nas nossas faculdades de economia, que praticamente não apresentam divergências entre si, quanto à política fiscal e o respectivo ajuste contábil.

Será examinada também a contraditória posição do Governo brasileiro no período, em relação à recessão que caracterizava as economias do resto do mundo, provocada pela crise energética. Enquanto aqui a política local estava montando um modelo, em países desenvolvidos estavam-no desmontando. Nesse contexto ir-se-á examinar a política de se utilizar a poupança externa como recurso dessa política, num momento de grande liquidez no exterior.

Sabe-se que a literatura caracteriza o período do governo militar de maneira uniforme, como "os 20 anos de ditadura militar". Assim, por si só, já encerram uma "continuidade" de condição política - regime de Atos Institucionais – condição econômica – política rígida de contenção dos salários durante todo o período. No entanto, em nossa leitura, apresentam-se também, sob muitos aspectos, formas de "descontinuidade".

Essa descontinuidade apresenta-se, por exemplo, com as críticas do segundo governo militar, presidente Costa e Silva, nas pessoas dos Ministros Hélio Beltrão e Delfim Netto, quanto à política restritiva ortodoxa, antiinflacionária, do primeiro governo. Este detectara inflação de demanda. Nas críticas dos citados ministros, a política deveria enfatizar também a inflação de custos.

Assim sendo, a análise histórico-econômica estará subdividida em quatro períodos, conforme especificado acima.

O desempenho macroeconômico brasileiro no período 1964-85, apesar de toda a propaganda oficial, não atingiu aos objetivos que havia apresentado o golpe militar, ou seja, equacionamento dos problemas inflacionários e crescimento econômico.

A justificativa do golpe, cujo suposto intuito era poder atenuar os desequilíbrios setoriais e regionais e melhorar a distribuição de renda, não se concretizou. Ao contrário, os dados do Censo do IBGE de 1970, ainda confirmaram maior concentração de renda.

Só durante o período de 1968-73 foram mantidas as metas de taxa de crescimento acima de 10%, quando foi utilizada a capacidade ociosa do setor industrial. Este estava em recessão no período anterior.

O Brasil tinha por meta diminuir a defasagem entre seu nível de PIB per capita e aquele de países mais ricos. A eliminação dessa defasagem é chamada de convergência. Para convergir, o Brasil teria que crescer a taxas mais rápidas que as dos países ricos. Observa-se, por exemplo, que desde 1960, o Japão, a Itália e a França têm crescido mais rapidamente que os Estados Unidos e diminuído a diferença entre as respectivas rendas per capita.

No Brasil, nesse período de 20 anos, observa-se que a taxa de crescimento não se apresentou constante. Pelo contrário, ela retrata grandes instabilidades. Uma regra prática utilizada para ajudar a entender o poder das taxas de crescimento é a regra dos 70, que determina quantos anos levará para o nível do PIB real dobrar. Por exemplo, se a nossa economia tivesse crescido 3,5 por cento ao ano, levaria 20 anos para o PIB real dobrar (a **regra dos 70** é derivada de cálculos logaritmos).

$$\frac{70}{3{,}5\%} = 20 \text{ anos}$$

No mesmo período a taxa de crescimento per capita do Japão foi 4,87%, ou seja, aproximadamente a cada 14 anos a sua produção dobra – taxa extraordinária de crescimento.

O intuito não é comparar a taxa de crescimento da economia brasileira com a de outro país. O objetivo é apenas exemplificar o que talvez tivesse sido a meta do governo militar. A pesquisa tentará discutir como:

As metas de crescimento, contenção da inflação e redistribuição de renda foram atingidas?

Se não foram, então porque não foram adotadas as políticas adequadas?

Ou, não foram atingidas porque na realidade essas metas faziam parte exclusivamente dos discursos oficiais? Então as políticas foram outras? Havia divisão entre retórica e política?

Assim sendo, a pesquisa tentará separar: o que foi dito, o que foi feito e o que aconteceu...

2.1. Políticas Econômicas de Crescimento

Elaborando melhor esse raciocínio: quais as políticas econômicas, fossem fiscais ou monetárias, que deveriam haver sido adotadas para que se atingissem essas metas?

Os discursos falavam e os planos de metas estabeleciam previsões de crescimento, diminuição das disparidades regionais, distribuição de renda, integração da população em regime de subsistência ao mercado.

Essas metas foram atingidas?

Quais eram as políticas econômicas que estavam sendo implantadas?

Elas eram compatíveis com os discursos e os planos?

Para tanto, vamos relembrar três importantes mecanismos, identificados por unanimidade entre os economistas, independente da ideologia política, como indispensáveis para que uma economia atinja o seu objetivo de crescimento econômico, são eles:

1. Acumulação de Capital;

2. Progresso Tecnológico e

3. Capital Humano.

2.1.1. Acumulação de Capital

Um dos mecanismos mais importantes do crescimento econômico identificado pelos economistas é a dos aumentos na quantidade de capital físico por trabalhador: acumulação de capital. A situação de uma economia melhora com um aumento no estoque de capital. Com adições ao estoque de capital, os trabalhadores terão salários mais altos, e o PIB total na economia aumentará. Os trabalhadores serão mais produtivos porque cada um deles tem mais capital à sua disposição.

Como uma economia aumenta seu estoque de capital por trabalhador?

A poupança mais elevada, que leva a um investimento bruto mais alto, tende a aumentar o estoque de capital físico disponível na economia para a produção. Quando o estoque crescer, entretanto, haverá maior depreciação. Isso porque existirá mais capital para depreciar. A diferença entre o investimento bruto e a depreciação é o investimento líquido, que determina em última instância a mudança de estoque de capital da economia. Aqui, portanto, se determina o nível de salários reais da produção real.

O Governo pode afetar o processo de acumulação de capital usando sua receita tributária para investir em infra-estrutura, como ruas, edificações e aeroportos. O setor estrangeiro, demais países, pode afetar o aumento de capital físico. Uma economia pode ter déficit comercial e importar bens de investimento para promover aumento de capital.

Entretanto, se o governo tributasse seus cidadãos para gastar com outras diferentes atividades, por exemplo, aumento de salários dos seus funcionários, os impostos maiores reduziriam a renda total. Isso acarretaria redução do investimento total na economia. Da mesma forma, déficits comerciais, que comprassem mais bens de consumo, acarretariam uma sociedade mais pobre no futuro.

Uma das hipóteses deste trabalho é provar que no caso de **má administração do dinheiro público e também dos empréstimos estrangeiros** isso acarretou um futuro mais pobre para a sociedade. Esses recursos não foram canalizados para a acumulação de capital. A comprovação responderia à seguinte pergunta: Por quê os empréstimos externos canalizados para Europa no pós-guerra – Plano Marshall (European Recovery Program – ERP) possibilitaram o restabelecimento das economias, com tanto progresso e prosperidade, enquanto que os capitais estrangeiros recebidos pelo Brasil levaram-no à moratória? Existem dívidas boas e ruins?

❖ Daí formula-se a hipótese:

Que houve alocação defeituosa dos recursos amealhados para investimento em diferentes momentos do período sob estudo; essa alocação obedeceu a critérios subjetivistas e não a transparentes métodos de maximização econômica;

A tentativa de provar esta hipótese trabalhará com o cômputo comparativo das taxas de retorno com que trabalharam os governos e aquela indicada ex-post pela evidência dos fatos históricos.

2.1.2. Progresso Tecnológico

O outro mecanismo que afeta o crescimento é o progresso tecnológico. Por exemplo, nascimento de novas idéias, que nos permitem reorganizar negócios econômicos e nos tornam mais produtivos. O progresso tecnológico possibilita melhor uso de capital e trabalho gerando mais de um bem, ou um bem de melhor qualidade, para os consumidores, ao preço corrente. A economia pode tornar-se mais produtiva e o produto per capita pode aumentar. Estudos utilizando o método de Robert Solow para medir o progresso tecnológico numa economia concluíram que aproximadamente 35 por cento do crescimento da produção da economia norte-americana para o período de 1929 a 1982 decorreu diretamente do progresso tecnológico.

As condições pós 64 foram muito favoráveis para aplicação desse mecanismo e vários países que apresentaram crescimento econômico notável após a Segunda Guerra Mundial tiveram grande contribuição do progresso tecnológico. Por exemplo, Hong Kong.

Assim pretende-se analisar: se realmente o objetivo era o crescimento, então por quê não foi utilizado esse mecanismo? Se foi destinada grande contribuição de progresso tecnológico ao longo dos 20 anos de governo militar, então por que a economia não manteve após altas taxas de crescimento?

- Tratar-se-á de explorar a hipótese:

Que os sucessivos governos preferiram financiar e apoiar-se em tecnologias vencedoras no Primeiro Mundo, sem apostar na tentativa de criação de uma base tecnológica própria;

Essa hipótese vai explorar o sucesso do binômio energético Petrobrás-Eletrobrás, onde se desenvolveu tecnologia conhecida, inclusive com o Proalcool, e no evidente fracasso da Nuclebrás e da reserva de informática, durante o período de estudo.

2.1.3. Capital Humano

Aumentar o conhecimento e as qualificações pode ser considerado uma forma de capital humano – um investimento em seres humanos. Muitos economistas, inclusive o prêmio Nobel Gary Becker, da Universidade de Chicago, têm estudado esse fenômeno em detalhes. Dois aspectos da teoria do capital humano têm implicações para a compreensão do crescimento econômico:

A primeira delas é que nem toda capacidade de trabalho é igual. Quando os economistas medem o insumo trabalho em um país, esse deve ser ajustado para níveis diferentes de educação. Esses níveis refletem investimentos anteriores em educação e qualificações: os indivíduos com níveis educacionais mais altos serão, em média, mais produtivos.

Em segundo lugar, a saúde e a boa forma física também afetam a produtividade.

Nos países em desenvolvimento, os economistas têm descoberto que existe forte correlação entre a altura dos indivíduos e os salários que eles podem ganhar no setor de produção agrícola. Ao mesmo tempo, aumentos da renda por meio do crescimento econômico estão associados a aumentos acentuados na altura e no peso. O historiador econômico Robert Fogel estimou que a desnutrição crônica causada por suprimentos limitados de alimentos, limita também a produtividade no trabalho.

Estudos demonstram que **os retornos dos investimentos em educação** são **extremamente altos em países em desenvolvimento como o Brasil.** A saúde da mulher está intimamente ligada à sua formação educacional. A educação promove não só a produtividade, mas desenvolvimento social básico. O Banco Mundial focalizou a atenção no papel crucial que o aumento da educação feminina pode desempenhar na promoção do desenvolvimento econômico.

As economias de rápido crescimento da Ásia destacam-se pelos grandes avanços em educação pública. Estimativas recentes sugerem que a combinação de altas taxas de investimento e rápida melhoria nos níveis educacionais explica uma grande parte, talvez a **maior,** do rápido crescimento no leste asiático.

❖ Outra hipótese desta pesquisa é analisar:

Se realmente a meta era o crescimento econômico, então porque investiram em outros seguimentos que não tinham essa característica? Por que se deixou de privilegiar investimentos no Capital Humano? Caso foram destinados investimentos na educação, então porque a economia não manteve altas taxas de crescimento como os países da Ásia? Os acordos MEC/United States Agency Internactional for Development – USAID e CONTAP (Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso) para aperfeiçoamento do ensino primário e melhoria do médio foram investimentos na educação?

Conforme já enfatizado fará parte desta pesquisa o estudo da hipótese do golpe militar de 1964 ter sido "imediatista" ou, ao contrário, dele ter sido fruto de um planejamento maior envolvendo inclusive outros países ou outras forças internacionais. Procurar-se-á discutir o assunto, com base em outros trabalhos.

As políticas econômicas que foram implantadas tinham por metas crescimento, melhorando o bem estar de grande parte da população; diminuindo as disparidades regionais; melhorando a distribuição de renda; propiciando a integração da população em regime de subsistência ao mercado?

Os três importantes mecanismos, identificados por unanimidade entre os economistas, independente da ideologia política, como indispensáveis para que uma economia atinja o seu objetivo de crescimento econômico, ou seja, 1. Acumulação de Capital; 2. Progresso Tecnológico e 3. Capital Humano foram utilizados? Se não, as políticas econômicas utilizadas pelos técnicos dos governos militares com o objetivo de induzir o país ao crescimento atenderam as expectativas de desenvolvimento econômico, melhorando a qualidade de vida de grande parte da população?

Sabe-se que para atingir as taxas de crescimento o governo militar optou pela utilização da **poupança do exterior**, via empréstimos externos, fortemente concentrados no Governo, que operou como principal tomador, por intermédio das empresas estatais. Essa foi a melhor opção de política econômica com o intuito de diminuir a vulnerabilidade externa da economia brasileira?

Essa opção de política resultou em estabilização e crescimento ou muito ao contrário, foi a principal responsável pelo longo período de desequilíbrios, que caracterizou a economia brasileira nos vinte anos finais do século XX?

2.2. História da Pesquisa

A idéia inicial deste trabalho veio exatamente da resposta a essa pergunta: Por que aconteceu o golpe de 1964? Por que o país acordou outro, outra era a equação do poder, era outra a "natural ordem das coisas"? Durante 20 anos, o poder exercido diretamente pelos militares, em seu primeiro escalão, e daí para baixo pela figura símbolo da era de desenvolvimento tecnológico que se inaugurava: o tecnoburocrata, como assim chamaram tantos estudiosos.

O técnico justifica seus desmandos com uma incompreensível verdade científica, que legitima seu autoritarismo. Aspecto importante, básico, da arquitetura de poder emanada da Revolução de 1964.

Procurando a resposta na leitura do livro, de Leonardo Trevisan, "O que todo cidadão precisa saber sobre instituição militar e o estado brasileiro" encontra-se a seguinte descrição:

> O Governo Goulart vivia um impasse. O radicalismo de alguns de seus membros esbarrava no caráter conservador do Congresso, pois mais de dois terços dos parlamentares pertenciam à UDN e PSD, ambos absolutamente adversos a radicalismos. O impasse facilitava a agitação política que significava, conforme a melhor tradição política brasileira, em ameaças de golpe. Da direita contra o Governo, da esquerda em seu benefício, e mesmo do próprio governo que fecharia o Congresso, instalando a tão ameaçadora República Sindicalista. Como para execução de golpes é necessário o uso da força, todos foram bater às portas de quem a possuía: as Forças Armadas [...] Tudo foi muito rápido e sem resistência. Porém, quem se beneficiou com o golpe? De todos que foram às portas dos quartéis, quem realmente alcançou seus objetivos? (TREVISAN, 1985)[1].

Por que sem resistência? Qual foi a justificativa do golpe?

O golpe militar de 31 de março 1964, com o objetivo de restabelecer os desvios incorridos pela sociedade civil e algumas de suas lideranças, impôs de forma autoritária uma solução para a crise política. Os autores do golpe pretendiam resolver os problemas econômicos, através do Plano de Ação Econômica do Governo – Paeg – que visava **acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do país, conter o processo inflacionário e minimizar os desequilíbrios setoriais e regionais**.

[1] TREVISAN, Leonardo. **O Que Todo Cidadão Precisa Saber Sobre Instituição Militar e Estado Brasileiro**. São Paulo: Global. 1985.

Ao que tudo indica entre 1964/66 o regime esteve hegemonizado pelo grupo "castelista", empenhado em um projeto que pressupunha **o retorno, em curto prazo, à situação de "normalidade institucional /democrática". Implícito ao projeto castelista estaria a idéia de uma rápida auto dissolução da Revolução**, uma vez cumpridas as tarefas que os promotores do golpe alegavam indispensáveis. Para eles "o irresponsável comportamento da sociedade civil durante os anos **pré-64**" tornara o golpe obrigatório. Não sem motivo a palavra "saneamento" seria freqüentemente empregada como a síntese perfeita do espírito que norteou o primeiro Governo da Revolução.

Lógico que o poder de quem detém as armas é tão importante, que por si só explicaria grande parte da pequena resistência ao golpe. Independentemente desse importante aspecto, na minha leitura, as letras em negrito devem explicar as razões, que de imediato explicam, a amena reação da sociedade brasileira ao golpe de 1964:

a) Em primeiro lugar o caráter de curto prazo da autodissolução da revolução, logo após o restabelecimento da ordem institucional e democrática, que norteou o discurso do primeiro governo militar. Pressupunha-se, através do discurso, que a democracia teria sofrido "riscos", mas com a intervenção dos militares ela já estava restabelecida. Pressupunha-se, que rapidamente os militares voltariam aos quartéis. Fica subentendido também, o caráter de "quartelada", "atitude momentânea" dos militares com o único intuito de restabelecer a ordem.

A história já provou que tanto com relação ao discurso "democrático" como com relação ao "curto prazo", as palavras ficaram muito distantes da realidade. Afinal viveu-se o regime "autoritário" e o período de 20 (vinte) anos está muito longe do que se poderia chamar de "curto prazo". Fica então sem resposta, a hipótese do golpe ter sido "imediatista" "momentâneo" ou, ao contrário, a possibilidade dele ter sido "planejado, programado, esquematizado dentro de um programa maior que envolveria outros países (por exemplo, Estados Unidos) ou outras forças internacionais (por exemplo, capitais estrangeiros)".

Observa-se grande número de publicações que se referem ao assunto **exclusivamente** como uma decisão de parte das Forças Armadas brasileiras, com o intuito de restabelecer a ordem. A motivação para análise mais apurada do assunto, está fundamentada nas questões históricas do período, envolvendo as tensões do contexto internacional, principalmente devido a Cuba, que assegurava muitos argumentos aos que cultivavam os medos da Guerra Fria. Constata-se que esse período foi caracterizado por outros golpes militares na América Latina.

Em segundo lugar, o que chama a atenção em termos de justificar a ausência de resistência ao movimento revolucionário, refere-se às promessas econômicas nos discursos, que em seguida foram ratificadas no Plano de Ação Econômica do Governo - PAEG:

b) **acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do país, conter o processo inflacionário e minimizar os desequilíbrios setoriais e regionais.**

A história relata que durante os 20 anos de ditadura militar tanto existiu o período de acelerado ritmo de crescimento, chamado pela literatura de "milagre econômico" como no período final apareceram graves problemas econômicos. Ou seja, inflação de mais de 200% ao ano, dívida externa de cerca de 100 bilhões de dólares, diversos escândalos financeiros, que caracterizaram o último governo militar do Presidente Figueiredo. A lembrança desse contexto, já deixa bem claro que, finalmente, na hora de devolver o poder (eleição de seu sucessor civil em 15 de janeiro de 1985), a conjuntura econômica do país estava, realmente, muito distante da promessa inicial.

Será definida a teoria econômica keynesiana para uma análise mais detalhada do período, enfatizando o objetivo da política econômica do governo. A proposta é relacionar todas as recomendações do modelo keynesiano para se atingir:

1. Desenvolvimento econômico;

2. Contenção do processo inflacionário;

3. Minimização dos desequilíbrios setoriais e regionais, melhorando a distribuição de renda.

Quais as recomendações de políticas econômicas (fiscal e monetária) da teoria keynesiana, para se atingir os objetivos propostos. O trabalho enfatizará a análise do mercado de bens e serviços, mercado de trabalho, mercado financeiro (monetário e de títulos) e mercado cambial.

Comparar essas políticas keynesianas com as linhas adotadas pelo governo brasileiro, subdividindo cada período, pelos seus respectivos governos: 1964-67; 1967-74; 1974-79 e 1979-85.

2.3. A Base Teórica da Pesquisa

A base teórica da pesquisa é a escola keynesiana. Keynes defende um papel permanente para o governo na economia, não se confundindo com a simples substituição dos mercados privados pela ação do Estado na determinação do investimento. As ações de políticas econômicas devem ser complementares às decisões privadas, e não concorrentes da iniciativa privada.

A política econômica para os keynesianos relaciona-se à adoção de medidas econômicas dirigidas a aumentar o nível de demanda agregada, de modo a criar um ambiente estável que estimule os empresários a realizar novos investimentos, uma vez que os níveis de emprego e utilização da capacidade produtiva dependem dos determinantes da demanda agregada, principalmente da decisão de investimento dos empresários. Em outras palavras, a política econômica deve procurar afetar o investimento privado global, criando um ambiente seguro que estimule escolhas mais arriscadas – mas que rendam lucros e gerem empregos – em vez de acumular ativos líquidos. Isto é, a boa política é aquela que induz os agentes a investirem em capital (investimento novo) produtivo.

Portanto, o objetivo de política econômica keynesiana deve se voltar para a estabilidade macroeconômica, um conceito mais amplo do que o de estabilidade de preços, ou seja, deve procurar reduzir as incertezas que são inerentes aos negócios na economia. Estabilidade de preços e aumento do produto e emprego podem ser compatíveis dentro dessa visão e, para tanto, o governo deve fazer uso de um instrumental de política econômica mais amplo do que o da política monetária. Nessa perspectiva, sustenta-se que para atingir os objetivos múltiplos de política – como crescimento econômico e estabilidade de preços – objetivos propostos pelo PAEG, é necessária uma maior coordenação de políticas (fiscal, monetária, cambial e salarial). Ou seja, deve-se avaliar os impactos conjuntos da adoção das políticas sobre o conjunto de objetivos como um todo. Assim, na visão keynesiana, a coordenação de políticas é fundamental para se atingir a almejada estabilidade macroeconômica.

Analisando o primeiro governo militar e as medidas tomadas pelo PAEG percebe-se que as reformas alteraram praticamente todo o quadro institucional vigente na economia brasileira, adaptando-o às necessidades de uma economia industrial. Montou-se um esquema de financiamento que viabilizaria para o Estado uma maior capacidade de intervenção na economia. Por esse motivo a opção foi pela teoria keynesiana, como base teórica da pesquisa,

que se justifica, tendo em vista a elevada participação e intervenção do setor público na economia, a qual se percebe nos seguintes aspectos:

a) O Estado controlava os principais preços da economia – câmbio, salário, juros, tarifas -, além de praticar, a partir de 1968, uma política de preços administrados via Conselho Interministerial de Preços – CIP, com a justificativa da inflação de custos e o objetivo de eliminar os problemas alocativos vindos de uma economia inflacionária;

b) O Estado respondia pela maior parte das decisões de investimento, quer por meio dos investimentos da administração pública e das empresas estatais, que correspondiam a praticamente 50% da formação bruta de capital, quer por meio da captação de recursos financeiros – fundos de poupança compulsória, títulos públicos, cadernetas de poupança, agência financeiras estatais -, dos incentivos fiscais e dos subsídios.

Todo esse instrumental possibilitaria a implementação das políticas macroeconômicas propostas no PAEG. O que impediu o êxito de todas as metas propostas? Por que somente durante o período chamado “milagre” atingiu-se altas taxas de crescimento?

Conforme o título do meu trabalho, escolhi a análise macroeconômica como teoria para fundamentar a minha pesquisa. A **Teoria Macroeconômica** ganhou impulso, a partir da década de 30, com **John Maynard Keynes**, economista inglês que é considerado seu fundador.

A Macroeconomia enfoca a economia como se ela fosse constituída por cinco mercados: o mercado de bens e serviços, o mercado de trabalho, o mercado monetário, o mercado de títulos e o mercado cambial.

No mercado de bens e serviços a análise macroeconômica determina as seguintes variáveis: nível de produto e nível geral de preços. No mercado de trabalho estuda-se a determinação da taxa de salários e do nível de emprego. A taxa de juros, a quantidade de moeda, o preço e a quantidade de títulos são variáveis determinadas, respectivamente, nos mercados monetários e de títulos, sendo que se torna bastante freqüente o estudo desses dois mercados conjuntamente, constituindo o mercado financeiro. Por último, o mercado cambial determina a taxa de câmbio que permite calcular a relação de troca, ou seja, o preço relativo entre diferentes moedas.

A partir dos anos 30, passa a surgir grande insatisfação com os resultados que a análise econômica oferecia, ou seja, a tendência automática ao pleno emprego e, conseqüentemente, a inexistência de desemprego e de capacidade ociosa. Isto porque a evidência empírica mostrava

pessoas buscando constantemente emprego sem alcançar sucesso. Entretanto, só em 1936, com a publicação do livro *A teoria geral do emprego do juro e da moeda*, Keynes demonstrou que as economias capitalistas não tinham capacidade de promover automaticamente o pleno emprego. Assim, abria-se a oportunidade para a ação governamental por meio de seus instrumentos (**política monetária ou fiscal**) para direcionar a economia rumo à utilização total dos recursos. A partir de Keynes, o governo tinha não apenas a oportunidade, mas também a necessidade de orientar sua política econômica para promover a plena utilização dos recursos disponíveis na economia, diminuindo a capacidade ociosa das empresas, com o conseqüente aumento do emprego de mão-de-obra.

A essência do pensamento keynesiano é que movimentos nominais na demanda agregada não se traduzem apenas em alterações nos preços nominais, mas afetam também o nível de atividade. De acordo com os keynesianos (James Tobin, Franco Modigliani, etc.), a política monetária e a fiscal afetam o nível de produto e emprego de forma rápida, mas sem efeitos mais significativos sobre o nível de inflação. Para diminuir as taxas de inflação, não basta reduzir a demanda agregada, mas é necessário acoplar algumas políticas de renda. Por política de renda, também chamada de controles de preços e salários, os economistas entendem fundamentalmente medidas que interferem diretamente na formação dos preços dos diversos fatores de produção e dos próprios bens.

Os economistas **keynesianos** entendem que o princípio da demanda agregada de Keynes é um dos elementos centrais na construção de um modelo de economia idêntico à real economia que se vive. Partindo desse denominador comum, entretanto, esses economistas podem ser agrupados em três distintos conjuntos, batizados como “fundamentalistas”, “neo-ricardianos” e “regulacionistas”.

A teoria desenvolvida neste trabalho de pesquisa considerará os estudos dos keynesianos, em especial na linha dos grupos chamado de “**regulacionistas**”, que complementam a análise de Keynes com idéias de outros economistas. Os regulacionistas incorporam, principalmente, alguns resultados a que chegou **Karl Marx**. Os principais nomes dessa escola são Marc Lavoie, Robert Boyer e Michel Aglietta, todos franceses.

O estudo vai partir da questão da demanda agregada para entender o funcionamento da economia brasileira no período do governo militar de 1964 a 1985, no entanto, para essa análise, será necessário formular questões adicionais. Tais questões terão que corresponder ao estágio do desenvolvimento capitalista da economia brasileira naquele momento e, não poderiam, portanto, ter sido formuladas anteriormente. Mais especificamente, o que eu quero

enfatizar é que a análise econômica deste trabalho, bem como minha leitura e entendimento, é que a análise econômica não pode prescindir da dimensão histórica.

Essa dimensão histórica é uma característica desse grupo keynesiano, que analisa principalmente o processo de acumulação de capital, fortemente dependente de avanços tecnológicos peculiares ao final do século XX. Tais inovações modificam a participação do fator trabalho no processo de geração de renda, com efeitos correspondentes na distribuição do que é produzido. Como conseqüência, ajustes contínuos entre demanda agregada e capacidade produtiva provocam alterações importantes na organização econômica dos países, levando muitas vezes a crises de superprodução e/ou desemprego.

Acredito que a economia brasileira na década de 70 vivenciou esse processo de acumulação de capital com marcante dependência de avanços tecnológicos na construção do "Brasil potência". Eles caracterizaram as metas dos planos de desenvolvimento da época. Tenho por objetivo comprovar que as inovações tecnológicas modificaram a participação do fator trabalho no processo de geração de renda e que, naquele momento, em função de todas as conjunturas históricas, esses ajustes tornavam-se eminentes. Observa-se assim, que outros fortes fatores conjugavam-se no mesmo sentido, tais como o forte processo de modernização agrícola do país, com o crescimento da produtividade do setor. O lado perverso dessa modernização agrícola foi o aumento da concentração fundiária, o crescimento da utilização de mão-de-obra temporária e o aumento relativamente lento do pessoal ocupado no setor. Esses elementos contribuíram para uma piora na distribuição de renda do setor.

Outro elemento importante no pensamento desses economistas diz respeito ao papel que as instituições e as relações sociais desempenham no processo de ajuste da produção e demandas sociais. Procuram mostrar que os fatos econômicos, embora constituam eventos sociais específicos, não podem ser analisados sem referências às questões geradas pelos conflitos de classe e soluções políticas que cada país encontra em sua trajetória ao longo do tempo.

Tal análise será desenvolvida ao longo desta pesquisa, tendo em vista que o período é muito enfático quanto aos seus conflitos sociais e a recomposição dos distintos interesses das classes dominantes. Estas classes dominantes vão formar aliança política sob a hegemonia do capital multinacional – em consonância com o capital local e a ele associado – ao mesmo tempo em que se alija do cenário político a classe trabalhadora.

Em seu conjunto, os economistas keynesianos não aceitam a hipótese de que desemprego e flutuações de renda e produto possam ser corrigidos por variações dos preços relativos induzidas por ajustes entre demanda e oferta no mercado de cada bem. Mais precisamente, entendem que o pleno emprego não está garantido, nem a curto nem em longo prazo, e que são necessárias políticas econômicas ativas para correção dos desequilíbrios julgados inaceitáveis pela sociedade.

O grupo keynesianos "institucionalistas" privilegiam o papel das instituições, o que os aproxima dos "regulacionistas" e, também, enfatizam a importância da tecnologia. Não enfatizam as questões de demanda efetiva, centrando sua análise no papel que as instituições desempenham no processo de formação de preços e, portanto, de alocação de recursos. Entendem eles que o mercado é uma das muitas instituições relevantes nesse processo, sendo necessário analisar a lógica da ação coletiva em outras estruturas organizacionais. Entendem, por exemplo, que a estrutura de poder e controle das várias instâncias decisórias devem ser incorporados à análise econômica.

Considero de fundamental importância que a pesquisa não só desenvolva os aspectos enfatizados pela teoria dos keynesianos "regulacionistas", mas também essa preocupação dos "institucionalistas", tendo em vista que o período se caracteriza na nossa história como o momento das grandes reformas institucionais. È sabido que praticamente todas as áreas econômicas foram atingidas pelas Reformas Institucionais do Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG, do primeiro triênio militar (1964-67) governo do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco.

A análise será da leitura da reforma tributária, reforma monetária e da reforma do setor externo, enfocando a criação das várias instituições que, na nova estrutura de poder, apresentarão controle das várias instâncias decisórias, por exemplo, CMN – Conselho Monetário Nacional. Ao longo do estudo e tentativa de colocar em prática os trabalhos de Veblen, que detectou na sociedade de seu tempo as tendências à formação de uma tecnocracia e fundou a escola institucional de economia. Pretendo também analisar o sistema econômico como um todo, privilegiando o papel que as principais instituições do governo militar ocuparam naquele momento.

Os ensinamentos da teoria keynesiana “institucionalistas” mostram a importância de a pesquisa privilegiar a análise das transformações econômicas durante os cinco governos militares, abordando o domínio de uma tecnoestrutura que compreendeu o conjunto dos indivíduos que participaram dos mecanismos de decisão, não só do governo, mas também nas grandes empresas.

2.4. Relação do Tema com a Teoria

A **Política Fiscal** corresponde à ação do Estado quanto aos gastos públicos e à obtenção da Receita Pública. Sua área de ampliação acompanhou o crescimento do papel do Estado e do setor público na demanda efetiva de bens e serviços, uma vez que a atividade fiscal afeta o poder aquisitivo dos diferentes segmentos da economia e da sociedade, bem como os tipos de bens e serviços que serão produzidos e consumidos. Como qualquer outra política econômica, refere-se ao conjunto de medidas tomadas pelo governo de um país para atuar e influir sobre os mecanismos de produção, distribuição e consumo de bens.

Embora dirigidas ao campo da economia, as medidas obedecem também a critérios de ordem política e social – na medida em que determinam, por exemplo, quais segmentos da sociedade se beneficiarão com as diretrizes econômicas emanadas do Estado. O alcance e o conteúdo de uma política econômica variam com o país, dependendo do grau de diversificação de sua economia, da natureza do regime social e do nível de atuação dos grupos de pressão (partidos, sindicatos, associações de classe, movimentos de opinião pública, etc.).

O estudo do **Desempenho Macroeconômico** relaciona-se a análise da determinação do comportamento dos grandes agregados, tais como: renda e produto nacional, nível geral de preços, emprego e desemprego, estoque de moeda e taxas de juros, balança de pagamentos e taxa de câmbio. Essa abordagem global tem a vantagem de estabelecer relações entre grandes agregados, e permite uma compreensão maior de algumas das interações mais relevantes da economia, entre os mercados de bens e serviços, o mercado monetário e o mercado de trabalho, representando assim um importante instrumento para a política e a programação econômica.

A teoria Macroeconômica propriamente dita preocupa-se mais com aspectos de curto prazo. Especificamente, preocupa-se com questões como o desemprego, que aparece sempre que a economia está trabalhando abaixo de seu máximo de produção, e com as implicações sobre os vários mercados quando se alcança a estabilização do nível geral de preços.

A parte da Teoria Econômica que estuda questões de longo prazo é denominada Teoria do Crescimento Econômico. Analisa também os grandes agregados, mas com um enfoque um pouco diferenciado, preocupando-se com questões como progresso tecnológico, abertura comercial, estratégias de crescimento etc., numa visão de longo prazo.

As metas de desempenho macroeconômico estão relacionadas:

1. Ao alto nível de emprego;

2. Estabilidade de preços;

3. Distribuição de renda socialmente justa

4. Crescimento econômico.

As questões relativas ao emprego e à inflação são consideradas como conjunturais de curto prazo. É a preocupação central das chamadas políticas de estabilização. As questões relativas ao crescimento econômico são predominantemente de longo prazo, enquanto o problema de distribuição de renda envolve aspectos de curto e longo prazo.

A forma de pensar esses problemas foi sintetizada pelo economista John Maynard Keynes:

> A Teoria Econômica não fornece um corpo de conclusões estabelecidas, imediatamente aplicáveis em política econômica. Trata-se de um método, não de uma doutrina, um aparato da mente, uma técnica de pensar que ajuda aquele que a domina a traçar conclusões acertadas (KEYNES, 1982)[2].

Pode-se dizer que à questão do desemprego, a partir dos anos 30, permitiu um aprofundamento da análise macroeconômica. Surgiu o livro de John Maynard Keynes – Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda –, em 1936, que forneceu aos governantes os instrumentos necessários para que a economia recuperasse seu nível de emprego potencial ao longo do tempo.

O economista Paul Samuelson define a importância desse momento da seguinte forma:

> A ciência é um parasita: quanto maior a população de pacientes, maiores os avanços na fisiologia e na patologia; e da patologia surge a terapia. O ano de 1932 marcou o fundo do poço da grande depressão, e desse solo apodrecido surgiu uma nova disciplina que hoje chamamos de **macroeconomia**. (SAMUELSON, 1976)[3]

[2] KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda**. Trad ução de Mário R. da Cruz. São Paulo: Atlas, 1982.
[3] SAMUELSON, Paul A. **Introdução à Economia**. Rio de Janeiro: AGIR, 1976.

A história do modelo keynesiano, escolhido para este trabalho, tem relação direta com a grande crise de 1929-32 porque passou o mundo capitalista, em especial os países mais desenvolvidos industrialmente.

Deve-se salientar que antes da crise mundial dos anos 30, a questão do desemprego não preocupava a maioria dos economistas, pelo menos nos países capitalistas. Isso porque predominava o **pensamento liberal**, que acreditava que os mercados, sem interferência do Estado, conduziriam a economia ao pleno emprego de seus recursos, ou a seu produto potencial: milhões de consumidores e milhares de empresas, como que guiados por uma "mão invisível", determinariam os preços e a produção de equilíbrio e, desse modo, nenhum, problema surgiria no mercado de trabalho.

Keynes não concordava com isso. Ele era economista inglês (Cambridge 1883 – Firle, Sussex, 1946). Aluno de A.Marshall em Cambridge foi conselheiro do Tesouro Britânico durante a I Guerra Mundial. Após a guerra, publicou o estudo **Conseqüências econômicas da paz** (1919). Autor de um Tratado sobre a moeda (1930) e, depois, de uma **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda** (1936), Keynes atacou o problema do subemprego que existia na Inglaterra depois de 1930; ele enxergou nessa situação, um estado de subequilíbrio permanente que nenhum mecanismo automático de mercado corrigiria. Keynes pregou, em conseqüência, um crescimento do consumo, uma baixa na taxa de juros, o crescimento dos investimentos públicos, medidas que implicavam a intervenção do Estado. Ele teve papel muito importante na conferência de Bretton Woods (1944).

O keynesianismo é o conjunto das teorias econômicas de J.M.Keynes e de seus desdobramentos. Trata-se da corrente de pensamento econômico dominante no terceiro quartel do século XX. O keynesianismo apoia-se na constatação da existência de um desemprego involuntário permanente (posto em evidência pela crise de 1929 e em momentos de crise econômica), que não será reabsorvido pelo jogo dos mecanismos "clássicos" de retorno ao equilíbrio, O subemprego provém de uma excessiva fragilidade da demanda efetiva e, em outros casos, de uma insuficiência de investimento produtivo. Convém, pois, redistribuir os rendimentos em proveito das classes que dispõem de menos recursos e reduzir a taxa de juros de maneira a tornar o investimento mais atrativo. Estas idéias foram retomadas por numerosos autores: pode-se falar de "revolução keynesiana" devido à influência determinante das idéias de Keynes sobre as políticas econômicas de numerosos países.

2.5. Lugar da Tese no Tema

O objetivo desta pesquisa é aplicar as recomendações do modelo da teoria keynesiana no período analisado (1964-1985), com relação às medidas fiscais, monetárias e de comércio exterior e compará-las as políticas econômicas dos governos militares.

Esse estudo expressa a preocupação de estabelecer uma visão histórico-econômica do período, permitindo analisar os seus fatos. É intenção lapidar um quadro abrangente que permita reconstituir satisfatoriamente o desenrolar da trama política econômica associada ao período militar.

As interpretações têm caráter acadêmico e deverão ser entendidas como sugestões ou hipóteses preliminares e jamais como expressão de que este estudo tenha qualquer intenção de lograr uma interpretação completa e definitiva.

Muitos são os estudiosos que estão ou já se dedicaram à análise histórico-econômica do mesmo período. A intenção é poder contribuir, colaborar, complementar a análise das duas décadas de política econômica do regime militar, para poder desvendar todos os seus principais desdobramentos que marcaram a sua gestão, desenvolvimento, auge e decomposição.

Para tanto esta pesquisa se valerá desses estudos que já foram realizados, na esperança de que também possa vir a ser subsídio de projetos em andamento. O objetivo é poder vir a contribuir, nem que seja de forma parcial, para outros estudos de abordagem política econômica desse período, ainda tão repleto de lacunas.

Assim sendo o intuito é que esta pesquisa, na medida em que tenta reconstituir os fatos histórico-econômicos como realmente ocorreram, independentemente do que foi previsto ou explicado pelas autoridades, intenciona contribuir para mudanças de interpretações e se complementará pela descrição de artigos e excursos enfatizando as suas principais conclusões.

3. ANÁLISE DA CONJUNTURA QUE ANTECEDEU O GOVERNO MILITAR

É sabido que a industrialização brasileira tomou alento decisivo somente após 1930, quando a crise mundial de 1929 impossibilitou o país de continuar operando no tradicional modelo primário exportador.

Nessa fase, reforçou-se a substituição, por produção interna, de alguns produtos anteriormente importados, notadamente certos bens de consumo não-duráveis.

Farei um breve relato desses primeiros passos do processo de industrialização, que para efeitos didáticos considerará o período a partir da grande crise mundial do capitalismo de 1929 até **a primeira grande crise econômica do Brasil em sua fase industrial, ou seja, início da década de 60**. O propósito é enfatizar os aspectos econômicos estruturais, entre eles:

1. O estagnacionismo: esgotamento do dinamismo do Processo de Industrialização de Substituição de Importações;

2. Crise cíclica endógena típica da economia industrial ou capitalista;

3. Necessidade de reformas institucionais;

4. Bem como a nova forma de acumulação que se inicia a partir daí, que influenciará as Políticas Econômicas e ensejará a participação cada vez maior do Estado na economia, modificando o seu papel.

3.1. Aspectos Econômicos – Industrialização Substitutiva e Políticas de Crescimento

A década de 60 foi de grandes transformações para a sociedade brasileira. Ao contrário do que ocorrera no final da década de 50, durante o governo Juscelino Kubitschek, o início da década de 60, economicamente, é marcado pela **primeira grande crise econômica do Brasil em sua fase industrial**. Essa crise se manifesta através da queda da taxa de crescimento da renda brasileira, com acelerada taxa de inflação, que chegou a mais de 90% ao ano em 1964. Do ponto de vista político, o grande desafio da sociedade brasileira foi passar de um governo democrático para um regime militar fortemente autoritário.

As explicações para essa crise são muitas, tais como na área Política:

1. Fatores políticos conjunturais como: a instabilidade política.

2. Fatores políticos estruturais como: a crise do populismo.

Na área econômica salientam-se:

1. Os aspectos econômicos conjunturais: política recessiva de combate à inflação.

2. Os aspectos econômicos estruturais:

2.1. O estagnacionismo: esgotamento do dinamismo do Processo de Industrialização de Substituição de Importações.

2.2. Crise cíclica endógena típica da economia industrial ou capitalista.

2.3. Necessidade de reformas institucionais.

O golpe militar de 31 de março 1964, com o objetivo de restabelecer os desvios incorridos, impôs de forma autoritária uma solução para a crise política e pretendia resolver os problemas econômicos através do Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG – que visava acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do país, conter o processo inflacionário e minimizar os desequilíbrios setoriais e regionais.

3.1.1. Deslocamento do Centro Dinâmico

João Manuel Cardoso de Mello, em sua tese de doutoramento chama atenção para o fato das dificuldades superadas pelo processo de industrialização nesse momento (1933-1955). Observava-se o deslocamento do eixo dinâmico da economia para o setor industrial e o seu descolamento das amarras que o prendiam à economia cafeeira, vistas pelo prisma da realização dos lucros, a industrialização, em virtude das estreitas bases técnicas e financeiras da acumulação, encontraria sérias barreiras à sua livre expansão. (MELLO, 1975, p.115).

> [...] Tem início em 1933 uma nova fase do período de transição, porque a acumulação se move de acordo com um novo padrão. Nesta fase, que se estende até 1955, há um processo de industrialização restringida. Há industrialização, porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industrial; mas a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitira à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, auto-determinando o processo de desenvolvimento industrial. (MELLO, 1975, p.116)[4].

O grande impacto negativo da crise de 29 nas economias dos países capitalistas, tanto centrais como periféricos, exigiu uma maior intervenção do Estado, libertando-o das amarras do “laissez faire”. Pela primeira vez o Estado controlava a produção, fixação de preços de um setor da economia, ao assumir o programa de sustentação do café. Conforme Werner Baer, as ações posteriores do Estado, nessa mesma linha intervencionista, como o controle cambial exercido a partir de 1931, a criação de autarquias na década de 30 para proteger e encorajar o crescimento de diversos setores (açúcar, sal, etc.), a fixação de tarifas de eletricidade a partir de 1934, a criação do Conselho Federal do Comércio Exterior, a gestão desenvolvida junto ao setor privado para a criação de uma usina siderúrgica integrada, apenas consolidariam seus passos iniciais de maior presença na economia. (BAER, 1973, p. 887-888)[5].

O novo padrão de acumulação que se assentava em estreitas bases técnicas e num esquema privado de acumulação exigiria, por outro lado, um esforço ainda maior do Estado. O

---

[4] MELLO, João Manuel Cardoso de; BELUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Reflexões sobre a crise atual. In: **Escrita: Ensaio**. São Paulo, nº 2, 1977.

[5] BAER, Werner et alli. As Modificações no Papel do Estado na Economia Brasileira. In: **Pesquisa e Planejamento Econômico**. 3.ed. Rio de Janeiro: IPEA, 1973, p.887 -888.

Estado seria solicitado, quer na realização de investimentos em infra-estrutura econômica e na produção dos produtos básicos, com vistas a garantir economias externas no capital industrial, quer para proteger a produção interna, via instrumento cambial, contra as importações concorrentes.

O capital estrangeiro não se sentia atraído e não tinha interesse no processo de desenvolvimento industrial, nesse estágio em que se encontrava a economia brasileira. Os riscos e as incertezas dos investimentos tornavam inviáveis as inversões da empresa internacional na indústria de base. Assim sendo, atribuiu-se ao Estado, o relevante papel de alargar as bases produtivas do capitalismo.

Lógico que para exercer esse novo papel, o Estado teria que ampliar seu poder de captação de recursos, num momento de sucessivos estrangulamentos externos que caracterizaram a época pós-crise. Nesse momento também, os impostos sobre o comércio exterior, até então sua principal fonte de receita, começaram gradativamente a perder importância.

O período caracteriza-se pelas dificuldades para se obter financiamentos externos. A reestruturação do Sistema Tributário, que iniciaria os seus primeiros passos na Constituição de 1934, era a única saída para possibilitar ao Estado instrumentos capazes de aumentar sua capacidade de captação de recursos e de desempenhar satisfatoriamente suas novas funções.

Liana Aureliano Silva, em sua tese de doutoramento, observa que a ampliação da carga tributária interna só ocorreu principalmente a partir de 1937, em decorrência da própria dinâmica do novo padrão de acumulação e do avanço do crescimento industrial.

> [...] os impostos internos só se revelaram frutíferos no Brasil, como de resto, em toda América Latina, quando a base de massa urbana se expandiu o suficiente para arcar com o custo da carga tributária. Nunca os setores das classes dominantes ou da burguesia rural e urbana serviram de base ou se submeteram de bom grado ao aumento da carga tributária interna. Deste modo, sem um avanço decisivo da acumulação industrial que permitisse a formação de um amplo proletariado urbano, de um "terciário funcional" com base no trabalho assalariado e de um crescente burocratização de pequenos funcionários, não existiam condições objetivas que permitissem ao governo central criar uma base fiscal urbana suficiente, e libertar-se de sua dependência financeira do comércio exterior. (SILVA, 1976)[6]

[6] SILVA, Liana Maria Lafayette Aureliano da. **No Limitar da Industrialização**: Estado e acumulação de capital 1919/1937. 1976. Doutorado (Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Com a nova Carta Constitucional adequada ao novo regime instaurado a partir de 1937 – Estado Novo, os impostos internos passariam a constituir a base fiscal do Estado. Apesar da considerável expansão da carga fiscal interna, ela se revelaria insuficiente para todas as atribuições assumidas pelo Estado, que intercederia em outros setores da atividade produtiva, por exemplo, consolidando a encampação do Lloyd Brasileiro e criando várias empresas, justificadas em critérios de segurança nacional e de anseios nacionalistas, como a Fábrica Nacional de Motores e a Cia. Nacional Álcalis, em 1943; a Cia. Vale do Rio Doce, em 1942; a Companhia Siderúrgica Nacional em 1944, embora sua implantação se deva mais ao financiamento conseguido dos EUA por motivos político-militares, do que à capacidade financeira do Estado. Expandia, ao mesmo tempo, o controle sobre a rede de ferrovias, adquirindo-as das empresas inglesas, e ampliava suas atividades de planejamento para fazer frente aos constantes estrangulamentos externos.

A Carta Constituinte de 1946, em virtude da queda da ditadura Vargas em 1945, repetiria quase todas as disposições da Constituição de 1934, em relação ao Sistema Tributário.

A dissertação de mestrado de Fabrício Augusto de Oliveira enfatiza que a década de 50 se caracteriza como aquela em que a necessidade de se promover uma reforma de profundidade no Sistema Tributário emergira com maior intensidade. Essa intensidade ocorria em virtude da crescente participação que passou a ser exigida do Estado no processo de acumulação, especialmente no que diz respeito à criação de infra-estrutura econômica requerida para dar suporte ao mesmo.

> A intensificação do processo de industrialização no final da década de 40, que pode ser encarada como não intencional, visto ter resultado da adoção de medidas econômicas justificadas mais pelo estrangulamento externo que sobreveio com a liberação das importações no pós-guerra, com vistas ao combate da alta taxa de inflação interna, do que de uma política consciente voltada para o esforço da industrialização, conduzira ao agravamento de alguns pontos de estrangulamento já presentes no cenário econômico, especialmente nos setores de energia e transportes. Desaparelhado do ponto de vista fiscal e administrativo, o Estado se encontrava impotente para dar uma reposta adequada às pressões originárias dos setores industriais, cujas reivindicações se acentuavam.(OLIVEIRA, 1978)[7].

O período 1947 a 1952 se caracterizou por uma política cambial de sobrevalorização do cruzeiro, em relação ao dólar e por uma política de controle seletivo das importações, que

[7] OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **Um Estudo da Reforma Tributária de 1966**. 1978. Mestrado (Ciências econômicas) – Universidade Estadual de Campinas, Belo Horizonte.

discriminava os bens de consumo considerados não-essenciais em favor de determinadas matérias-primas e dos bens de capital.

Segundo Celso Furtado, o objetivo do governo ao manter fixa a taxa de câmbio num período de grande inflação interna, era o temor de que a desvalorização do cruzeiro aumentasse ainda mais a alta de preços, gerando tensões sociais. (FURTADO, 1987, p. 218)[8].

Quadro 1: Indústria da transformação – Taxas médias de crescimento anual segundo períodos selecionados e ramos industriais (em %)

Ramos	**Períodos**				
	1949 – 52	**1952 –57**	**1957 – 62**	**1962 – 67**	**1967 – 72**
Minerais não-metálicos	15,0	3,0	5,9	0,3	13,9
Metalúrgica	19,3	2,5	15,6	6,2	12,5
Mecânica	11,6	9,9	16,5	1,4	20,5
Material elétrico	25,1	17,7	27,0	8,1	15,4
Material de transporte	24,5	15,3	27,0	0,0	19,3
Papel e papelão	17,9	5,2	9,1	6,3	7,1
Borracha	19,8	6,0	15,0	6,2	13,7
Químico	11,6	13,2	17,7	6,0	15,2
Têxtil	12,4	- 2,1	8,8	- 5,0	6,3
Produtos alimentícios	4,4	3,2	7,5	1,8	8,7
Bebidas	9,4	6,0	4,1	0,9	7,9
Fumo	7,1	6,2	6,6	- 1,0	5,5
Total da indústria	10,3	4,4	11,9	2,7	12,1

Fonte: 1949 a 1957 – dados obtidos a partir do registro industrial dos anos 1952 e 1957 e do censo industrial de 1950; 1957 a 1972 – Suzigan, W e alii. Crescimento industrial recente. Relatório de pesquisa do IPEA, nº 26.

O resultado dessa política foi forte estímulo à importação de bens de capital, cujo quantum no período 1948-52 cresceu cerca de 50% mais que o quantum total e um rápido crescimento da indústria.

De fato, observando-se os dados do Quadro 1, verifica-se, no período 1949-52, uma taxa anual de crescimento da indústria de 10,3%. O crescimento mais intenso se deu os setores

[8] FURTADO, Celso. **Formação Econômica de Brasil**. 11.ed. São Paulo: Nacional, 1987, p. 218.

de material elétrico e material de transporte, provavelmente nos segmentos produtores de bens de consumo duráveis do primeiro, O setor de produtos alimentares apresentou o desempenho mais fraco.

Celso Furtado apresentou importante análise sobre esse período, em que ressalta o fato de os industriais terem se aproveitado da maior produtividade econômica do sistema, em virtude da melhoria da relação de trocas nessa fase, por meio de importações de bens de capital em condições mais favoráveis.

Nessa fase, a demanda de tecnologia da indústria era satisfeita pelas instruções de funcionamento que acompanhavam as máquinas importadas. Nesse sentido, a política econômica colocada em prática na época podia ser classificada como "de resposta". Ou seja, facilitou o acesso à tecnologia externa, pelo barateamento relativo das importações de bens de capital.

Já no início dos anos 50 é visível, entretanto, a adoção de medidas de política econômica que, analisadas em conjunto, configuram uma formulação consciente de política voltada para a industrialização.

De acordo com Carlos Lessa cria-se, em 1951, um Adicional Restituível sobre o Imposto de Renda, cujos recursos deveriam compor o Fundo de Reaparelhamento Econômico, e serem canalizados para a constituição da infra-estrutura econômica e física, para o desenvolvimento das indústrias básicas e para as atividades agropecuárias. Este daria origem, em 1952, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), criado com o propósito de executar os planos estabelecidos pelo Fundo. Na primeira metade da década de 50 o Banco, entretanto, canalizaria a quase totalidade dos recursos para dotação da infra-estrutura requerida pelo estágio atingido pela economia, com vistas à superação dos pontos de estrangulamento que obstavam seu desenvolvimento, e somente na segunda metade, sua atenção de voltaria para a área industrial. (LESSA, 1983)[9]

Outras medidas confirmariam este esforço consciente voltado para a industrialização, como a reestruturação do Plano Rodoviário Nacional, a ampliação da oferta energética no Nordeste, a constituição do Fundo Federal de Eletrificação, cujos recursos provinham da arrecadação do Imposto Único sobre Energia Elétrica, também criado em 1954. A criação da

[9] LESSA, Carlos. **Quinze Anos de Política Econômica**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Petrobrás em 1953, do Banco do Nordeste Brasileiro em 1954 e a Reforma Cambial realizada em 1953, de grande importância para a industrialização.

Apesar da presença mais ativa do Estado na economia, observa-se a insuficiência de instrumentos de política econômica para o seu desempenho de forma mais satisfatória.

A deterioração das relações de trocas que se observa a partir de 1954 e a instabilidade política reduziram a taxa de investimento e o ritmo do setor industrial.

A partir de 1953, se observa uma redução do *quantum* importado e uma redução mais que proporcional do *quantum* de bens de capital. Por outro lado, o setor de mecânica, embora crescendo a taxas inferiores às do período precedente, reduziu pouco seu ritmo de crescimento em relação aos demais, o que pode indicar um início da substituição de importações de bens de capital.

Os setores de material elétrico e material de transporte continuaram a liderar o setor industrial nessa fase. O único setor que aumentou sua taxa de crescimento, em relação ao período anterior, foi o de química, reflexo provável da criação da Petrobrás (1953). Outro fato interessante foi a brusca redução da produção das indústrias de bens intermediários (minerais não-metálicos, papel, borracha e também metalurgia), que foi acompanhada por um acréscimo substancial de suas importações.

A queda de preços do café a partir de 1953 e o aumento da importação de bens de capital e insumos básicos, num momento em que a taxa de inflação interna estava bastante elevada são fatores que influenciaram no ensaio de medidas de política econômica contracionistas. Em resposta a elas, o setor industrial manifestou resistências, tendo em vista que estavam em sentido contrário a possibilidade da nova onda substitutiva de importações, bem como representavam sério golpe à atividade econômica.

Essas pressões resultaram na adoção do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek, que segundo Carlos Lessa refletiu: “[...] na mais sólida decisão consciente em prol da industrialização da história econômica do país e, por outro lado, o ponto de partida de um novo padrão de acumulação”. (LESSA, 1983)[10]

[10] LESSA, Carlos. **Quinze Anos de Política Econômica**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Cardoso de Mello a respeito do tema observa:

> A implantação de um bloco de investimentos altamente complementares, entre 1956 e 1961, correspondeu, ao contrário (da fase da industrialização restringida), a uma verdadeira onda de inovações schumpeteriana: de um lado, a estrutura do sistema produtivo se alterou radicalmente, verificando-se um profundo 'salto tecnológico'; de outro a capacidade produtiva se ampliou muito à frente de demanda pré-existente. Há, portanto, um novo padrão de acumulação, que demarca uma nova fase, e as características da expansão delineia um processo de industrialização na fase pesada, porque este tipo de desenvolvimento implicou num crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo antes de qualquer expansão previsível de seus mercados (MELLO, 1975, p.123).[11]

O governo incrementou os seus investimentos nos setores de energia, transportes e insumos básicos, como estimulou a expansão e a diversificação do setor privado produtor de bens de produção, através da concessão de favores e incentivos econômicos. Concedeu favores fiscais para a atração do capital estrangeiro.

A menor resistência foi à forma adotada por esse governo. Ou seja, não lutou para mudar a estrutura institucional, mas adotou o esquema de financiamento inflacionário, com total apoio da classe capitalista, que se beneficiou com a transferência da renda, implícita nesse processo desestabilizador de preços.

No período de 1957-62, a política econômica foi conduzida com o fim precípuo de incentivar a industrialização. A política cambial continuou a favorecer a importação de bens de capital e intermediário.

Ao mesmo tempo, a Lei nº. 3.244/57 instituiu um sistema aduaneiro que visava reservar mercado para as indústrias nascentes enquanto que, através da Instrução nº. 113 da Sumoc, favoreciam-se as entradas de capitais estrangeiros. A nível governamental foram instituídos grupos executivos, cujo objetivo era promover e favorecer o desenvolvimento de determinados ramos industriais, tais como a indústria automobilística.

A entrada maciça de capitais estrangeiros após 1957 aliviou a pressão sobre a capacidade de importar, já que a relação de trocas continuava a se deteriorar. Esse alívio possibilitou o aumento dos investimentos e da importação de máquinas e equipamentos, fazendo com que o setor industrial apresentasse crescimento substancial no período. Os setores

---

[11] MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio**: Contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. 1975. Doutorado (Economia aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

que mais cresceram foram aqueles cujos coeficientes de importação em 1958 eram os mais elevados, indicando a continuidade do processo de substituição de importações que passou a abranger faixas mais extensas de bens de consumo durável, intermediários e de capital.

Na maioria das indústrias, a tecnologia utilizada era intensiva em capital, uma vez que este fator recebia um tratamento preferencial por parte da política econômica. Nessa fase, a demanda por tecnologia começou a se separar da demanda por bens de capital, no sentido de que não bastavam as instruções de funcionamento das máquinas e se explicitando na forma de demanda por marcas, patentes, assistência técnica, serviços específicos dos projetos de engenharia.

A política econômica desse período pode ser conceituada como uma "política de resposta", uma vez que procurou facilitar o atendimento da demanda tecnológica por fontes externas.

Grandes modificações estruturais ocorreram nesse período, em que a política econômica caracterizou-se com o tratamento favorável dispensado ao capital estrangeiro, e com a manipulação do mecanismo inflacionário para financiamento dos setores público e privado, possível enquanto a capacidade produtiva cresceu na frente da demanda.

Para Belluzzo e Cardoso de Mello "[...] uma profunda alteração na estrutura industrial, modificando as relações intersetoriais em favor do departamento de bens de produção e de bens duráveis de consumo, com a dominância do primeiro". (MELLO & BELLUZO, 1977).[12]

É sabido que ao findar o Plano de Metas, a taxa de crescimento da economia girava em torno de 6,7%, com um parque industrial montado, altamente diversificado, onde o capital estrangeiro jogava papel preponderante e o Estado encontrava-se devidamente fortalecido, para influir com decisão no processo de acumulação. A capacidade de geração de energia elétrica saltara de 3.550.000 para 5.205.000 kw, o transporte rodoviário crescera vertiginosamente, as indústrias intermediárias (especialmente cimento e aço) praticamente duplicaram sua produção, a indústria automobilística aumentara de 2.500 unidades para 321.200, enquanto a indústria mecânica sofrera um incremento de aproximadamente 100% e a de material elétrico pesado mais de 200%.

[12] MELLO, João Manuel Cardoso de; BELUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Reflexões sobre a crise atual. In: **Escrita: Ensaio**. São Paulo, nº 2, 1977.

3.1.2. As Grandes Transformações da Década de 50 para 60

Quadro 2: Estrutura do setor industrial, por ramos e grupos de industrias, em termos do valor adicionado (em %)

Categorias	Ramos	Valor Adicionado					
		1949	1955	1959	1965	1970	1972
Grupo 1: Tradicionais	1. Madeira	4,2	3,7	3,2	2,0	2,5	2,3
	2. Mobiliário	3,2	2,4	2,2	1,5	2,1	1,7
	3. Couros e peles	1,3	1,4	1,1	0,9	0,6	0,8
	4. Têxtil	19,6	18,5	12,0	11,5	9,3	9,6
	5. Vestuário	4,3	4,2	3,6	2,9	3,3	2,7
	6. Produtos alimentícios	20,5	14,6	16,4	14,9	13,5	12,4
	7. Bebidas	4,5	3,7	2,9	2,6	2,3	2,5
	8. Fumo	1,4	1,4	1,2	1,3	1,3	1,3
	9. Editorial e gráfico	4,0	3,3	3,0	2,5	3,7	3,2
	10. Diversos	1,5	2,1	1,7	1,6	2,1	2,0
		83,5	55,9	47,3	41,7	40,7	38,5
Grupo 2: Dinâmicas A	11. Minerais não-metálicos	7,1	6,8	6,6	5,1	5,9	5,4
	12. Papel e papelão	2,2	2,9	3,0	2,4	2,6	2,7
	13. Borracha	1,9	2,3	2,9	2,2	1,9	2,0
	14. Químico	5,3	12,6*	8,6	12,0	10,0	10,2
	14.a Farmacêutica	2,8	-	2,5	3,5	3,4	3,6
	14.b Perfumaria	1,6	-	1,4	1,3	1,5	1,4
	14.c Plástico	0,3	-	0,9	1,5	1,9	1,9
	15. Metalúrgica	9,4	10,3	11,8	11,6	11,6	12,5
		30,6	34,9	37,7	39,6	38,8	39,7
Grupo 3: Dinâmicas B	16. Mecânica	2,1	2,7	3,4	3,8	7,1	7,6
	17.Mat.elétrico,comunicação	1,6	3,8	4,0	6,1	5,4	5,6
	18. Material de transporte	2,2	3,3	7,6	8,8	8,0	8,6
		5,9	9,8	15,0	18,7	20,5	21,8
Total		100	100	100	100	100	100

* O ramo químico neste ano abrange também os ramos farmacêutica, perfumaria e matéria plástica.

Fonte dos dados brutos: censos e registros industriais.

Quadro 3: Estrutura do setor industrial, por ramos e grupos de industrias, em termos do nível de emprego (em %)

Grupos	Ramos	1949	1955	1959	1965	1970	1972
Grupo 1: Tradicionais	1. Madeira	4,0	5,3	5,0	4,1	5,0	4,0
	2. Mobiliário	3,1	3,3	3,6	2,5	3,9	2,9
	3. Couros e peles	1,7	1,5	1,4	1,2	-	1,0
	4. Têxtil	26,5	25,0	18,7	16,4	1,0	13,0
	5. Vestuário	6,0	6,0	5,6	4,9	6,1	5,6
	6. Produtos alimentícios	18,0	13,9	15,2	13,7	13,8	12,7
	7. Bebidas	2,9	2,9	2,5	2,6	2,2	2,1
	8. Fumo	1,0	0,9	0,8	0,9	0,5	0,7
	9. Editorial e gráfico	3,8	3,4	3,5	3,4	3,6	3,4
	10. Diversos	2,1	2,5	2,2	1,9	2,3	2,8
		69,1	65,7	58,5	51,6	53,4	48,1
Grupo 2: Dinâmicas A	11. Minerais não-metálicos	10,1	8,7	9,3	7,2	8,8	7,0
	12. Papel e papelão	1,9	2,3	2,3	2,6	2,5	2,9
	13. Borracha	0,7	1,0	1,2	1,3	1,2	1,3
	14. Químico	5,6*	6,8*	4,4	5,2	3,9	4,7
	14.a Farmacêutica	-	-	1,5	1,9	1,1	1,7
	14.b Perfumaria	-	-	0,8	0,7	0,7	0,8
	14.c Plástico	-	-	0,6	1,3	1,6	1,8
	15. Metalúrgica	7,8	8,9	9,9	12,8	9,9	11,5
		26,1	26,7	30,0	33,0	29,7	31,7
Grupo 3: Dinâmicas B	16. Mecânica	2,0	2,8	3,5	3,9	6,7	7,3
	17.Mat.elétrico,comunicação	1,3	2,5	3,3	4,4	4,3	5,4
	18. Material de transporte	1,5	2,3	4,7	7,1	5,9	7,5
		4,8	7,6	11,5	15,4	16,9	20,2
Total		100	100	100	100	100	100

* O ramo químico neste ano abrange também os ramos farmacêutica, perfumaria e matéria plástica.

Fonte dos dados brutos: censos e registros industriais.

As grandes transformações que ocorreram durante a década de 50, principalmente durante o período final, quando submetida à Política Econômica do Plano de Metas, são de primordial importância para se entender à crise dos anos 60, motivo porque detalharei melhor as alterações estruturais, através dos quadros comparativos.

A industrialização tornou-se especialmente importante quando começou a abranger as faixas de produção de bens de consumo duráveis; bens intermediários e de bens de capital. Nesse período de aceleração industrial, a estrutura da indústria brasileira modificou-se bastante.

Essa mudança pode ser visualizada nos Quadros 2 e 3 em que se demonstra a participação de cada ramo e de setores, no valor adicionado e emprego industrial, para anos selecionados.

Observa-se que o ramo de química, nos anos de 1949 e 1955, abrange também os ramos de farmacêutica, perfumaria e matéria plástica.

Constata-se que as indústrias denominadas “dinâmicas B”, ou seja, ramos da Mecânica, Material elétrico e Material de Transporte, praticamente quadruplicaram sua participação tanto no valor adicionado como no emprego industrial. Esse desempenho contrasta bastante com o das indústrias “tradicionais”, cujos principais ramos, têxtil e produtos alimentares que em 1949 representavam 40% da indústria, tanto em termos do valor adicionado quanto do emprego, tiveram sua participação reduzida pela metade em 1972.

A análise da evolução da estrutura industrial por categorias de uso (Quadro 4), propicia resultados consistentes com os já obtidos. De fato, observa-se ao aumento contínuo e substancial da participação dos bens de consumo duráveis e de bens de capital, produzidos predominantemente pelas indústrias “dinâmicas B”, ao lado do declínio dos bens de consumo não-duráveis, produzidos predominantemente pelas indústrias tradicionais.

Quadro 4: Estrutura do produto industrial por usos – Cr$ de 1955 (com base nos índices de volume físico)						
Usos	**1949**	**1955**	**1959**	**1966**	**1969**	**1972**
Bens de capital	5,2	5,7	12,0	11,7	11,0	13,4
Bens de consumo duráveis	7,2	9,5	9,4	13,3	15,8	17,3
Bens de consumo não-duráveis	55,6	50,6	43,9	35,0	33,2	27,8
Bens intermediários	32,0	34,2	34,7	40,0	40,0	41,5
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: **A Industrialização Brasileira**: Diagnóstico e perspectivas. Documentos IPEA, nº 4 – para os dados até 1966; **Crescimento Industrial**: Incentivos e desempenho recente. Coleção relatórios de pesquisa do IPEA, nº 26 – para dados de 1969 e 1972.

A industrialização brasileira apresentou essas mudanças num processo em que ocorreram as seguintes características:

1. Baixa absorção de mão-de-obra;

2. Concentração setorial e regional da produção;

3. Maior participação do Estado no processo de industrialização;

4. Crescente participação do capital estrangeiro no processo industrial.

Analisa-se isoladamente cada uma dessas variáveis, com o objetivo de caracterizar melhor a história do problema, ou seja, no sentido de tentar detalhar mais pormenorizadamente a situação existente no país, no início da década de 60, e levantar as hipóteses que justificariam a revolução ou contra revolução de 64.

A baixa absorção de mão-de-obra: A rápida industrialização brasileira, embora alterando bastante a estrutura de produção da economia, foi insuficiente para modificar a estrutura ocupacional, como se depreende do Quadro 5.

De fato, desde o pós-guerra, o emprego industrial tem crescido apenas às mesmas taxas do que a força de trabalho, originando o aparente paradoxo de uma estrutura econômica típica de uma economia madura, se analisada do ponto de vista da produção, e típica de uma economia atrasada, do ponto de vista do emprego.

Observa-se que o uso intensivo de capital nos países desenvolvidos é caracterizado como “medida madura”, porque consegue elevar a remuneração da mão de obra. Os trabalhadores são mais produtivos e, portanto tem salários mais elevados, porque cada um deles terá mais capital a sua disposição.

Duas ordens de razões podem ser enfocadas para explicar o fato:

a) Do lado da demanda, a crescente “modernização” dos padrões de consumo, porque a elite queria “produtos modernos” favoreceu a absorção de produtos de elevado conteúdo tecnológico, em cuja produção a contribuição da mão-de-obra era pequena;

b) Do lado da oferta, os incentivos à utilização intensiva do capital, por meio de medidas de política econômica que serão explicitadas no item seguinte.

Quadro 5: Comparações internacionais entre a estrutura econômica em termos do valor adicionado e do emprego

Países		**Produção industrial PIB**	**Emprego industrial/ pop. empregada**
Brasil	(1964)	29,2	8,3*
Argentina	(1964)	34,0	25*
México	(1964)	25,0	16*
Japão	(1960)	30,0	-
Itália	(média 49/59)	30,5	24,5
Holanda	(média 49/59)	30,3	29,5
Canadá	(média 49/59)	28,2	25,3
EUA	(média 49/59)	30,3	25,6
Dinamarca	(média 49/59)	27,1	29,6
Noruega	(média 49/59)	28,4	23,4
Grécia	(média 49/59)	17,7	15,9*
Espanha	(média 49/59)	23,2	18,2*
Irlanda	(média 49/59)	19,3	15,5
Portugal	(média 49/59)	34,7	19,7*

* Emprego industrial referido à população economicamente ativa.

Fonte: A industrialização brasileira .... op. Cit.

Na realidade, essas razões estão associadas à crescente participação das empresas multinacionais na indústria brasileira no pós-guerra.

A concentração setorial e regional da produção: O desenvolvimento industrial apresentou um padrão concentrador, tanto em termos setoriais como regionais.

Por concentração setorial entende-se um processo no qual a produção se concentra num número menor de empresas, cujo tamanho médio, por decorrência, é maior. Para dar uma medida quantitativa à concentração setorial, foi construído um índice do tipo Gini aplicado a classes de empresas diferenciadas pelo tamanho. Como variável indicadora do tamanho da empresa foi utilizada o número de empregados.

Os resultados do Quadro 6 verificam que o grau de concentração setorial aumentou de 0,79 em 1949 para 0,87 em 1970.

Quadro 6: Aumento de estabelecimentos e valor adicionado por grupos de pessoal ocupado (em %)* e índices de concentração setorial, para os anos censitários

Grupo de pessoal ocupado	**1949**		**1959**		**1970**	
	Nº de estabe-lecimentos	**Valor adicionado**	**Nº de estabe-lecimentos**	**Valor adicionado**	**Nº de estabe-lecimentos**	**Valor adicionado**
1 a 9	79,0	11,7	79,9	9,9	78,1	5,4
10 a 49	16,1	18,1	15,3	16,4	16,4	15,5
50 a 499	4,5	37,2	4,4	38,2	5,1	44,7
500 e mais	0,4	33,0	0,4	35,5	0,4	34,4
Índice de concentração (tipo Gini)	0,79		0,82		0,87	

* Percentuais obtidos excluindo-se do total os estabelecimentos que não apresentam declaração de pessoal ocupado

Fonte dos dados brutos: censos industriais – IBGE

O nível setorial, a concentração decorreu, principalmente, da implantação das indústrias dinâmicas, cuja tecnologia requer uma escala mínima maior para ser eficiente e que tende, portanto, a aumentar o tamanho da empresa. Por outro lado, a modernização de certos

segmentos das indústrias tradicionais levou ao desaparecimento de unidades artesanais e outras de pequeno porte, bastante freqüentes nessas indústrias, contribuindo para agravar a concentração.

Em termos regionais, a indústria de transformação está basicamente situada no eixo São Paulo - Rio. A industrialização se iniciou nessa área em virtude da proximidade dos maiores mercados consumidores, que aí se localizavam, da infra-estrutura de comércio, transporte e serviços urbanos legada pela economia cafeeira. Acrescente-se também, o fato de que uma parcela dos capitais aplicados nas indústrias provinha dos antigos cafeicultores. A partir daí, as economias de aglomeração tornaram o processo auto-sustentado, tendo havido interferência governamental apenas na década de 60, quando foram instituídos incentivos para aplicação de recursos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Os dados do quadro 7 demonstram que o processo de concentração industrial na região Sudeste, que compreende os estados de São Paulo de Rio de Janeiro, somente se amenizou a partir de 1970, em favor do aumento da participação da região Sul. É curioso notar que as regiões sob o amparo de programas governamentais não alteraram a sua participação ao longo do processo, o que torna discutível a eficácia desses programas no sentido de orientarem a concentração industrial.

A maior participação do Estado no processo: Concomitantemente ao processo de industrialização, o Estado tem aumentado a sua intervenção na economia, tanto em termos qualitativos como quantitativos. Em termos qualitativos, a política econômica aumentou inegavelmente seu raio de ação no decorrer do processo. A criação de órgãos federais e regionais de planejamento em nível de governo, do Banco Central do Brasil, dos incentivos fiscais à capitalização e exportação de manufaturados comprovam tal assertiva. Em termos quantitativos, da mensuração do grau de participação do Estado na economia pelo coeficiente despesas do governo/PIB, observa-se que este se elevou de 17,1% em 1947 para 32,2% em 1969.

Esse crescimento da intervenção do Estado não foi o produto de uma ideologia “estatizante” – decorreu sim da necessidade de preencher os “vazios” nas áreas de produção não ocupadas pelos capitais privados, ou do fato de se tratarem de obras de infra-estrutura (cuja magnitude de investimentos e baixa rentabilidade os tornavam pouco atrativos), ou de se tratarem de produtos, como no caso do petróleo, em que se visou resguardar a economia do capital estrangeiro.

Quadro 7: Valor Adicionado pela Indústria, por Regiões (em %)				
Regiões	**1949**	**1959**	**1970**	**1973**
Norte	0,7	0,9	0,8	0,8
Nordeste	8,8	6,9	5,7	5,8
Sudeste	76,6	79,2	80,7	78,7
Sul	13,3	12,4	12,0	13,8
Coentro-Oeste	0,6	0,6	0,8	0,8
Total	100	100	100	100
Eixo São Paulo – Rio de Janeiro (% do total)	69,4	73,1	73,8	72,6
Região Norte: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; Região Nordeste: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; Região Sudeste: Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara e São Paulo; Região Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Região Centro-Oeste: Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal.				
Fonte dos dados brutos: censos industriais e pesquisa industrial de 1973.				

Na área industrial, a intervenção mais direta do Estado se dá através da ação das empresas governamentais. Estas são predominantes nos ramos da mineração, petroquímica e siderurgia, setores fornecedores de insumos básicos. Tem havido uma tendência recente nesses setores de *joint ventures* entre o Estado, o capital estrangeiro e o capital nacional, no sentido de um aproveitamento de uma tecnologia estrangeira mais avançada com um resguardo da soberania nacional. Além disso, a atuação do Estado na indústria da construção civil tem importantes reflexos em alguns ramos da indústria de transformação, notadamente de minerais não-metálicos. A política econômica teve importantes efeitos de indução ao crescimento industrial.

*A crescente participação do capital estrangeiro no processo: A*s empresas estrangeiras passaram a participar mais ativamente da indústria brasileira a partir de meados da década de 50, quando receberam incentivos favoráveis à sua implantação no país. Pode-se formular a hipótese de que essa fase coincidiu com o fim do ciclo de vida de certos produtos fabricados por essas empresas em seus países de origem, e que estas tinham interesse em fabricá-los no Brasil, visando um objetivo duplo: a diluição dos custos de pesquisa, o desenvolvimento e a

promoção dos produtos, e a preservação do mercado externo, uma vez que tinham dificuldade de exportação face à redução da capacidade de importar dos países subdesenvolvidos.

Quadro 8: Taxa de crescimento anuais médias no período 1966-72 e participação das EMN nos ramos industriais

Ramos	**%**	**Participação das EMN (%)**
Madeira	9,7	17,6
Mobiliário	- 2,5	-
Couros e peles	6,4	-
Têxtil	3,7	37,9
Vestuário	6,0	49,7
Produtos alimentícios	9,3	53,8
Bebidas	5,4	14,7
Fumo	5,8	99,9
Tradicionais (sem editora, gráfico e diversos)	6,3	40,4
Minerais não-metálicos	11,3	59,7
Papel e papelão	8,0	37,0
Borracha	12,1	66,1
Químico	12,6	51,1
Perfumaria	13,7	3,3
Plásticos	12,0	70,1
Metalúrgica	10,3	26,5
Dinâmicas A (sem farmacêutica)	11,2	43,2
16. Mecânica	16,2	74,7
17. Mat.elétrico, comunicação	14,7	76,1
18. Material de transporte	14,7	96,4
Dinâmicas B	15,3	82,5
Total (sem editora, gráfico, diversos e farmacêutica)	10,4	51,6

Fonte: Doellinger & Cavalcanti. Empresas multinacionais na indústria brasileira. Relatório de Pesquisa do IPEA, nº 29. Os dados agregados foram obtidos através de ponderação pelo valor adicionado de 1970.

A partir dessa fase, as empresas estrangeiras ou “multinacionais” têm aumentado a sua participação na indústria brasileira. Primeiramente porque essas empresas se localizaram nos ramos mais dinâmicos da indústria, como se depreende do quadro 9. Vale lembrar que a participação das multinacionais nas indústrias “dinâmicas A” está algo subestimada péla não-inclusão, por falta de dados, da indústria farmacêutica, ramos reconhecidamente sob seu controle.

Em segundo lugar, há indicações de que a expansão das multinacionais se fez à custa da compra de empresas nacionais. Os dados do quadro 9, embora se refiram apenas às subsidiárias de empresas americanas, são bastante claros a esse respeito, indicando a progressiva desnacionalização da indústria.

Quadro 9: Brasil: Percentagem de novas subsidiárias das empresas multinacionais americanas estabelecidas através de compra de empresas locais

Períodos	**Nº total de subsidiarias**	**%**
Antes de 1945	28	0
1946 – 50	11	9
1951 – 55	22	22
1956 – 60	36	33
1961 – 65	16	38
1966 – 70	46	52
1971 – 73	18	61

Fonte: Doellinger & Cavalcanti. Empresas multinacionais na indústria brasileira. Relatório de Pesquisa do IPEA, nº 29

Fabrício Augusto de Oliveira analisa o final do Plano de Metas enfatizando que:

> a sua acelerada expansão começaria, entretanto, a esbarrar em limites instransponíveis já no início dos anos 60. Isto porque o amortecimento dos efeitos irradiados do bloco de investimentos da fase anterior estava a exigir, para que o processo não fosse obstado, a sucessão de um novo pacote capaz de garantir sua continuidade. Era necessário contar, entretanto, com um esquema de financiamento que garantisse um fluxo contínuo de recursos para os objetivos da acumulação. O

> esquema de financiamento inflacionário estava, a essa altura, impotente para continuar desempenhando o papel de captador de recursos necessários para a realização deste novo pacote de investimentos, na medida em que todos os setores participantes do processo produtivo já respondiam prontamente à deterioração de suas rendas. O poder de barganha dos trabalhadores aumentara e a inflação perdera completamente sua funcionalidade. O outro lado, o estancamento da entrada de capital estrangeiro, em decorrência do conturbado momento político ou mesmo das restrições a ele impostas pelo estabelecimento da Lei de Remessa de Lucros, impedia que o problema fosse amortecido por este lado. Urgia, portanto, encontrar um novo mecanismo de financiamento. Este, não era, entretanto, de tão fácil solução (OLIVEIRA, 1978)[13].

Apesar da crescente participação do Estado na economia, no período do Plano de Metas, não se promovera mudanças qualitativas no quadro instrumental à sua disposição. As poucas alterações efetuadas ocorriam para solucionar problemas emergentes sem que implicassem em modificações substantivas em sua estrutura. Assim, é que a carga fiscal fora ampliada dentro dos limites possíveis permitidos pala estrutura do sistema tributário durante os anos 50 sem, contudo, trazer alterações de monta e sem se ter uma concepção global de sua importância como instrumento norteador do processo de acumulação.

As tímidas mudanças realizadas, não conferiam ao sistema tributário condições de se apresentar como alternativa para o financiamento do novo pacote de inversões requerido por parte do setor público. Entre elas salientamos: a transformação em “ad valorem” de alguns tributos ou os freqüentes reajustes em suas bases para defender a receita do processo inflacionário; a ampliação do campo de incidência de alguns impostos, ou mesmo a criação de adicionais, como a do imposto de consumo em 1956 e as mudanças de suas alíquotas em 1958, A inexistência de um mercado de capitais dinâmico, capaz de prover o setor público e privado de suas necessidades de recursos, aliadas as dificuldade do Balanço de Pagamentos completavam o sombrio quadro deste período e deixavam claros os óbices existentes para a montagem de um novo esquema de financiamento. Na ausência deste, os primeiros sinais da depressão de 60 se manifestaram e a crise se tornou inevitável.

[13] OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **Um Estudo da Reforma Tributária de 1966**. 1978. Mestrado (Ciências econômicas) – Universidade Estadual de Campinas, Belo Horizonte.

3.2. Aspectos Políticos

3.2.1. Políticas Externas – A Guerra Fria e a Revolução Cubana

A Guerra Fria pode ser definida, sinteticamente, como uma luta ideológica entre as duas superpotências – Estados Unidos e União Soviética – pela manutenção e expansão de suas áreas de influência. Agrava-se por possuírem sistemas sócios econômicos distintos: o capitalismo e o socialismo.

O principal aspecto econômico da Guerra Fria era evitar perda de novos mercados, como acontecera com o Leste Europeu. Em termos de poder está relacionada com o fato de o país norte-americano ser o único do mundo a possuir a bomba atômica e, portanto, à partida, ter condições de se opor ao expansionismo soviético.

Em 12 de março de 1947, o presidente Truman apresentou ao Congresso americano uma mensagem que dizia: "Acredito que a política dos Estados Unidos deva ser de apoio aos povos livres que estão resistindo às tentativas de subjugação por minorias armadas ou pressões externas". Estabelecia-se a Doutrina Truman, que propunha a intervenção dos Estados Unidos naqueles países onde seus interesses estivessem ameaçados pela expansão soviética ou do socialismo. Estava inaugurada a Guerra Fria.

Para os Estados Unidos, a América Latina constituía-se uma zona muito importante e de grande influência, como uma "reserva estratégica". Essa importância tornava-se cada vez maior, à medida que crescia suas condições econômicas, com os seus recursos naturais inventariados e explorados. As reservas de ferro, de petróleo, de estanho, de cobre, de minerais raros, de urânio da Cordilheira dos Andes e do Altiplano, bem como as riquezas florestais e minerais da Amazônia eram incalculáveis. Para os estrategistas americanos essa região corria o risco de ser utilizada pelos soviéticos para criar problemas aos Estados Unidos, devido ao fato de ter as seguintes características: muitas riquezas naturais; população vivendo na miséria; ódio aos americanos; elites sem visão; dependência crônica do exterior; governos populistas com retóricas anti-americanas e nacionalistas, contra a exploração do imperialismo. Estes se apoiavam nas massas populares urbanas.

A vitória de Fidel Castro, em 1959, contra a ditadura de Fulgencio Batista, surpreendeu o mundo e em especial o governo dos Estados Unidos. Este não avaliou corretamente o

movimento até que ocorreram as nacionalizações das propriedades de cidadãos norte-americanos, reforma agrária, apoio soviético e declaração de que o novo governo cubano havia se transformado em socialista.

O programa Aliança para o Progresso lançado pelo presidente John Kennedy, em 1961, para fazer frente ao impacto da Revolução Cubana, demonstrava que esse erro de avaliação do movimento cubano, não poderia se repetir em nenhum outro país da América Latina. O programa teve o apoio de capitais, organismos e assessores americanos que promoveriam industrialização e reformas sociais.

O fracasso do programa, bem como o assassinato de Kennedy, em 1963, acarretou mudança da política norte-americana para a América Latina.

3.2.2. Os Militares e a Doutrina de Segurança Nacional

Uma das características da maioria dos governos latino americanos no período das décadas anteriores e posteriores a Segunda Guerra Mundial (1939-45) era a política do nacionalismo, que teve como seu principal representante no Brasil, o presidente Getúlio Vargas.

O nacionalismo latino-americano foi um fenômeno urbano, característico da passagem da sociedade tradicional ou rural para a sociedade urbana e industrial. Embora fosse uma ideologia de protesto contra as tremendas distorções do sistema oligárquico de poder, bem como contra os excessos da exploração imperialista, não era contra o sistema capitalista. Os partidos nacionalistas eram industrialistas. Sua doutrina política reunia os mais diferentes interesses em torno de um conjunto de reivindicações básicas ou de um estado de entusiasmo coletivo inspirado nos termos da simples justiça distributiva. Eram apoiados pelas baixas classes médias urbanas e pela classe operária, mas suas lideranças eram oriundas dos setores reformistas das classes altas (burgueses e mesmo oligarcas) e/ou das classes médias. O líder carismático era mais importante do que o partido.

Quem estivesse no poder teria que conciliar a imagem demagógica com os compromissos reais que assumiam com respeito à preservação da ordem vigente. Assim, os governantes tinham de prestar contas aos grupos militares, que lhes garantiam a posse; aos industriais que lhes custeavam as campanhas; e a Igreja com quem se comprometiam a manter a tradição. Visavam desenvolver a industrialização, o que favoreceria a burguesia industrial, no entanto quem de fato detinha o poder eram as forças da ordem: exército, burocracia e polícia.

Para os estrategistas norte-americanos, a grande influência dos militares no controle político dos países latinos americanos, ocorria pelo fato da região apresentar burguesias fracas e medíocres, partidos políticos fracos e não-coesos, disputas eleitorais e políticas decididas muito mais entre líderes, personalidades, do que entre programas e reformas políticas.

Não é nosso intuito averiguar se essas características são verdadeiras ou não, se são exclusivamente dos países latino-americanos ou também se são verdadeiras para outros países, como por exemplo, os Estados Unidos. O objetivo aqui é apenas informar, qual foi o discurso utilizado pelos norte-americanos.

O fato é que este argumento foi utilizado para justificar a “preocupação” norte-americana com os países latino-americanos.

A partir da Segunda Guerra Mundial, os militares brasileiros se afastaram da escola francesa, que treinava seus soldados, e se aproximaram dos Estados Unidos, junto aos quais deveríam lutar nos campos da Itália.

Com isso, nosso conceito de segurança militar, foi adaptado também, às doutrinas do National War College, que se baseavam em fundamentos já desenvolvidos no fascismo, tais como os que determinam: o verdadeiro perigo pode não vir de fora, mas se achar instalado dentro do próprio país; não são necessariamente as potências militares estrangeiras, mas podem estar enraizados na própria sociedade civil. Em resumo, o verdadeiro perigo à nação brasileira, pode ser o próprio cidadão brasileiro, que passa a ser tratado como inimigo em potencial.

Foi dentro desse espírito que os conspiradores anti-Goulart, desde o princípio, aproximaram-se dos Estados Unidos, procurando obter a garantia de apoio na luta contra o "perigo interno". Nesse processo, exerceram papel importante o embaixador dos EUA no Brasil, entre 1961 a 66, professor Lincoln Gordon e seu assessor, o coronel Vernon Walters, que já havia trabalhado ao lado do tenente-coronel Humberto de Alencar Castello Branco, como intérprete entre os comandos do 5º Exército e a Força Expedicionária Brasileira, na Segunda Guerra Mundial.

Walters da Cia. tinha grande relacionamento com os setores civil e militar brasileiro e manteve contato com os conspiradores, transmitindo fielmente as informações para Gordon . Este, por sua vez, ao Secretário de Estado Americano, Dean Rusk, que montou a **Operação Brother Sam.** Os Estados Unidos se comprometiam a dar toda cobertura de retaguarda para evitar a comunização do país e, por intermédio dessa operação foi enviada, em 28 de março de 1964, um sábado de aleluia, uma força tarefa às águas do Atlântico Sul.

As elites militares latino-americanas eram convidadas a estudar na "Escola das Américas". Depois que se tornassem instrutores, deveriam repassar esses ensinamentos aos militares de seus países. Essa estratégia de formar especialistas latino-americanos na escola militar Fort Gulick, fundada em 1949 na zona do canal do Panamá, foi desenvolvida pelo Pentágono (Departamento de Defesa dos Estados Unidos). Essa estratégia teve por objetivo ministrar cursos sobre doutrinas militares e sobre as mais recentes técnicas de guerra moderna, particularmente de contra-guerrilhas (lutas contra os movimentos guerrilheiros), combate na selva e luta contra a subversão. Segundo Florival Cáceres, nessa escola estudam-se as teorias da guerra psicológica desenvolvidas pelos franceses na Argélia, as obras militares de Mao Tsé-tung e de Che Guevara e as instruções táticas de todos os partidos comunistas do mundo.

Com a implantação da Doutrina de Segurança Nacional, base do regime militar brasileiro e dos outros que a ele se sucederam no subcontinente, surge também uma rede de repressão e informações com impressionantes conexões entre os diferentes países da região submetidos a ditaduras militares. Essa multinacional informal da comunidade militar de inteligência ganha um peso considerável no interior de cada um dos regimes a ponto de, em determinados episódios, sobrepor-se aos próprios governos. E, o que é igualmente grave, representar um obstáculo adicional e muito forte à redemocratização dos países da região.

A elite militar aprendeu e adaptou ao seu país a Doutrina da Segurança Nacional, segundo a qual a guerra contra o comunismo é uma guerra total: econômica, militar, política, social, psicológica, etc. Ela passou a ser concebida não apenas como uma guerra entre nações, mas como uma guerra entre os vários grupos políticos de uma nação.

Esse conceito correlacionado como Doutrina do Destino Manifesto, em linhas gerais, afirmava que "Deus entregou aos americanos o dever de zelar pelos destinos do mundo, cabendo-lhes interferir, quando necessário, para garantir a estabilidade das nações".

A grande mudança política que se processou na América Latina decorre também da crise econômica na década de 60, na medida em que enfraquece os governos populistas, que já não conseguem mais controlar os setores populares. Estes se tornavam mais conscientes de que não eram beneficiados pelo desenvolvimento econômico e queriam aumentar sua participação na distribuição da riqueza. A inquietação alcança também a população do campo, que se organizava em sindicatos e ligas de trabalhadores rurais e camponeses e exigiam a distribuição da terra, reforma agrária.

A crise final do populismo coincide com o início da chamada "guerra fria", entre as duas superpotências (Estados Unidos e União Soviética), e com um acelerado processo de internacionalização da economia.

Para a América Latina, a "Guerra Fria" terá como conseqüência uma drástica mudança de enfoque da diplomacia norte-americana, ante a comprovação de que seria altamente improvável agressão comunista externa ou guerra total e direta contra a URSS. Consolida-se, assim, a teoria da guerra limitada, dentro da qual se dá a maior ênfase à chamada "guerra anti-subversiva".

A mudança do conceito de guerra passa a exercer um papel-chave: se antes as armas eram o instrumento essencial de luta, agora ela se trava em todos os planos - militar, político, econômico, psicológico. O adversário se transforma no "monstro" do movimento comunista

internacional. Esse novo conceito baseado na Doutrina Truman foi caracterizado da seguinte forma pelo **Padre Joseph Comblin, in A ideologia da Segurança Nacional:** "A Doutrina Truman enxerga em tudo uma manifestação de "guerra subversiva"". "Já que não há nenhuma diferença entre subversão, crítica, oposição política, guerrilha, terrorismo, guerra, já que tudo isso é manifestação de um único fenômeno, a guerra revolucionária, a Inteligência consiste em criar uma rede abstrata de relações entre a suposta guerra revolucionária e qualquer indício de descontentamento por parte do povo."

Uniram-se velhas oligarquias, Igreja, setores das classes médias, militares, burguesia industrial, empresários multinacionais, governo dos Estados Unidos, todos temerosos. Era necessário que as Forças Armadas depusessem os líderes populistas reformistas e restaurassem a ordem, para manter a democracia, a família, a tradição e a propriedade privada, que estavam ameaçadas. Foi aqui no Brasil que tudo começou, em 31 de março de 1964, o governo Goulart foi derrubado quando pretendia lançar reformas de base: agrária, tributária, bancária e administrativa. O governo militar assume o poder no Brasil, dando início a uma série de ditaduras militares, que iriam espalhar-se por toda a América Latina.

O Brasil foi um exportador deste seu modelo "revolucionário": a implantação de ditaduras militares nos países vizinhos, como Uruguai, Bolívia, Chile e Argentina, contou com o apoio, a cumplicidade e a assistência de militares brasileiros.

O ano de 1968 marcou a tomada do poder pelos militares no **Peru**, pelo General Omar Herrera Torrijos no **Panamá**. Em 1971, a **Bolívia** cai sob o governo do general

Hugo Bánzer Suárez, autor de um golpe claramente estimulado e financiado pelo Brasil Em 1973, no **Chile**, foi derrubado o governo constitucional e socialista de Salvador Allende pelo General Augusto Pinochet. O **Paraguai**, controlado desde 1954, pelo general Alfredo Stroessner, uma espécie de precursor artesanal dos regimes de Segurança Nacional, acentua os mecanismos repressivos. Em 1976, os militares, que já controlavam o poder no **Uruguai,** depuseram o presidente Juan María Bordaberry e passaram a governar por meio de um presidente fantoche. No mesmo ano,em 24 de março de 1976, a presidenta Maria Estela (Isabelita) Martinez Perón, na **Argentina,** foi deposta e substituída por uma Junta Militar comandada pelo General Jorge Rafael Videla. Nesse mesmo ano, 1976, dos dez países de colonização hispânica da América do Sul, oito estão sob governo militar. E, das duas exceções (Colômbia e Venezuela) a **Colômbia** transita por um caminho de crescente militarização do poder, como o demonstra o fato de que viveu no período de 33 anos de 1949 a 1982, 30 anos sob estado de sítio.

É óbvio que essa disseminação dos regimes militares por quase toda a América Latina era favorecida pelos cursos que a elite latino-americana fazia nos Estados Unidos, onde aprendia a essência da DSN. De fato, segundo os dados do livro *The Pentagon's Protégés*, editado pela NACLA, grupo de defesa dos direitos humanos norte-americano, 71.651 militares latino-americanos haviam passado por alguma das escolas castrenses dos Estados Unidos, até fins de 1975. Só a Escola das Américas, na Zona do Canal do Panamá, formou, em 14 anos, 33.147 militares latino-americanos. Um de seus estagiários foi o presidente do Chile, general Augusto Pinochet Ugarte.

No caso da política brasileira era justificada pela lógica dos preceitos da Escola Superior de Guerra. Por esses conceitos, o Brasil deveria defender uma área específica, surgindo daí a teoria dos Círculos Concêntricos ou Cones, ou seja, áreas estratégicas delimitadas que o Brasil deveria intervir em casos de emergência. O Brasil teria de se preocupar com o "Círculo Concêntrico" do Atlântico Sul, intervindo (quer por alianças, quer por pressão militar) nos instáveis vizinhos Paraguai, Bolívia, Venezuela, Uruguai e na sempre rival Argentina; o "cone" da margem do Atlântico, preocupando-se com o litoral africano, que assistia a inúmeras lutas de caráter anti-colonial (muitas delas defendendo a revolução socialista); e o "Cone" norte, barrando a influência da Revolução Cubana (o que explicaria a presença de tropas brasileiras na República Dominicana, em 1965). O papel dos Estados Unidos seria o de auxiliar todos os lugares do mundo onde existisse ameaça comunista, como estavam fazendo no Sudeste Asiático – Vietnã do Sul, enquanto que o Brasil teria que cumprir só seu papel dentro do continente americano.

3.2.3. O Processo de ascensão das Forças Armadas ao Poder

A história da América Latina independente está vinculada à presença das Forças Armadas no centro **do poder político.** O Brasil até 1964 tinha tido muitos golpes, mas poucos governos militares explícitos; o Brasil era uma exceção em não ter muitos governos militares; em geral, as ditaduras militares eram comuns na América Latina.

A partir do golpe de Estado de 1964 no Brasil inicia-se um processo, depois estendido a outros países da região, em que as Forças Armadas deixam de interferir apenas implicitamente, para se transformarem em ocupantes institucionais do Poder.

A história republicana no Brasil se caracteriza pela crescente participação das Forças Armadas nas questões políticas da nação, embora só tenham assumido o poder e se efetivado neste de forma direta, após o golpe de 1964.

Desde o fim da guerra do Paraguai, as Forças Armadas vão ganhando destaque na política nacional. A campanha abolicionista, a derrocada da monarquia e a Proclamação da República, também chamada Revolução Federalista da Armada, contaram com a participação decisiva das Forças Armadas que se fizeram representar pelos dois primeiros presidentes da república do país: Marechal Deodoro da Fonseca e Marechal Floriano Peixoto.

Outras rebeliões como: Questão Militar, Revolta da Vacina (em que foi explorada a Escola Militar da Praia Vermelha), Canudos e Contestado. Outras revoltas mais recentes como: Revolução de 1922 e 1926 (Tenentismo), Revolução de 1930, Revolução Constitucionalista de 1932, Estado Novo (Levante Comunista e Levante Integralista), Governo Dutra (cassação do PCB), segundo Governo de Getúlio Vargas (episódio que culmina com o suicídio do Presidente), Movimento de 1955 (a “novembrada”), Governo Juscelino (Jacareacanga e Aragarças e a constante tensão político-militar).

Na crise dos anos 20, por exemplo, teve início com a candidatura de Nilo Peçanha, passando pelo movimento tenentista e culminando com o fim da “política do café com leite” e a ascensão do Presidente Getúlio Vargas ao poder. Nesse episódio, as Forças Armadas, em especial a jovem oficialidade do exército, tiveram um papel decisivo, a ponto de boa parte dos líderes do movimento tenentista terem chegado ao poder com Vargas em 1930, e ocupado cargos importantes durante todo o período do governo provisório, que foi de 1930 a 1934, conforme relatado por Anita Leocádia Prestes no seu livro “A Coluna Prestes”.

Embora a política de alianças do presidente Getúlio Vargas tenha amenizado os conflitos das oligarquias cafeeiras com a burguesia, durante o governo constitucional, de 1934 a 1937, os meios militares não se acalmaram. Durante esse período surgiram dois distintos movimentos, ou seja, a Ação Integralista Brasileira e a Aliança Nacional Libertadora, que chegaram a apresentar lideranças e terem importante participação dos militares. Para desfechar o golpe de 1937, Vargas contou com o apoio da classe dominante e de amplos setores das Forças Armadas.

A citação do sociólogo uruguaio Vivian Trias caracteriza perfeitamente essa situação: "Estruturas econômicas e sociais distorcidas pela dependência, que condena as massas populares à pobreza ou à indigência, *como uma necessidade de seu funcionamento*, não podem se conciliar com estruturas políticas em que os povos decidam o seu destino."[14]

A iminência da Segunda Guerra Mundial, no princípio, dividia opiniões sobre a posição que deveria ser assumida pelo governo, porém, com a definição de participar da guerra ao lado dos aliados, ocorreu a unificação das Forças Armadas e o período de 1937 a 1945 caracteriza-se pela preocupação com as questões bélicas, que conturbavam o cenário mundial.

Entretanto, logo ao final da 2º Guerra Mundial, os militares, acompanhando a onda democratizante que tende a se instalar em todo o mundo capitalista, põem fim à ditadura de Vargas e entregam o poder ao Supremo Tribunal de Justiça. Este convoca a Constituinte de 1946, sob o governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra.

Durante o período que vai de 1946 até 1964, os militares irão ter papel decisivo em momentos importantes da política brasileira, conforme enfatiza Damião de Lima, em sua tese de doutorado em História Econômica:

> [...] sempre aparecendo como árbitro dos conflitos e defensores da ordem e da moralidade pública. Foi assim na conspiração para a derrubada de Getúlio Vargas em 1954. O golpe contra o governo só não se concretizou devido ao suicídio do presidente. Com esse ato desesperado, Vargas adiou o golpe por dez anos. (LIMA, 2004)[15]

---

[14] TRIAS, Vivian. Las Fuerzas Armadas en lãs Sociedades Iberoamericanas. **Revista Nueva Sociedad**, Caracas, v. 49, Julho-Agosto, 1980.

[15] LIMA, Damião de. **Impactos e Repercussões Sócio-Econômicas das Políticas do Governo Militar no Município de Campina Grande (1964 - 1984)**. 2004. 300. Doutorado (História econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

Os golpistas se retraíram temendo as pressões populares diante do suicídio de Getúlio e Café Filho é empossado sem maiores problemas. Essa calmaria é quebrada com a vitória eleitoral de Juscelino Kubitschek e a campanha para impedir a sua posse. Mais uma vez as Forças Armadas vão intervir na vida política do país, dessa feita, para garantir o cumprimento da Constituição e a posse do presidente eleito.

Algumas medidas de caráter ambíguo do governo do presidente Jânio Quadros, tais como: tentativa de limitação da remessa de lucros das empresas estrangeira; condecoração de Ernesto Guevara com a ordem do Cruzeiro do Sul; tentativa de criar uma terceira ordem no campo político econômico que não se alinhasse com a URSS nem com o EUA; teriam sido motivo, de fortes pressões das Forças Armadas sobre o presidente, o que contribuiu para que ele renunciasse.

Ao contrário da intervenção para a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek, quando os militares defenderam o cumprimento da Constituição, o objetivo dessa nova intervenção era impedir a posse do vice-presidente João Goulart, por considerá-lo subversivo e um perigo para a democracia.

Aproveitando a ausência do vice-presidente que se encontrava em visita na China Socialista, os três ministros militares formaram uma junta de governo e tentaram impedir a posse de João Goulart. Esse movimento só não logrou êxito devido a forte pressão popular e, principalmente, ao acordo aceito por Goulart para dividir o poder com o Congresso, através da implantação do sistema parlamentarista.

As Forças Armadas tentariam revestir de legalidade a intervenção de 64 alegando vários motivos, que serão citados e farão parte da nossa exposição a seguir. Um deles refere-se a todo o quadro de instabilidade político, econômico e social do país durante o Governo de João Goulart. Nesse período a saída apresentada pelo Governo era a promoção de mudanças radicais no país, através das reformas de base. Para a classe dominante e para os setores conservadores das camadas médias, as Forças Armadas se constituíam a única alternativa de saída do caos, na visão desses grupos.

Helio Fernandes, em artigo publicado na Tribuna da Imprensa, em 09 de junho de 2004 relembra:

> 1935 provocou o 10 de novembro de 1937, o 11 de maio de 1938, o Manifesto (dos mineiros) de 1943, a derrubada da ditadura em 1945, o Manifesto dos Coronéis de 1953, o suicídio de Vargas em 1954, o golpe contra Juscelino em 11 de novembro de 1955, a renúncia de Jânio em 1961, a posse “controlada” de Jango no mesmo ano de 1961, a ditadura escancarada de 1964. Sempre com os militares no centro de tudo,

> perdendo numa oportunidade, ganhando na outra, coordenado e orquestrado. A partir da renúncia de Jânio e da posse de Jango, o País ficou num clima permanente de golpe. Só não percebeu quem não quis. Os civis não acreditavam que os militares ficassem com o Poder, mas foram superados. (FERNANDES, 2004)[16]

A experiência adquirida pelos militares nas diversas intervenções ao longo da história republicana do Brasil, conforme já mencionado, com participação cada vez mais forte nos momentos decisivos da vida política do país, era estimulante e um grande incentivo para que se sentissem com capacidade de administrar o país. Com a grande crise que se intensificava inflamando cada vez mais os movimentos sociais, o impasse e a dificuldade do país tomar um rumo, floresce cada vez mais a visão de que só um governo forte seria capaz de acabar com os desmandos e com a agitação que tomava conta do país.

Para os militares, por exemplo, o artigo do coronel Hilton do Valle, a intervenção ocorreu porque o "povo desejava", evidenciando em seu documento a preocupação em revestir o golpe de 64 de caráter legal:

> [...] o povo tinha desejado a'revolução', realizando a Marcha Família com Deus pela Liberdade em 20 de março em São Paulo, em que homens e mulheres de 'terço na mão', imploram a proteção Divina e das Forças Armadas contra o 'perigo comunista'.." (VALLE, 1996, p. 3)[17].

Ainda nesse artigo discute que:

> [...] as causas que determinaram à insatisfação militar e a tomada de decisão em março de 64 para garantir que o Congresso trabalhasse contra a ação dos "esquerdistas": Em primeiro lugar o coronel responsabiliza a revolta dos Sargentos da Marinha e da Aeronáutica, em Brasília contra a decisão do Supremo Tribunal Federal que denegara a elegibilidade de elementos daquela graduação. Em segundo lugar denuncia a solicitação do estado de sítio pela Presidência da República, Em terceiro, destaca a presença do Presidente Goulart numa Assembléia de Sargentos no Automóvel Clube do Rio de Janeiro com pregações revolucionárias, atentadoras à hierarquia e à disciplina militar. Por último, lembra o comício da Central do Brasil, onde o governo buscou estimular os conflitos de classes, através de oradores e slogans do Partido Comunista e o descalabro das decisões da Justiça do Trabalho nas grandes capitais." (VALLE, 1996)[18].

---

[16] FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar. 1975.

[17] VALLE, Hilton do. Revolução de 64: Atos institucionais (1964/1968). **Jornal Letras em Marcha**, Rio de Janeiro, março/abril. 1996. Publicação comemorativa do 188º aniversário do corpo de fuzileiros navais.

[18] VALLE, Hilton do. Revolução de 64: Atos institucionais (1964/1968). **Jornal Letras em Marcha**, Rio de Janeiro, março/abril. 1996. Publicação comemorativa do 188º aniversário do corpo de fuzileiros navais.

Doutrina válida internacionalmente, a ideologia de Segurança Nacional vai fazer a sua entrada na cena latino-americana pela via da Escola Superior de Guerra (ESG) do Brasil, criada em 1949, nos moldes de dois institutos norte-americanos: o U.S. Industrial College of the Armed Forces e o National War College. Complementarmente, os americanos enviam ao Brasil uma missão especial de assessoramento que permanece no país desde 1948 até 1960.

A Escola Superior de Guerra (ESG) buscou a formação de uma elite civil-militar, incorporando sistematicamente os não militares a seus cursos Entre 1950 e 1967, a Escola graduou 1.267 pessoas, sendo que mais da metade, 646 eram empresários, altos funcionários públicos (civis), juízes e profissionais em geral, que aos participarem dos cursos, irradiava, depois, suas teses nos seus ambientes profissionais e/ou políticos. Nesses cursos era enfatizado a importância do "novo" papel da Forças Armadas como "construtora da Nação" – termo também nascido nos Estados Unidos (*nation-building*) - que logo transbordará para a tomado do poder de forma institucional.

Em seu artigo "Democracia Limitada y Poder Militar", o professor da Universidade Central da Venezuela José Lorenzo Pérez caracteriza assim os golpes militares:

> A crise final do populismo, e mais os fatores abaixo relacionados, levam as Forças Armadas, primeiro no Brasil e depois em sucessivos países do subcontinente, a dar o passo decisivo: abandonam o papel de árbitros, ou "Poder Moderador", que exerceram ao longo de muitos anos pós-independência, para se lançarem, institucionalmente, ao Poder, com seus sócios civis, as elites formadas, no caso do Brasil, na Escola Superior de Guerra.
>
> 1. O nível de capacitação que adquiriram nas escolas e centros de formação, com uma programação orientada para o desenvolvimento e o conhecimento da realidade sócio-econômica de seu respectivo pais.
>
> 2. A ideologia que se estabelece e se desenvolve, com a denominação de Segurança Nacional, e que tem como objetivo-chave a eliminação da subversão.
>
> 3. A confiança e a convicção que vão adquirindo como instituição, à medida que conseguem coesão interna, não obstante as diversas frações, de que podem, apesar de ser militares, também exercer o poder político.
>
> 4. As condições em que se encontra a sociedade dos países americanos, como produto dos erros e incapacidade do governo civil, das contradições entre as novas estruturas de classes em ascensão, das novas variantes do capitalismo mundial e da estratégia dos Estados Unidos. (VALLE, 1964)

Com o golpe de 1964, começa a terminar uma etapa do militarismo latino - americano descrita por Lorenzo Perez:

> Na etapa na qual domina a oligarquia tradicional, observa-se como os governos militares atuam para defender os interesses criados das classes dominantes e para impedir a ascensão das classes populares, enquanto o poder civil adota um comportamento que podemos situar em dois níveis: 1. quando estão no poder político, utilizam os militares como fator de equilíbrio ou arbitragem para solucionar as condições que se apresentam na luta pelo poder, e para fortalecer e consolidar as forças econômicas; 2. quando estão na oposição, trabalham incessantemente paras que os militares derrubem o governo constitucionalmente estabelecido e lhes proporcionem oportunidade para assumir ou recuperar o poder político. (VALLE, 1964)[19]

Para inúmeros estudiosos, os regimes baseados na Doutrina da Segurança Nacional (DSN) não passam de um diabólico invento norte-americano, na medida em que a doutrina nasceu nas escolas militares dos Estados Unidos e se propagou depois às instituições castrenses (relativo à classe militar) de ensino do continente. E é evidente a satisfação com que os setores conservadores da sociedade norte-americana recebem a presença institucional dos militares no poder, como se pode aferir pela seguinte frase de Robert McNamara, então secretário de Defesa, referindo-se à importância do treinamento de oficiais latino-americanos nos Estados Unidos:

> "Esses oficiais são os futuros dirigentes de seus povos, os homens que têm conhecimento e os transmitem às suas próprias Forças. Não é necessário que insista na utilidade de contar, nas posições-chave, com homens que sabem, por experiência, como fazem as coisas os norte-americanos e como pensam. A amizade desses homens tem um valor inapreciável" (MCNAMARA, 1995)[20].

Entretanto, essa análise, que coloca o centro da questão nos Estados Unidos, menospreza demais, as influências de fatores internos que, na maior parte das vezes, acabam por desempenhar papel decisivo para a instauração (ou queda) dos regimes militares.

A leitura deste trabalho assemelha-se a citação do já mencionado sociólogo Uruguaio Vivian Trias: "O anticomunismo, em seu sentido mais abrangente, que inclui no mesmo saco desde o reformismo de um sindicato até o terrorismo foguista, será o cimento que melhor ligará as Forças Armadas com a burguesia transnacionalizada". (TRIAS, 1980)[21].

---

[19] PEREZ, José Lorenzo. Democracia Limitada y Poder Militar. **Revista Nueva Sociedad**, Caracas, v. 47, Março-Abril, 1980.

[20] MCNAMARA, Robert 1995 In **Retrospect : The Tragedy and the Lessons of Vietnam**. New York: Times Books.

[21] TRIAS, Vivian. Las Fuerzas Armadas en lãs Sociedades Iberoamericanas. **Revista Nueva Sociedad**, Caracas, v. 49, Julho-Agosto, 1980.

A inevitabilidade de se contar com os exércitos para percorrer o caminho da democracia, em julho de 1979, o estudioso panamenho Nicolas Gonzalez-Revilla, um dos negociadores do tratado Carter-Torrijos (que levou à devolução do Canal ao Panamá), escreveu:

> "Atualmente, na América Latina, pode-se avançar rumo à Democracia e à Revolução com apoio dos Exércitos ou, então, com a indiferença dos mesmos, mas nunca contra eles; esta é uma realidade que, ainda que não goze a simpatia de muitos democratas tradicionais, é, a nosso juízo, a medula determinante para o futuro da América Latina". (GONZALEZ-REVILLA, 1979) [22]

No já citado "Militarismo na América Latina", Clóvis Rossi conclui: "Ou seja, mais de século e meio depois da Independência, o subcontinente parece ainda ancorado no ponto de partida, pendente das atitudes e ações dos **senhores da guerra** para definir o seu perfil institucional." (ROSSI, 1982)[23].

[22] GONZALEZ-REVILLA, Nicolas. Militarez y Civiles e bel Desaroll de la Democracia Latinoamericana. **Revista Nueva Sociedad**, Caracas, v. 43, Julho-Agosto, 1979.
[23] ROSSI, Clovis. **Militarismo na América Latina**. Brasiliense, São Paulo, 1982.

3.2.4. Tudo Bem Planejado: Mas,... o Golpe foi Antecipado

Conspiração Planejada, Ação Medida, Calculada, Amadurecida e... Inesperadamente a Atitude Precipitada: o General Olympio Mourão resolveu antecipar o Golpe.

O caráter conspiratório da Revolução de 64 já tem sido amplamente comprovado por vários estudiosos. Cartas arquivadas na Caixa 43 pertencentes ao Acervo da "Revolução de 64", localizado no Arquivo Histórico do Exército no Rio de Janeiro, por exemplo, enviadas ao Oficial Médico da Reserva do Corpo de Saúde do Exército coronel Aurélio Ferreira Guimarães, confirmam o ideário da revolução e seu potencial conspirativo. O médico disponibilizava sua casa em Copacabana, no período de 1961 a 1964, a serviço dos conspiradores. Ali se estabeleceu o quartel general dos articuladores do golpe de 64 e, nela, ficou instalado o Estado Maior Revolucionário, integrado por 14 oficiais do Exército, chefiados pelo general Syzeno Sarmento. Em 1964 o médico abrigou em sua residência o marechal Arthur da Costa e Silva. Por sua atuação no planejamento do golpe foi condecorado em 25 de agosto de 1964 com a "Ordem do Mérito Militar".

Em documento datado de 08 de fevereiro de 1986, intitulado "Síntese de minhas atividades político-militares e revolucionárias", o médico resume sua trajetória política:

> Tinha participado de seis revoluções, de 'arma na mão': em 1924, 1930, 1932, 1945, 1954 e 1964; fora preso 28 vezes por atividades político-militares (em corpos de tropa, em fortes, fortalezas, navios presídios, ilhas litorâneas e em órgão de segurança), contribuíra para deposição de três chefes da Nação (Washington Luiz em 1930, Getúlio Vargas em 1945 e João Goulart em 1964). Teve dois exílios: o primeiro em Portugal por ter participado da Revolução Constitucionalista em São Paulo, o segundo na Argentina em 1937, por ter se rebelado contra o Estado Novo. Declarou ainda que 'os seus feitos e o seu nome sempre estiveram vinculados às classes empresariais'. (GUIMARÃES, 1986)[24]

A discussão, por exemplo, sobre o grau de autonomia dos militares, vistos como corporação possuidora de dinâmica própria ou burocracia especializada, confrontava o possível entendimento do marxista pelos militares como agentes instrumentais da burguesia: para João Quartim de Moraes, por exemplo, "o que ocorreu em março-abril de 1964 foi um golpe

[24] GUIMARÃES, Aurélio Ferreira. **Sínteses de Minhas Atividades político-militares e revolucionárias**. 8 de fevereiro de 1986.

reacionário da direita do qual, os militares constituíram o instrumento decisivo". Do mesmo modo, se os regimes militares eram simples decorrência dos ajustes do capitalismo, o estudo específico dos militares pareceria menos importante, sobressaindo, isto sim, os aspectos relacionados à expansão capitalista, ao capital internacional e ao papel dos setores da burguesia brasileira nesse contexto. (MORAES *apud* TOLEDO, 1997, p. 26).[25]

Conforme Francisco de Oliveira:

> "Por que se dá o golpe? Devido às restrições da aliança de classes que estava no poder e ao deslocamento que, nessa aliança, algumas sofrem em detrimento de outras. A burguesia brasileira estava sendo deslocada, pelo próprio processo da expansão capitalista, de seu lugar central; ela não era mais a única detentora de um poder de classe dominante, senão que, devido ao crescimento e à recepção dos capitais internacionais, aquele lugar estava sendo ocupado por outro ator [...] Evidentemente, a burguesia não desapareceu, mas perdeu importância; ou melhor, exclusividade; compete, então, com a burguesia internacional no comando da economia brasileira". (OLIVEIRA, 1997)[26]

Esse momento de conflito ficou registrado no Boletim Fiesp:

> POSIÇÃO DA FIESP SOBRE CAPITAL ESTRANGEIRO
>
> **Subdesenvolvimento e capitais estrangeiros**
>
> Existe, em nosso meio, uma corrente de legisladores e técnicos que se bate pela adoção de restrição aos investimentos estrangeiros em nosso país. Vários projetos de lei estão em curso no Parlamento Nacional, vedando à estrangeiros a participação em diferentes tipos de empresas, aquisição de terras além de certas áreas, a limitação de remessa de lucros, e "royalties" e etc. Do outro lado, há uma corrente que, ultra liberal e sem tomar muita consciência dos tempos do problema, não deseja outra coisa senão que os capitais estrangeiros tenham plena liberdade em nosso país.
>
> Como acontece sempre ou quase nas questões que dizem com a vida econômica de um povo que se encontra nos mais diversos estágios de progresso, nem a posição de uma, nem a posição de outra corresponde exatamente aos interesses profundos e perenes da nação brasileira. É preciso afirmar com coragem, sem receios de críticas, que o Brasil carece de capitais, que a taxa de formação de capitais nacionais é reduzida e, portanto devemos incrementá-la com recursos de fora. Recursos de preferência de origem oficial, mas não exclusivamente desta origem, pois nenhuma das grandes nações do mundo, se os países subdesenvolvidos levantarem uma barreira a investimentos privados externos, concordará em emprestar-lhe capitais públicos. Nem mesmo os países que praticam o capitalismo de Estado, isto é, a Rússia e os demais da cortina de ferro, entrarão com capitais públicos, se as suas

[25] MORAES, João Quartim de. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.); et al. **1964**: visões críticas do golpe. democracia e reformas no populismo. Campinas: UNICAMP, 1997. p.26.

[26] OLIVEIRA, Francisco de. **Dilemas e Perspectivas da Economia Brasileira no Pré-64**. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.); et al. **1964**: visões críticas do golpe. democracia e reformas no populismo. Campinas: UNICAMP, 1997. p.26.

> empresas estatais, destinadas a exportação e importação tiverem as suas atividades coibidas nos países devedores.
>
> Em resumo, a nosso ver, é que mais uma vez a virtude estará no meio-termo. Saber fixá-la e fazê-la uma realidade, obedecida e operacional, é obra de estadistas. Esperemos que o compreenda e o concretize o atual governo brasileiro.
>
> A economia é uma ciência cuja definição provoca grandes controvérsias. Entretanto, admite-se que ela pode ensinar aos povos a escolher entre várias alternativas. Quanto à formação e acumulação de capitais, todos desejamos que seja feita nas mãos de brasileiros e a economia mostra que isso se pode conseguir. Mas uma das alternativas impõe, tal como aconteceu em outros países, terríveis sacrifícios às gerações atuais, em benefício das futuras. É a que tem por objetivo comprimir o consumo, a fim de ser possível elevar a taxa de investimentos. É evidente que esta política econômica tem o seu limite na própria capacidade das populações atuais.
>
> Outra alternativa é precisamente o recurso aos capitais estrangeiros, cuja função seria permitir-nos explorar hoje o que, se contássemos apenas com capitais nacionais, só poderíamos explorar em um amanhã incerto e talvez longínquo. Examinemos os prós e contras desta alternativa e tomemos uma decisão à bem do interesse da nacionalidade.
>
> No programa do Conselho de Ministros faz-se alusão à 'sangria bárbara' constituída pela remessa de lucros sobre capitais estrangeiros.
>
> Explique-se ao povo brasileiro o que isso significa em relação ao produto bruto nacional, receita cambial e etc. Não podemos e nem devemos satisfazer-nos somente com o enunciado de conceitos que podem não passar de simples "slogans" sem conteúdo (FICO, 2004. p. 234)[27]

Diversas avaliações genéricas, em debates, artigos de divulgação ou jornalísticos, enfatizavam o papel determinante de aspectos econômicos, como as necessidades de rearranjo decorrentes da relação entre o capital internacional e o nacional (associado). Importantes economistas já haviam chamado a atenção para o esgotamento da etapa "fácil" de substituição de importações e, com base neles, avaliações economicistas do golpe também foram feitas.

A análise marxista mais conhecida sobre o golpe de 64 provém de Jacob Gorender em *Combate nas Trevas*, livro divulgado em 1987.

> Para ele, a explicação fundada no esgotamento do modelo de substituição de importações só leva em conta o aspecto superficial e deriva da idéia de que o processo econômico se reduz a uma sucessão de modelos de política econômica [...] a crise econômica de 1962-1965 foi a primeira crise cíclica nascida no processo interno do capitalismo brasileiro e revelou precisamente o seu amadurecimento. (GORENDER, 1987, p. 31)[28]

---

[27] FIESP, v. 631, 8 nov. 1961. In: FICO, Carlos. **Além do Golpe:** Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004. p.234.

[28] GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas. A Esquerda Brasileira**: das ilusões perdidas à luta armada. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987, p.31.

Para Gorender, tendo em vista a já inconteste proeminência da burguesia industrial, o enfrentamento da crise impunha-se como adesão aos parâmetros de estabilização financeira tal como preceituados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

> a receita recessiva requer governos fortes, capazes de negar concessões às massas trabalhadoras e forçá-las a engolir o purgante das medidas compressoras do nível de vida [...] O núcleo burguês industrializante e os setores vinculados ao capital estrangeiro perceberam os riscos dessas virtualidades das reformas de base e formularam a alternativa da 'modernização conservadora'. Opção que se conjugou à conspiração golpista" (GORENDER, 1987, p.31)

A conclusão de Carlos Fico é a seguinte:

> Portanto, Gorender consolidou, em traços gerais, duas das principais linhas de força interpretativas sobre as razões do golpe: o papel determinante do estágio em que se encontrava o capitalismo brasileiro e o caráter preventivo da ação, tendo em vista reais ameaças revolucionárias provindas da esquerda. (FICO, 2004)[29]

Esta última posição difere de outros autores, que preferem indicar a inexistência de riscos maiores de efetiva vitória da esquerda.

O best seller "1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe", escrito pelo cientista político uruguaio, também formado em história, René Armand Dreifuss chama atenção para a especificidade do caso brasileiro. Dreifuss parte do pressuposto de que o domínio econômico do capital multinacional na economia brasileira não encontrava uma correspondente liderança política: "havia uma clara assimetria de poder entre a predominância econômica do bloco multinacional e associado, que se consolidara durante os períodos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, e sua falta de liderança política." Assim, visando a contrapor-se à proeminência política, de tipo "populista", da burguesia tradicional e de setores oligárquicos, tal bloco "organizou grupos de pressão e federações profissionais de classe, escritórios técnicos e anéis burocrático-empresariais, com o objetivo de conseguir que seus interesses tivessem expressão em nível de governo." A ênfase dada era a necessidade na

[29] FICO, Carlos. **Além do Golpe:** Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004. p.234.

substituição do controle de tipo "populista" das classes populares por outro decididamente coercitivo. (DREIFUSS, 1981)[30]

Dreifuss descreveu, detalhadamente, as atividades das organizações empresariais Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), amparando-se em documentação que ele teria encontrado, casualmente, no Arquivo Nacional. "o complexo Ipes/Ibad funcionou como um Estado-Maior da burguesia multinacional-associada que desenvolveu uma ação medida, planejada e calculada que a conduziu ao poder."

Dreifuss mostrou, em minúcias, que:

> "[o] complexo Ipes/Ibad atuava de maneira bastante variada, em diversas frentes, mobilizando equipes multifuncionais, espraiando-se virtualmente por todo o país e amparando-se em recursos de financiamentos razoavelmente abundantes. Tratava-se de uma ampla campanha de desestabilização: as atividades envolviam doutrinação contra o comunismo, o socialismo, o 'atraso' da oligarquia rural, a 'corrupção do populismo', a intervenção do Estado, e expressavam-se através de múltiplos suportes, como palestras, simpósios, entrevistas à imprensa, debates, filmes, peças teatrais, desenhos animados e livros. Rádio, televisão, cinema, editoras e imprensa foram mobilizados. Assim, embora o bloco modernizante-conservador fosse incapaz de se impor por consenso na sociedade brasileira, ele, no entanto, era capaz, através de sua campanha ideológica, de esvaziar uma boa parte do apoio ao Executivo existente e reunir as classes médias contra o governo". (DREIFUSS, 1981, p.105)

Ainda segundo esse raciocínio "alguns dos mais destacados associados ao Ipês e ao Ibad foram oficiais dos mais influentes na época." Tendo estimulado atmosfera de inquietação política, conseguiram coordenar e integrar os vários grupos militares, conspirando contra o governo, e, de certa forma, proporcionar o exigido raciocínio estratégico para o golpe. Seus ativistas participaram diretamente da conspiração militar. O golpe foi a culminância de um movimento civil-militar contra João Goulart e durante o governo militar de Castello Branco foram dados importantes cargos do governo à "homens-chave dos grandes empreendimentos industriais e financeiros e de interesses multinacionais: seria a plena realização dos interesses do 'bloco multinacional e associado'." (DREIFUSS, 1981, p.105)

O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS) foi uma organização de empresários do Rio de Janeiro e São Paulo, criada para combater a situação que se encontrava o país, após a renúncia do presidente Jânio Quadros. Fundado oficialmente em 2 de fevereiro de 1962 no Rio de Janeiro teve o apoio dos jornais cariocas O Globo, Jornal do Brasil, Correio da Manhã.

---

[30] DREIFUSS, René Armand. **1964 A Conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vezes, 1981, p. 105.

Participou ativamente na mudança de governo, preparando o golpe de 1964 e, após atingir seu objetivo, reduziu suas atividades, desaparecendo completamente em 1972.

O grupo mais ativo e influente era o do Rio, chefiado pelo General Golberi do Couto e Silva. O Dicionário de História da FGV descreve entre outras, a atuação do IPÊS na intensa propaganda anticomunista através de cursos, seminários conferências públicas e artigos enviados para os jornais, cujo conteúdo versava invariavelmente sobre as vantagens do regime democrático e da livre iniciativa. "Publicou e distribuiu grande número de livros, folhetos e panfletos de oposição ao governo Goulart e de combate ao marxismo, entre os quais o livreto Nossos Males e Seus Remédios, destinado aos empregados da indústria e do comércio, e o livro UNE, instrumento de subversão, de Sônia Seganfredo, dirigido aos estudantes universitários. Para atingir o grande público, o instituto produziu uma série de 14 filmes de doutrinação democrática, que foram apresentados em todo o país". A filosofia política do IPÊS era baseada na encíclica *Master et magistra*, do papa João XXIII, e no programa da Aliança para o Progresso, bem como refletia a visão sobre a realidade brasileira da Escola Superior de Guerra (ESG), onde muitos civis haviam se diplomado.

Somente em 1963 o Instituto editou 280.000 exemplares de livros e 2.500.000 panfletos. Para movimentar essa máquina de propaganda foi preciso muito dinheiro. Os recursos internos vinham da criação de agência de propaganda que emitiam faturas para empresas colaboradoras em nome de serviços que não eram prestados. O apoio externo, segundo dados do próprio arquivo do IPÊS, veio de quase 300 empresas norte-americanas e de mais de um centena de empresas de origens diversas.

Segundo o ex-agente da CIA, Philip Agee, trinta milhões de dólares também foram canalizados pelo empresariado internacional ao Brasil, para derrotar o governo nas eleições de outubro de 1962 e, para a campanha em defesa do regime parlamentarista, que foi para julgamento popular em janeiro de 1963. Esses fundos foram utilizados na campanha de oito candidatos aos governos dos 11 estados onde houve eleições. Houve também o apoio a 15 candidatos ao Senado, a 250 candidatos à Câmara e a mais de quinhentos candidatos às Assembléias Legislativas.

A injeção dessa grande soma de dinheiro ocorreu através do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que fazia a indicação dos candidatos anti - janguistas.

Apesar de todos os esforços, a bancada da esquerda aumentou sua presença e influência no Legislativo, tomou conhecimento das doações de campanha e exigiu a criação de uma

Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, para apurar os fatos e a procedência dos recursos, descobrindo que eles ingressaram através dos Bancos Royal Bank of Canadá, Bank of Boston e First National City Bank.

Esse trabalho de propaganda se intensificou após o resultado plebiscito (9.457.448 votos pelo presidencialismo e apenas 2.073.582 a favor do parlamentarismo). A opção pela conspiração uniu os setores que já estavam conspirando, os "tradicionalistas" com os "modernizantes", buscando-se aprovação da opinião pública nacional, principalmente da classe média, e da internacional para o golpe de força.

Na observação do presidente do Sindicato dos Bancos Jorge Oscar de Melo Flores, diretor do IPÊS e ligado profissionalmente ao Chase Manhattan Bank "... os líderes empresarias, normalmente divididos por interesses contraditórios....uniram-se ante o perigo comum e tomaram umas posição que... com a evolução dos acontecimentos, passou por fases sucessivas cada vez mais radicalizadas, até atingir o estágio revolucionário".

O "estágio revolucionário" estava diretamente ligado à decisão dos militares, independentemente das diferentes correntes de conspiração. A frase do marechal Odílio Denis expressa essa condição: "Com a queda do parlamentarismo [...] era preciso agir pela força para derrubar o governo", bem como a do marechal Cordeiro de Farias: "Creio que podemos situar o início da conspiração, como atividade política relativamente organizada, no momento em que Jango recuperou todos os poderes, após o plebiscito que restaurou o presidencialismo".

Entre o plebiscito de janeiro de 1963 – que retificou o apoio a Goulart – e o golpe de 31 de março de 1964, operou-se uma transformação radical na opinião pública graças a um bem-sucedido plano de agitação e propaganda. O IPÊS, como entidade que se destinava a atividade técnica e aparentemente neutras voltada para objetivos essencialmente "educacionais e cívicos", passou a desempenhar a luta política e a propaganda contra as reformas estruturais incentivadas por Jango, de cunho nacionalista e de tendência social mais avançada.

Seus dirigentes e associados não se limitaram a trabalhar somente junto ao empresariado, mas batalhavam incessantemente no Congresso, nas Forças Armadas, nos Sindicatos de Trabalhadores, na Igreja e no Movimento Camponês. O IPÊS atuava no IBAD, a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), o Grupo de Ação Patriótica (GAP), a União Cívica Feminina (UCF), o Movimento Sindical Democrático (MSD), patrocinando no Congresso, a formação da Ação Democrática Parlamentar (ADP). Assim aliciou e persuadiu a opinião pública, consolidando uma ampla frente contra o governo.

O jornal “O Estado de São Paulo” também moveu campanha contra o regime Goulart, através de editoriais sob o título geral “A subversão em marcha”, denunciando o avanço de uma frente de esquerda, a intranqüilidade dos meios trabalhistas ocasionada pelas greves freqüentes e a queda do poder aquisitivo provocado pelo alto custo de vida. Com o objetivo de preservação do regime democrático no país, Júlio de Mesquita Filho redigiu o documento posteriormente conhecido como “Roteiro da Revolução”, o qual, segundo o periódico, teria inspirado e orientado algumas das primeiras medidas tomadas pelo movimento político-militar de 31 de março de 1964.

Apesar da imprensa, ao final do regime militar, ter clamado para si os méritos de defensora da democracia, a grande maioria dos veículos pregou abertamente, oposição ao governo do presidente Goulart e foi favorável ao golpe militar. Entre esses jornais estavam *O Globo, Jornal do Brasil, Correio da Manhã e Diário de Notícias, Tribuna da Imprensa, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo etc. S*omente o jornal *Última Hora* não colaborou com o golpe.

Nas palavras do jornalista Fernando Molica: “a grande maioria dos jornais era favorável à derrubada do governo João Goulart e festejou o golpe”. Segundo Mino Carta: “a Folha de São Paulo não só nunca foi censurada, como emprestava as suas C-14, carro tipo perua veraneio, usado para transportar jornal, para recolher torturados ou pessoas que iriam ser torturadas na Oban, Operação Bandeirante”.

A imprensa americana também foi atuante, representando grupos conservadores e aumentando a pressão sobre o governo. Duas semanas após as eleições brasileiras de outubro de 1962, o *Jornal Maryland Monitor* publicou matéria insinuando intervenção direta no Brasil, argumentando que “logo chegará o momento em que teremos de perguntar a nós mesmo se é do nosso próprio interesse que Goulart continue a cambalear até o fim se mandato, em 1965... ou se nossos interesse seriam mais bem servidos, se Goulart fosse aposentado do governo antes da data marcada.”

O regime militar utilizou nos seus discursos, a idéia de que, em 31 de março de 1964, os comunistas teriam tentado, à semelhança da “intentona” de 1935, uma nova investida que também teria sido evitada pela atuação vigilante das Forças Armadas. Essa associação de 1964 com 1935 tornou-se obrigatória e se refletiu nas comemorações dos mortos leais ao Governo, que no início, desde 1936, sempre acontecia no cemitério de São João Batista, tendo sido transferida em 1968, para a Praia Vermelha.

Carlos Lacerda concedeu uma entrevista, no final de setembro de 1963, a *Julian Hart*, do jornal norte americano *Los Angeles Times*, acusando Goulart de estar aliado com os comunistas. Previu a eminente queda de seu governo, afirmando que os militares discutiam se seria "melhor tutelá-lo, patrociná-lo, colocá-lo sob controle até o término do seu mandato ou destruí-lo agora mesmo". Em 1º de outubro os ministros militares lançaram uma nota conjunta condenando as declarações de Lacerda e pressionaram o presidente Goulart para que enviasse mensagem ao Congresso solicitando o estado de sítio por 30 dias. Devido à oposição dos partidos, o presidente teve que voltar atrás e retirar o pedido três dias depois. O estado de sítio foi recusado pelo Congresso com a esquerda suspeitando que fosse uma armadilha dos militares para prender os líderes de esquerda como Brizola e Miguel Arraes.

No palácio presidencial foi articulada conspiração que envolveria a participação de grupo de pára-quedistas para prender Lacerda. Avisado pelo coronel Francisco Boaventura Cavalcanti, Lacerda conseguiu escapar.

Esses dois fatos frustrados reforçavam suspeitas de que o presidente ensaiava soluções antidemocráticas, colaborando para expansão do movimento conspiratório do golpe, com a aproximação do general Humberto Castello Branco à corrente golpista, bem como de grande número de oficiais do Exército Brasileiro. Quatro oficiais norte-americanos chegariam no Brasil em 22 de novembro, para se encontrar com Lacerda, Ademar de Barros e oficiais brasileiros e se interarem da situação do país.

Francisco de Assis Silva, em seu livro "História do Brasil" escreve:

> Todo mundo conspira: direita e esquerda; civis e militares; moderados e radicais; operários e camponeses. Os governadores Ademar de Barros (SP), Magalhães Pinto (MG) e Carlos Lacerda (GB) conspiravam com a ala militar antijanguista. O golpe estava em andamento. A direita congregava-se em organizações como IPÊS e o IBAD, financiadas pelos Estados Unidos, e outras tantas que se uniram para impedir as reformas sociais.(SILVA, 1982)[31]

Vetado pelos ministros militares, odiado pelos conservadores, que o queriam ver longe do governo e sem pulso suficiente para conter os radicais da esquerda, o presidente João Belchior Marques Goulart foi vítima de múltipla conspiração, desde sua posse, ocorrida em 7 de setembro de 1961.

[31] SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1982, 2 v.

Goulart recorreu à mobilização das massas populares para se fortalecer no governo e pressionar o Congresso para que aprovasse as chamadas reformas de base. Com esse objetivo, marcou um comício, organizado com o apoio do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), também conhecido como Comício da Central do Brasil realizado no Rio de Janeiro no dia 13 de março de 1964, em frente à estação ferroviária Dom Pedro II, também chamada Central do Brasil, na Praça da República. Segundo o historiador Thomas Skidmore compareceram ao local aproximadamente 150 mil pessoas. Não existe consenso entre os autores nem entre os órgãos de imprensa quanto ao cálculo do número de participantes, que varia desde cem mil pessoas (O Globo) até duzentas mil (Muniz Bandeira).

O Governador Lacerda decretou dia 13 ponto facultativo na Guanabara e declarou que "o Exército fora chamado a garantir com as armas de defesa nacional um ato ilegal, promovido pelos agentes de uma potência estrangeira no Brasil". No jornal Tribuna da Imprensa acusou Goulart de ter "furado a barreira da Constituição" com um discurso "subversivo, provocador e estúpido", e conclamou o Congresso a "levantar-se e defender o que resta da liberdade e da paz neste país".

O movimento da Marcha da Família, segundo seus articuladores, foi uma resposta a esse comício da Central do Brasil e teve sua primeira manifestação em São Paulo, a 19 de março, tendo como principal articulador o deputado Antônio Sílvio da Cunha Bueno, apoiado pelo governador Ademar de Barros, que se fez representar no trabalho de convocação por usa mulher, Leonor de Barros.

Além de várias entidades como a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), da União Cívica Feminina, da Fraterna Amizade Urbana e Rural, a marcha paulista recebeu também o apóio das classes produtoras do estado, através da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. O jornal *O Estado de São Paulo* divulgou a manifestação, que contou com a participação de cerca de trezentas mil pessoas, entre as quais Auro de Moura Andrade, presidente do Senado e Carlo Lacerda, governador do estado da Guanabara. A marcha saiu da Praça da República e terminou na Praça da Sé, com uma missa "pela salvação da democracia" rezada pelo padre Peyton, pároco de Hollywood e enviado ao Brasil para fazer intensa mobilização dos católicos.

O padre Patrick Peyton veio da Colômbia com a missão de fazer a campanha religiosa anticomunista, lançando a Cruzada do Rosário em Família, semente da campanha contra o governo, organizada posteriormente.

Após a tomada do poder pelos militares, a iniciativa da Marcha da Família repetiu-se em outras capitais, o que as tornou conhecidas como “Marchas da Vitória”. Dia 2 de abril de 1964 foram à “Marcha da Vitória” no Rio de Janeiro, cerca de um milhão de pessoas.

A filosofia política do IPÊS era baseada na encíclica *Master et magistra,* do papa João XXIII, e no programa da “Aliança para o Progresso”, bem como refletia a visão sobre a realidade brasileira da Escola Superior de Guerra (ESG), onde muitos civis haviam se diplomado.

O IPÊS e o chamado “grupo da Sorbonne”, ala da ESG liderada pelo General Golberi foram favoráveis à indicação de Castello Branco para a presidência da República e sugeriram várias recomendações acatadas pelo primeiro governo militar, como a criação do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional, para controlar a inflação e elaborar a política monetária do país. O novo governo aproveitou também projetos elaborados pelo instituto, como o da reforma agrária, reforma bancária, programa de habitação e a lei de estabilidade de emprego dos trabalhadores.

O vasto arquivo do IPÊS foi utilizado pelo General Golberi que chefiou o Serviço Nacional de Informações. Outros integrantes também participaram do governo militar, tais como: Paulo Assis Ribeiro - Presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária; Dênio Chagas Nogueira - Presidente do Banco Central; José Garrido Torres - Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico; Harold Polland e Glycon de Paiva, respectivamente ocupando os seguintes cargos Presidente e Assessor do Conselho Nacional de Economia; Guilherme Burghoff - dirigiu a Superintendência Nacional de Abastecimento e o General João Batista Tubino foi interventor no estado de Alagoas.

Documentação Histórica do Congresso Norte-americano, bem como documentos oficiais do Governo de Washington e arquivos do Governo Lyndon Johnson foram divulgados pela pesquisadora norte americana Phyllis R. Parker, comprovando as atividades dos Estados Unidos durante o governo Goulart. Os documentos demonstram o grau de dificuldade que Goulart encontrou para obter recursos externos, fundamentais não só para desenvolver o seu programa de governo, como também para saldar compromissos com a dívida externa, superior a dois bilhões de dólares na ocasião. A pressão dos grupos empresariais norte-americanos caracterizou a dura política de Washington em relação ao Brasil. No entanto, alguns estados brasileiros, cujos governadores eram favoráveis à conspiração, chamados de “ilhas democráticas” foram beneficiados diretamente por recursos financeiros norte-americanos.

A participação norte-americana no movimento contra o governo Goulart ocorreu não só através da desestabilização (estrangulamento econômico com o respaldo da propaganda, visando enfraquecer politicamente o governo), como na deposição do presidente. Para tanto infiltraram no país, sob vários pretextos, número muito superior à média histórica de norte-americanos no Brasil. Somente no ano de 1962, entraram quase cinco mil cidadãos norte-americanos.

O deputado José Joffily, do partido Social-Democrático (PSD), denunciou a "***penetration'*** e, no princípio de 1963, o jornalista José Frejat, através do "*O Seminário"*, revelou que mais de 5.000 norte-americanos, "fantasiados de civis", desenvolviam, no Nordeste, intenso trabalho de espionagem e desagregação do Brasil para dividir o território nacional..."

Hoje, com os documentos em domínio público liberados pelo governo americano, já se sabe do grande apoio logístico dado pelos Estados Unidos sob a ordem de apoiar os golpistas de 1964, bem como da existência da "Operação Brother Sam". Esta operação consistiu no envio de: 100 toneladas de armas leves e munições; navios petroleiros com capacidade para 130 mil barris de combustível; uma esquadrilha de aviões de caça; um navio de transporte de helicópteros com carga de 50 helicópteros com tripulação e armamento completo; um porta-aviões classe Forrestal; seis destróieres equipados com mísseis teleguiados; um encouraçado, navio de transporte de tropas, e 25 aviões C-135 para transporte de material bélico. A poderosa Frota do Caribe estava entre 50 e 12 milhas náuticas ao sul do Espírito Santo. Não se pode excluir a possibilidade de uma intervenção armada dos fuzileiros navais se houvesse conflito militar entre as forças fiéis ao governo e as tropas rebeladas. Essa operação naval "preventiva" estimula a hipótese de desembarque dos "marines" no Brasil, porém a oportunidade não surgiu, porque Jango foi avisado pelo General Kruel e resolveu acatar os acontecimentos e exilou-se no Uruguai.

O general Argemiro de Assis Brasil foi figura determinante na fuga de Jango do país, pois protegeu o Presidente deposto e sua família, guiando-os em segurança para o Uruguai. Ninguém, nem o presidente deposto, nem os golpistas queriam uma guerra civil.

Os norte-americanos tiveram que explicar ao Congresso o porquê de tantas despesas. Hoje os documentos originais da "Operação Brother Sam" estão arquivados na Biblioteca Lyndon Johnson.

O problema está em identificar todos os protagonistas do golpe, tanto os vencedores como os vencidos; a pressão que eles exerceram; o papel que eles desempenharam; a que grupo social faziam representar; para se ter a visão completa dos acontecimentos seguintes, objeto da minha pesquisa. Ou seja, quais as influências estabelecidas sob o novo governo, que se instala com características e interesses próprios, no período 1964-1985.

3.3. Aspectos da Crise de 60

Os investimentos públicos foram os primeiros a se contraírem. Sua expansão no período de 1956/62 a uma taxa anual de 23% contrastava radicalmente com a taxa **negativa** de 13,3% verificada em 1962/63, indicador seguro da desaceleração que iria conhecer a economia brasileira nos anos seguintes. Enquanto os investimentos públicos sofriam um declínio abrupto, a taxa se expansão dos investimentos privados se apresentava, neste primeiro momento, apenas ligeiramente negativa (-1,2%) e o produto interno bruto que crescera entre 1956/62 à taxa anual de 6,7% apresentou, no período em questão, um modesto crescimento de 1,6%, o mais baixo de toda a depressão.

O Plano Trienal elaborado para o período de 1962/64, com claras intenções de conter a inflação, compatibilizando-a com o crescimento, redundou em fracasso, na medida mesmo em que era próprio do processo e dos grupos sociais atuantes se oporem constantemente às medidas adotadas e exigirem outras que as anulassem, o que tornava a política econômica incoerente e indefinida.

Assim, a desaceleração do crescimento a partir de 1962, aliada a alta taxa de inflação que assumia ares de galopante; e à ausência de um mecanismo de financiamento capaz de reestimular a atividade econômica, levou a economia a uma depressão.

A crise econômica ajudou, e muito, na implantação do projeto dos militares, quando estes assumem o poder, em 1964. A economia brasileira passava por crise cíclica clássica da economia local e apresentava altas taxas de inflação, sério problema de déficit público, desequilíbrio na balança de pagamento, queda no PIB e descrédito nos organismos financeiros internacionais.

A manutenção da democracia exigia ampla negociação, envolvendo os setores mais organizados da sociedade, no caso, os empresários, os produtores agrícolas, representantes da sociedade civil, os banqueiros nacionais e internacionais, as ligas camponesas, os partidos políticos e os movimentos sociais organizados, entre estes, o movimento sindical.

O governo da revolução utilizou a força e através dela alijou de qualquer discussão os setores populares. De posse de amplos poderes, os militares celebram aliança com os setores mais conservadores, deixando claro qual a linha política que seria dotada dali em diante, bem como as diretrizes em termos de política econômica.

Transcreve-se a seguir a Circular de 20 de março de 1964, de autoria do General Castello Branco, tendo como base princípios norteadores da conduta militar, considerado documento decisivo no posicionamento quase unânime das Forças Armadas em favor do Movimento de 1964:

> INSTRUÇÃO RESERVADA DO GENERAL CASTELLO BRANCO
>
> Estado-Maior do Ministério da Guerra
>
> Rio, 20 de março de 1964.
>
> Do General Ex.Humberto de Alencar Castello Branco, chefe do Estado-Maior do Exército.
>
> Aos Exmos. Srs.Generais e demais militares do Estado-Maior do Exército e das Organizações Subordinadas
>
> Compreendo a intranqüilidade e as indagações de meus subordinados nos dias subseqüentes ao comício de 13 do corrente mês. Sei que não se expressam somente no Estado-Maior do Exército e nos setores que são dependentes, mas também na tropa, nas demais organizações e nas duas outras corporações militares. Delas participo e elas já foram motivo de uma conferência minha com o Exmo. Senhor Ministro da Guerra.
>
> São evidentes duas ameaças: o advento de uma Constituinte como caminho para a consecução das reformas de base e o desencadeamento em maior escala de agitações generalizadas do ilegal poder do CGT. As Forças Armadas são invocadas em apoio a tais propósitos.
>
> Para o entendimento do assunto, há necessidade de algumas considerações preliminares.
>
> Os meio militares nacionais e permanentes não são propriamente para defender programas de governo, muito menos a sua propaganda, mas para garantir os poderes constitucionais, o seu funcionamento e as aplicações da lei.
>
> Não estão instituídos para declarar solidariedade a este ou àquele poder. Se lhes fosse permitida a faculdade de solidarizar-se com programas, movimentos políticos ou detentores de altos cargos, haveria, necessariamente, o direito de também se oporem a uns e a outros.
>
> Relativamente à doutrina que admite o seu emprego como força de pressão contra um dos poderes, é lógico que também seria admissível voltá-la contra qualquer um deles.
>
> Não sendo milícia, as Forças Armadas não são armas para empreendimentos antidemocráticos. Destinam-se a garantir os poderes constitucionais e a sua coexistência.
>
> A ambicionada Constituinte é um objetivo revolucionário pela violência com o fechamento do atual Congresso e a instituição de uma ditadura.
>
> A insurreição é um recurso legítimo de um povo. Pode-se perguntar: o povo brasileiro está pedindo ditadura militar ou civil e Constituinte? Parece que ainda não.
>
> Entrarem as Forças Armadas numa revolução para entregar o Brasil a um grupo que quer dominá-lo para mandar e desmandar e mesmo gozar o poder? Para garantir a plenitude do agrupamento pseudo-sindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva cada vez mais onerosa aos cofres públicos? Para submeter a Nação ao comunismo de Moscou? Isto, sim, é que seria antipátria, antinação e antipovo.

> Não, as Forças Armadas não podem atraiçoar o Brasil. Defender privilégios de classes ricas está na mesma linha antidemocrática de servir a ditaduras fascistas ou síndico-comunistas.
>
> O CGT anuncia que vai promover a paralisação do país, no quadro do esquema revolucionário. Estará configurada provavelmente uma calamidade pública. E há quem deseje que as Forças Armadas fiquem omissas ou caudatárias do comando da subversão.
>
> Parece que nem uma coisa nem outra. E, sim, garantir a aplicação da lei, que não permite, por ilegal, movimento de tamanha gravidade para a vida da nação.
>
> Tratei da situação política somente para caracterizar a nossa conduta militar.
>
> Os quadros das Forças Armadas têm tido um comportamento, além de legal, de elevada compreensão face à dificuldade de desvios próprios do estágio atual da evolução do Brasil. E mantidos, como é de seu dever, fiéis à vida profissional, à sua destinação e com continuado respeito a seus Chefes e à autorizada do Presidente da República.
>
> É preciso aí perseverar, sempre "dentro dos limites da lei". Estar pronto para a defesa da legalidade, a saber, pelo funcionamento integral dos três poderes constitucionais e pela aplicação das leis, inclusive as que asseguram o processo eleitoral, e contra a calamidade pública a ser promovida pelo CGT e contra o desvirtuamento do papel histórico das Forças Armadas.
>
> O Excelentíssimo Senhor Ministro da Guerra tem declarado que assegurará o respeito ao Congresso, às eleições e à pose do candidato eleito. E já declarou também que não haverá documentos dos Ministros Militares de pressão sobre o Congresso Nacional.
>
> É o que eu tenho a dizer em consideração à intranqüilidade e indagações oriundas da atual situação política e a respeito da decorrente conduta militar (DINES, 1964)[32].

Conforme comentários do general Carlos de Meira Mattos, a Circular expressa pregação democrática e legalista e alerta para os perigos da "subversão comuno-sindicalista" em marcha. No documento, Castello Branco defende a legalidade contra o suposto plano golpista de João Goulart, subvertendo a disciplina e a hierarquia e colocando em risco o papel histórico das Forças Armadas. (MATTOS, 1994)[33].

Embora a existência de um "Plano golpista de João Goulart" tenha sido argumento amplamente utilizado como justificativa dos militares que praticaram o golpe de 64, nunca alguém conseguiu provar a veracidade de tal informação e nem sequer encontrar provas que pudessem dar crédito de veracidade a tal suposição.

As noticias sobre o golpe militar foram intensamente divulgadas e o golpe em si teve o apoio e endosso de uma parte da imprensa. Publicação especial da Revista *O Cruzeiro*, intitulada: Extra-Edição Histórica da Revolução 10 de abril de 1964, 63 páginas. Contando em detalhes os principais episódios que marcaram a Revolução nos diferentes estados brasileiros,

---

[32] DINES, Alberto. **Os Idos de Março e a Queda em Abril**. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1964.

[33] MATTOS, Gen. Meira. (cord.). **Castello Branco e a Revolução**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

como o apoio dos governadores de Minas Gerais, São Paulo e Guanabara ao golpe de 64. A capa: Governador Magalhães Pinto, “logo após a vitória da rebelião que comandou contra a comunização do País, é beijado por sua nora, D.Terezinha de Magalhães. O País entrava no período de ordem”.

Na primeira página, a revista *O Cruzeiro* publica o artigo “Saber Ganhar” do jornalista David Nasser, participante ativo no apoio à “Revolução de 1964”. Engajado, escreve um texto com veio literário, cujo conteúdo da narrativa consistia em denegrir a imagem de políticos vinculados ao Governo Goulart e ao mesmo tempo exaltar os feitos heróicos de políticos civis que tinham atuado no movimento revolucionário.

Na mesma revista noticia-se que as tropas do general Olímpio Mourão Filho contavam com 18 mil homens. Após a vitória o general tinha revelado que o Governo **iniciara a conspiração contra Goulart em 06 de janeiro de 1963**, quando o plebiscito fizera retornar o regime presidencialista. O êxito da campanha conspirativa, segundo a revista, tinha consistido em três fatos:

1. “operações silêncio” (agir quase dois anos sem que ninguém de nada soubesse, principalmente a imprensa);

2. “operação gaiola” (detenção de todos os elementos considerados subversivos);

3. “operação Popeye” (descer para a Guanabara, onde estava tudo preparado , e lá chegar sem derramar sangue).

Para um maior destaque do episódio “revolucionário”, a direção da revista elegeu a figura do general Amaury Kruel, comandante do II Exército em São Paulo, como peça decisiva para a vitória. Outro grande protagonista foi o povo: cerca de um milhão de pessoas tinha comparecido à “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, na tarde de 2 de abril comemorando a vitória da causa brasileira: “A Marcha marcada para conquistar a liberdade comemorou a liberdade conquistada”.

Conforme relatado na tese de Lucileide Costa Cardoso, outro documento elaborado pelo general Castello Branco, a cargo do general Costa e Silva para divulgação nos meios militares, foi citado no Jornal Letras em Marcha março/abril/1996, pelo coronel Hilton do Valle em publicação comemorativa do 188º aniversário do Corpo de Fuzileiros Navais (7 de março de 1996).

> A subversão total dos mais elementares princípios hierárquicos, a indisciplina, o aviltamento da autoridade de Chefes Militares, dignos e respeitáveis, constituíram a tônica dos acontecimentos já de todos conhecidos. E então teremos o destroçamento total das FFAA, pela violenta destruição dos princípios estruturais que são a razão mesma da existência das organizações militares: Hierarquia e Disciplina como define a CF em seu artigo 176. (CARDOSO, 2003)[34].

Em 28 de março de 1964, foi publicada matéria de O Globo sobre a "Marcha da Família com Deus, pela Liberdade".

> Na marcha da Família o carioca expressará o seu repúdio ao comunismo. As entidades que promovem a Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade instituíram volantes dizendo que o movimento é de caráter cívico-religioso, destinado a reafirmar os sentimentos do povo brasileiro, sua fidelidade aos ideais democráticos e seu propósito de prestigiar o regime, a Constituição e o Congresso. Manifestando frontal repúdio ao comunismo ateu e antinacional. [...] Fazem apelos aos participantes da marcha que cantem apenas durante o desfile hinos patrióticos ou religiosos evitando quaisquer alusões a pessoas, grupos ou agremiações partidárias.
>
> Devido à marcha revestir-se de austeridade compatível com a manifestação em que cultua, acima de tudo, Deus, o Brasil e a democracia, estão formalmente proibidos cartazes, faixas ou volantes de propaganda pessoal ou de candidatos, não se admitindo a queima de fogos de qualquer maneira.
>
> Passaram a integrar o movimento: a Associação das Senhoras Brasileiras, a Rede das Entidades Democráticas, o Instituto Social, a Frente da Juventude Democrática, a Falange Patriótica, o Clube da Liberdade, tendo outras entidades de estudantes, trabalhadores e intelectuais prometido a adesão, após a aprovação de suas diretorias. A essas entidades somam-se as seguintes: Cruzada do Rosário e Família, Campanha Mulher Democracia, Liberdade de Defesa Nacional, Círculos de Operários Católicos, Associação dos Pais de Família, Federação Brasileira de Progresso Feminino, Grupo de Desagravo ao Rosário, Grupo do Otimismo, União Cívica de São Paulo, Associação das Antigas Alunas do Sacre Couer de Marie. Integraram também, as seguintes entidades: Movimento de Reafirmação Democrática Brasileira, Grupo de Ex-Combatentes da FEB, Federação de Assistência aos Lázaros e Defesa da Lepra, Confederação Católica Arquidiocesana do Rio de Janeiro e outras.
>
> O programa da Marcha pela Família com Deus pela liberdade: dia 4 – Rio Claro, São José do Rio Preto; dia 5 – Passos, em Minas Gerais, e Presidente Prudente, em São Paulo; dia 11, Taubaté, Perigui e Botucatu; dia 12 Guaratinguetá e Lorena e dia 15, Brasília. (O GLOBO, 1964)[35].

Ainda com relação à influência da imprensa no movimento, serão transcritos trechos do Editorial do Correio da Manhã no último dia de março e primeiro de abril, repudiando e declarando "fora" para o Presidente da República João Goulart.

---

[34] CARDOSO, Lucileide Costa. **Poder e Contrapoder:** Militares e Historiadores Disputam a Memória e a História do Regime de 1964. 2003. 371. Doutorado (História social) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

[35] _____, Marcha da Família com Deus, pela Liberdade. **O Globo**. Rio de Janeiro, 28, Março. 1964.

EDITORIAL ‘BASTA!’ DO CORREIO DA MANHÃ

Basta!

Até que ponto o Presidente da República abusará da paciência da Nação? Até que ponto pretende tomar para si, por meio de decretos, leis, a função do poder legislativo?

Até que ponto contribuirá para preservar o clima de intranqüilidade e insegurança que se verifica presente na classe produtora? Até que ponto deseja levar ao desespero, por meio da inflação e do aumento do custo de vida, a classe média e a classe operária? Até que ponto quer desagregar as Forças Armadas, por meio da indisciplina que se torna cada vez mais incontrolável?

Basta de farsa! Basta de guerra psicológica que o próprio governo desencadeou, com o objetivo de convulsionar o país e levar avante a sua política continuísta. Basta de demagogia, para que realmente se possam fazer as reformas de base. Quase todas as medidas tomadas pelo Sr. João Goulart, nestes últimos tempos com grande estardalhaço, mas inexeqüíveis, não têm outra finalidade, senão a de enganar a boa-fé do povo, que, aliás, não se enganará.

Não é tolerável esta situação calamitosa, provocada artificialmente pelo governo, que estabeleceu a desordem generalizada, desordem esta que cresce em ritmo acelerado e ameaça sufocar todas as forças vivas do país. Não contente de intranqüilizar o campo com o decreto da Supras, agitando igualmente os proprietários e camponeses, de desvirtuar a finalidade dos sindicatos, cuja missão é a das reivindicações de classe, agora estende a sua ação deformadora às Forças Armadas. Destruindo de cima a baixo a hierarquia e a disciplina, o que põe em perigo o regime e a segurança nacional.(...) o Sr. João Goulart terá de desistir de sua política atual, que está perturbando uma Nação em desenvolvimento e ameaçando levá-la à guerra civil.

A Nação não admite golpe nem contragolpe, quer consolidar o processo democrático para a concretização das reformas essenciais de sua estrutura econômica. Mas não admite que seja o próprio Executivo, por interesses inconfessáveis, que desencadeie a luta contra o Congresso, censure o rádio, ameace a imprensa e com ela todos os meios de manifestação do pensamento, abrindo caminho à ditadura. Os Poderes Legislativo e Judiciário, as classes armadas, as forças democráticas devem estar alertas e vigilantes e prontos para combater todos aqueles que atentem contra o regime.

O Brasil já sofreu demasiado com o governo atual, agora basta! (CORREIO DA MANHÃ, 1964)[36]

EDITORIAL “FORA!” DO CORREIO DA MANHÃ

Fora!

A Nação não mais suporta a permanência do Sr. João Goulart à frente do governo. Chegou a limite final a capacidade de tolerá-lo por mais tempo. Não resta outra saída ao Sr. João Goulart que não a de entregar o governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma coisa a dizer ao Sr. João Goulart: Saia!

[...] O Sr. João Goulart que iniciou, de caso pensado, uma crise política, social e militar, depois de ter provocado a crise financeira com a infiltração desordenada e o aumento do custo de vida em proporções gigantescas.

[...] a Nação, a democracia e a liberdade estão em perigo. O povo saberá defendê-las. Nós continuaremos a defendê-las. (CORREIO DA MANHÃ, 1964)[37]

[36] Editorial ‘Basta!’ Do Correio Da Manhã. Correio da Manhã, 31, Março. 1964. p. 1.

[37] Editorial ‘Fora!’ Do Correio Da Manhã. Correio da Manhã, 01, Abril. 1964. p. 1.

Como se observa pelos relatos da imprensa, o clima era de grande agitação, crise, desequilíbrios econômico, social e político. O presidente era o grande responsável, pelo menos estava sendo responsabilizado pela opinião pública e pelos movimentos que culminavam com a “marcha pela liberdade” das ligas católicas.

Deste modo, no Rio de Janeiro, os generais Castello Branco e Costa e Silva seguiram os planos previamente traçados quando eclodiu o “movimento” no dia 31 de março em Minas Gerais. Antecipado no tempo, o movimento contou com uma base legal que disciplinou os Poderes da Revolução. Em 9 de abril de 1964 foi divulgado o primeiro AI-1, elaborado pelos professores Francisco Campos e Carlos Medeiros. Castello Branco foi eleito pelo Congresso Nacional após a desistência do general Eurico Gaspar Dutra, indicado pelo governador Carlos Lacerda. O primeiro governo revolucionário constituído pelo AI-1 fixou sessenta dias para serem cassados mandatos e suspensos direitos políticos, por indicação do Conselho de Segurança Nacional.

Durante a ditadura militar, o Brasil foi governado por **2 marechais** e **3 generais**.

O 1º governo foi o do ***marechal Humberto de Alencar Castello Branco*** que durou de *1964-1967*.

O 2º governo foi o do ***marechal Arthur da Costa e Silva*** que durou de *1967-1969*.

O 3º governo foi o do ***general Emílio Garrastazu Médici*** que durou de *1969-1974*.

O 4º governo foi o do ***general Ernesto Geisel*** que durou de *1974-1979*.

O 5º governo foi o do ***general João Figueiredo*** que durou de *1979-1985*.

Esse período ficou conhecido como os **Anos de chumbo**, especialmente nos contextos em que se salientam as perseguições políticas ocorridas durante o regime, além de um combate feroz entre a extrema-esquerda e o aparelho policial do Estado, terrorismo com seqüestros, assaltos violentos, guerrilha urbana e nos sertões, patrulhamento ideológico, torturas e justiçamentos (linchamentos seguidos de morte).

Nesses 21 anos, o mundo vivia no contexto da Guerra Fria, uma disputa entre o mundo capitalista e o comunista. A expressão "anos de chumbo", usada pela Imprensa, é uma paráfrase do título em português de um filme da cineasta alemã Margarethe Von Trotta (chamado "Die Bleierne Zeit") sobre a repressão ao grupo revolucionário Baader-Meinhof nos anos 70. Alguns, entretanto, reservam a expressão "anos de chumbo" especificamente para o governo Médici.

4. A REFORMA DO ESTADO E OS IMPACTOS RECESSIVOS NO GOVERNO CASTELLO BRANCO (1964-67)

Em 31 de março de 1964 inicia-se o movimento militar em Minas Gerais com deslocamento de tropas comandadas pelo general Mourão Filho, que apresentou o seguinte manifesto:

> MANIFESTO DO GENERAL OLYMPIO MOURÃO, DEFLAGRADOR DO GOLPE MILITAR, EM 31 DE MARÇO DE 1964
>
> À Nação e às Forças Armadas:
>
> Faz mais de dois anos que os inimigos da Ordem e da Democracia, escudados na impunidade que lhes assegura o Senhor Chefe do Poder Executivo, vêm desrespeitando as instituições, enxovalhando as Forças Armadas, diluindo nas autoridades públicas o respeito que lhes é devido em qualquer nação civilizada, e, ainda, lançando o povo em áspero e terrível clima de medo e desespero.
>
> Organizações espúrias de sindicalismo político, manobradas por inimigos do Brasil, confessadamente comunistas, tanto mais audaciosos quanto estimulados pelo Senhor Presidente da República, procuram infundir em todos os espíritos a certeza de que falam em nome de um Estado estrangeiro, a cujos interesses imperialistas estão servindo em criminosa atividade subversiva, para traírem a Pátria Brasileira, tão generosa e cavalheiresca.
>
> E o atual governo, a cujos projetos que negam a soberania do Brasil, vem servindo essas organizações, dá-lhes até mesmo a faculdade de nomear e demitir ministros, generais e altos funcionários, objetivando, assim, por conhecido processo, desfazer as instituições democráticas e instituir, aberrantemente, o totalitarismo que nega a Federação, a República, a Ordem Jurídica e até mesmo o progresso social.
>
> Tentaram revoltar o disciplinado e patriótico "Círculo de Sargentos", e, recentemente, essas organizações e esse governo tudo fizeram para desmoralizar e humilhar a Marinha de Guerra do Brasil, na mais debochada e despudorada ofensa à sua disciplina e hierarquia, que nela devem predominar.
>
> O povo, governos Estaduais e Forças Armadas animados de fervoroso sentimento patriótico, repelem, esse processo caprichosamente executado pelo Senhor Presidente da República, o qual, divorciado dos preceitos constitucionais, negando solene juramento, pretende transformar o Brasil, de Nação soberana que é, a um ajuntamento de sub-homens, que se submetem a seus planos ditatoriais.
>
> Na certeza de que o Chefe do governo está a executar uma das etapas do processo de aniquilamento das liberdades cívicas, as Forças Armadas, e, em nome delas, o seu mais humilde soldado, o que subscreve este manifesto, não podem silenciar, diante de tal crime, sob pena de com ele se tornarem coniventes.
>
> Eis o motivo pelo qual conclamamos todos os brasileiros e militares esclarecidos que, unidos conosco, venham ajudar-nos a restaurar, no Brasil, o domínio da Constituição e o predomínio da boa-fé no seu cumprimento.
>
> O Senhor Presidente da República, que ostensivamente se nega a cumprir seus deveres constitucionais, tornando-se, ele mesmo, chefe de governo comunista, não merece ser havido como guardião da Lei Magna,e, portanto, há de ser afastado do Poder de que abusa, para, de acordo com a Lei, operar-se a sua sucessão, mantida a Ordem Jurídica.

Juiz de Fora, 31 de março de 1964.

Assinado por mim, Olympio Mourão Filho, General-de-Divisão, Comandante da 4ª Região Militar a da 4ª Divisão de Infantaria. (MOURÃO, 2002)[38]

A conjuntura daquele momento era muito difícil, ao mesmo tempo em que a economia estava paralisada, aguardando novos acontecimentos que definiriam melhor as coisas. No dia 2 de abril de 1964, era feita a Declaração, pelo Presidente do Congresso Nacional, da vacância do Cargo de Presidente da República e, nos termos do artigo 79, da Constituição Federal, investido no cargo é dado a Posse do Presidente da Câmara, Sr. Ranieri Mazzili.

Nesse mesmo dia, 2 de abril, o general Costa e Silva se autodenominava Comandante em Chefe do Exército Nacional através do documento transcrito em parte:

No comando supremo do Exército Nacional o General Costa e Silva, o Estado-Maior do Exército distribuiu à imprensa, esta madrugada, a seguinte nota: "Face à presente situação militar, de fato criada, em virtude dos últimos acontecimentos ocorridos no país, e na qualidade de membro mais antigo do Alto Comando, o Exmo. Sr. General-de-Exército Arthur da Costa e Silva assumiu, na primeira hora de 2 de abril, em cerimônia realizada no Palácio da Guerra, com presença dos Oficiais – Generais que se encontram no Estado da Guanabara, as funções de Comandante-em-Chefe do Exército Nacional.

De imediato, o Exmo.sr. adotou uma série de providências, notadamente nomeações para diversos postos de comando, tendo em vista restabelecer a coesão e a eficiência operativa das grandes unidades do Exército, com o objetivo primordial de assegurar a ordem no país e, sobretudo, de eliminar a subversão dirigida no Rio Grande do Sul por Leonel Brizola. Dentre os referidos comandos, destacam-se os seguintes: [...] A chefia do Estado-Maior do Exército continuará a ser exercida pelo Exmo.sr. General-de-Exército Humberto de Alencar Castello Branco (O GLOBO, 1964)[39].

---

[38] MOURÃO, Laurita. **Mourão**: o general do pijama vermelho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.

[39] _____, O Globo, 2 de abril de 1964.

4.1. Cronologia dos Fatos

A ordem dos acontecimentos é importante para se entender a complicada conjuntura daqueles dias de conflitos, tensões e imposição do poder pela força. Para tanto se subdivide em item, que vai relacionar cronologicamente os principais atos relacionados ao golpe e ao primeiro governo militar.

1964

janeiro: Jango sanciona a nova lei de remessa de lucros aprovada pelo Congresso

A Fiesp recusa-se a participar de um ato de solidariedade a Jango, organizado pela CNI. Jango fecha a Carteira de redesconto do Banco do Brasil em São Paulo e Rio Grande do Sul.

Pesquisa feita em oito capitais mostra que 72% dos brasileiros acham necessária a reforma agrária.

13 de março: Comício da Central do Brasil

19 de março: Marcha da Família, em São Paulo

20 de março: General Castello Branco distribui sua Circular Reservada

Convenção do PSD lança candidatura de JK para as eleições previstas para 1965

24 de março: Começa a rebelião dos marinheiros

30 de março: Presidente João Goulart faz discurso denunciando críticas ao seu governo durante festa dos sargentos da PM

31 de março: Inicia-se o movimento militar em Minas Gerais com deslocamento de tropas comandadas pelo general Mourão Filho.

01 de abril: João Goulart segue do Rio de Janeiro para Brasília.

02 de abril: João Goulart segue de Brasília para Porto Alegre. De lá, sairia do Brasil.

General Costa e Silva auto nomeia-se comandante-em-chefe do Exército Nacional e organiza o “Comando Supremo da Revolução”.

O Congresso Nacional declara vaga a Presidência da República. Posse do presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, na Presidência da República.

04 de abril: O nome do general Castello Branco é indicado para a Presidência da República pelos líderes do golpe.

07 de abril: Congresso Nacional discute se concede ou não poderes de cassação de mandatos aos golpistas vitoriosos.

09 de abril: Decretado o Ato Institucional que confere ao presidente da República poderes para cassar mandatos eletivos e suspender direitos políticos até 15 de junho de 1964, dentre outros poderes discricionários.Num primeiro momento cassa 40 mandatos.

Jango asila-se no Uruguai

15 de abril: Castello Branco é empossado na Presidência da República

abril: O secretário de Estado Dean Rusk americano cria uma comissão para estudar um plano de ajuda imediata ao governo brasileiro

Castello Branco nomeia Octávio Gouvêa de Bulhões, Ministro da Fazenda

02 de maio: O governo brasileiro rompe relações diplomáticas com Cuba.

maio: Roberto Campos assume o Ministério do Planejamento

A Superintendência da Moeda e do Crédito acaba com o regime de subsídios

13 de junho: Criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), chefiado por Golbery

junho: Castello cassa mandato de JK

15 de junho: Data final para cassar mandatos e suspender direitos políticos conforme artigo 10 do Ato Institucional.

julho: Concluída a renegociação da dívida externa, de 3,8 bilhões de dólares.

Castello determina nova fórmula para o cálculo dos reajustes salariais. Surge a expressão “arrocho salarial”

22 de julho: Prorrogado o mandato do marechal Castello Branco até 15 de março de 1967, sendo adiadas as eleições presidenciais para outubro de 1966.

agosto**:** Chega ao Congresso o PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo. Seu principal objetivo é derrubar a inflação.

Institui-se a correção monetária

Criado o Banco Nacional da Habitação

Golbery relata a Castello “Os esforços do governo no combate à inflação não têm sido bem compreendidos pela opinião pública”

Castello faz o discurso das “vivandeiras alvoroçadas”

setembro**:** Apesar da crise econômica, a Volkswagen revela que bateu seu recorde de produção.

O *Correio da Manhã* começa sua campanha contra a tortura

12 de setembro: É divulgada a morte do sargento Manuel Alves de Oliveira, ocorrida por tortura, em 8 de maio, no Hospital Central do Exército.

22 de setembro: Missão Geisel: Ernesto Geisel, chefe da Casa Militar da Presidência da República, apura denúncias de tortura.

outubro**:** Caduca o artigo punitivo do Ato Institucional. Foram atingidas 4.454 pessoas. Delas, 2.757 eram militares.

27 de outubro: Declarada a extinção da União Nacional dos Estudantes (UNE).

novembro**:** Lacerda ataca a política econômica do governo

09 de novembro: Sancionada a Lei nº. 4.464 (Lei Suplicy) proibindo atividades políticas estudantis.

dezembro**:** Criado o Banco Central

Finaliza o ano com a inflação em 92,1%. A economia cresce 3,4%

O ano termina com 20 mortos (nove suicídios) e 203 casos de denúncias de torturas.

1965

janeiro**:** O FMI abre um crédito de 125 milhões de dólares para o governo brasileiro Quebra em São Paulo o grupo Jafet, um dos maiores do país

fevereiro**:** A Liga Democrática Radical (Líder) pede o endurecimento do regime com o restabelecimento do Comando Revolucionário e o fechamento do Congresso.

Os governos do Brasil e dos Estados Unidos assinam um acordo de garantia para os investimentos americanos.

25 de março: Invasão da Rádio Difusora de Três Passos (RS) pelo coronel Jefferson Cardim por inspiração do "Movimento Nacionalista Revolucionário" de Leonel Brizola. Ex-coronel Jefferson Cardim invade o RS com 22 combatentes. É cercado e preso.

maio**:** Lacerda pede a demissão de Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões e o fim do PAEG

03 de outubro: A oposição vence em Minas Gerais e na Guanabara nas eleições para governadores de 11 estados. Negrão de Lima é eleito na Guanabara e Israel Pinheiro, em Minas Gerais.

05 de outubro: Militares da linha dura manifestam-se contra a posse dos governadores de oposição eleitos. A mediação do ministro da Guerra, Costa e Silva, o projeta ainda mais no governo e na liderança da linha dura.

outubro: Castello Branco tenta obter do Congresso Nacional as medidas exigidas pela linha dura e não consegue.

27 de outubro: Ato Institucional nº. 2 extingue os partidos existentes, atribui à Justiça Militar o julgamento de civis acusados de crimes contra a segurança nacional e confere ao presidente da República poderes para cassar mandatos eletivos e suspender direitos políticos até 15 de março de 1967, entre outros dispositivos.

novembro**:** Fundado o MDB

dezembro**:** Lançada a candidatura do general Costa e Silva à Presidência

O ano termina com inflação de 34,2% e crescimento do PIB de 2,4%. Oitenta e quatro denuncias de torturas e três mortos. Um deles, desaparecido e, segundo o governo, os outros dois enforcaram-se em suas celas.

1966

04 de janeiro: Costa e Silva lança sua candidatura à Presidência da República.

05 de fevereiro: Ato Institucional nº. 3 estabelece a eleição indireta para governadores.

março: Protestos no Rio, São Paulo e Belo Horizonte. Explodem duas bombas no Recife

25 de maio: O partido governista homologa o nome de Costa e Silva como candidato à Presidência da República.

junho**:** Antonio Delfim Netto é nomeado secretário da Fazenda de São Paulo

25 de julho: Atentado contra Costa e Silva no Aeroporto de Guararapes, em Recife (PE), mata um vice-almirante e um jornalista e deixa 15 feridos.

julho: Prisão de estudantes durante tentativa de realização de um congresso da União Nacional dos Estudantes em Belo Horizonte.

agosto**:** Diante das falências e concordatas provocadas pela falta de crédito, o ministro da Indústria e Comércio, Paulo Eugydio Martins, diz que "o perecimento de certas empresas" é conseqüência de um processo de "seletividade e purificação".

setembro**:** Criado o FGTS

03 de outubro: Costa e Silva é eleito presidente da República pelo Congresso Nacional

20 de outubro: Castello Branco decreta o recesso do Congresso Nacional até 22 de novembro em função da não aceitação de cassações.

28 de outubro: Lançado o manifesto da Frente Ampla.

novembro: Unificada a previdência social, surge o INPS

Como Presidente eleito, Costa e Silva recusa-se a endossar a carta de intenções que o ministro da Fazenda de Castello negociara com o FMI

19 de novembro: Declaração de Lisboa da Frente Ampla

O ano termina com 39,1% de inflação e 6,7% de crescimento do PIB

Sessenta e seis denúncias de torturas e dois mortos. Um deles estava preso. O terrorismo matou duas pessoas em Guararapes.

1967

24 de janeiro: Promulgada a nova Constituição do Brasil.

fevereiro**:** Muda a moeda: um cruzeiro novo (NCR$) vale mil cruzeiros

09 de fevereiro: Sancionada a Lei de Imprensa.

25 de fevereiro: Decreto-lei nº. 200 impõe reforma administrativa. O decreto regulamenta a criação de representações do SNI em todos os ministérios civis.

março**:** Castello passa a Costa e Silva um Plano Decenal

11 de março: Castello Branco edita nova Lei de Segurança Nacional.

15 de março: Costa e Silva é empossado na Presidência da República.

Delfim Netto assume o Ministério da Fazenda

maio**:** Os juros caem de 36% para 22% ao ano

Criado o Centro de Informações do Exército, o CIE

18 de julho : Castello Branco morre em desastre aéreo.

setembro**:** O FMI faz a sua reunião anual no Rio de Janeiro

outubro**:** Costa e Silva: "A plenitude democrática está alcançada, resta consolidá-la"

novembro: Concedida isenção de impostos para manufaturados destinados à exportação.

dezembro: Marighella rompe formalmente com o PCB

O ano termina com a inflação em 25% e o crescimento do PIB em 4,2%

As denúncias de torturas são 50. Um desaparecido, dois mortos em quartéis. Um deles, dado por suicida, enforcado na cela.

4.2. Análise

4.2.1. Análise dos Principais Fatos da Conjuntura Política

Mesmo após o golpe as agitações e as exaltações continuaram. Dezenas de “marchas da família, com Deus, pela liberdade” comemorariam, em todo o Brasil, ao longo dos meses de abril, maio e junho, a vitória dos golpistas de 1964. Ao mesmo tempo se processavam as punições, que já nos primeiros momentos pasmariam a opinião pública mais esclarecida, que acompanhava pelos jornais, as primeiras denúncias de atos de tortura, que estavam ocorrendo em todo país.

Apesar de ser reconhecido pela literatura como homem de traços de moderação e legalismo, em seu governo Castello Branco publicou os Atos Institucionais, que suspendiam direitos constitucionais, e nem tão pouco a ascensão e vitória, pelo menos parcial, da linha dura do exército, expressa inclusive pela candidatura de Costa e Silva para sucedê-lo. Na realidade, Costa e Silva teria por intenção, já ter sido o primeiro presidente do governo militar. O insucesso desse intento não o impediu de influenciar o governo Castello Branco, fosse à publicação do Ato Institucional nº. 2, fosse através dos Atos do Comando Supremo da Revolução, que se caracterizavam por punições “revolucionárias” e conquistas de poder políticos dos militares mais radicais.

Em 1965, Castello Branco enviou tropas a São Domingos, com aprovação do Congresso, em apoio à política norte-americana no Caribe. Em 24 de janeiro de 1967, entrou em vigor uma nova constituição no país, advinda de um projeto elaborado pelo Executivo.

Um fato que pode ter influenciado na escolha do seu nome para primeiro militar a ocupar o cargo da Presidência da República após o golpe foi que, quando chefe do Estado-Maior (1963-1964), Castello Branco propôs um plano de reorganização do Exército. Esse plano tinha por objetivo “salvar as instituições democráticas” e, neste sentido, manteve contatos com a embaixada e com os militares norte-americanos visando intensificar o movimento. Castello Branco constituiu-se em um nome capaz de somar as forças militares e civis conservadoras que desfecharam o golpe de 31 de março de 1964: reuniu em torno de si a Escola Superior de Guerra (ESG), financistas, empresários da Fiesp e da Sociedade Rural Brasileira e o total apoio do IPÊS. Em 11 de abril, o Congresso, já expurgado por diversas cassações, o elegeu presidente da República.

Essa eleição só foi possível porque em 9 de abril de 1964, os Comandos em Chefes das três Armas haviam editado o **Ato Institucional nº. 1**. Nesse ato expressam:

> [...] Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o país. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País. Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas. Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes, constantes do presente Ato Institucional [...] (SILVA & MELLO, et al, 1964)[40]

O comando Supremo da Revolução representado pelos Comandantes em Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, que assinaram o Ato.

O primeiro período de seu governo foi dedicado a desestruturar as organizações de esquerda e, sobretudo as forças que davam sustentação ao governo deposto. Toda uma ordem jurídica foi elaborada, sob a influência da linha-dura, para estender os limites do regime excepcional, que se processava principalmente pelo Comando Supremo da Revolução. Esse Comando foi criado antes da sua posse, e tinha poderes de investigar, fazer inquéritos e punir, como uma espécie de defensores radicalizados da autenticidade da Revolução. Eles ansiavam por maiores prazos para completar os expurgos necessários, chamados de “operação limpeza”.

A partir de 15 de junho de 1964 não seria mais possível completar a “operação limpeza” de maneira sumária e, depois de 31 de janeiro de 1966, a “Revolução” não teria mais instrumentos que permitissem cassações de mandatos, suspensões de direitos políticos etc. A tentativa de prorrogar esses prazos veio junto com a prorrogação do mandato de seu governo até 15 de março de 1967. Pelo **ato nº. 1** o prazo de governo do presidente Castello Branco vigoraria até 31 de janeiro de 1966, quando completaria o qüinqüênio de mandato de Jânio Quadros que tomou posse em 31 de janeiro de 1961.

Castello Branco conseguiu rejeitar proposta de um general de prorrogar o prazo de aplicar “punições revolucionárias”, que expirara em 15 de junho de 1964. Mas logo em seguida veio a resposta do grupo mais radical, através do Ato Institucional nº. 2 de outubro de

40 SILVA, Costa.; Francisco de Assis Correia de MELLO, **Ato Institucional nº 1**, 1964.

1965, entendido como uma “over-reaction”. Tratava-se de opor-se à eleição de alguns candidatos contrários à “Revolução”. Na época não havia coincidência de mandatos para todos os governadores dos estados do país e, em outubro de 1965 haveria a disputa para 11 governadores estaduais. Como é sabido foram vitoriosos candidatos da oposição em Minas Gerais e na Guanabara.

A grande crise militar que se sucedeu em virtude das fortes reações dos grupos mais radicais projetou Costa e Silva como líder e indiscutível candidato à Presidência, enfraquecendo Castello Branco contrário ao Ato Institucional nº. 2, ao mesmo tempo em que impossibilitava qualquer outra tentativa de plano sucessório.

O **Ato Institucional nº. 2** significava o retorno da “operação limpeza”, conforme desejado pelo grupo oposicionista e mais radical, e o seu conjunto de medidas era de grande abrangência, podendo ser resumidas da seguinte forma:

1. Restabeleceu a possibilidade de suspensão de direitos políticos e de cassação de mandatos parlamentares;

2. Impôs a eleição indireta do Presidente da República;

3. Deu permissão para que ele decretasse o recesso do Congresso Nacional e demais casas legislativas, extinguisse os partidos políticos e legislasse por decretos-leis;

4. Estabeleceu foro especial para civis acusados de crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares;

5. Suspendeu as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade e ampliou de 11 para 16 o número de ministros do Supremo Tribunal Federal;

6. O último artigo estabelecia seu prazo de vigência: 15 de março de 1967, nova data de posse do sucessor de Castello Branco.

O comentário de Carlos Fico no seu livro “Além do Golpe” esclarece que o endurecimento representado pelo AI-2 articula-se, certamente, ao episódio da eleição de outubro de 1965, mas não apenas.

> Ele também foi uma vitória parcial da linha dura, que promoveu intensa atividade de pressão desde os meados de 1964 até a conquista do Ato, em outubro de 1965 A linha dura começou como simples grupo de pressão e, gradualmente, impôs a tese de que era inevitável um endurecimento do regime. Parte desse grupo, como se sabe,

> chegaria a institucionalizar-se como "comunidade de segurança e informações" [...] é preciso destacar a lógica, pois a caminhada que levaria ao AI-5 não se fez às cegas. Seu sucesso deveu-se, em grande medida, ao insucesso de Castello Branco em interromper sua trajetória. (FICO, 2004)[41]

A existência ou não do caráter conspiratório do "golpe de 1964", foi motivo de muitos debates e gerou grandes polêmicas entre os pesquisadores e estudiosos do período, até que se comprovou a sua existência. Assim, como conseqüência, tornou-se também motivo de grandes discussões, se existiria ou não uma estratégia de governo após o sucesso do golpe. Em relação a este último, no entanto, há consenso historiográfico sobre a sua inexistência. Admite-se que tudo seria muito improvisado e não existiam planos de governo detalhadamente estabelecidos. Os estudos concluem que na melhor das hipóteses, os gestores do golpe e alguns "ipesianos" teriam traçado e elaborado algumas diretrizes de saneamento econômico-financeiro.

[41] FICO, Carlos. **Além do Golpe:** Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

4.2.2. Análise dos Principais Fatos da Conjuntura Econômica

O golpe militar de 1964 inicia um longo período de apropriação do Estado por um regime de governo autoritário – burocrático - modernizante, com o poder nas mãos dos militares e tecnocratas que, associados ao capital estrangeiro e nacional, promoveriam a **internacionalização dependente da economia brasileira.**

Com o objetivo de atacar o déficit no Balanço de Pagamentos, a estagnação econômica e a inflação, o governo tentou "sanear" a economia para então proporcionar uma retomada do crescimento. Lançou então o PAEG - Plano de Ação Econômica do Governo, visando ao combate à inflação, acelerar o desenvolvimento econômico, reduzir os desequilíbrios regionais e setoriais, aumentar o investimento e o emprego, e corrigir a tendência ao desequilíbrio externo.

As medidas para conter a inflação utilizaram-se de um programa de restrição creditícia e de moeda, arrocho salarial e redução do déficit público. Paralelo a esse ajuste, o governo promoveu um profundo programa de reformas institucionais responsáveis pela adequação da economia às necessidades do novo modelo industrial adotado: reforma tributária (responsáveis pela promoção de recursos para investimentos futuros); reforma monetário-financeira (criação de órgãos como o Sistema Financeiro Nacional, o Banco Central, o Conselho Monetário Nacional, responsáveis pela geração de um sistema financeiro moderno) e a reforma do setor externo (buscando melhorias para ativar o setor externo na promoção de recursos para investimento interno).

O período caracterizou-se por profundos ajustes estruturais na economia nacional (com recessão) e, conseqüentemente, com aumento da capacidade ociosa. O financiamento estrangeiro retornou, movido pelos ajustes do PAEG, e os investimentos do Estado recomeçaram, garantidos pelo capital internacional.

De forma sumária podemos dizer que a política econômica de Castello Branco, apoiada em um **forte arrocho salarial**, procurou implantar um modelo autoritário que recuperasse o desenvolvimento dos anos 50, dotando o mercado de uma **ordem institucional favorável ao grande empresariado** e **liberando o fluxo de capitais estrangeiros para o Brasil**.

O PAEG reduziu a inflação de 91,8% ao ano, em 1964, para 22% ao ano, em 1968, mas não conseguiu alcançar as metas de crescimento programadas para a economia brasileira.

Eram metas do PAEG, – Plano de Ação Econômica do Governo, a tarefa de reduzir o nível de inflação e realizar o processo de modernização estrutural da economia brasileira. Coube também a equipe econômica desempenhar importante papel na criação do Banco Central, disciplinando o sistema financeiro nacional; na regulamentação do mercado de capitais; na introdução do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; na criação do Banco Nacional de Habitação e do Sistema Financeiro da Habitação; na formulação do Estatuto da Terra; na criação do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e na introdução do mecanismo da correção monetária. Todas essas medidas foram de grande importância, no sentido de permitir criar as condições para a retomada do processo de crescimento econômico a partir de 1967.

Para o cargo de Ministro da Fazenda, o primeiro presidente militar, Castello Branco, escolheu o economista Otávio Gouveia de Bulhões, especialista em questões de estabilidade monetária. Fôra representante do Brasil na conferência Bretton Woods (1944), que criou o FMI, o BIRD e estabeleceu as normas econômicas internacionais do pós-guerra. Defensor do liberalismo econômico, tornou-se ao lado de Eugênio de Gudin, um dos expoentes nacionais do monetarismo nos anos 50. Foi um dos fundadores do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas. No período que permaneceu a frente do Ministério da Fazenda adotou uma rígida política de contenção do crédito, dos salários, dos meios de pagamento e dos gastos públicos, para combater a inflação; instituiu também a correção monetária como forma de proteger a poupança interna. Durante esse período foram criados o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional

Para o importante cargo de Ministro do Planejamento do seu governo, o marechal Castello Branco escolheu o economista Roberto de Oliveira Campos, formado pela George Washington University, Harvard e Columbia, que se tornou um dos principais mentores do modelo econômico implantado no Brasil pelos governos militares. Como economista, Roberto Campos já havia participado da delegação brasileira à Conferência de Bretton Woods (1944); tinha sido conselheiro da Comissão Mista Brasil-EUA (1950-1953); membro da Diretoria e depois presidente do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), entre 1952-1959. Iniciou-se na carreira diplomática em 1939, tendo sido embaixador nos Estados Unidos (1961 a 1964).

O ministro idealizou uma instituição com o objetivo de disseminar informações e conhecimentos sobre a área econômica do País, vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Visava produzir **pesquisas**, **projeções** e estudos macroeconômicos,

setoriais e temáticos, com o intuito de subsidiar o governo na produção, análise e difusão de informações voltadas para o planejamento e a formulação de políticas. Quando foi criado o grupo de trabalho, formado por técnicos brasileiros de alto nível e alguns consultores estrangeiros, queria estabelecer as bases de um sistema de pesquisa econômica e de planejamento para o País.

Primeiro, surgiu o Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA), em 10 de setembro de 1964, que teve como coordenador técnico João Paulo dos Reis Velloso. Posteriormente, o Decreto 60.457, de 13 de março de 1967, instituiu a Fundação Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada (IPEA). E por fim, a partir de 17 de maio de 1990, por meio do Decreto 99.260, a entidade passou a denominar-se Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com a atribuição de elaborar **estudos, análises** e **pesquisas** nas áreas econômica e social brasileiras.

A primeira tarefa que o ministro Roberto Campos encomendou ao Ipea foi a revisão do Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG, que segundo o ex-ministro Reis Velloso, ocupa dois volumes, com cerca de 440 páginas cada um e não apenas o documento de 244 páginas, conhecido em geral pelas pessoas. Estas tiveram acesso apenas à síntese feita para divulgação. A maioria dos capítulos da parte macroeconômica era de autoria de Mário Henrique Simonsen, e foram revisados pelo Ipea. Houve depois uma complementação dessa parte macroeconômica, feita em Washington, principalmente pelo Simonsen, também, para fazer a conexão entre o programa de investimentos e o balanço de pagamentos.

O primeiro volume trata dos objetivos do PAEG, da parte macroeconômica e dos instrumentos de ação. O segundo foi em grande parte elaborado pelo pessoal do Ipea, que redigiu os programas setoriais para agricultura, indústria, e assim por diante. O da agricultura foi baseado em texto que veio da Fundação Getúlio Vargas, adaptado pelo Ipea; os demais foram de autoria do pessoal do Ipea ou de pessoal dos grupos setoriais do Planejamento, sempre com redação final de Reis Velloso.

Para a equipe econômica do primeiro governo militar, o Ipea tinha grande relevância e passou a ser conhecido, ao longo de sua existência, como a entidade que tem a **missão** de "pensar o Brasil". Na realidade o PAEG foi discutido, item a item por esse grupo. Começou pela revisão do texto inicial elaborado pelo Simonsen, fazendo uma discussão em "petit comitê", promovida pelo próprio Roberto Campos, com a presença do ministro Bulhões, no 14º andar do Ministério da Fazenda, onde havia uma sala de almoço. Em torno dessa mesa deslanchou-se o processo. Depois, Simonsen e Reis Velloso foram chamados para assessorar o

ministro Roberto Campos em sua ida a Washington, quando apresentou o PAEG às entidades internacionais: Usaid, Banco Mundial, BID, Fundo Monetário Internacional, observadores europeus etc.

Segundo Reis Velloso o PAEG foi um grande avanço em relação aos anos 50, porque propôs a conciliação entre crescimento e estabilidade de preços. "Acho que aí começa o que chamo de desenvolvimento *soft:* compatibilizar crescimento e inflação baixa, através de um programa estratégico."

A análise dos principais fatos da conjuntura econômica do período 1964-67 foram enfatizadas quando da criação desse escritório Ipea, vinculado ao Ministério do Planejamento, tendo em vista sua influência na vida econômica do país, durante todo o período analisado por este trabalho. Ou seja, durante todo o governo militar.

Essa instituição, surgida para pesquisar e criar, com vistas ao planejamento do desenvolvimento econômico e social, possuía uma equipe formada por grupos de economistas, engenheiros econômicos e especialistas sociais que cobriam as diferentes áreas, inclusive comércio exterior, indústria, agricultura, energia, transportes, recursos humanos, saúde-saneamento e desenvolvimento regional. Seus funcionários eram técnicos requisitados de órgãos do governo ou contratados no mercado.

Em especial a partir de 1966, os próprios programas setoriais eram freqüentemente feitos no Ipea, por equipes compostas por técnicos do Ipea e do ministério setorial em questão.

Por iniciativa do ministro Roberto Campos, o Ipea contou no início com dois consultores especiais: Rosenstein-Rodan, muito conhecido por sua teoria do *big push*, e Benjamim Higgins, autor de um livro sobre desenvolvimento econômico que fez muito sucesso nos anos 60. Através do convênio com a Universidade da Califórnia, em Berkeley, o Ipea recebeu uma equipe permanente de professores como consultores. O primeiro coordenador da equipe foi o professor William Ellis, famoso na área de política monetária.O segundo foi Albert Fishlow, que depois se tornou um brasilianista, assim como vários outros membros dessa equipe, como Samuel Morley, que tem famoso livro sobre distribuição de renda no Brasil nos anos 60, e Joel Bergsman, que escreveu um livro e inúmeros artigos sobre economia brasileira.

A Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) foi criada pelo Ipea , em março de 1965, com o nome de Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas. A idéia foi do Ministro Roberto Campos que visualizou a necessidade de um órgão que financiasse a

elaboração de projetos para os setores público e privado, e conseguisse financiamentos internacionais. Era uma conta gráfica, um fundo contábil sem personalidade jurídica. Primeiro, fez parte do Ipea e depois passou para o BNDES e o fundo começou também a dar apoio à ciência e a tecnologia, com a finalidade de financiar a implantação de programas de pós-graduação nas universidades brasileiras. Em julho de 1967 se transformou em empresa pública, a Finep.

A reestruturação do IBGE também foi obra do Ipea, que através do seu presidente Reis Velloso reclamou com o Ministro Roberto Campos, que já estavam em meados da década de 60 e o Censo Demográfico de 1960, ainda não tinha sido apurado. Velloso teria dito: "Não existe Ministério do Planejamento sem um IBGE funcionando bem". Duas medidas foram tomadas. Primeiro, uma legislação determinando o que seria o Sistema Nacional de Estatísticas Básicas: isso foi realizado de imediato, por um grupo de trabalho em que o principal elemento era Isaac Kerstenetsky, da Fundação Getúlio Vargas. Segundo, a reestruturação propriamente dita; Isaac e Henrique Flanzer foram os que mais trabalharam nisso. O resultado foi a transformação do IBGE, criado em 1934, em uma fundação, a partir da lei da reforma administrativa, em 1967.

Em linhas gerais, os objetivos colocados pelo PAEG eram: acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico, conter o processo inflacionário, atenuar os desequilíbrios setoriais e regionais, aumentar o investimento e com isso o emprego e corrigir a tendência ao desequilíbrio externo. O controle inflacionário e/ou as formas de conviver com a inflação eram vistos como precondições para a retomada do desenvolvimento, e o combate à inflação só poderia ser feito acoplado às reformas institucionais.

O diagnóstico feito pela equipe econômica no período, era semelhante ao do FMI (Fundo Monetário Internacional). Ou seja, a causa principal da inflação brasileira era o excesso de demanda. Porém as metas de redução da inflação brasileira apontadas no PAEG não foram atingidas, demonstrando a complexidade do problema inflacionário brasileiro, que não residia apenas do excesso de demanda. Conclui-se que o diagnóstico das causas da inflação brasileira feito pelo FMI estava parcialmente correto, pois o processo dinâmico da economia brasileira no período anterior, ou melhor, na década de cinqüenta, foi o processo de substituição de importações, que gerou uma pressão muito grande do lado da demanda.

No segundo Governo Militar é feito um novo diagnóstico da economia brasileira, onde a equipe econômica liderada por Antônio Delfim Netto, aponta como principal causa da inflação brasileira a pressão derivada dos custos e, principalmente o custo do crédito.

Momento em que a economia brasileira toma um novo rumo, priorizando o crescimento econômico e colocando em segundo plano o combate à inflação. Este novo direcionamento da economia brasileira, juntamente com um cenário internacional favorável, proporcionou ao Brasil a fase de maior crescimento do Produto Interno Bruto da história brasileira, conhecido como "Milagre Econômico".

Quadro 10: Produto e Inflação: 1964-1968			
Ano	**Crescimento**		**Taxa de inflação**
	PIB (%)	**Produção Industrial (%)**	**(IGP- DI) (%)**
1964	3,4	5,0	91,8
1965	2,4	- 4,7	65,7
1966	6,7	11,7	41,3
1967	4,2	2,2	30,4
1968	9,8	14,2	22,0
Fonte: Abreu, M. P. (org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana – 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.			

Nos primeiros anos do regime militar, de 1964 a 1967, a economia brasileira cresceu a uma média anual de 4,2%, um ritmo nada excepcional para a época. Logo antes do golpe, no primeiro trimestre de 1964, a inflação acelerou para um nível anualizado de 140%, depois de ter atingido o nível recorde de 81% em 1963.

A gestão Campos-Bulhões promoveu uma reforma tributária, que criou inovadores (para a época) impostos sobre valor agregado (ICM e IPI), e universalizou o Imposto de Renda, em relação ao qual diversas categorias eram isentas. O aumento dos impostos reduziu substancialmente o déficit público, de 1964 a 1966, ajudando a combater a inflação.

Outras medidas desta época foram a unificação da Previdência; a criação de um mercado para títulos da dívida pública (com a introdução da correção monetária); o estabelecimento de um Banco Central com independência (retirada pelo presidente Arthur da Costa e Silva, que sucedeu Castello Branco); o fim da estabilidade de emprego aos 10 anos de trabalho, substituída, como mecanismo de proteção ao trabalhador, pelo Fundo de Garantia do Tempo de Trabalho (FGTS); e o lançamento das cadernetas de poupança e do financiamento da casa própria em larga escala, com a fundação do Banco Nacional da Habitação (BNH).

Essas iniciativas do governo Castello Branco são particularmente importantes para os que às vêem como raiz do milagre econômico. “Este conjunto de reformas institucionais aumentou a eficiência da economia, e, na primeira metade dos anos 70, aconteceu o que é previsível quando se melhora a eficiência”, resume o economista Samuel Pessoa, da EPGE, da FGV - Rio.

4.3. As Reformas Institucionais – Os Principais Elementos Envolvidos

Um dos principais problemas enfrentados pela economia brasileira na crise cíclica clássica da economia local, em 1963, foi a ascensão das taxas inflacionárias. Assim, a elevada inflação conjugada a Lei da usura, que impedia juros nominais superiores a 12% a.a., desestimulava a canalização de poupança para o sistema financeiro.

Da mesma forma, constituía forte desestímulo à aquisição de imóveis, as elevadas taxas inflacionárias conjugadas a Lei do Inquilinato e, conseqüentemente, forte desestímulo ao setor de construção civil.

Efeitos também desestimulantes, que acarretavam desordem tributária, existiam pela ausência de correção monetária. No caso dos débitos fiscais, a inflação desestimulava o pagamento em dia, gerando o comportamento contrário, ou seja, o atraso de pagamento. Com relação aos ativos e ao patrimônio das empresas, a inflação gerava tributação de lucros ilusórios.

Assim, as reformas institucionais implantadas pela equipe econômica do governo Castello Branco, após detalhado estudo do Plano de Ação Econômica do Governo - PAEG considerarão esses aspectos e modificarão as estruturas institucionais do país, que ainda se embasavam em estruturas adequadas para a economia primária exportadora e, portanto, não correspondiam ao estágio de desenvolvimento industrial que a economia brasileira já havia alcançado. Essa nova estrutura teria que se adequar às formas vigentes de acumulação de capital exigidas pelo sistema econômico industrial brasileiro.

4.3.1. Reforma Tributária

1. Introdução da correção monetária no sistema tributário, visando reduzir as distorções de estímulo ao atraso de pagamento e com isso melhorar o orçamento deficitário do governo, visto como um dos principais motivos das elevadas taxas inflacionárias.

2. Alteração do formato do Sistema Tributário Nacional rompendo o estímulo até então existente à integração vertical da produção. Com isso tornou-se possível a utilização dos tributos como instrumento de política de desenvolvimento e de redução de distorções, ao permitir as diferenciações de alíquotas e a facilitação à concessão de isenções e incentivos fiscais às atividades específicas. Essa alteração se processou com a transformação dos impostos do tipo cascata (que incidem a cada transação sobre o valor total) em impostos do tipo valor adicionado. Criou-se o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), o ICM (imposto sobre Circulação de Mercadorias) e o ISS (Imposto sobre Serviços).

3. A transformação do Sistema Tributário Nacional com a redefinição do espaço tributário entre as diversas esferas do governo. A União ficou com o IPI, o Imposto de Renda, os impostos únicos, os impostos de comércio exterior, o Imposto Territorial Rural (ITR). Os Estados ficaram com o ICM e os municípios, com o ISS e o IPTU (imposto sobre Propriedade Territorial Urbana). Foram criados também os fundos de transferência inter governamentais: o Fundo de Participação dos Estados e o dos Municípios, que se baseavam em parcelas de arrecadação do IPI, do IR e do ICM. Os critérios de distribuição dos recursos baseavam-se na área geográfica, na população e no inverso da renda per capita, com vista em favorecer estados mais pobres. Houve importante centralização das decisões sobre a legislação tributária, inclusive definindo as alíquotas dos impostos das demais esferas, procurando eliminar a "guerra fiscal".

4. Quanto ao aspecto da arrecadação foram criados vários fundos para fiscais, como o FGTS (Fundo de Garantia de Tempo de Serviço) e o PIS (Programa de Integração Social), que se constituíram em importantes fontes de poupança compulsória, direcionadas ao setor público. Esses fundos substituíram benefícios que existiam na legislação trabalhista, ou seja, "estabilidade de emprego" no primeiro caso e "participação no lucro da empresa" no segundo.

5. Ainda em termos de arrecadação houve elevação dos preços das empresas estatais, uma política de realismo tarifário chamada de "inflação corretiva", gerando excedentes líquidos de recursos.

4.3.2. Reforma Monetária

1. Instituição da Correção Monetária e Criação da ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional)

2. Lei nº. 4.595 – Criação do CMN (Conselho Monetário Nacional) e do Bacen (Banco Central do Brasil)

3. Lei nº. 4.320 – Criação do SFH (Sistema Financeiro de Habitação) e do BNH (Banco Nacional de Habitação)

4. Lei nº. 4.728 – Reforma do Mercado de Capitais

4.3.3. Reforma da Política Externa

1. Estimular e diversificar as Exportações mediante uma série de incentivos fiscais (isenções fiscais IPI, ICM, IR, crédito prêmio do IPI etc.)

2. Estimular as exportações através da modernização e dinamização dos órgãos públicos ligados ao comércio internacional (Cacex e CPA)

3. Simplificação das importações eliminando os limites quantitativos e utilizando apenas a política tarifária como forma de controle

4. Simplificação e unificação do sistema cambial, eliminado incertezas decorrentes da condução errática da política cambial, bem como os desestímulos à exportação, decorrentes da valorização cambial.

5. Adoção do sistema de minidesvalorização a partir de 1968

6. A aliança para o progresso foi uma forma de estimular a reaproximação com a política externa americana e atrair capital estrangeiro

7. Renegociação da dívida externa e Acordo de Garantias para o capital estrangeiro.

8. Ligação com o sistema financeiro internacional através da Lei nº. 4.131, que dava acesso direto das empresas.

9. Resolução nº. 63, que possibilitava a captação de recursos externos pelos bancos comerciais e de investimentos, para repasse interno. Essa colagem significava o início do processo de internacionalização financeira no Brasil.

4.3.4. Reforma Agrária

1. Como é sabido em 13 de março de 1964 o Governo João Goulart assinou decreto visando desapropriar terras localizadas em uma faixa de dez quilômetros ao longo das rodovias, ferrovias e açudes federais. Em seguida propôs a reforma agrária. No entanto antes de iniciá-la, foi deposto pelo golpe militar de 31 de março de 1964.

2. Sob o regime militar, o governo passou a entender a reforma agrária não como redistribuição da propriedade, mas como um processo de racionalização do uso da propriedade da terra, medida só adotada então nas regiões onde o conflito agrário se tornara mais agudo. Entre 1964 e 1984 foram assentadas, segundo dados do governo federal, cerca de 120 mil famílias.

4.4. Uma Interpretação dos Principais Impactos das Reformas

As reformas do Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG modificaram praticamente todo o quadro institucional vigente na economia brasileira, adaptando-o ao estagio de desenvolvimento industrial que se encontrava a industrialização brasileira. Pode-se dizer que foram estruturados os instrumentais, para que se pudesse ter maior participação do Governo na atividade econômica, dotando-se o Estado de maior capacidade de intervenção na economia.

Essa possibilidade de maior intervenção do Estado, assumindo novo papel na economia, exigia novo esquema de financiamento, que só se viabilizou através das novas estruturas instituídas pelas reformas institucionais do PAEG. Elas também viabilizariam um esquema de financiamento para a retomada do crescimento econômico, no período seguinte.

Nesse aspecto não se pode esquecer do papel das estatais, que terão grande estímulo do Governo, não só em termos da política de "inflação corretiva", de realismos tarifários, que gerarão excedentes líquidos de recursos, mas também do papel de investidor na indústria pesada, como a siderúrgica e de bens de capital. As empresas estatais vão crescer com a ajuda do governo, e com isso obter grandes lucros, liderando empreendimentos que envolvem empresas privadas e criam condições para a expansão do setor de produção de bens duráveis.

A reversão do processo inflacionário foi um dos objetivos primordiais da política econômica no início do período militar. As primeiras medidas antiinflacionárias tiveram como regra estabelecer legislação salarial, que estipulava a correção de salários com base na inflação futura. Inicialmente a política econômica não conseguiu baixar os índices inflacionários e ainda observa-se o impacto das medidas de "inflação corretiva", em que houve aumentos nos preços artificialmente represados, como câmbio, tarifas públicas, gasolina, trigo e outros produtos. A inflação fechou 1964 em 91%, e caiu para 34% em 1965, sem que houvesse um grande aperto monetário. A partir de 1966, quando a política monetária foi mais rígida, observa-se dois anos seguidos de inflação em torno de 25%, e nos três anos consecutivos esse índice estaciona no nível de 20%.

4.4.1. Reforma Tributária

Para a equipe econômica do governo Castello Branco, o diagnóstico sobre a inflação centrava-se no excesso de demanda, que tinha como fator primordial, a tendência da economia brasileira ao déficit público. Somavam-se ao déficit governamental, a elevada propensão a consumir, em virtude da política salarial liberal, também chamada de "frouxa", dos períodos anteriores (conhecidos como "arroubos populistas"). A falta de controle sobre a expansão do crédito, também era outro importante fator, que se somaria aos demais, para acelerar ainda mais o processo de elevação dos preços. A propagação dessas pressões inflacionárias se perpetuava pela expansão monetária.

Com relação a redução do déficit público, através da redução dos gastos e da ampliação das receitas por meio da reforma tributária e do aumento das tarifas públicas, (a chamada inflação corretiva), observou-se naquele momento, impacto positivo sobre a conjuntura econômica do país, já num primeiro momento do governo militar. O déficit público reduziu-se de 4,2% do PIB em 1963 para 1,1% em 1966.

A reforma tributária vai atingir várias instituições, inclusive criando a Secretaria da Receita Federal para assumir as funções de órgão central de direção superior da administração tributária da União, em substituição à antiga Direção-Geral da Fazenda Nacional (DGFN). O modelo adotado pela DGFN consistia em uma estrutura de três departamentos estanques, divididos por tipo de tributo administrado, a saber: Departamentos de Rendas Internas, Rendas Aduaneiras e Imposto de Renda. Em 1965, as funções de arrecadação foram centralizadas em um único departamento demonstrando, claramente, a necessidade de unificação e coordenação entre as três áreas.

De fato, a criação da Secretaria da Receita Federal solucionou esse problema de articulação, pois houve a integração das funções básicas da administração tributária em cada nível hierárquico da nova Secretaria. Substituiu-se, portanto, um modelo organizacional baseado no tipo de tributo administrado por uma estrutura funcional. Em especial, desde 1968, a SRF assumiu a administração conjunta dos impostos internos e aduaneiros. Desse modo, o País passou a ter um só órgão responsável pela administração dos tributos federais.

Foi uma grande reforma que não se limitou ao Código Tributário Nacional. Compreendeu a formação do Sistema Tributário Nacional e a reforma das suas instituições, como por exemplo, a criação da SRF e outras repartições fazendárias. Toda essa nova

estrutura, criada na década de 60, permanece até hoje. Pode-se dizer que não ocorreram mudanças significativas nesses últimos 40 anos, que pudessem justificar o título de “nova reforma tributária”, ressalvando-se a Constituição de 1988.

A estrutura administrativa adotada pela SRF foi inovadora para os padrões da época, e teve os seguintes objetivos:

1. Apresentar a administração tributária como uma representação única frente ao contribuinte, com igualdade de procedimentos em todo o território nacional;

2. Adotar a organização de um estilo dinâmico de administração, capaz de gerenciar vários tributos, maximizando a utilização dos recursos humanos e matérias;

3. Adotar critérios claros e eficientes de descentralização, com grande autonomia de execução dos órgãos locais de ponta.

Essa reforma tributária teve impacto de acordo com a evolução da atividade econômica brasileira. A administração tributária foi se transformando até resultar na atual Secretaria da Receita Federal, instituída pelo Decreto nº. 63.659, em 1968. O surgimento da Secretaria da Receita Federal representou significativo avanço na facilitação do cumprimento das obrigações tributárias, contribuindo para o aumento da arrecadação para o País, no final dos anos 60. Houve expressiva elevação da carga tributária nacional, que se situava entre 16% e 18% do Produto Interno Bruto (PIB) no início da década, e atingiu níveis superiores a 24% do PIB após 1968.

De forma resumida pode-se dizer que as principais conseqüências da reforma tributária foram:

1. O aumento da arrecadação, não só em termos quantitativos, mas também aumentando o cadastro de contribuintes;

2. Grande centralização do poder federal, tanto na arrecadação como das decisões em termos de política tributária.

3. Instrumento de política, subordinando os estados ao governo central.

4. Descentralização dos gastos com maior flexibilidade operacional, por meio da vinculação da receita a determinada despesa.

No Brasil, o federalismo está amparado na autonomia política dos estados – como de resto nos demais países – e dos municípios, indicando a sua especificidade. Ressalte-se que um

maior grau de autonomia política só terá sentido se acompanhado de uma correspondente **autonomia financeira**, sem o que se estabelece o isolamento dessas unidades políticas. Em função da **política autoritária centralizadora**, a reforma tributária também apresentará esse agravante em termos de política fiscal, ou seja, a total submissão dos estados e municípios às determinações do Poder Central e, também, a criação de elenco de incentivos para estimular e incentivar a poupança interna e a formação de capital.

Vários foram os objetivos **colocados na Exposição de Motivos** do então Ministro da Fazenda, Otávio Gouvêa de Bulhões, para justificar a reforma.

O primeiro, de caráter prioritário, referia-se à **expansão de carga tributária incidente sobre a sociedade,** com o fito de permitir ao Estado aumentar sua captação de recursos de forma não inflacionária. Visava-se, com isso, eliminar, por um lado, o déficit público identificado no Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG como uma das principais causas da inflação e, por outro, propiciar condições ao Estado de desempenhar suas novas funções na vida econômica que incorporara ao longo do processo precedente de acumulação de capital.

O segundo, de que o sistema deveria ser reformulado de modo que **sua estrutura e seu *modus operandi* contribuíssem, para atenuar as desigualdades.** Essas desigualdades seriam tanto as regionais de renda, com a criação de mecanismos que compensassem as discrepâncias existentes entre as bases econômicas e tributárias regionais, quer para reduzir as desigualdades pessoais de renda, para o que se deveria priorizar a tributação direta de forma a imprimir à sua estrutura um perfil mais progressivo, penalizando mais fortemente os indivíduos de maiores rendas.

O terceiro dizia respeito **à modernização do sistema,** indispensável para que os objetivos anteriores fossem alcançados, depurando-se alguns tributos que não tinham muito bem definido seus fatos geradores, corrigindo outros que, tecnicamente imperfeitos, provocavam distorções no sistema produtivo, criando-se outros mais adequados à nova estrutura econômica existente.

O quarto objetivo, embora explicitamente negado na Exposição de Motivos da reforma, dizia respeito à **centralização da política econômica e tributária na órbita federal**, com a transferência para esta de todas as decisões a ela pertinentes. A justificativa amparou-se no fato de que a existência de três sistemas tributários autônomos – federal, estadual e municipal – como ocorria até a reforma, provocava grande proliferação de tributos, engendrando profundas

distorções sobre o aparelho produtivo. Com isso, proibiu-se aos estados e municípios a decretação de novos tributos – prerrogativa outorgada pela Carta de 1946 – e retirou-se deles a autonomia que possuíam para reajustar as alíquotas dos impostos que permaneceram sob a sua competência, transferindo para o Senado Federal e /ou para o poder Executivo essa decisão.

Na opinião de Fabrício Augusto de Oliveira eram essas as intenções contidas na reforma tributária de 1966, mas como entre a intenção e o gesto quase sempre existe distância considerável, se alguns objetivos, porque factíveis econômica e politicamente, foram alcançados, outros não tiveram o mesmo destino. A justificativa dessa falta de êxito pode ser explicada, seja porque apenas figuravam no discurso das autoridades econômicas como forma de legitimar a reforma, seja porque, em seus desdobramentos posteriores, o sistema tributário terminaria por ser profundamente mutilado, sendo desvirtuado de seus propósitos iniciais. No conjunto, as alterações introduzidas no sistema com a reforma não apontam que a questão da **eqüidade**, embora presente no discurso das autoridades econômicas, à época, tenha sido motivo de real preocupação. (OLIVEIRA, 1981)[42]

Isso não deve surpreender porque antes de questão meramente técnica, a **distribuição do ônus tributário** é, antes de tudo, questão política. Os gestores da política econômica, representantes das classes dominantes e de suas frações que deram o respaldo político e econômico para o golpe de 64 e se apoderaram do aparelho do Estado, estavam, àquela altura, muito mais preocupados em estimular a poupança interna e a acumulação de capital, do que em promover maior **justiça social.** A esse aspecto soma-se o fato de que a classe trabalhadora, alijada do cenário político, pouca ou nenhuma resistência possuía para se opor às suas pretensões.

Como muito bem analisou o estudioso no assunto O'Connor, além das próprias dificuldades práticas para materializar-se, torna-se, habitualmente, letra morta quando entra em cena a velha, mas sempre atual questão do **incentivo ao crescimento econômico**, embora aquele jamais deixe de figurar no discurso da **ciência burguesa**. Assim, a atenção dispensada à questão relativa à justa distribuição do ônus tributário entre os membros da sociedade, embora sempre anunciada como objetivo a ser cumprido, encontra-se mais estreitamente vinculada à composição das forças políticas e aos objetivos estabelecidos pela sociedade do que a princípios "abstratos". E o seu alcance, embora tenha figurado na Exposição de Motivos da

[42] OLIVEIRA, Fabrício Augusto. **A Reforma Tributária de 1966 e a acumulação de Capital no Brasil**. São Paulo: Brasil Debates. 1981.

reforma de 1966, não parece ter sido, em momento nenhum motivo de real preocupação dos gestores da política econômica e de seus executores. (O'CONNOR, 1977)[43]

Por isso, Varsano, afirma que:

> [...] todos os documentos publicados pela Comissão de Reforma também demonstram a inexistência de qualquer preocupação com a utilização do sistema tributário como instrumento de políticas que visem **ajustar a distribuição de renda**, havendo, apenas, referências esparsas e sem maior elaboração ao conceito de justiça fiscal. Mesmo a reformulação do imposto de renda, visou apenas a permitir o estímulo à **acumulação de capital**. (VARSANO, 1981)[44]

A partir da entrada, em 1967, do ministro Delfim Netto no comando do Ministério da Fazenda seria refeito o diagnóstico a respeito da situação da economia brasileira e modificada a terapia que vinha sendo ortodoxamente aplicada para erradicar os males de que padecia o sistema econômico.

Assim, de suposta inflação da demanda passou-se a identificá-la como sendo de custos, considerada passível de ser absorvida pela retomada do crescimento, como de fato em parte ocorreria. Da traumática política de estabilização que vinha sendo executada, passou-se, então, a afrouxar as rédeas dos meios de pagamento, do crédito e do gasto público e a apostar no crescimento com o aproveitamento da excessiva capacidade ociosa existente no sistema.

A timidez com que o Estado vinha estimulando a poupança e a formação de capital, foi substituída pelo arrojo e pela imprevidência, passando-se a canalizar, para os segmentos e setores tidos como prioritários para o processo de acumulação, volumes consideráveis de recursos.

Segundo Penalver, foi assim que se aprofundou a política de incentivos concedidos às exportações de manufaturas – peça basilar do novo modelo que se forjava. À instituição do regime de *draw back*[45] em 1964, acrescentar-se-iam linhas especiais de financiamento subsidiadas para as exportações, isentando-as do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) partir de 1967, e concedendo-lhes,

---

[43] O'CONNOR, James. USA: **A Crise do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

[44] VARSANO, R. O Sistema Tributário de 1967: adequado ao Brasil de 80° In: **Pesquisa e Planejamento Econômico**. 3.ed. Rio de Janeiro: IPEA, 1973.

[45] *draw back – isenção de impostos nas matérias primas importadas para confeccionar mercadorias que serão exportadas.*

prêmio desses mesmos impostos, sempre com o propósito de tornar os produtos nacionais mais competitivos no exterior. (PENALVER, 1963, p. 115)[46].

Esse elenco de incentivos destinado às exportações de manufaturas, se por um lado contribuiu para a diversificação de sua pauta e para o seu expressivo crescimento – sua participação no total das exportações saltou de 8,1% em 1965 para perto de 30% em 1975 – atingiu, por outro, tal dimensão, que estimativas realizadas sobre a sua importância revelam que eles corresponderiam à cerca de 50% do preço do produto. Esse percentual representaria uma drenagem bastante significativa de recursos das esferas governamentais.

Cardoso acrescenta que por outro lado, não menos generosas foram as benesses repassadas para os segmentos que se dispusessem a fazer aplicações financeiras. O objetivo dessa medida era mais que evidente. Tratava-se, precipuamente, de viabilizar a nova estrutura financeira profundamente reformulada entre 1964/66 com a criação de novos personagens e definição de suas atribuições, e garantir o funcionamento adequado desse novo mecanismo de financiamento. (CARDOSO, 1980)[47]

Para tanto, estabeleceu-se um elenco ainda mais expressivo de incentivos fiscais para as pessoas físicas e jurídicas, para as aplicações realizadas numa lista interminável de títulos financeiros, que constituíam os instrumentos mediante os quais as instituições captavam recursos do público.

Assim, além do abatimento da renda bruta, total em alguns casos, para o cálculo do Imposto de Renda devido, das inversões realizadas em letras imobiliárias, letras hipotecárias, ações nominativas de empresas de capital aberto, subscrição de ações de empresas do Norte e do Nordeste, ORTNs e títulos da dívida pública estadual e municipal, somavam-se, a partir de 1967, os benefícios do Decreto-Lei 157 e , mais tarde , os das Cadernetas de Poupança.

Relatórios Anuais do Bacen demonstram que a relação de ativos financeiros/ PIB evoluiu de 25,1% em 1964 para 31% em 1970, atingindo 46,2% em 1975. Esse elenco de medidas aliadas às condições internas e externas favoráveis, contribuiu para que a economia conhecesse acelerado processo de crescimento no período de 68/73 – batizado de “milagre

---

[46] PENALVER, M et alii. **Política Industrial e Exportação de Manufaturados no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1963, p.115.

[47] CARDOSO, E.A. **Incentivos às Exportações de Manufaturas**: série histórica. In: Revista de Economia. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol.34, nº 2, abr/ jun.1980, p.241-50.

econômico" na literatura – em que taxas alcançaram níveis inusitados, como em 1973, quando foi 13,9%, a mais elevada do período analisado.

A esse explosivo crescimento, entretanto, para o qual muito contribuiu a transformação do instrumento tributário numa poderosa ferramenta de acumulação, não podem deixar de ser contrapostas suas mazelas.

A começar pela dimensão dos incentivos de que o Estado abriria mão para amparar, estimular e orientar o processo de crescimento. Quando colocado de maneira ligeira e descritiva, fica difícil avaliar sua amplitude e o que poderiam eles representar para explicar as distorções introduzidas no sistema tributário. Assim, sempre foi extremamente elevada a parcela de recursos que o Governo Federal destinaria para fomentar a acumulação e, em relação à sua receita tributária, há anos como o de 1975 em que ela chegou à espantosa proporção de 40% !

Conforme Bruginski de Paula, T., a política fiscal implementada pelo Executivo tinha projeto **excludente e concentrador da renda e da riqueza**. Investido do poder de governar por decretos e mantendo acuados expressivos segmentos da sociedade, não houve problema para levar à frente seus planos e aprovar propostas orçamentárias que os contemplavam. A orientação de não penalizar o capital e as altas rendas foi mantida. Manteve-se também, o fato dos representantes políticos da sociedade não mais deterem qualquer influência sobre o orçamento do País. O orçamento fora completamente desfigurado de forma que as autoridades econômicas fizessem uso dos recursos públicos sem ter que prestar contas. (PAULA, 1987)[48]

Assim como na opinião do Ministro da Fazenda, a reforma tributária de 1966 foi muito importante para estimular o crescimento econômico brasileiro, particularmente na época do "milagre econômico". No entanto, os autores aqui citados, além desse aspecto, enfatizam que a reforma também estabeleceu **grandes distorções.** Por exemplo, apontam a grande centralização da União, tanto na arrecadação como nas decisões em termos de política tributária.

Observa-se que em alguns segmentos da sociedade, determinados setores e atividades foram beneficiados, dado **o fato do capital e das altas rendas não serem tributados**, como as inúmeras **políticas de incentivos fiscais.** Não se verificou o princípio da **eqüidade e a distribuição de renda**, que deveria ser um dos objetivos da reforma tributária. Ao contrário,

[48] BRUGINSKI de PAULA, T. **Estrutura e Evolução das Contas Fiscais** IESP/FUNDAP, Junho de 1987.

determinadas medidas de política fiscal comprometeram o novo sistema tributário, em termos de **responsabilizá-lo no processo de concentração de renda que caracterizou o período**.

4.4.2. Reforma Monetária

A Lei de Reforma Bancária, sancionada a 31 de dezembro de 1964, veio preencher uma grande lacuna. Campos e Bulhões certamente tinham presentes as dificuldades sofridas por Ministros da Fazenda, em passado recente, para renegociar a dívida externa, atrair capitais, estimular poupança etc.. No período anterior à Revolução, o problema que tiveram todos os Ministros da área da Fazenda foram as pressões políticas sobre o Ministério da Fazenda. Era importante fortalecer a área governamental responsável por políticas mais generalizantes na economia, subordinando a estas, o próprio setor financeiro.

Reduzir os déficits do setor público e instituir um firme controle do crédito ao setor privado – duas das metas intentadas pelo programa de estabilização do governo Castello Branco – implicavam, para que algum sucesso pudesse ser esperado, uma renovação profunda dos instrumentos à disposição das autoridades monetárias. Mais do que retocar os toscos mecanismos existentes, se impunham reformas institucionais de largo alcance. Era necessário substituir o estilo anterior pela criação de um verdadeiro centro de deliberação em política monetária. Fazia-se urgente um sistema hierarquizado de decisores monetários, capaz de operar com um orçamento monetário consolidado, e não apenas com os instrumentos parciais e difusos antes disponíveis.

A instituição da correção monetária tornava sem sentido a Lei da Usura, eliminando uma série de ineficiências no sistema financeiro. Ao permitir a prática de taxas de juros reais positivas, estimulava a poupança e ampliava a capacidade de financiamento da economia. A criação das ORTNs, cuja variação determinaria o índice de correção monetária, tinha por objetivo dar credibilidade e viabilizar o desenvolvimento de um mercado de títulos públicos que fornecesse instrumentos de financiamento do déficit público. Também possibilitaria as operações de mercado aberto, visando ao controle monetário. Esse último objetivo só se viabilizou de fato a partir de 1970 com a criação das LTNs (Letras do Tesouro Nacional), tendo em vista a necessidade de títulos prefixados de curto prazo para as operações de mercado aberto.

É instituído o Sistema Financeiro Nacional, composto de um Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil, BNDE e demais estabelecimentos financeiros públicos e privados.

Ao Conselho Monetário Nacional – CMN, autoridade suprema do sistema, é atribuído o papel de formulador da política monetária e creditícia, explicitada em termos dos seguintes objetivos a serem alcançados:

1. Adaptar o volume dos meios de pagamento às necessidades do país;

2. Regulamentar o valor interno da moeda, para prevenir ou corrigir surtos inflacionários ou deflacionários de origem interna ou externa, depressões econômicas ou outros desequilíbrios oriundos de fenômenos conjunturais;

3. Regular o valor externo da moeda e o equilíbrio da balança de pagamentos do país, tendo em vista a melhor utilização de recursos em moeda estrangeira;

4. Orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras quer públicas, quer privadas;

5. Propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros com vistas à maior eficiência do sistema de pagamentos e de mobilização de recursos;

6. Zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras;

7. Coordenar as políticas monetárias, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública, interna e externa.

A estruturação do Sistema Financeiro regulamenta as relações entre as diversas instituições da área financeira, cuja diversificação e especialização se requeria para a eficácia da política econômica adotada. Posteriormente, esta mesma especialização foi objeto de intensos debates nos meios financeiros. Nas circunstâncias da época, porém, o esforço de expandir as funções da intermediação financeira implicava em diversificar e especializar as instituições, para que se obtivessem novas formas de captação de recursos financeiros.

O CMN substituiu o Conselho da Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito) e passou a ser o órgão normativo da política monetária, com a função de definir as regras e as metas a serem atingidas. O Bacen foi criado (assumindo a antiga Carteira de Câmbio e Redesconto do Banco do Brasil e o Serviço de Meio Circulante do Tesouro Nacional) para ser o agente executor da política monetária. Recebeu também a atribuição de ser agente fiscalizador e controlador do sistema financeiro. Naquele momento, o Banco do Brasil, além de suas funções de banco comercial, permaneceu com os serviços de compensação de cheques, depositário das reservas voluntárias e caixa do Bacen e do Tesouro Nacional, ou seja, constituía-se no agente bancário do governo.

As inúmeras competências atribuídas ao Conselho Monetário dizem respeito, principalmente, a:

1. Autorização para emissões – segundo a Lei 4.595, o Conselho autorizará as emissões de papel-moeda, que ficarão na prévia dependência de sanção legislativa, quando se destinem ao financiamento direto, pelo Banco Central, das operações de crédito com o Tesouro Nacional por antecipação de receita orçamentária, ou a qualquer título, dentro dos limites legalmente autorizados.

2. Controle do crédito – ao CMN cabe funções normativas em relação à disciplina das operações creditícia, inclusive aceite, avais e prestação de qualquer garantia por parte das instituições financeiras, além das atribuições de limitar sempre que necessário as taxas de juros, descontos, comissões e todas as formas de remuneração de operações e serviços bancários ou financeiros que se destinem a promover determinadas atividades que lei especifica.

3. Política cambial – O Conselho passa a fixar diretrizes e normas, inclusive para compra e venda de ouro e quaisquer operações de moeda estrangeira, outorgando ao Banco Central o monopólio das operações do câmbio quando "ocorram graves desequilíbrios no balanço de pagamentos ou quando houver sérias razões para prever a iminência de tal situação", baixar normas que regulem as operações de câmbio, fixando limites, taxas, prazos e outras condições;

4. Fiscalização das instituições financeiras – através de atribuições desta natureza, o CMN regula a constituição e funcionamento de todos os que exercem atividades subordinadas à Lei 4.595. Em função de "conveniências de ordem geral", o Conselho Monetário poderá determinar que o Banco Central recuse autorização a novas instituições financeiras, fixar até 15 vezes a soma do capital realizado e reservas livres, limite além do qual os excedentes dos depósitos serão recolhidos ao Banco Central ou aplicados de acordo com os critérios que o Conselho estabelecer.

5. Programação monetária e financeira – ao Conselho cabe, de modo geral, compatibilizar suas próprias metas com a política de investimentos do governo e, em particular, "aprovar os orçamentos monetários preparados pelo Banco Central da República, por meio dos quais se estimarão as necessidades globais da moeda e do crédito"

A elaboração da Lei 4.595 ocorre logo após o 31 de março num momento em que o fortalecimento da iniciativa privada e a efetiva rearticulação da economia brasileira com o

capitalismo mundial dependiam em muito da consolidação dos institutos de planejamento e coordenação. As expectativas eram de realização de eleições presidenciais diretas no início de 1966. Dois anos bastariam, segundo os cálculos de Roberto Campos, para a "limpeza da casa", após o que se devolveria o país à normalidade constitucional. O projeto demandava naturalmente, urgência e rigor no reordenamento institucional. A reforma do sistema financeiro deveria ser de molde a dotar o capitalismo brasileiro de instrumentos capazes de defendê-lo de gregos e troianos. Ou seja, armá-lo tanto contra possíveis tendências excessivamente centralizantes do Estado quanto contra pressões reivindicatórias, eleitorais ou outras de qualquer natureza que pudessem pôr em risco a eficiência do sistema.

Em entrevista à revista Visão, 24/03/1967, o Ministro da Fazenda Bulhões, explica a importância da reforma monetária. Para o setor financeiro em particular e para o desenvolvimento global do capitalismo no Brasil, é neste primeiro período de sua existência (até 1967) que o Conselho Monetário formula "as grandes mudanças na estrutura financeira do país". Prescindindo de votação formal para a tomada de decisões, Bulhões conseguiu, no interior do Conselho, o consenso e a disposição dos principais dirigentes monetários e dos dois influentes banqueiros privados no sentido de programar medidas de alcance duradouro: o instituto da correção monetária, a regulamentação do Mercado de Capitais, a criação dos Bancos de Investimento, o financiamento da dívida através de títulos governamentais rentáveis (ORTNs), a reformulação do sistema de depósitos e juros bancários e, sobretudo, a tentativa de fundar uma nova mentalidade na área financeira. Por uma nova mentalidade na área financeira se poderia entender desde os aspectos mais específicos, tais como exercerem as instituições financeiras "atividades para as quais se dirigem, sem concorrência predatória e sem indisciplina", até atitudes elementares, como entender que "a política monetária tem que ser cumprida", ou ainda – o que sem dúvida é o principal – assimilar a tendência ao fortalecimento do setor, via concentração do mercado e fusões de bancos.

Assim, nos marcos da relativa ortodoxia monetarista que caracterizou a gestão Campos/Bulhões na condução da política econômica brasileira, alguns triunfos haviam sido alcançados, em 67, quando uma nova equipe governamental tomou posse.

1. O governo federal fortalecera bastante sua capacidade de decisão através da introdução de importantes instrumentos novos;

2. Aumentara suas fontes de recursos com uma política fiscal renovada;

3. Incentivara a mobilização de poupanças domésticas, graças à reorganização do mercado de capitais;

4. Obrigara o mundo financeiro a “pensar em termos reais”, abandonando, em função da correção monetária, a ilusão da moeda inflacionada;

5. Lançara os fundamentos de uma política exportadora mais agressiva, simplificando as regulamentações burocráticas para tal.

Apesar de várias críticas levantadas contra a sua política, o presidente Castello Branco pronuncia ao se retirar do governo: “entrego ao meu sucessor um país organizado, cheio de opções e não como o recebi atado por problemas inadiáveis e dificilmente transferíveis”. As opções estavam realmente feitas:

1. A gradual centralização de poderes no Executivo;

2. Estabilização via política fiscal e monetária;

3. Compressão dos níveis reais de salários;

4. Máximo acesso para investidores estrangeiros;

5. Utilização de uma forma modificada de indexação para neutralizar as distorções do fator preço produzidas pela inflação.

As críticas que se fazem e que impediram a consecução do objetivo de controle independente da política monetária dizem respeito aos seguintes problemas:

1. A subordinação do Bacen ao CMN, o que permitia a ingerência política na atuação do órgão;

2. A Conta Movimento, criada inicialmente para transferir recursos do Banco do Brasil.

3. Para o Bacen entrar em operação, fez com que o Banco do Brasil não perdesse a condição de Autoridade Monetária, uma vez que podia expandir sem limites suas operações de crédito, pois possuía uma linha direta de financiamento junto ao Bacen;

4. O chamado “Orçamento Monetário”, que deveria ser a peça para juntar as duas autoridades monetárias (Bacen e Banco do Brasil). Esse orçamento passou a receber vários gastos de origem fiscal, com a criação de vários fundos e programas que seriam administrados pelas Autoridades Monetárias – Proagro, Proex, Funrural etc.

5. Com isso o Bacen que deveria ser o órgão de controle monetário, transformava-se também, em banco de fomento, criando-se um entrelaçamento entre contas monetárias e

fiscais, de tal modo que o Orçamento Fiscal poderia parecer equilibrado, enquanto todo o rombo se colocava no Orçamento Monetário. O Bacen era o responsável pela administração de dívida pública, podendo emitir títulos em nome do Tesouro Nacional. Dessa forma, a dívida pública e os gastos com juros do Tesouro poderiam crescer independentemente da existência de um déficit a ser financiado, mas simplesmente por objetivos de controle monetário Além disso, criava-se um mecanismo para o Tesouro nacional forçar o Bacen a financiar seus déficits via emissão monetária.

Na realidade o objetivo da Lei foi criar condições para que a política monetária fosse conduzida de forma independente. No entanto, apesar da criação de um grande arcabouço institucional, em que se misturava política fiscal e monetária; o Bacen não controlava a Política Monetária, nem o Tesouro Nacional controlava a Política Fiscal, e o resultado desse quadro, nesse momento, foi inviabilizar o conhecimento e o controle social sobre as operações do governo.

4.4.3. Reforma da Política Externa

A busca do crescimento, segundo o governo, deveria processar-se com o investimento em setores diversificados e com menor participação do Estado, ou seja, deveria basear-se no setor privado.

É importante destacar que o crescimento se colocava também como um imperativo para legitimar o regime militar, que procurou justificar sua intervenção na necessidade de eliminar a desordem econômica e político-institucional, e recolocar o país nos trilhos do desenvolvimento.

Dentre as principais fontes de crescimento, o setor externo apresenta destaque especial a ponto de ser considerado, por alguns economistas, a essência do "milagre econômico".

Na opinião do então Ministro Delfim Netto o setor externo também é considerado de grande importância para o crescimento da economia brasileira naquele período, conforme a questão nº. 3 da entrevista, quando é perguntado "O que foi o 'milagre'"? A resposta enfatiza que o Brasil sempre teve crises vindas do comércio externo e, por esse motivo, uma primeira providência que ele tomou quando exerceu o cargo de Ministro da Fazenda foi estimular as exportações e reduzir a importância do café, porque a valorização do câmbio em virtude da redução da oferta de café prejudicava todas as outras atividades voltadas à exportação.

A reforma do setor externo tinha por objetivo estimular desenvolvimento econômico, evitando as pressões sobre o Balanço de Pagamentos, eliminando assim uma das principais distorções do Processo de Substituição de Importações – PSI. Destacam-se duas linhas de atuação nesse sentido: melhorar o comércio externo brasileiro e atrair o capital estrangeiro:

a) Em relação ao comércio externo, buscou-se, por um lado, estimular e diversificar as exportações mediante uma série de incentivos fiscais (isenções fiscais – IPI, ICM, IR -, crédito-prêmio do IPI etc.) e da modernização e dinamização dos órgãos públicos ligados ao comércio internacional (Cacex e CPA). Quanto às importações, a idéia era eliminar os limites quantitativos e utilizar apenas a política tarifária como forma de controle. A principal medida adotada na área do comércio externo foi a simplificação e unificação do sistema cambial, que objetivava eliminar as incertezas decorrentes da condução errática da política cambial, bem como os desestímulos à exportação decorrentes da valorização cambial. Para tal, adotou-se o sistema de minidesvalorizações a partir de 1968, pelo qual a variação cambial deveria refletir o diferencial entre a inflação doméstica e a internacional;

b) Quanto à atração do capital estrangeiro, buscou-se inicialmente uma reaproximação com a política externa norte-americana, a chamada Aliança para o Progresso. Em seguida, efetuou-se a renegociação da dívida externa e firmou-se um Acordo de Garantias para o capital estrangeiro. As ligações com o sistema financeiro internacional foram feitas por dois mecanismos: a Lei nº. 4.131, que dava acesso direto das empresas ao sistema financeiro internacional, e a Resolução nº. 63, que possibilitava a captação de recursos externos pelos bancos comerciais e de investimento para repasse interno. Essa última significava a colagem do sistema financeiro nacional ao internacional e o início do processo de internacionalização financeira no Brasil.

As reformas do PAEG alteraram praticamente todo o quadro institucional vigente na economia brasileira, adaptando-o às necessidades de uma economia industrial. Montou-se um esquema de financiamento que viabilizaria a retomada do crescimento e, dotou-se o Estado de maior capacidade de intervenção na economia. A política adotada no PAEG obteve grande êxito na redução das taxas inflacionárias e em preparar o terreno para a retomada do crescimento.

O período de 1968-73 caracterizou-se por grandes pressões de importações que poderiam ter levado à necessidade de recursos externos, para cobrir o Balanço de Pagamentos, não fosse o elevado crescimento do valor das exportações brasileiras. Além da política cambial (minidesvalorizações cambiais) e comercial (incentivos fiscais e monetários), o crescimento das exportações foi também beneficiado pela expansão do comércio mundial, decorrente do excesso de liquidez internacional, ocasionado pelos déficits públicos e externos dos EUA, financiados com expansão monetária. A conjugação desses fatores levou tanto ao crescimento da quantidade exportada como à melhora dos termos de troca, redundando numa balança comercial equilibrada no período, conforme quadro 11.

Quadro11: Balança Comercial e Transações Correntes (em US$ milhões)				
Ano	**Exportação**	**Importação**	**Balança Comercial**	**Transações Correntes**
1968	1.881	1.855	26	– 508
1969	2.311	1.933	378	– 281
1970	2.739	2.507	232	– 562
1971	2.904	3.245	– 341	– 1.037
1972	3.991	4.235	– 244	– 1.489
1973	6.199	6.192	7	– 1.688
Fonte: Conjuntura Econômica.				

4.5. Análise e Interpretação

Em termos políticos, o primeiro governo militar cassou os direitos políticos de mais de 2.000 brasileiros, assinou mais de 700 leis, 11 emendas constitucionais, 312 decretos-lei, 19.259 decretos e três atos institucionais. E foi o principal responsável pela Constituição de 1967. (PUBLIFOLHA, 1997, p. 256)[49].

Apesar de todas as promessas de retorno à normalidade democrática, de regresso do Governo ao poder civil, através das eleições presidenciais, o que se verifica, é muito ao contrário, um processo de sucessão caracterizado pela disputa entre dois grupos, dentro das próprias Forças Armadas, com a derrota do Grupo de Sorbonne, que teria sido o grupo inspirador do Golpe de 1964.

A linha dura, representada pelo General Costa e Silva chega ao poder com medidas radicais, tolhendo as liberdades individuais. Nunca antes, o país havia vivenciado um clima de tanta injustiça e de desrespeito aos Direitos Humanos.

A comprovação desse clima de verdadeiro "golpe dentro do golpe" é evidenciada por vários fatos do período. No entanto, a maior prova dessa verdadeira "guerra" entre os dois grupos, só será desvendada após a conclusão do processo, solicitado pelo Ministério Público em Fortaleza, agora no final de dezembro de 2006.

Nessa "ação civil" contra a União, o Procurador da República do Ceará, Doutor Alessander Wilson Cabral Sales, pede esclarecimentos e solicita informações mais detalhadas sobre o caso.

Ele afirmou: "O Ministério Público não acredita que um acidente que vitimou um presidente da República tenha sido analisado de forma tão superficial", diz ele. As falhas na apuração do acidente permitem a interpretação de que o que houve foi, de fato, a tentativa de acobertar um atentado – e não o de elucidar um acidente. "Há mais informações oficiais", acredita o procurador Cabral Sales. "É para que elas venham à luz que ele resolveu entrar com a ação civil pública para a União dizer se há mais arquivos secretos. Neles podem estar os nomes dos integrantes da esquadrilha da fumaça que não aparecem no relatório de Araripe Macedo. Talvez estejam vivas. Certamente sabem a verdade".

---

[49] _____, Publifolha. História do Brasil Zero Hora, São Paulo, 1997, p. 256.

Na clara manhã de 18 de julho, porém, o avião que levava o marechal Castello Branco da cidade de Quixadá, no interior do Ceará, onde ele visitara a romancista Rachel de Queiroz, para a Capital do estado, cidade de Fortaleza, foi atingido na cauda, por um caça militar T-33.

O acidente ocorreu com o avião bimotor Piper Aztec PA 23, pilotado pelo comandante Celso Tinico Chagas, acompanhado pelo co-piloto, que era o seu filho, Emílio Celso Chagas, e mais 5 passageiros, entre eles o ex-presidente Castello Branco. Milagrosamente, houve um sobrevivente do acidente: o co-piloto Emílio, na época com 20 anos, que descreve com detalhes a presença de quatro aviões das Forças Aéreas Brasileiras, pertencentes à "Esquadrilha da Fumaça" modelo T-33, sendo que um deles, que conseguiu retornar à sua base e pousar com uma leve avaria, atingiu fatalmente o bimotor.

O único sobrevivente, hoje comandante Emílio Celso Chagas, afirmou à reportagem da revista Isto É: "Os militares construíram uma mentira". "Esse caso tem de ser esclarecido. Ainda é possível." "Tenho procurado, todos esses anos, mais explicações oficiais para o acidente, mas jamais a Aeronáutica me deu qualquer tipo de informação", reclama o comandante Chagas. Tudo o que chegou às mãos dele, mesmo assim informalmente, foi um documento com poucas páginas, quase 40 anos depois de ter perdido seu pai na queda.

Produzido pelo Serviço de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, datado de 21 de novembro de 1967, o documento de dez páginas jamais viera a público. Assinado pelo tenente-brigadeiro-do-ar Araripe Macedo, o documento, segundo a Aeronáutica reúne toda a investigação sobre o caso. Suas apurações repletas de falhas e conclusões superficiais, em lugar de esclarecimentos, abrem lacunas suspeitas. Muitos fatos estão sem explicação. Por exemplo:

1. Entre os pilotos da esquadrilha da fumaça, o único nome que aparece no relatório é o do estagiário de pilotagem Alfredo Malan D'Angrone. Com apenas 29 horas de vôo naquele tipo de avião, ele foi responsabilizado singularmente pela colisão. D'Angrone depôs por oito horas sobre o caso, numa única interpelação, mas a íntegra de suas declarações nunca foi divulgada pela Aeronáutica. Tudo o que se sabe é que D'Angrone admitiu que o avião em que ele estava se chocou contra a aeronave civil. Será que um estagiário principiante teria conseguido, com a precisão milimétrica em que ocorreu, atingir fatalmente a cauda do bimotor e, concomitantemente, produzir leve avaria no caça militar T-33 ?

2. Por que os militares que conduziram as investigações não tomaram depoimentos dos outros pilotos da esquadrilha da fumaça? Eles, muito provavelmente, foram testemunhas oculares da colisão, uma vez que, quase sempre, voam agrupados.

3. Igualmente é um mistério o motivo de os nomes deles jamais terem aparecido ao longo das investigações. Como o avião caça T-33 têm espaço para co-piloto, será que os comandantes das aeronaves voavam com parceiros a bordo?

4. Não se entende, ainda, por que os controladores de vôo que estavam de serviço naquele dia, nunca foram ouvidos sobre a colisão.

5. O bimotor com Castello Branco a bordo caiu em "parafuso chato", na linguagem aeronáutica, de uma altura de 1,5 mil pés (450 metros). Chagas lembra-se nitidamente a agonia e pânico antes do impacto com o solo. "O marechal gritou para meu pai: comandante, pelo amor de Deus, faça alguma coisa". Foi em vão. Os ocupantes, à exceção do que escapou por milagre, morreram quando a aeronave atingiu o solo. O marechal Castello teve seu corpo compactado. Fotografias indicam que o avião em que Castello Branco viajava não caiu na vertical, como "sustenta" o relatório, mas "de barriga". Nelas vê-se que o aparelho ficou com muitas de suas partes intactas. Outras fotos, porém, captadas numa espécie de galpão, mostram que o que sobrou do Piper foi destruído a golpes de marretas, com suas partes descontinuadas e despedaçadas.

6. Do relatório oficial, retira-se que o caça atingiu o avião civil num ponto nevrálgico. O próprio caça, porém, estava com **um** de seus tanques vazio no momento do choque, justamente o que se localiza na asa que bateu no Piper Aztec.

7. Como se sabe, os participantes desse tipo de esquadrilha são peritos em *shows* aéreos, nos quais manobras radicais são executadas com precisão. Ases e heróis. As enormes brechas na investigação oficial, que incluem a falta de explicação para o choque num dia de céu claro e sem nuvens, na clara manhã de 18 de junho, levantam a suspeita de que, em plena ditadura militar, alguns deles tenham se transformado em pilotos de guerra.

8. O historiador cearense, Pedro Paulo, que há 20 anos pesquisa o desastre, acredita que a colisão tenha sido caso pensado. Há no campo das teorias conspiratórias, os que crêem que o estagiário pode ter sido usado como o bode expiatório de um complô militar. Duvidam até mesmo que ele tenha sido o piloto do caça, com chances de estar apenas no papel de co-piloto. Por esta linha de hipóteses, o avião em que Castello Branco viajava foi abatido propositadamente, num típico atentado. Para que o avião agressor pudesse pousar em

segurança, o movimento de ataque teria de ser efetuado por um piloto experiente, o que renova as suspeitas sobre a não identificação dos demais integrantes da esquadrilha da fumaça que voavam no dia.

9. As falhas no relatório não foram suficientes para tirar o prestígio do brigadeiro Araripe Macedo entre os militares da linha dura. Ele tornou-se ministro da Aeronáutica durante as gestões dos presidentes Emílio Médici e Ernesto Geisel. Ou será que foram exatamente aquelas brechas que contribuíram para aumentar-lhe o moral? Araripe Macedo morreu em 1993.

10. A colisão aérea que matou o ex-presidente mudou o rumo da história política do País. Isto porque, nas vésperas de morrer, Castello Branco anunciara a realização de um pronunciamento à Nação. Aguardava-se, na fala que não chegou a acontecer, um posicionamento do chefe militar sobre o destino do País. A tensão era crescente. Havia tortura nos quartéis, protestos civis fora deles e uma luta interna entre os militares da chamada linha dura contra a corrente dos moderados. Considerado um moderado, favorável à volta do poder político às mãos de um civil, retirou-se do Palácio do Planalto em 15 de março de 1967. No processo sucessório, foi pressionado a passar a faixa presidencial para o general da linha dura Arthur da Costa e Silva. Inimigo de seu sucessor, Castello Branco estava resolvido à **contra-atacar**. Uma palavra pública dele contra Costa e Silva poderia rachar a tênue unidade entre os militares, aquecer os ânimos da oposição civil e, assim, sacudir a história.

Isso não quer dizer, que durante o primeiro governo militar tivemos um governo moderado e tudo foi um paraíso. Não. Com certeza, ocorreram muitas situações inaceitáveis, por exemplo:

1. Antes mesmo da posse de Castello Branco, no primeiro dia de abril de 1964, a sede da UNE, no Rio de Janeiro, foi incendiada e tomada pelo governo militar, que destruiu o acervo do CPC. Este ato teve uma simbologia muito grande e representou uma ação direta contra um marco do movimento social. Foi uma tentativa de liquidar o movimento estudantil, o que não aconteceu. Os estudantes continuaram lutando, mesmo na ilegalidade, a UNE continuou a frente das manifestações contra o regime. A UNE foi até posta na clandestinidade, mas mesmo assim seguiu na luta. Tanto a criação do Centro Popular de Cultura e Arte (CPC) como do projeto "UNE Volante"(caravana que mobilizou os jovens de todo o País, pela reforma universitária) ocorreu durante a gestão de Aldo Arantes (1961-1962), quando o movimento estudantil brasileiro viveu uma verdadeira época de ouro.

2. Nesse mesmo dia, o governo militar efetuou prisões pelo País, em conseqüências aos protestos contra o Golpe. Já no dia 10 de abril é divulgada a primeira lista de cassados pelo AI-1. Entre os 102 nomes estão o de João Goulart, Jânio Quadros, Luís Carlos Prestes, Leonel Brizola e Celso Furtado, assim como 29 líderes sindicais e oficias das Forças Armadas.

3. No dia 14 de abril, ou seja, um dia antes da posse de Castello Branco, oficializou-se a criação dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs).

4. No dia 9 de maio, o dirigente comunista Carlos Marighella é baleado e preso no Rio de janeiro e, quatro dias depois, ou seja 13 de maio, o Brasil rompe relações diplomáticas com Cuba.

5. No mês de junho, dia 08 Juscelino Kubitschek e mais 39 políticos são cassados e, no dia 13, é criado o SNI (Serviço Nacional de Informação), comandado pelo general Golbery do Couto e Silva.

6. No dia 27 de outubro de 1964, o Congresso aprova o projeto Suplicy, que extingue a UNE e proíbe as organizações estudantis de realizar protestos. No dia 02 de junho de 1965, a Polícia Militar invade o Crusp (alojamento estudantil da USP) durante greve.

7. O mês de outubro de 1965 foi muito tumultuado: no dia 10, o Reitor da UnB suspende as atividades do campus e pede intervenção policial devido a greve dos professores. No dia 18, 156 professores pedem demissão da UnB, após a publicação de lista de desligamento de 15 docentes. No dia seguinte, mais 43 professores também apresentam demissão. No dia 27 é decretado o Ato Institucional N.º2, que reabre processos de cassações, extingue os partidos políticos, impõe eleições indiretas para presidente e atribui ao presidente poder de decretar Estado de Sítio por 180 dias, sem consulta prévia do Congresso, de intervir nos estados, de decretar recessos do Congresso, de demitir funcionários e de emitir atos complementares e decretos-lei.

8. No dia 24 novembro de 1965 foi expedido o Ato Complementar nº4 que disciplinou o âmbito partidário, em cumprimento ao disposto no AI-2, que estabeleceu o bipartidarismo. Tratou-se de adaptar o sistema, de cima para baixo, as necessidades do Poder. Primeiro, dissolveram-se os treze partidos existentes à época do golpe de 1964, criando-se artificialmente o bipartidarismo, mantido até que se transformou em um estorvo: afinal, a antiga Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o extinto Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Estes acabaram simbolizando, simplesmente, governo e oposição, respectivamente, e, a partir de 1974, a oposição recolhia cada vez mais votos. Se o sistema fosse mantido,

chegaria o momento em que ocorreria um verdadeiro “golpe eleitoral”, passando a oposição ao poder pelo caminho das urnas, o que contrariava todos os projetos oficiais. Recorreu-se então, a uma nova reforma eleitoral de cima para baixo, abrindo-se o leque partidário, como forma de fragmentar a oposição e evitar o plebiscito permanente, que a cada pleito se transformava em mais uma desvantagem para o governo.

Paralelamente, os militares brasileiros foram mexendo na legislação à sua conveniência, introduzindo, por exemplo, as eleições indiretas para os governos estaduais, com colégios eleitorais que garantissem sempre a vitória aos candidatos da ARENA. Criou-se, até, a figura dos senadores “biônicos” (indicados pelo governo) ante a evidência de que, nas eleições de 1978, o MDB ganharia a maioria do Senado. É indiscutível que a abertura dessas válvulas de escape político-eleitorais assegurou ao regime, oxigênio suficiente para se prolongar no tempo e se transformar no sistema militar mais sólido do continente, admirado e copiado (canhestramente, às vezes) por alguns de seus vizinhos.

9. No dia 10 de dezembro de 1965, o governo militar do presidente Castello Branco expede o Ato Complementar nº5, decretando intervenção federal nos municípios que vagarem o cargo de prefeito.

10. Em 24 de março de 1966 são oficializados os partidos MDB e ARENA. O MDB (Movimento Democrático Brasileiro) reúne principalmente parlamentares do extinto PTB que se opuseram ao regime militar. A Arena (Aliança Renovadora Nacional) se constitui como partido de sustentação dos governos militares

11. No dia 05 de junho de 1966, o governador de São Paulo, Adhemar de Barros é cassado e no dia seguinte, 06 de junho de 1966, Luís Carlos Prestes é condenado a 14 anos de prisão.

Mesmo na ilegalidade, a UNE realiza em 28 de julho de 1966, o 28º Congresso, em Belo Horizonte e, estabelece a data de 22 de setembro como o “Dia Nacional da Luta Contra a Ditadura”.

12. No dia seguinte, ou seja, 23 de setembro, a polícia militar invade a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e prende 600 estudantes. O episódio ficou conhecido como o “Massacre da Praia Vermelha”.

13. Com a abstenção de toda a bancada do MDB, que se retirou do plenário, o marechal Artur da Costa e Silva foi eleito o segundo Presidente Militar pelo Congresso, em 03 de outubro de 1966, tendo como Vice – Pedro Aleixo.

14. Em 24 de janeiro de 1967, Castello Branco promulga a nova Constituição, que vai alterar o nome oficial do País de “República dos Estados Unidos do Brasil” para “República Federativa do Brasil”. No dia 25 do mesmo mês, é criado o Conselho de Segurança Nacional (CSN).

15. No dia 9 de fevereiro é sancionada a nova Lei de Imprensa e, no dia 13 entra em vigor o Cruzeiro Novo (NCr$), valendo mil cruzeiros antigos.

Em 15 de março de 1967 tomam posse o Marechal Costa e Silva e o vice Pedro Aleixo. Neste mesmo dia, entra em vigor a nova Lei de Segurança Nacional e a Constituição de 1967.

O final do governo Castello Branco caracteriza-se por concessões, liberalização, que **não** irão perdurar no governo seguinte. Muito pelo contrário, o regime iria se fechar de vez, sob a liderança da linha dura. Tem início o período mais repressivo do governo militar e a radicalização política.

5. GOVERNOS COSTA E SILVA / MÉDICI: A NOVA EXPANSÃO - O CHAMADO "MILAGRE BRASILEIRO" (1967-1974)

Em 15 de março de 1967 toma posse na Presidência da República, no Palácio do Planalto em Brasília, o General Arthur da Costa e Silva, que foi eleito de forma indireta, em 03 de outubro de 1966, obtendo 295 votos dos 472 senadores e deputados presentes no Congresso Nacional. Para muitos, seu governo iniciou a fase mais dura do regime militar.

A diferença essencial entre a forma com que os militares brasileiros exerceram o poder e a de seus colegas dos países vizinhos residiu na manutenção permanente, tanto dos partidos políticos como do sistema eleitoral e dos parlamentos (houve, apenas, períodos relativamente breves de recesso forçado das Casas Legislativas, que não alteraram a configuração geral).

Por isso mesmo, preservou-se a aparência do modelo democrático clássico, com o funcionamento dos três Poderes do Estado, ao mesmo tempo em que se foi atribuindo a um deles – o Executivo – uma soma de atributos que praticamente anulou os demais, particularmente o Legislativo, que foi transformado em uma mera câmara de discursos.

Na área sindical, os militares brasileiros já encontraram, ao tomar o poder, o terreno devidamente aplainado pela legislação aprovada em 1943, como cópia da *Carta del Lavoro* da Itália fascista. Não havia uma central de trabalhadores e nem os sindicatos tinham a força de seus congêneres chilenos, argentinos ou uruguaios – ou sequer da COB boliviana. Bastou, então, aprovar uma legislação sobre o direito de greve, impondo restrições, para assegurar a tranqüilidade do Poder.

Artur da Costa e Silva nasceu em Taquari no Rio Grande do Sul, no dia 03 de outubro de 1899 e, ao ingressar no Exército, declarou ter nascido em 1902, ano que adotou a partir de então como de seu nascimento. Em 1922, foi detido e transferido para o navio-presídio Alfenas, onde permaneceria por três meses, por ter-se recusado a acompanhar seu regimento na repressão aos insurretos da Escola Militar, levante deflagrado no dia 5 de julho, simultaneamente no Rio de Janeiro e em Mato Grosso, em protesto contra a eleição de Arthur Bernardes à Presidência da República. Houve punições impostas pelo governo Epitácio Pessoa aos militares, com o fechamento do Clube Militar e a prisão do Marechal Hermes da Fonseca.

Quando o governo brasileiro declarou guerra aos países do Eixo em agosto de 1942, coube-lhe a tarefa de organizar a unidade blindada que iria combater na Europa, e para

atualizar-se em suas técnicas, viajou aos Estados Unidos, onde estagiou de janeiro a junho de 1944 em Fort Knox. Em dezembro desse mesmo ano foi elevado à patente de coronel, por merecimento. Depois da deposição de Vargas (29/10/1945), Costa e Silva foi nomeado em fevereiro de 1946, ao início do governo Dutra, comandante do 9º.RI, em Pelotas (RS). Em outubro de 1962, foi transferido para a chefia do Departamento Geral de Pessoal do Exército, no Rio de Janeiro, retornando ao contato com antigos companheiros, como os futuros generais Olímpio Mourão Filho, Osvaldo Cordeiro de Farias, Nélson de Melo, Odílio Denis e Humberto Castello Branco. Mais tarde, se articulariam até depor o presidente Goulart. Na madrugada do dia 2 de abril de 1964, o presidente da Câmara dos Deputados, Pascoal Ranieri Mazzilli, assumiu interinamente a presidência da República, mas o poder de fato ficou nas mãos do Comando Supremo da Revolução, formado pelos três ministros militares: Costa e Silva, o almirante Augusto Rademaker e o brigadeiro Francisco Correia de Melo.

O general Costa e Silva não desejava a candidatura de Castello, mas apresentava suas objeções apoiadas no argumento de que a indicação de qualquer outro militar só serviria para comprometer a unidade das forças armadas. Como era também contra qualquer tipo de eleição naquele momento, preferia a continuação de Mazzilli. Ao final, entretanto, cedeu, acatando o nome de Castello. No dia 4 de abril, foi empossado oficialmente no Ministério da Guerra, que numa conjuntura em que o cargo, por força da situação excepcional criada com a deposição de um presidente constitucional, assumiu dimensões particularmente políticas. Os novos dirigentes do país se empenharam, desde logo, em apurar as responsabilidades por atos considerados de subversão e corrupção e, com esse fim, instauraram em todo o país inquéritos policiais - militares (IPMs), entregues, na sua maioria, a coronéis caracterizados como integrantes da chamada "linha dura" do novo regime. As investigações resultaram na cassação de mandatos parlamentares e de direitos políticos, bem como na prisão de muitos dos indiciados.

Entre os militares, um importante setor considerava Castello Branco liberal em excesso, exigindo um "combate sem tréguas contra o comunismo e a corrupção". Essa ala, identificada como a "linha dura" tinha organizações próprias, como a Liga Democrática Radical (Líder). Sensível às pressões vindas desse setor, Costa e Silva declarou em 1º. de abril de 1965: "O Exército é o partido forte do governo e não deixará, com o marechal Castello Branco ou sem ele, que o país mergulhe novamente na desordem."

A 6 de janeiro de 1966 Costa e Silva embarcou com destino a vários países da Europa, Ásia e África, afirmando que iria negociar a compra de material bélico para o Exército e

inspecionar a tropa brasileira que integrava o contingente das Nações Unidas no canal de Suez. Na véspera da viagem avistou-se com Castello, que o interpelou a respeito de sua candidatura, imediatamente confirmada pelo ministro da Guerra. Castello observou-lhe que o governo tinha outros nomes em cogitação, indicando os de Nei Braga, Osvaldo Cordeiro de Farias, Juraci Magalhães e Olavo Bilac Pinto. O General Costa e Silva retrucou, dizendo que aceitara sua candidatura e estava disposto a lutar por ela. Indagado pelos jornalistas se a sua viagem seria uma desincompatibilização, respondeu: "Vou ministro e volto ministro." Nesse dia, cerca de três mil oficiais da área do I Exército compareceram ao seu embarque, em expressiva manifestação de apoio ao seu nome. Durante a viagem, declarou, em entrevista concedida em Paris, que preferia se candidatar à presidência pelo partido governista, mas admitia também ser indicado pela oposição. A maioria da oficialidade radical, da qual faziam parte os coronéis encarregados dos IPMS, haviam tomado posição inarredável ao lado da candidatura Costa e Silva à sucessão, embora o próprio Castello Branco tenha manifestado, em diversas ocasiões, desagrado pela maneira "intempestiva" com que fora lançada a candidatura do seu ministro da Guerra.

Esse conturbado cenário de sucessão presidencial evidencia que o projeto e a promessa de Castello Branco, de breve reencontro com a democracia, engrenaria várias marcha à ré, com a imposição do grupo “linha dura” e o regime se afastando progressivamente de seus propósitos iniciais. O depoimento de Mário Henrique Simonsen ao economista Ronaldo Costa Couto, em 02 de fevereiro de 1995, esclarece esse momento:

> Desde o princípio, havia certa cisão no governo militar entre a “linha da Sorbonne”, representada pelo Castello Branco, pelo Geisel e pelo Golbery, e a “linha dura”, representada pelo Costa e Silva. Não há dúvidas que a linha dura pretendia, pelo menos, ter um candidato militar para a presidência da República. E o que deu realmente origem a isso foi um movimento civil, articulado pelo Carlos Lacerda, no Rio de Janeiro, e pelo Magalhães Pinto, em Minas Gerais, que haviam sido líderes da UDN na revolução e que perderam as eleições de governo em 1965. Lacerda para o Negrão de Lima, nas eleições para governador da Guanabara, e Magalhães para o Israel Pinheiro, nas eleições para governador de Minas Gerais. E começaram a atiçar os quartéis. Como se por acaso o Negrão de Lima ou o Israel Pinheiro, pelo fato de serem do PSD, tivessem alguma coisa de subversivo. Sabidamente, não era o caso. Era apenas um problema de dois políticos da UDN que estavam insatisfeitos com os resultados eleitorais e foram mais uma vez apelar para os quartéis. E isso acabou dando origem ao AI-2, que foi eminentemente a vitória da linha dura contra o Castello, no final de 1965, e que aí realmente deu origem à candidatura do Costa e Silva. (COUTO,2003)[50]

[50] COUTO, Ronaldo Costa. **História Indiscreta da Ditadura e da Abertura**: Brasil 1964-1985. 2.ed. São Paulo: Record.1999.

As declarações de Mário Henrique Simonsen mais os comentários de que o presidente Castello Branco gostara dos resultados das eleições, apesar da frustração da “linha dura”, que vê neles um retorno ao passado e reclama do governo a retomada do processo revolucionário, explica a exaltação dos oficiais da Vila Militar, Rio de Janeiro, onde chega a circular a idéia de deposição do presidente, que não abre mão de empossar os adversários eleitos. Os ânimos foram agravados com a chegada ao país, depois de dezesseis meses de ausência, do ex-presidente Juscelino Kubitschek, que veio para comemorar a vitória dos seus ex-colaboradores.

As facções mais radicais no interior das forças armadas permaneciam inquietas frente às eleições, temendo que assumissem os governos estaduais políticos vinculados ao regime anterior. Em setembro de 1965, foi detectada uma articulação destinada a depor Castello Branco, cujo líder seria o chefe do estado-maior do I Exército, general Afonso Augusto de Albuquerque Lima, o qual teria o apoio de vários coronéis do Exército e oficiais da Marinha como os almirantes Sílvio Heck e Augusto Rademaker. Na ocasião, Costa e Silva precisou ir pessoalmente à Vila Militar do Rio de Janeiro discutir com os líderes da conspiração. Defendendo o governo, afirmou que o Exército não era um corpo político, "mas um organismo de apoio e que, como tal, se submeteria às decisões do presidente com respeito à posse dos novos governadores". Frisou, também, que a volta do antigo regime estava para sempre afastada. Com essa intervenção e a transferência do general Albuquerque Lima para o comando da 2ª. Divisão de Cavalaria, no Paraná, o movimento foi neutralizado.

Diante das pressões concentradas na Vila Militar, alarmada pelas vitórias eleitorais de Israel Pinheiro em Minas e de Negrão de Lima na Guanabara, Castello tentou, através do Congresso, propor uma emenda constitucional que limitava enormemente as prerrogativas dos estados. Assim, além da instituição do pleito indireto para presidente da República e governadores, Castello pretendia que os casos em que a intervenção federal era possível fossem ampliados e que os secretários de Segurança, juntamente com os comandantes das polícias militares, fossem escolhidos de comum acordo com o ministro da Guerra. Segundo Luís Viana Filho, não havia condições dentro do Congresso para a aceitação dessas medidas. Juraci Magalhães, que substituíra Milton Campos na pasta da Justiça, fez diversas tentativas juntamente com o general Cordeiro de Farias, no sentido de obter a concordância dos deputados e senadores. Diante da evidência de que a proposta seria rejeitada, a 27 de outubro

de 1965, Castello editou o AI-2. O Ato Institucional nº2 estabeleceu a dissolução dos partidos políticos existentes, a reabertura do processo de cassações de mandatos parlamentares e suspensões de direitos políticos e a transferência para a competência da Justiça Militar da apreciação dos chamados delitos contra a segurança nacional, além da adoção daquelas providências que Juraci, sem êxito, havia procurado negociar junto ao Congresso.

Mesmo após a edição do AI-2, não cessaram as pressões contra os dois governadores recém-eleitos.

Todos esses fatores sugerem que, a posse do Presidente Costa e Silva, representou um **"golpe" dentro do "golpe"** e que, a "linha dura" finalmente toma as rédeas do poder político, que vinha pressionando desde o golpe. Ao assumirem o poder no Brasil, em 1964, as Forças Armadas não implantam de imediato, o sistema institucional decorrente da Doutrina de Segurança Nacional. No princípio, e até o Ato Institucional nº.5, de 13 de dezembro de 1968, parecia apenas mais um dos incontáveis golpes de Estado que a região conhecera em sua história. Ou seja, o Exército de novo funcionando como árbitro entre as elites e como barreira intransponível para o alargamento da democracia às camadas populares marginalizadas.

A partir do AI-5, entretanto, o regime brasileiro se transforma na até então mais acabada caracterização concreta da Doutrina de Segurança Nacional, tal como o conceito era exposto na Escola Superior de Guerra: "Segurança Nacional é o grau relativo de garantia que, através de ações, políticas, econômicas, psicológicas e militares, um Estado pode proporcionar, em uma determinada época, à Nação sobre a qual tem jurisdição, para a consecução e salvaguarda dos objetivos nacionais, **apesar dos antagonismos internos ou externos existentes ou previsíveis".**

Esta última frase em negrito é que vai explicar o fantástico mecanismo repressivo que seria montado nos anos da ditadura. Amparados por essa doutrina, os militares tomam o poder institucionalmente e não mais como árbitros que devolveriam o poder aos civis, a curto ou médio prazo. Não se fala mais de prazos, mas de objetivos a atingir, ao mesmo tempo em que se implanta e consolida uma política econômica que conduz a uma maior concentração de riquezas e a uma maior penetração das empresas multinacionais, por meio de investimentos e influências crescentes no processo de tomada de decisões. Esse tipo de política tem um custo social inevitável, que se traduz na alienação crescente de apoios ao regime dominante, levando à acentuação dos mecanismos repressivos, que trabalham para vincular qualquer dissenso ao comunismo internacional.

Ainda quando candidato, durante os três meses que precederam o pleito, o General Costa e Silva orientou-se como se estivesse em campanha com vistas a eleições diretas. Acompanhado pela esposa, percorreu municípios, presidiu inaugurações e participou de banquetes. Sua propaganda eleitoral o apresentava como o "Seu Artur", bonachão que iria descontrair o país. Na manhã do dia 25 de julho de 1966, Costa e Silva e comitiva haviam chegado ao aeroporto de João Pessoa, Paraíba, para embarcar em vôo comercial para Recife. Como o avião estava atrasado, decidiram seguir de carro. Cerca de duas horas de viagem. Sem essa mudança, teriam desembarcado no Aeroporto dos Guararapes, Recife, por volta de nove horas da manhã, quando explodiu uma bomba no saguão principal, matando o almirante Nelson Fernandes, diretor da Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF, e o jornalista Edson Régis, chefe do Gabinete Civil do governador Paulo Guerra, além de ferir várias pessoas. O atentado de Recife foi considerado **o primeiro ato terrorista contra uma liderança militar de 1964** e, no meio militar, a bomba de Guararapes significou uma declaração de guerra. Na ocasião, duas outras bombas explodiram, simultaneamente, na sede da United States Agency for International Development (USAID) e no prédio da União dos Estudantes de Pernambuco.

Em setembro de 1966, ainda candidato, líderes empresariais lhe ofereceram homenagem, e em discurso afirmou que: “o seu ideal era estabelecer uma nova filosofia nas relações entre patrões e empregados, abrindo caminho para se atingirem no Brasil as igualdades humanas que permitissem aos ricos serem mais ricos e, graças a eles, os pobres se tornarem menos pobres".

O governo Costa e Silva, de conformidade com a nova Constituição que começou a vigorar na data da sua posse, 15 de março de 1967, teria um mandato de quatro anos. Esse período de governo não conseguiu ser completado pelo Presidente empossado, devido a impedimento por doença, seguida de morte, no final de 1969.

O seu ministério, apesar do claro predomínio dos “duros”, é de composição. Ou seja, os moderados perdem o comando, mas continuam participando do poder. São considerados de linha dura os seguintes ministros militares: Jaime Portella, do Gabinete Militar; Garrastazu Médici, do SNI; Augusto Rademaker, da Marinha; Márcio de Souza e Mello, da Aeronáutica e Afonso Albuquerque Lima, ministro do Interior, conhecido como principal referência da linha dura nacionalista. O ministro do Exército, general Lyra Tavares, não é considerado propriamente um radical extremado, mas também nunca um moderado. Para Mário Henrique Simonsen, numa referência ao papel político e à cor da farda do Exército, chama-o de “PVO”,

o Partido Verde-Oliva é quem manda, é o sistema militar que reúne as correntes: “moderada” e “dura”. São as Forças Armadas como um todo que mandam e desmandam. Principalmente o Exército. Dentre os ministros civis, o principal “linha dura” era Gama e Silva, da Justiça. Alguns ministros têm perfil não radical, antes liberal, como: Pedro Aleixo, vice-presidente, e Daniel Krieger, presidente da Arena e líder do governo no Senado, Rondon Pacheco, do Gabinete Civil, Hélio Beltrão, do Planejamento, Magalhães Pinto, do Itamaraty, e Tarso Dutra, da Educação.

O ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, ex-secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, era um jovem economista, que nas palavras do ex-ministro Mário Henrique Simonsen, no *Jornal do Brasil, de 03 de março de 1996:* “teve a sorte de pegar o abacaxi já descascado pelo Roberto Campos e pelo Ministro Bulhões. As contas estavam ajustadas com o Castello, e o país preparava–se para crescer. Em 1966, a economia estava nos trilhos na área cambial e o déficit público era de apenas 1,1% do PIB, todo financiado através da emissão de títulos, as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTNs”.

O melhor legado do governo Castello Branco para seu sucessor foi a herança econômica. Castello não colhe os frutos das reformas que empreendeu, nem da severa política fiscal e monetária que patrocinou a ferro e fogo. Mas seu governo criara as bases internas para o relançamento do crescimento econômico.

O Projeto Jarí, oficializado em 20 de março de 1967, quando Daniel Keith Ludwig tornou-se proprietário de um dos maiores imóveis rurais do planeta, na entrada da bacia amazônica, também tivera o início das suas negociações durante o Governo Castello Branco e seus ministros da Fazenda, Otávio Gouveia de Bulhões, e do Planejamento, Roberto Campos. O objetivo do governo era transformar a Floresta Equatorial em áreas de plantações homogêneas e adequadas à industrialização, e, deste modo, louvava o empresário que se dispusesse a correr riscos. Nos planos dos militares, que tinham como principal personagem o general Golbery do Couto e Silva o projeto geraria “desenvolvimento e integração nacional”, com integração das várias regiões do país, especialmente por meio do controle de suas fronteiras e da militarização interna.

Embora esse projeto tenha sido posteriormente recuperado por grupos nacionais, a devastação ambiental na Amazônia que ele promoveu foi intensa, dentre outras, retirando madeira de lei para repor gmelina, utilizada para fabricar compensado.

5.1. Cronologia

1967

1º.jan.67 — O ministro da Fazenda, Delfim Netto, afirma que atinge US$ 1 bilhão o total de empréstimos obtidos no exterior pelo Brasil, no regime militar, até o final do mandato de Castello Branco

24.jan.67 — Castello Branco promulga a nova Constituição. Com ela, muda o nome oficial do país de República dos Estados Unidos do Brasil para República Federativa do Brasil

25.jan.67 — Criado o Conselho de Segurança Nacional (CSN).

09.fev.67 — É sancionada a nova Lei de Imprensa

13.fev.67 — Entra em vigor o cruzeiro novo (NCr$), valendo mil cruzeiros antigos

13.mar.67 — É promulgada a Lei de Segurança Nacional (LSN)

15.mar.67 — Tomam posse o marechal Costa e Silva e o vice Pedro Aleixo. Neste mesmo dia, entra em vigor a nova Lei de Segurança Nacional e a Constituição de 1967, que anula as disposições do AI-2.

17.mar.67 — O General Emílio Garrastazu Médici assume chefia do SNI

05.abr.67 — A Polícia anuncia a prisão de oito guerrilheiros na Serra do Caparaó, em Minas Gerais. Milton Palmeira de Castro, integrante do MNR, é morto num quartel do Exército, dias depois.

05.mai.67 — Glauber Rocha lança o filme "Terra em Transe"

18.jul.67 — O ex-presidente Castello Branco morre em acidente aéreo

31.jul.67 — Começa em Cuba a 1ª Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (Olas), que define estratégia revolucionária para toda América Latina. Estão presentes, entre outros, Carlos Marighella.

10.ago.67 — Realiza-se o 29º Congresso da UNE (clandestino) em Vinhedo, São Paulo

1º.set.67 — Formalizada criação da Frente Ampla

25.set.67 — Carlos Lacerda e João Goulart assinam o Acordo de Montevidéu, que pede a volta da democracia no Brasil

out.67 — Che Guevara é morto na Bolívia

20.out.67 — Costa e Silva decreta o recesso parlamentar até 22 de novembro, sete dias depois das eleições legislativas

21.out.67 — No 3º Festival da Música Popular Brasileira da TV Record, Gilberto Gil, com Os Mutantes, canta "Domingo no Parque", Caetano Veloso apresenta "Alegria, Alegria" e Chico Buarque, "Roda Viva"

30.out.67 — A Frente Ampla entra em recesso até 1968 na tentativa de recuperar o desgaste sofrido depois do Acordo de Montevidéu

05.nov.67 — Prisão de integrantes da Juventude Operária Católica (JOC) e do padre francês Guy Thibaut

05.dez.67 — É criada a Fundação Nacional do Índio (Funai)

1968

16 a 18.fev.68 — Greve dos trabalhadores da Cobrasma em Osasco (SP)

28.mar.68 — O estudante Édson Luís Lima Souto morre em conflito de estudantes com a PM em frente ao restaurante universitário Calabouço, no Rio, quando o movimento estudantil preparava um protesto contra as condições do ensino brasileiro

29.mar.68 — Cerca de 60 mil pessoas participaram do enterro de Édson Luis. Seguem-se, nos dias seguintes, manifestações e protestos em várias cidades do país

30.mar.68 — O Ministro da Justiça determina que as passeatas estudantis sejam reprimidas

1º.abr.68 — Prisões e mortes marcam os protestos estudantis cada vez mais freqüentes

04.abr.68 — As missas de sétimo dia celebradas para Edson Luís na igreja da Candelária no Rio são reprimidas violentamente

05.abr.68 — O presidente Costa e Silva proíbe as atividades da Frente Ampla

16 a 24.abr.68 — Começa greve em Contagem (MG), que paralisa quase 7 mil operários metalúrgicos

17.abr.68 — 68 municípios são considerados áreas de segurança nacional e proibidos de realizar eleições municipais

20.abr.68 — Atentado a bomba contra o jornal "O Estado de S. Paulo"

mai.68 — É criada a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

1º.mai.68 — O governador de São Paulo, Abreu Sodré, é apedrejado durante comemorações do Dia do Trabalhador

13.mai.68 — Pronto relatório do general Meira Mattos sobre a situação do movimento universitário brasileiro

14.mai.68 — São censurados 15 minutos da estréia do programa "Canto Geral", de Geraldo Vandré, na TV Bandeirantes

16.mai.68 — Bomba explode na porta da Bolsa de Valores de São Paulo

22.mai.68 — Sancionada a lei que incrimina menores de dezoito anos envolvidos em ações contra a segurança nacional

22.mai.68 — Estudantes secundaristas fazem manifestação em São Paulo contra Portaria n.º 31, que limita o trabalho do professor e institui mensalidades em algumas universidades públicas. Durante um mês, várias manifestações são desencadeadas no país por professores e estudantes.

19.jun.68 — Polícia militar e DOPS reprimem concentração universitária no Ministério da Educação no Rio. Quarenta pessoas saem feridas e 48 são detidas

20.jun.68 — Estudantes ocupam a reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e fazem assembléia. Tirados a força pela polícia, muitos são presos e as aulas são suspensas por tempo indeterminado.

21.jun.68 — Conhecida como "sexta-feira sangrenta", passeata por verbas para a educação acaba com repressão e mortos, no Rio

22.jun.68 — Armas são roubadas do Hospital Militar do Cambuci, em São Paulo.

26.jun.68 — É realizada, com permissão do governo estadual, no Rio, a "Passeata dos 100 mil", manifestação contra o regime militar organizada por estudantes, artistas, intelectuais e trabalhadores. Um carro-bomba explode no QG do 2º Exército e o soldado Mário Kozel Filho morre

1º.jul.68 — Militantes do grupo revolucionário Colina (Comando de Libertação Nacional) matam, por engano, o major alemão Edward von Westernhagen no Rio.

02.jul.68 — O presidente Costa e Silva recebe comissão de estudantes e intelectuais formada na passeata dos 100 mil

04.jul.68 — Costa e Silva sanciona lei que declara 68 municípios como de interesse da segurança nacional

05.jul.68 — O ministro da Justiça, Gama e Silva, proíbe qualquer tipo de manifestação no país

11.jul.68 — Costa e Silva propõe Estado de Sítio caso as manifestações estudantis continuem

16 a 18.jul.68 — 15 mil metalúrgicos participam de greve em Osasco (SP)

17.jul.68 — Costa e Silva ratifica proibição de manifestações

18.jul.68 — Membros do CCC (Comando de Caça aos Comunistas) invadem e depredam o Teatro Ruth Escobar , em São Paulo, além de espancar o elenco da peça "Roda Viva"

19.jul.68 — A 9ª Assembléia da CNBB condena a falta de liberdade no país e faz apelo à não-violência

22.jul.68 — Atentado a bomba contra a sede da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), no Rio

02.ago.68 — Prisão do líder estudantil Vladimir Palmeira, no Rio. Nos dias seguintes, cerca de 650 estudantes são detidos no Rio e 300 em São Paulo. O Teatro Opinião, no Rio, sofre atentado a bomba.

07.ago.68 — Lançamento do LP "Tropicália"

15.ago.68 — A cidade de São Carlos (SP) é ocupada pela tropa de choque para reprimir manifestações estudantis e de trabalhadores

17.ago.68 — Dom Hélder Câmara, em João Pessoa (PB), faz advertência contra o emprego da violência nos movimentos estudantis

19.ago.68 — Bombas explodem em frente ao DOPS e às varas distritais da Lapa e de Santana

20.ago.68 — A Câmara dos Deputados rejeita anistia aos presos em manifestações

25.ago.68 — Em passeata de estudantes em São Paulo, uma bomba atinge a redação do jornal "O Estado de São Paulo". Em Belo Horizonte, 120 estudantes são presos na Escola de Medicina

29.ago.68 — PM e PF invadem a Universidade de Brasília (UnB), prendem professores e estudantes e ferem, com um tiro na cabeça, um estudante. A Universidade Federal de Minas Gerais é fechada

02.set.68 — Deputado Márcio Moreira Alves (MDB) faz discurso na Câmara conclamando o povo a realizar um boicote ao militarismo nos festejos do dia 7 de setembro. O pronunciamento é considerado ofensivo pelos ministros militares

13.set.68 — Ministros militares exigem do Congresso que Márcio Moreira Alves seja processado e enquadrado na Lei de Segurança Nacional

29.set.68 — Sob vaias, "Sabiá", de Tom Jobim e Chico Buarque, vence o 3º Festival Internacional da Canção, no Rio. Geraldo Vandré fica em segundo lugar com a música "Para Não Dizer que Não Falei nas Flores", considerada subversiva pelo coronel Otávio Costa, que exige a prisão do compositor

02.out.68 — Confronto entre estudantes da USP e alunos do Mackenzie na rua Maria Antônia termina com a morte do estudante secundarista José Carlos Guimarães, no dia 3, e o fechamento da Faculdade de Filosofia da USP

08.out.68 — A atriz Norma Bengel é seqüestrada em São Paulo por um grupo de direita, espancada e solta no Rio

12.out.68 — Cerca de 700 estudantes são presos no Congresso clandestino da UNE em Ibiúna (SP). Em ação da VPR, o capitão do Exército americano Charles Chandler é morto.

21.out.68 — Luís Travassos, José Dirceu e Vladimir Palmeira, entre outros detidos em Ibiúna, são condenados à prisão. Protestos são realizados em todo país nos dias seguintes, assim como greves em Belo Horizonte, Fortaleza e Aracaju

24.out.68 — A casa do arcebispo dom Hélder Câmara, em Recife, é metralhada

07.nov.68 — É inaugurado a nova sede do Masp (Museu de Arte de São Paulo) na avenida Paulista, com a presença da rainha Elizabeth 2ª, da Inglaterra

22.nov.68 — É criado o Conselho Superior de Censura

02.dez.68 — Bomba é atirada pelo CCC (Comando de Caça aos Comunistas) no Teatro Opinião, no Rio

12.dez.68 — A Câmara dos Deputados rejeita o pedido de autorização para processar o deputado Márcio Moreira Alves. As Forças Armadas e a Polícia Federal entram em prontidão

13.dez.68 — O governo militar fecha o Congresso, ordena a prisão de Juscelino Kubistchek e decreta o Ato Institucional n.º 5, que cassa dezenas de mandatos, permite intervenção nos Estados e municípios, suspende garantia de habeas corpus em casos de crime contra a segurança nacional e confisca bens

22.dez.68 — Caetano Veloso e Gilberto Gil são presos no Rio

30.dez.68 — É publicada a primeira lista de deputados cassados pós-AI-5

1969

É criado do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento)

16.jan.69 — O governo divulga lista com o nome de 43 políticos que têm seus mandatos cassados

26.jan.69 — O capitão Carlos Lamarca realiza a "expropriação" de armas e munição do quartel de Quitaúna, em Osasco (SP)

1º.fev.69 — O AI-6 modifica a estrutura do Supremo Tribunal Federal e transfere para a Justiça Militar os crimes contra a segurança nacional

07.fev.69 — O Conselho de Segurança Nacional cassa três senadores e 18 deputados do MDB

26.fev.69 — O AI-7 suspende as eleições e o decreto-lei 477 define as infrações de professores e estudantes

02.abr.69 — O AI-8 cria normas para a reforma administrativa

23.abr.69 — Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai assinam o Tratado da Bacia do Prata, que promove a integração da região

25.abr.69 — O AI-9 cria regras para a desapropriação de propriedades rurais

16.mai.69 — AI-10 aposenta centenas de professores em todo o país

26.mai.69 — O padre Antônio Henrique Pereira Neto, da arquidiocese de Olinda e Recife, é seqüestrado e morto por membros do CCC (Comando de Caça aos Comunistas)

26.jun.69 — Chega às bancas o primeiro número do "Pasquim"

1º.jul.69 — É oficialmente criada a Oban (Operação Bandeirantes) dentro do comando do 2º Exército, em São Paulo. A Oban passa a comandar a repressão contra a guerrilha armada

07.jul.69 — A VPR e o Colina (Comando de Libertação Nacional) fundem-se e criam a VAR -Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares)

11.jul.69 — Membros do VAR-P são acusados de assaltar uma agência bancária no Rio e, durante a fuga, perseguidos pela polícia, são acusados de matar um motorista de táxi

18.jul.69 — A VAR-P realiza o assalto à casa da amante do ex-governador paulista, Adhemar de Barros, de onde levam um cofre com US$ 2,8 milhões

14.ago.69 — O AI-11 marca eleição municipais para novembro

15.ago.69 — Membros da ALN tomam a Rádio Nacional, em São Paulo, e divulgam uma gravação com um manifesto de Carlos Marighella

29.ago.69 — O presidente Costa e Silva é acometido de trombose cerebral

31.ago.69 — É editado o AI-12, que anuncia o impedimento temporário do presidente Costa e Silva

1º.set.69 — O Brasil passa a ser governado por uma Junta Militar composta pelos ministros Aurélio Lyra Tavares (Exército), Augusto Rademaker (Marinha) e Márcio de Souza Mello (Aeronáutica)

1º.set.69 — O "Jornal Nacional", da Rede Globo, é transmitido pela primeira vez

04.set.69 — Guerrilheiros seqüestram, no Rio, o embaixador dos EUA no Brasil, Charles Burke Elbrick

05.set.69 — Os AIs 13 e 14 estabelecem as penas de morte e de banimento do território nacional para subversivos

07.set.69 — Charles Elbrick é solto após a libertação de 15 presos políticos, que viajam para o México

11.set.69 — O AI-15 traz as regras para as eleições municipais

20.set.69 — Decreto-lei 898 estabelece a nova Lei de Segurança Nacional

29.set.69 — Virgílio Gomes da Silva, comandante do seqüestro do embaixador Charles Elbrick, é preso e morto sob tortura na sede da Oban, em São Paulo

out.69 — A madre Maurina Borges é presa e torturada em Ribeirão Preto (SP)

14.out.69 — O AI-16 declara vagos os cargos de presidente e vice-presidente da República e marca eleições indiretas para os cargos. O AI-17 permite ao presidente passar para a reserva, militar que "atente contra a coesão das forças armadas"

15.out.69 — O Congresso, fechado desde a edição do AI-5, é reaberto para realizar a eleição do sucessor de Costa e Silva

17.out.69 — O governo militar outorga a Emenda Constitucional n.º 1, conhecida como "Constituição de 69", que fixa o mandato presidencial em cinco anos

25.out.69 — O general Emílio Garrastazu Médici é eleito presidente da República pelo Congresso

30.out.69 — Médici assume a Presidência. Entra em vigor a nova Constituição

04.nov.69 — Carlos Marighella é morto pela equipe liderada pelo delegado Sérgio Fleury. Frei Tito de Alencar é preso e torturado por policiais no Deops, em São Paulo

17.dez.69 — Morre o general Costa e Silva

1970

16.jan.70 — Mário Alves, um dos fundadores do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), é preso, no Rio, e morto sob tortura

26.jan.70 — O decreto-lei 1.077 institui a censura prévia a espetáculos e publicações

11.mar.70 — O cônsul japonês Nobuo Okuchi é seqüestrado por integrantes da VPR em São Paulo

14.mar.70 — Cinco prisioneiros políticos, entre eles a madre Maurina Borges, são soltos em troca da libertação de Nobuo Okuchi

15.mar.70 — O cônsul japonês é libertado

20.abr.70 — O Exército inicia a Operação Registro, que acaba com a Guerrilha do Vale do Ribeira, da VPR. Lamarca foge

10.mai.70 — Feito refém no Vale do Ribeira, o tenente do Exército Paulo Mendes Jr. é morto a coronhadas por integrantes da VPR

mai.70 — O CIE (Centro de Informações do Exército) entra oficialmente em operação

11.jun.70 — O embaixador alemão no Brasil, Ehrenfried Von Holleben, é seqüestrado no Rio

16.jun.70 — O governo Médici anuncia o Programa de Integração Nacional, que prevê a construção da rodovia Transamazônica

21.jun.70 — A seleção brasileira conquista o tricampeonato mundial de futebol no México

1º.jul.70 — É seqüestrado um avião da empresa Cruzeiro, em Niterói. Um seqüestrador é morto

09.jul.70 — É criado o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)

set.70 — A Oban é transformada em DOI—Codi (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna)

23.out.70 — O dirigente da ALN (Ação Libertadora Nacional) Joaquim Câmara Ferreira, o Toledo, é preso, torturado e morto por policiais do grupo do delegado Fleury, em São Paulo

30.out.70 — Agentes do Dói - Codi invadem a redação de "O Pasquim" e prendem Ziraldo e outros colaboradores

15.nov.70 — Acontecem eleições para senador, deputados federal e estadual, prefeito e vereador

07.dez.70 — O embaixador da Suíça, Giovanni Enrico Bucher, é seqüestrado, no Rio, por militantes da VPR

1971

13.jan.71 — O frei Tito de Alencar é banido do Brasil

16.jan.71 — Enrico Bucher é libertado depois de ser trocado por prisioneiros políticos

20.jan.71 — O deputado Rubens Paiva é preso, no Rio, morto sob tortura e dado como desaparecido

1º.fev.71 — O Brasil se retira da 3ª Assembléia da OEA (Organização dos Estados Americanos) por não concordar com o plano conjunto de ação contra o terrorismo

23.mar.71 — O membro da ALN Márcio Leite Toledo é assassinado por companheiros da organização

15.abr.71 — O industrial Henning Albert Boilesen, presidente da Ultragás e tido como financiador da OBAN (Operação Bandeirante), é morto em São Paulo

30.mai.71 — O militante da VPR cabo Anselmo é preso pela equipe do delegado Sérgio Fleury, do Deops paulista. Torturado, passa a ser informante da polícia

20.ago.71 — Iara Iavelberg, companheira de Carlos Lamarca, é morta em Salvador

14.jun.71 — O militante do MR-8 Stuart Angel é preso, torturado e morto no Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa), na Base Aérea do Galeão, no Rio

17.set.71 — Carlos Lamarca é morto na Bahia

26.nov.71 — O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Márcio Sousa Melo, é demitido após a repercussão internacional da morte de Stuart Angel

1972

mar.72 — A guerrilha do Araguaia, montada pelo PC do B, é descoberta e começam as investigações na região de Xambioá (PA)

12.abr.72 — Cerca de 3.000 homens do Exército chegam ao Araguaia e dão início à primeira campanha contra a guerrilha

09.mai.72 — Emenda Constitucional n.º 2 estabelece eleições indiretas para os governos estaduais em 1974

16.jun.72 — Maria Lúcia Petit é morta pelo Exército no Araguaia

jul.72 — Termina a primeira campanha do Exército contra a guerrilha no Araguaia

11.jul.72 — É criada a Telebrás

set.72 — O Exército inicia a segunda campanha no Araguaia, desta vez com 10 mil homens. Após fracassarem na busca aos guerrilheiros, as tropas se retiram da região no fim do mês

05.set.72 — A imprensa é proibida de publicar notícias sobre a Anistia Internacional

27.set.72 — O presidente Médici inaugura o primeiro trecho da rodovia Transamazônica

15.nov.72 — Nas eleições municipais, a Arena elege 80% dos prefeitos

---

1973

07.jan.73 — Os militantes da VPR Eudaldo Gomes da Silva, Pauline Reichstul, Evaldo Luís Ferreira de Souza, Jarbas Pereira Marques, José Manoel da Silva e Soledad Barret Viedma são torturados e mortos no município de Paulista (PE), após informações do cabo Anselmo. O episódio ficou conhecido como "massacre da chácara São Bento"

17.mar.73 — O estudante da USP Alexandre Vanucchi Leme é morto sob tortura no DOI-Codi de São Paulo

26.abr.73 — Brasil e Paraguai assinam o Tratado de Itaipu para o aproveitamento hidrelétrico conjunto do rio Paraná

18.jun.73 — O general Ernesto Geisel, presidente da Petrobrás, é lançado candidato à Presidência

04.set.73 — O MDB lança a chapa Ulisses Guimarães-Barbosa Lima Sobrinho como "anticandidatos" à Presidência

07.out.73 — O Exército inicia a terceira campanha contra a guerrilha do Araguaia

29.nov.73 — Jaime Petit da Silva desaparece depois de tiroteio com tropas do Exército no Araguaia

30.nov.73 — Sônia Moraes Angel Jones, mulher de Stuart Angel, é morta sob tortura em São Paulo

out-dez.73 — Primeiro choque do petróleo: a Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) reduz a produção e o preço do produto quadruplica

22.nov.73 — É criada a Lei Fleury, que dá direito ao réu com bons antecedentes de responder em liberdade aos processos de crimes contra a vida

25.dez.73 — Em emboscada preparada pelo major Sebastião Curió, são mortos Maurício Grabois e Paulo Mendes Rodrigues, principais comandantes da guerrilha do Araguaia, e ainda Gilberto Olímpio e Guilherme Gomes Lund

1974

14.jan.74 — Lúcio Petit da Silva desaparece após tiroteio com soldados no Araguaia

15.jan.74 — O general Ernesto Geisel é eleito presidente pelo colégio eleitoral

22.jan.74 — Tem início a censura prévia a rádios e TVs

04.mar.74 — O presidente Médici inaugura a ponte Rio-Niterói

15.mar.74 — O general Ernesto Geisel toma posse na Presidência. O general João Figueiredo assume a chefia do SNI e Golbery do Couto e Silva, nomeado ministro-chefe do Gabinete Civil, passa a articular a "abertura" do regime

abr.74 — Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão, um dos comandantes da guerrilha do Araguaia, é morto pelo Exército. Sua cabeça é decepada e exposta na base militar de Xambioá

17.mai.74 — Ernesto Geisel e Alfredo Stroessner, presidente do Paraguai, criam a Itaipu Binacional

11.jun.74 — Morre o ex-presidente da República general Eurico Gaspar Dutra

07.ago.74 — O frei Tito de Alencar suicida-se na França

29.ago.74 — O presidente Geisel define a abertura política como "lenta, gradativa e segura distensão"

set.74 — A TV Gaúcha transmite o único debate das eleições de 74, entre os candidatos ao Senado Nestor Jost (Arena) e Paulo Brossard (MDB)

15.nov.1974 — Nas eleições para o Congresso Nacional, o MDB elege 16 de 22 senadores e conquista 44% das cadeiras da Câmara dos Deputados

5.2 Características da Conjuntura Política Econômica Externa - 1968-74

No discurso de posse o novo presidente prometeu "governar para o povo", "respeitar o Legislativo", "multiplicar as oportunidades de educação" e "reatar os entendimentos com a classe trabalhadora". Em janeiro de 1967 foi promulgada pelo Congresso a nova Constituição que conferia ao presidente da República uma soma de poderes muito mais ampla do que o fazia a Carta de 1946.

Alguns dias após a eleição de Costa e Silva, foi lançado o manifesto de criação da Frente Ampla, movimento organizado para "lutar pela pacificação política do Brasil, através da plena restauração do regime democrático". Embora o documento fosse de responsabilidade exclusiva do ex-governador Carlos Lacerda, a iniciativa contava com o apoio dos ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart. Inicialmente, o movimento não suscitou represálias do governo, e Costa e Silva declarou que não tomaria qualquer medida contra ele, desde que a ordem pública não fosse perturbada.

Magalhães Pinto, empossado como Ministro das Relações Exteriores, sendo o último recrutado fora dos quadros da carreira diplomática, em defesa do governo Costa e Silva insistiu para que Lacerda reconsiderasse suas posições e colaborasse para o êxito do novo governo. Como o principal líder da Frente Ampla, no entanto, Lacerda opunha-se à política oficial e formalizou a criação da Frente Ampla em 1º de setembro de 1967.

Durante sua gestão, Magalhães Pinto afirmou que "nós não continuamos nem a política econômica nem a política externa do presidente Castello Branco. Estamos executando a política do governo Costa e Silva". De certa forma, enquanto logo após o movimento de março de 1964 o Brasil mantivera uma política de estrito alinhamento com os Estados Unidos, naquele momento caminhava no sentido de ganhar um espaço próprio no âmbito internacional. Nesse sentido, Magalhães Pinto procurou intensificar tanto a abertura de novos mercados para atração de recursos ao desenvolvimento nacional, quanto à cooperação tecnológica, científica e econômica. Além disso, Magalhães Pinto era contrário à organização de uma força militar interamericana, como fora a Força Interamericana de Paz criada no governo Castello Branco, que propiciou a participação de alguns países, sobretudo o Brasil, no episódio da intervenção militar em São Domingos, em 1965. Sobre a questão, Magalhães Pinto afirmava que "a preservação da paz e da segurança interna [...] constitui a responsabilidade precípua dos

governos nacionais e das forças armadas de cada país americano". Ainda durante sua gestão, o Brasil recusou-se a assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear.

Como ministro, Magalhães Pinto compareceu em 1967 à Reunião de Chefes de Estados Americanos, realizada em Punta del Este, no Uruguai, à Assembléia Geral Especial de Emergência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a crise do Oriente Médio, reunida em Nova Iorque, à II Reunião do Conselho de Ministros da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), em Assunção, no Paraguai, à XXII Sessão da Assembléia Geral da ONU, em Nova Iorque, e à XII Reunião de Consulta da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington.

Em setembro de 1968, durante a visita ao Brasil do presidente Eduardo Frei, do Chile, foram debatidas a integração política latino-americana e a utilização pacífica da energia nuclear. Como resultado das conversações, os dois governos lançaram um comunicado conjunto em que se definiam contra a política de força e pela integração latino-americana em defesa da ALALC. Ainda em setembro, a primeira-ministra Indira Gandhi, da Índia, veio ao Brasil para tratar das relações comerciais entre os dois países. Na ocasião, foi assinado um acordo cultural e deixado para estudo um tratado de cooperação atômica. Em novembro, durante a visita da rainha Elizabeth II, da Inglaterra, foram mantidos contatos que visavam impulsionar o intercâmbio entre os dois países. Nesse mesmo mês, em reunião realizada na ONU, o Brasil e a África do Sul foram os dois únicos países contrários à moção que pedia a independência das três mais importantes colônias de Portugal na África: Angola, Moçambique e Guiné portuguesa.

Durante todo o ano de 1968, ao mesmo tempo em que se intensificou a reação da "linha dura" à Frente Ampla, realizaram-se várias greves operárias e as manifestações estudantis de repúdio ao regime vigente. A crescente mobilização desses setores - que contavam com o apoio de setores da Igreja e de alguns segmentos da classe média - e o agravamento das tensões entre governo e oposição levaram o governo a editar o Ato Institucional nº 5 (13/12/1968). Este Ato autorizava o presidente da República a decretar o recesso do Congresso Nacional e de outros órgãos legislativos, a intervir nos estados e municípios sem as limitações previstas na Constituição, a cassar mandatos eletivos e a suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, além de suspender a garantia de *habeas-corpus* para os crimes contra a segurança nacional. Como ministro, Magalhães Pinto foi um dos subscritores dessa medida responsável por um maior fechamento do regime. Nesse mesmo dia, o Ato Complementar nº 38 decretou o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado.

Logo após a edição do AI-5 foram presos vários jornalistas e políticos oposicionistas, entre os quais o ex-governador Lacerda e o ex-presidente Kubitschek, além de parlamentares do MDB e da própria Arena.

Ainda durante o ano de 1968, Magalhães Pinto participou da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em Nova Délhi, na Índia, da segunda metade da XXII Assembléia Geral da ONU, em Nova Iorque, e da II Conferência dos Chanceleres da Bacia do Prata, em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia. Visitou oficialmente o Paquistão, Portugal e o Japão, participando neste país da abertura dos trabalhos da Comissão Mista Brasil-Japão.

Em abril de 1969 foi firmado em Brasília o Tratado da Bacia do Prata pelos chanceleres do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia, prevendo esforços conjugados a fim de promover o desenvolvimento econômico e a integração física daquela região e de suas áreas de influência. Em maio do mesmo ano, por ocasião da visita ao Brasil do presidente Jorge Pacheco Areco, do Uruguai, foram firmados documentos que visavam intensificar o intercâmbio comercial entre os dois países, além de ratificar o Acordo de Pesca entre eles. Em junho seguinte, Brasil e Alemanha firmaram em Bonn, na República Federal da Alemanha, através do chanceler Magalhães Pinto e do chanceler Willy Brandt, um acordo de cooperação científica e tecnológica, segundo o qual o governo alemão colaboraria nos campos da energia nuclear, da oceanografia e da aeronáutica. Nesse momento, eram lançadas as bases de um programa que se cristalizou durante o governo Ernesto Geisel no acordo nuclear com a Alemanha Ocidental.

5.3 Características da Conjuntura Política Econômica Interna - 1968-74

No ato de sua posse, o novo ministro da Fazenda anunciou como meta estratégica a aceleração do desenvolvimento econômico do país, em combinação com o combate ao processo inflacionário. Três meses depois, em junho de 1967, o ministro do Planejamento anunciou oficialmente o programa de desenvolvimento do governo Costa e Silva - Programa Estratégico do Desenvolvimento – PED. O novo programa se propunha, entre outras metas, a solucionar os problemas relacionados com a estrutura e o financiamento da comercialização de alimentos e a eliminar os principais pontos de estrangulamento da infra-estrutura, da produção industrial e do mercado interno.

No setor educacional, o projeto de transformação progressiva do ensino público em pago, prenunciado pela introdução da taxa de matrícula nas universidades, acirrou conflitos já existentes com a área acadêmica. Além disso, a reivindicação de ampliação das verbas e vagas nas universidades mobilizava os estudantes, ocasionando conflitos de rua com as forças policiais. O clima de insatisfação tendeu a se generalizar no segundo ano do governo de Costa e Silva, quando os protestos públicos passaram a abranger setores cada vez mais amplos da sociedade. Enquanto intelectuais estudantes e clérigos lideravam passeatas contra as restrições às liberdades públicas e à política salarial, algumas greves operárias começaram a eclodir.

Uma ponderável parcela dos estudantes universitários do país se mobilizava exigindo uma efetiva reforma do ensino. Seu movimento chegaria ao auge em nível de tensão no dia 28 de março de 1968, quando o estudante secundarista Edson Luís Lima Souto, de 18 anos, foi morto a bala pela polícia no Rio durante uma manifestação contra o fechamento do restaurante do Calabouço, que atendia sobretudo a estudantes pobres oriundos de outros estados. Cerca de 20 estudantes saíram feridos da agressão policial. A morte de Edson Luís foi imediatamente denunciada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição, na Assembléia Legislativa do então estado da Guanabara, para onde o corpo do estudante foi levado.

No dia 29 de março, cerca de 60.000 pessoas participaram do cortejo fúnebre até o cemitério São João Batista, em Botafogo. A manifestação transcorreu normalmente, sem a intervenção policial. No resto do país, entretanto, ocorreram demonstrações e marchas de protesto. Em Salvador, Belo Horizonte, Goiânia e Porto Alegre, estudantes e populares

entraram em choque com as forças policiais. A UNE decretou greve geral dos estudantes, enquanto no Rio de Janeiro as forças policiais eram postas de prontidão.

O cerrado ataque desferido desde o início do ano pelo ex-governador Carlos Lacerda contra a política salarial do governo, o militarismo e o suposto envolvimento de militares em atos de corrupção fizeram com que, em abril de 1968, o ministro da Justiça proibisse as atividades da Frente Ampla. No mês seguinte, em nova intervenção de Gama e Silva, agora motivada por violentos conflitos ocorridos em São Paulo, foram proibidas quaisquer manifestações de rua no país.

O projeto governamental de transformar as universidades em fundações provocou, em junho, novas greves na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), levando o I Exército a entrar em rigorosa prontidão e a determinar a prisão de vários estudantes. Em fins de junho, estudantes e professores lideraram uma passeata gigantesca realizada com a permissão do governador Negrão de Lima, que ficaria conhecida como a **PASSEATA DOS CEM MIL**. Alguns dias depois, Costa e Silva recebeu uma comissão de representantes escolhidos na passeata, que reivindicou a reabertura do restaurante do Calabouço - fechado desde a morte de Édson Luís -, o fim da repressão policial e da censura às artes. O presidente, contudo, não atendeu às reivindicações. Na seqüência dessa crise, a Universidade de Brasília foi invadida em agosto, sendo presos estudantes e professores.

Nos primeiros dias de setembro, a situação política do país se agravou. Discursando na Câmara Federal, o deputado Márcio Moreira Alves (MDB-GB) denunciou as violências praticadas contra os estudantes, responsabilizando os militares pelas ocorrências. Como forma de protesto, o parlamentar conclamou a população a não comparecer às comemorações do Dia da Independência. Esse pronunciamento desencadeou reações entre os militares, que foi considerado ofensivo às forças armadas. Alguns dias depois, o procurador-geral da República, Décio Miranda, enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) um pedido de cassação dos direitos políticos de Moreira Alves, instruído pelo parecer do ministro da Justiça, que pedia o enquadramento do deputado oposicionista no artigo 151 da Constituição, por ter feito "uso abusivo do direito de livre manifestação e pensamento". A petição declarava que o deputado teria cometido "injúria e difamação das forças armadas com intenção de combater o regime vigente e a ordem democrática instituída pela atual Constituição".

Reunido com o Alto Comando militar nesse mesmo mês, Costa e Silva declarou em seguida que acataria as decisões dos poderes Legislativo e Judiciário no caso do processo de Moreira Alves. A Câmara dos Deputados, porém, apresentava sérias resistências em conceder

às autoridades militares a licença necessária para processá-lo, considerada por Costa e Silva, em encontros com líderes da Arena, como de vital importância para a manutenção do regime e das instituições.

Após tramitar pela comissão competente, o pedido foi rejeitado na Câmara dos Deputados no dia **13 de dezembro de 1968**, por uma diferença de 75 votos, conseguindo a posição governamental vitórias apenas nas bancadas: baiana e capixaba. Imediatamente, Costa e Silva reuniu-se com os ministros militares e comandantes de exércitos, colocando em prontidão as Forças Armadas e a Polícia Federal. Através do Conselho Nacional de Telecomunicações, as emissoras de rádio e televisão foram proibidas de divulgar informações do processo de Moreira Alves e, ainda nesse dia, **Costa e Silva baixou o AI-5 decretando**, entre outras medidas, a suspensão das garantias constitucionais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade da magistratura, a suspensão do *habeas corpus* e a atribuição ao presidente, do poder de intervir nos estados e municípios, cassar mandatos, suspender direitos políticos por dez anos, confiscar bens adquiridos ilicitamente no exercício de função pública, decretar o estado de sítio sem anuência do Congresso, promulgar decretos-leis e atos complementares e demitir ou reformar oficiais das forças armadas e das polícias militares. Pelo Ato Complementar nº.38, foi decretado também o recesso do Congresso por tempo indeterminado. O ato também estendia a censura prévia à imprensa e aos meios de comunicação e foi seguido do Decreto nº 477 de repressão aos estudantes. A ditadura militar completava o fechamento político em meio a um rastro de violências e prisões, torturas e mortes.

Por força do AI-5 foram cassados os mandatos e suspensos os direitos políticos do deputado Márcio Moreira Alves e de diversos outros parlamentares, como o senador Mário Martins e os deputados Hermano Alves, Celso Passos, Edgar da Mata Machado e José Martins Rodrigues. Foram ainda suspensos por dez anos os direitos políticos do ex-governador Carlos Lacerda e de Niomar Muniz Sodré Bittencourt, proprietária do *Correio da Manhã.* Até mesmo o STF foi atingido, com a aposentadoria dos ministros Evandro Lins e Silva, Hermes Lima e Vítor Nunes Leal.

Em entrevista concedida em março de 1969, Costa e Silva justificaria a edição do AI-5, com base em críticas à Constituição de 1967: "Após pouco mais de um ano de sua aplicação, ela não se revelou um instrumento capaz de preservar a segurança interna, a tranqüilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do país.

Daí a necessidade imperiosa em que se viu o presidente da República, no interesse da Nação, do povo e da Revolução, em editar o Ato Institucional nº.5"

À edição do AI-5, seguiu-se o agravamento do quadro político nacional. Nos primeiros dias de 1969, dois senadores, 28 deputados federais, 38 deputados estaduais e um vereador tiveram cassados seus mandatos e suspensos os seus direitos políticos. Durante dois meses que se seguiram, cerca de 30 parlamentares tiveram cassados os seus mandatos e mais de cem pessoas tiveram os direitos políticos suspensos por dez anos, enquanto centenas de pessoas eram presas por motivos políticos. Foi também nesse período, decretado o recesso nas assembléias legislativas dos estados da Guanabara, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Sergipe. Até julho foram adotadas novas medidas de fortalecimento do Poder Executivo e de controle da oposição, como a alteração nos dispositivos da Lei de Segurança Nacional, que passou a estabelecer como delito a divulgação truncada de notícias e permitiu ao ministro da Justiça intervir nas empresas jornalísticas de radiodifusão e televisão. Por outro lado, organizações guerrilheiras de orientação esquerdista começaram a tentar deflagrar um processo de luta armada contra o regime, praticando assaltos a bancos e atentados contra unidades militares.

No dia 26 de agosto de 1969, Costa e Silva anunciou à imprensa a conclusão da reforma constitucional elaborada pelo seu governo. O texto final, em fase de redação, deveria ser aprovado pelo Congresso, que para isso seria reaberto no mês seguinte. De acordo com o jornalista Carlos Chagas, assessor de imprensa da Presidência da República, Costa e Silva tentará, em vão, incluir na reforma o retorno às eleições diretas para os governos estaduais e a escolha do seu sucessor pelo Congresso. Ainda na tarde do dia 26 de agosto, Costa e Silva recebeu em audiência os ministros militares que lhe transmitiram as apreensões detectadas em suas áreas diante da hipótese de reabertura do Congresso. Segundo Carlos Chagas, o presidente encaminhou aos gabinetes Civil e Militar o texto final da reforma constitucional que lhe fora apresentado por Pedro Aleixo, mas o coronel encarregado da coordenação das sugestões do Conselho de Segurança Nacional teria comunicado ao general Jaime Portela, chefe do Gabinete Militar da Presidência, que o documento continha 37 omissões, devendo, portanto, ser revisto.

Antes, no entanto, que se chegasse a um acordo definitivo em relação ao texto constitucional, Costa e Silva apresentou sinais de doença. No dia 27, ao receber o governador de Goiás, Otávio Laje, o presidente teve dificuldades para acompanhar a conversa. No dia seguinte suas audiências foram canceladas e a imprensa noticiou que Costa e Silva fora

acometido de forte gripe. Os médicos, contudo, já suspeitavam tratar-se de trombose. De acordo com Carlos Chagas, o estado real do presidente foi comunicado aos ministros militares, mas não ao vice-presidente Pedro Aleixo.

Caracterizada a doença de Costa e Silva como trombose, os ministros militares assumiram o governo em caráter temporário, como junta militar, alijando Pedro Aleixo do processo sucessório legal. Através da edição do AI-12, no dia 31 de agosto os ministros militares legitimaram sua atitude, invocando a vigência do AI-5 e a necessidade de dar continuidade à administração de Costa e Silva durante o seu impedimento. O governo da Junta Militar que substituiu o general Costa e Silva baixou, ainda, uma fileira de novos atos institucionais.

O seqüestro do embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick, ocorrido em 4 de setembro de 1969 no Rio de Janeiro, agravou ainda mais o já tenso quadro político nacional. Os seqüestradores condicionavam a libertação de Elbrick à libertação de 15 presos políticos e à divulgação de um comunicado pela imprensa contendo fortes críticas ao governo. No dia seguinte, a junta militar reuniu-se com os ministros Magalhães Pinto e Luís Antônio da Gama e Silva, da Justiça, o chefe do Gabinete Militar, general Jaime Portela, e o chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general Carlos Alberto Fontoura, e decidiu publicar o manifesto. Ainda no dia 5, o governo aceitou as condições impostas pelos seqüestradores, embarcando no dia seguinte para o México os prisioneiros libertados em troca da vida do embaixador. No dia 7, Elbrick era libertado. Nos dias que se seguiram ao episódio, a junta militar baixou uma série de medidas repressivas, inclusive no dia 9 de setembro o AI-14, procurando controlar as ações armadas dos grupos esquerdistas e **instituindo as penas de morte e de banimento, prisão perpétua para os casos de "guerra psicológica adversa" e de "guerra revolucionária ou subversiva", definidos pela Lei de Segurança Nacional.**

Na síntese apresentada pelo general Hugo Bethlem, citada pela revista *Veja*, três nomes seriam cotados: "O general Garrastazu representaria, em primeiro lugar, a continuidade do governo Costa e Silva e, secundariamente, a continuidade da revolução. O general Orlando Geisel representaria, acima de tudo, a continuidade da revolução. E o general Albuquerque Lima representaria uma mudança nos rumos da revolução."

As especulações em torno de uma possível indicação do general Médici para substituir Costa e Silva surgiram desde o início da crise. De acordo com Carlos Chagas, o nome de Médici seria a solução natural encaminhada pelo presidente Costa e Silva, caso ele pudesse coordenar a própria sucessão. "Aos primeiros sinais de necessidade de uma substituição final

do presidente, o comandante do III Exército surgira como o mais forte candidato, uma espécie de denominador comum, que, se não polarizava totalmente como a solução final para os setores militares, ao menos reunia o maior número de tendências no Exército”.Embora desconhecido do grande público, Médici adquirira grande prestígio no meio militar por sua atuação à frente do SNI.

No dia 7 de outubro, na condição de "candidato-presidente" do alto comando das forças armadas, Médici fez seu primeiro pronunciamento diante das câmeras de televisão. Conforme assinalou matéria da Revista *Veja*, assim como seus antecessores Castello Branco e Costa e Silva em seus primeiros discursos ao povo, também Médici prometeu instaurar a democracia plena no Brasil. Da mesma forma, prometeu desconsiderar os fatos adversos do passado e fixar as "bases do nosso desenvolvimento econômico e social". Como os governantes anteriores, falou ainda em justiça social, nas disparidades, da distribuição regional das riquezas e na sua condição de escolhido não por vontade própria, mas pela revolução.

Médici, entretanto, tocou em pontos que ainda não haviam sido abordados: "O meu governo vai iniciar-se numa hora difícil. Sei o que sente e pensa o povo, em todas as camadas sociais, com relação ao fato de que o Brasil continua longe de ser uma nação desenvolvida, vivendo sob um regime que não podemos considerar plenamente democrático. Não pretendo negar esta realidade”. Falou também em "sindicatos livres, imprensa livre, Igreja livre". "Livre" e "liberdade" foram as palavras mais usadas em seu discurso, o que constituiu uma inovação, pois os governos anteriores jamais reconheceram publicamente que as necessidades do regime haviam imposto restrições, como por exemplo à liberdade de imprensa. Por outro lado, não falou uma única vez em "guerra revolucionária", nem prometeu devassas e inquéritos, temas quase obrigatórios em todos os grandes pronunciamentos oficiais desde a instituição do AI-5.

No dia 8 de outubro, a junta militar anunciou a escolha do general Emílio Garrastazu Médici para a sucessão de Costa e Silva e, segundo Carlos Chagas, o presidente enfermo aprovou essa decisão. Pelo AI-16, editado seis dias depois, a junta militar declarou vagos os cargos de presidente e vice-presidente da República, alegando que Costa e Silva poderia ter o estado de saúde agravado caso retornasse às funções presidenciais e que era seu desejo ser substituído. A eleição do novo presidente foi marcada para o dia 25 de outubro, quando o Congresso foi reaberto dez meses depois, desfalcado de 94 parlamentares cassados, com a incumbência de ratificar a escolha previamente feita pela cúpula militar do general da “linha

dura" Médici para a Presidência da República e do almirante Augusto Rademaker para vice-presidente da República, no período de outubro de 1969 a março de 1974.

Foi o período mais duro da ditadura militar. Os movimentos sociais foram desagregados e reduzidos ao silêncio. Conforme Nadine Habert, o clima da época estava retratado nos versos – *proibidíssimos* – de Chico Buarque de Holanda na música:

"Apesar de você"

A minha gente hoje anda

Falando de lado

E olhando pro chão, viu...

Enquanto isso, a dupla Don e Ravel cantava aquela música que tocava em todo canto:

Eu te amo, meu Brasil, eu te amo,

Meu coração é verde, amarelo, branco, azul-anil

Eu te amo, meu Brasil, eu te amo,

Ninguém segura a juventude do Brasil

A letra da música, ao gosto do regime militar, exaltava o período que ficou conhecido na imprensa como o "Milagre Econômico", para referir-se ao rápido crescimento da economia brasileira daquele período. A ampla propaganda empreendida pelo governo usava então o termo de *boom* ou "*modelo brasileiro*", ou *"Gigante da América Latina"*.

"BRASIL: AME-O OU DEIXE-O"

Concomitantemente com a repressão e o clima de terror, o governo e os empresários estavam eufóricos com os altos índices de crescimento apresentados pela economia brasileira. A propaganda oficial prometia que até o ano 2000 o Brasil seria elevado à categoria de "Grande Potência Mundial" e a retórica de então, autoritária e militarista, estava estampada na frase (adaptação do dístico conservador norte-americano *Love it or leave it)*,que os *outdoors* exibiam em letras garrafais: "Brasil: ame-o ou deixe-o". A que o deboche popular acrescentara: **"O ÚLTIMO A SAIR APAGUE A LUZ**".

A propaganda maciça pelos órgãos de comunicação, conjugada com uma censura implacável, procurou perpetuar uma imagem favorável do governo, o que, de certa forma, foi obtido, graças a essa estratégia política, de compensar as insatisfações populares com a divulgação de planos grandiosos e de "projetos - impacto".

Emílio Garrastazu Médici nasceu em Bagé (RS) no dia 4 de dezembro de 1905, filho de Emílio Médici e de Júlia Garrastazu Médici, apelidado familiarmente de Milito. Seu pai era comerciante e fazendeiro de origem italiana e sua mãe descendia de ricos estancieiros de origem basca espanhola. Seu avô do lado materno, Anselmo Garrastazu, foi um antigo "maragato", denominação dada aos federalistas opositores dos republicanos que dominaram a política gaúcha a partir do advento da República. Seu primo, Rafael Danton Garrastazu Teixeira, também militar, chegou ao generalato e foi chefe da Diretoria de Pessoal do Exército entre 1954 e 1956. Seguindo a tradição da família adotou a carreira militar.

Em 3 de outubro de 1930, ao ser deflagrado um movimento revolucionário para depor o presidente da República Washington Luís, servia como oficial de dia no mesmo regimento. Juntamente com a totalidade das tropas do 12º RC, aderiu à revolução, atuando como elemento de ligação entre os conspiradores civis e militares de Bagé. No dia 6 de outubro foi comissionado por Getúlio Vargas, chefe supremo dos revolucionários, no posto de capitão, tendo conduzido as tropas de seu regimento até o ponto de junção das forças rebeldes. Dois meses após a vitória do movimento, que em 24 de outubro de 1930 depôs Washington Luís e em 3 de novembro colocou Vargas no poder, retornou à patente de primeiro-tenente. Em 1932 voltou a comandar efetivos do 12º RC, dessa vez para combater a Revolução Constitucionalista, deflagrada em julho daquele ano em São Paulo em oposição ao governo central e sufocada em outubro pelas forças legalistas.

Em 1957 recebeu convite do então comandante da 3ª RM, general Artur da Costa e Silva e assumiu a chefia de seu estado-maior. Estabeleceu-se entre ambos, na época, uma forte amizade que se aprofundaria nos dois anos de trabalho em comum. Em fevereiro de 1960 foi

designado subcomandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende (RJ), sob o comando do general Adalberto Pereira dos Santos. Em julho de 1961 foi promovido a general-de-brigada e destacado para o comando da 4ª Divisão de Cavalaria, com sede em Campo Grande, então no estado de Mato Grosso e hoje capital de Mato Grosso do Sul. Diante da crise instaurada no mês seguinte com a renúncia do presidente da República Jânio Quadros e o veto dos três ministros militares à posse do vice-presidente João Goulart, apoiou, segundo a revista *Veja*, a posse de Goulart e a solução parlamentarista adotada em setembro pelo Congresso.

Nomeado comandante da AMAN em janeiro de 1963, ocupava seu posto quando, em 31 de março de 1964, eclodiu o movimento político-militar que depôs João Goulart. Segundo *Veja*, nesse mesmo dia Médici foi informado dos acontecimentos por um telefonema do general Costa e Silva, que lhe revelou ainda ter assumido o comando das forças sublevadas na Guanabara. Integrando-se imediatamente ao movimento, Médici comunicou sua posição ao general Amauri Kruel, comandante do II Exército, ao ser por ele consultado pouco depois. No dia seguinte, 1º de abril, bloqueou a via Dutra (rodovia Rio - São Paulo) na altura de Resende com fortes contingentes de alunos, enquanto as forças de Minas Gerais, conduzidas pelos generais Olímpio Mourão Filho, comandante da 4ª RM, e Carlos Luís Guedes, marchavam em duas colunas sobre o Rio de Janeiro. Ainda segundo *Veja*, Médici recusou o oferecimento de Kruel para substituir os efetivos da AMAN por soldados paulistas, acreditando que as tropas do I Exército, enviadas em sua direção sob o comando do general Anfrísio da Rocha Lima, não teriam coragem de atirar nos "meninos". Sua previsão era correta pois, ao se depararem com o bloqueio dos cadetes, as forças do I Exército colocaram-se sob as ordens do comandante da AMAN, aderindo aos revoltosos.

Logo após a vitória do movimento político-militar, Médici foi nomeado pelo ministro da Guerra, Costa e Silva, adido militar em Washington. Lá permaneceu durante dois anos, exercendo cumulativamente a função de delegado brasileiro da Junta Interamericana de Defesa e da Comissão Mista de Defesa Brasil - Estados Unidos, obtendo, em julho de 1965, sua promoção a general-de-divisão.

Em outubro de 1966, Costa e Silva foi eleito pelo Congresso presidente da República, e logo em seguida ofereceu a Médici o cargo de presidente da Petrobras, que, no entanto, foi recusado, sob a alegação de que não se encontrava suficientemente familiarizado com a questão do petróleo. Diante da insistência de Costa e Silva em mantê-lo num posto de confiança, para ter por perto alguém capaz de lhe "dizer claramente o que estava errado,

quando estivesse errado", aceitou afinal uma segunda proposta: a chefia do Serviço Nacional de Informações (SNI).

Em março de 1969 Médici foi promovido a general-de-exército e, pouco depois, nomeado para o comando do III Exército, sediado em Porto Alegre. Em abril deixou a chefia do SNI, transmitindo o cargo ao general Carlos Alberto da Fontoura, e assumiu suas funções de comandante, em substituição ao general Álvaro Alves da Silva Braga. Em seu discurso de posse declarou que "*o povo não é contra o que a revolução fez, mas sim contra o que ela deixou de fazer*".

No dia 30 de outubro assumiu o governo e empossou seu ministério: general Orlando Geisel (Exército), almirante Adalberto de Barros Nunes (Marinha), brigadeiro Márcio de Sousa e Melo (Aeronáutica). Alfredo Buzaid (Justiça), coronel Jarbas Passarinho (Educação e Cultura), Mário Gibson Barbosa (Relações Exteriores), Antônio Delfim Netto (Fazenda), João Paulo dos Reis Veloso (Planejamento), Luís Fernando Cirne Lima (Agricultura), Fábio Yassuda (Indústria e Comércio), Higino Corsetti (Comunicações), Paulo Francisco da Rocha Lagoa (Saúde), coronel Mário Andreazza (Transportes), Júlio Barata (Trabalho), Antônio Dias Leite (Minas e Energia), José Costa Cavalcanti (Interior), João Leitão de Abreu (Gabinete Civil) e general João Baptista Figueiredo (Gabinete Militar). O general Carlos Alberto da Fontoura foi mantido na chefia do SNI. Cinco desses ministros vieram do governo anterior e permaneceram em seus cargos, a saber, Delfim Netto, Márcio de Sousa e Melo, Costa Cavalcanti, Mário Andreazza e Antônio Dias Leite. Jarbas Passarinho transferiu-se do Ministério do Trabalho para o da Educação.

Em 23 de fevereiro de 1970, o ministro da Indústria e Comércio, Fábio Yassuda, pediu exoneração do cargo por inadaptação à política econômico-financeira do governo, mais precisamente em virtude de divergências com o ministro Delfim Netto a respeito da política do café. No dia seguinte, foi empossado o novo ministro, Marcus Vinicius Pratini de Morais, que até então chefiara a Assessoria Especial do presidente e que na ocasião afirmou seu intuito de manter a política que vinha sendo adotada em relação ao café.

No dia seguinte, 10 de março, Médici pronunciou um discurso na Escola Superior de Guerra (ESG), no Rio, fazendo um exame da situação político-econômica e colocando um ponto final nas últimas esperanças de redemocratização. **Afirmou que as transformações sociais e econômicas ocorridas no país no período de 1930 a 1964 não permitiam a permanência do liberalismo como fonte de orientação política e que essa doutrina era incompatível com o crescimento econômico, sendo objetivo de seu governo "manter o**

desenvolvimento, com segurança". Em seguida, reafirmou que os poderes excepcionais que lhe haviam sido conferidos pelo movimento político-militar de março de 1964 seriam mantidos em seu governo: "Reitero que a revolução proporcionou ao governo os poderes e os instrumentos necessários para a ação positiva e eficiente. Reitero que usarei esses poderes e instrumentos extraordinários do Executivo exatamente para criar aquelas condições em que eles possam ser dispensáveis. Assim como não os usaremos indiscriminadamente, também, precipitados, não renunciaremos a seu emprego”.No dia 19 de março designou o coronel Manso Neto para a chefia de sua Assessoria Especial.

O primeiro ano do governo Médici caracterizou-se por uma intensa radicalização dos movimentos de esquerda que haviam optado pela luta armada contra o regime instituído em 1964. Após o primeiro seqüestro de um diplomata estrangeiro - o embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick -, a polícia e as forças armadas redobraram suas atividades, concentrando os esforços no combate às organizações armadas. A partir de 1969, o comando das operações repressivas foi assumido em São Paulo pela Operação Bandeirante (Oban), oficialmente lançada em 19 de julho por iniciativa do general José Canavarro Pereira, comandante do II Exército, com a função exclusiva de prender “terrorista e subversivo".

Ainda em 1969, quando o clima era de "guerra revolucionária" e a imprensa, fortemente censurada, desencadeava verdadeira ofensiva contra a "subversão". Os órgãos policiais, preparando-se para a luta aberta, tiveram seus equipamentos modernizados e seus efetivos aumentados. Segundo fontes militares, qualquer guerrilha descoberta em qualquer ponto do país poderia ser atacada maciçamente em 48 horas. O então chefe do EME, general Antônio Carlos Murici, revelava: "As forças armadas já escolheram o caminho da antiguerrilha muito antes daqueles que se propõem a deflagrar a luta armada para a tomada do poder". No entanto, apesar de os círculos oficiais divulgarem a desarticulação de diversos grupos vinculados às organizações armadas, os assaltos a bancos e os seqüestros de aviões continuariam a ocorrer.

No dia 4 de novembro de 1969, Carlos Marighella - um dos fundadores da Ação Libertadora Nacional (ALN), líder da luta armada e antigo militante comunista - foi morto em São Paulo em conseqüência de uma ação policial comandada pelo delegado Sérgio Fleury. Alguns dias depois a imprensa alertava a nação para os excessos da ação repressiva governamental, que atingia indiscriminadamente estudantes, padres, artistas e jornalistas. Na primeira página da *Tribuna da Imprensa*, o jornalista Hélio Fernandes chegou a dirigir uma carta ao presidente Médici pedindo o esvaziamento das prisões e o fim da tortura.

Durante todo o governo Médici, as relações entre a Igreja e o Estado atravessaram um dos períodos mais críticos de sua história. Conforme afirmaria mais tarde o jornalista Marcel Niedergang, numa série de reportagens sobre o Brasil publicadas em outubro de 1972 no jornal francês *Le Monde*, a Igreja foi o único setor social do país, fora dos quadros institucionais, que se arrogou o direito de opinar sobre o regime então vigente de uma maneira "flexível e com uma firmeza engrandecedora". O papel da Igreja nas questões referentes aos direitos humanos, justiça social e execução de reformas foi relevante, apesar da ação cautelosa de sua ala liberal-reformista, que se esforçou para evitar uma ruptura definitiva com o governo. Além de produzir frentes de atrito com a Igreja e com os setores culturais em geral, a política repressiva desenvolvida nesse período contribuiu para a formação de uma imagem negativa do governo no exterior. Jornais como o *New York Times*, o *Washington Post*, o *Times*, de Londres, *Le Monde* e *Le Figaro*, de Paris, e o *Osservatore Romano*, do - Vaticano, publicaram extensas matérias sobre o assunto, detalhando as violências cometidas contra os presos políticos no Brasil. Assim, constrangido pela crescente insatisfação nacional e por pressões internacionais, em 23 de novembro de 1969 Médici afirmou que havia dado ordens aos órgãos responsáveis "pela segurança pública e pelo combate à subversão" para que reformulassem inteiramente seus esquemas de repressão, com a finalidade de coibir o uso de métodos violentos. No dia 3 de dezembro, *Veja* expôs em sua matéria de capa o seguinte título: "O Presidente Médici não admitirá torturas em seu governo.”.

Segundo Carlos Castello Branco, o governo brasileiro começou a se preocupar com sua imagem no exterior porque a política repressiva implementada nesse período estaria gerando dificuldades às negociações com os governos de alguns países, sobretudo da Alemanha e da Holanda, onde a pressão da opinião pública se fazia sentir com maior força. Em 24 de julho de 1970, a Comissão Internacional de Juristas, reunida em Genebra, na Suíça, denunciou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) a violação de direitos humanos em presos políticos no Brasil. No final de setembro, essa comissão solicitaria autorização do governo brasileiro para fazer um exame local e de acordo com Carlos Castello Branco, a Cruz Vermelha Internacional teria feito também uma tentativa frustrada nesse sentido. Reagindo energicamente ao pedido da OEA, o ministro Alfredo Buzaid afirmaria que o governo brasileiro considerava uma ameaça à sua soberania qualquer tentativa de ingerência de organizações internacionais ou de pessoas estrangeiras nos assuntos internos do país. Impotente diante das críticas que lhe eram feitas no exterior contra as restrições às liberdades públicas, o governo preferiu atribuí-las a uma campanha organizada

para desmoralizá-lo e, em contrapartida, compensá-las internamente, apelando para o sentimento coletivo de patriotismo. A AERP orientou essa campanha interna, ora com *slogans* ufanistas do tipo "Brasil grande", "Ninguém segura esse país", ora com frases como "Brasil, ame-o ou deixe-o".

5.4. A Justificativa da Revolução Através do Crescimento

As pressões geradas pela insatisfação de um regime autoritário, o endurecimento do regime com forte repressão, tortura e morte, repercutiam de forma marcante na imagem do país no exterior. O AI-5, o fortalecimento da luta armada, as insatisfações geradas pela grande recessão do Paeg, o arrocho salarial representavam alguns aspectos que caracterizariam aquele momento de posse, de um terceiro presidente militar no poder, após o golpe.

Essas características não eram sentidas apenas pela população reprimida, que tinha que se manter no silêncio imposto pelas armas, mas também dentro das instituições militares, no ambiente de caserna, representativo de vários segmentos da sociedade.

Questionava-se o motivo do golpe. Se ele aconteceu para tirar do poder, políticos incompetentes e corruptos, que impediam o desenvolvimento do país, predestinado a ser a grande potência, por que então, ainda não se vislumbravam as grandes mudanças?

O crescimento era necessário para legitimar o governo militar no poder, como a melhor alternativa para o país. Era necessário que tudo se aprimorasse, que o governo militar provasse que era muito melhor do que o governo civil deposto.

Todo o saneamento imposto pelo primeiro governo militar do General Castello Branco havia repercutido muito mal para a imagem do golpe, pois todos aguardavam boas mudanças. A classe média ansiava pela total recuperação da economia, agora que o país estava “salvo” do comunismo e dos maus governantes.

O novo presidente Médici e sua equipe econômica estavam cientes que a permanência no poder e a própria justificativa do golpe estaria associada a uma radical mudança econômica. A sociedade exigia crescimento, desenvolvimento e melhora do bem estar, afinal era esse o discurso. Pelo menos uma parte, ainda que pequena, da sociedade seria beneficiada nesse período, quando as autoridades atuaram para aproveitar as oportunidades de uma conjuntura econômica internacional, excepcionalmente favorável.

Justificava-se assim o Golpe, através dos crescentes índices econômicos, independentemente de como esse crescimento seria distribuído para a sociedade, bem como através de um fantástico aparelho de Relações Públicas criado pelo governo, que atingiria plenamente os seus objetivos. Essa eficiência pode ser demonstrada pela frase proferida na época: “Se ocorrem eleições diretas e o Médici se candidatar, ele ganha as eleições”.

A partir de 1968 a indústria brasileira experimentou um novo ciclo de rápido crescimento e mudanças estruturais. Apesar da retórica liberalizante do novo regime, o Estado desempenhou um papel ativo na expansão do mercado interno e na promoção de exportações de produtos manufaturados, que se somaram às condições favoráveis da economia mundial em termos de dinamismo do comércio internacional e de facilidade de aporte de capital externo de risco e por empréstimos em moeda.

O período se beneficiou das dificuldades da fase anterior do Governo Castello Branco. A percepção da ineficácia da política econômica anterior no sentido de promover a retomada do crescimento levou o governo a "afrouxar" a política monetária a partir de 1967 e a lançar uma nova diretriz de **combate gradual** à inflação (que já se encontrava significantemente reduzida), acompanhado de investimentos públicos e políticas propícias à recuperação dos investimentos privados.

O controle da inflação passou a enfatizar o componente de custos, em vez da demanda. Foram instituídos controles de preços, através de um órgão criado exclusivamente para esse fim: a Conep (Comissão Nacional de Estabilização de Preços), que mais tarde foi substituída pela CIP (Comissão Interministerial de Preços), que passou a "tabelar" não apenas os preços públicos, mas também preços privados, basicamente, insumos industriais. O Banco Central também passou a tabelar os juros cobrados pelos bancos comerciais.

O aumento da participação das empresas estatais nos investimentos públicos em infra-estrutura permitiu que não houvesse comprometimento do ajuste fiscal, com redução do déficit primário (que, nessa época, não abrangia o resultado das estatais) e até a geração de superávits, a partir de 1970. As empresas estatais contavam com outras fontes de financiamentos (empréstimos), não se limitando aos recursos orçamentários.

Médici inaugurou diversas obras iniciadas em governos anteriores ou ao longo de sua gestão. A usina hidrelétrica da ilha Solteira, a maior da América do Sul, entre os estados de São Paulo e Mato Grosso, com 320.000kW de capacidade, completando o complexo de Urubupungá, de 4.600.000k W. Segundo seria divulgado em fevereiro, a capacidade de geração hidrelétrica do Brasil no ano de 1973 atingira os 15,8 milhões de quilowatts, apresentando um aumento de 5,8% em relação a 1972. No final de janeiro de 1974, o presidente entregou em Recife os dois primeiros títulos de posse de terra do Proterra e inaugurou a terceira etapa da Transamazônica, o trecho entre Itaituba e Humaitá. Em meados de fevereiro, inaugurou o porto fluvial de Santarém (PA) e o asfaltamento das rodovias Belém-

Brasília (BR-010) e Belém - São Luís (BR-316). A última obra de vulto inaugurada por Médici foi a ponte Presidente Costa e Silva, ligando o Rio a Niterói, em 4 de março de 1974.

A política monetária de expansão dos meios de pagamento e também o crescimento real médio do crédito, concentrado ao setor privado, com a expansão do crédito ao consumidor permitiram êxito no aproveitamento de uma combinação de condições favoráveis.

A ampliação da liquidez da economia norte americana, que passou a registrar déficits comerciais crescentes, cuja contrapartida foi a expansão do comércio mundial e o acúmulo de reservas nos países superavitários (principalmente, Japão e Alemanha e outras economias européias). Esses recursos, que buscavam aplicações mais rentáveis deram origem ao chamado "mercado de eurodólares" (depósitos em dólares, em bancos fora dos Estados Unidos). A boa vontade dos capitais americanos para a economia brasileira foi explicada pelo ex-ministro Roberto Campos no seu livro "A Lanterna na Popa: memórias": "O movimento de 64 tem de ser entendido como um processo detonado pela interação das condições internas com o contexto internacional da época. O quadro externo era o da Guerra Fria [entre Estados Unidos e União Soviética, socialista], que a União Soviética parecia estar ganhando; crescimento a taxas muito altas, prevendo ultrapassar a economia americana (...); (...) guerrilhas antiimperialistas em todo o Terceiro Mundo (...); (...) o socialismo na China em 49 (...) [e] a vitória da revolução em Cuba em 59" [No Brasil] "A infiltração das esquerdas era visível (...)". "Nesse contexto, aos olhos do governo americano, os militares no Brasil defendiam o país de um inimigo comum: a União Soviética". "Daí a simpatia e o apoio dos Estados Unidos aos governos militares que assumiram o poder no Brasil após o golpe de 1964".

Em outubro de 1970, o Brasil obteve o maior empréstimo concedido até então pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a algum país da América Latina: 66,5 milhões de dólares para o complexo hidrelétrico de ilha Solteira. Ainda nesse ano, o Fundo Monetário Internacional (FMI) informou que o Brasil havia sido o primeiro país latino-americano a ultrapassar a cifra de um bilhão de dólares em suas reservas de moedas fortes naquele organismo, conseguindo superar em apenas um mês em 105 milhões de dólares as reservas da Venezuela, até aquele momento o país latino-americano mais forte dentro do FMI.

Na exposição final do primeiro ano da gestão Médici, os ministros da Fazenda e do Planejamento afirmaram que, em relação ao setor econômico-financeiro, "o Brasil realizou, em 1970, todas as suas principais metas", enumeradas como "recorde absoluto da década": taxa de crescimento do PIB de 9% (a mesma de 1969); taxa de inflação abaixo de 20%; receita de exportações totais de mercadorias de 2,7 bilhões de dólares; exportações de manufaturados de

430 milhões de dólares; nível de reservas cambiais de 1,2 bilhão de dólares; nível do déficit de 820 milhões de cruzeiros em termos reais (preços constantes) e 0,5% como percentagem do PIB; nível de emissões de 22% em relação ao total emitido até 31 de dezembro de 1969.

No ano de 1971, o Banco Mundial aprovou mais dois empréstimos ao Brasil, num total de 96 milhões de dólares, para exploração de jazidas de minério de ferro. Com a aprovação desses dois créditos, o Brasil tornou-se o maior cliente do banco, atingindo um montante de compromissos no valor de 1,014 bilhão de dólares. No final do ano, foram também divulgados os resultados numéricos da economia referentes a 1971: crescimento do PIB de 11,3% ao ano, perfazendo um crescimento médio de 8,8% para o período de 1967 a 1971, "níveis jamais atingidos anteriormente no país".

Logo no início de 1972, Delfim Netto anunciava que o balanço de pagamentos do Brasil acusara um superávit de 536 milhões de dólares em 1971, e que as reservas totais haviam alcançado 1,721 bilhão de dólares, constituindo-se em novo recorde econômico. Outros empréstimos foram feitos nesse período, perfazendo um total de 560 milhões de cruzeiros, concedidos pelo Eximbank e pelo Banco Mundial, em Washington.

A atração de capital externo foi indiretamente reforçada pela política cambial: os ajustes contínuos da taxa de câmbio evitavam expectativas de grandes desvalorizações, o que favorecia o retorno real esperado dos empréstimos externos concedidos às empresas e bancos brasileiros. Essa entrada de capital no país se deu através dos investimentos externos diretos (aqueles aplicados diretamente à produção de bens e serviços) e os empréstimos em moeda, que também cresceram no período.

As condições excepcionais do mercado internacional, para uma economia totalmente vulnerável como a nossa, também se deu na posição favorável dos termos de troca, diante do aumento dos preços das *commodities* exportáveis. O crescimento das exportações foi liderado pelos bens manufaturados (+639%), pelo aumento do quantum em 109% e da contribuição dos preços em + 77%. As taxas acumuladas das exportações e importações, respectivamente de 275% e 330%, no período de 1968-73.

Segundo Wilson Suzigan no seu artigo “Estado e Industrialização no Brasil”, a formação de capital industrial no novo ciclo de investimentos foi fortemente subsidiada pelo Estado. “Havia três principais formas de subsídio à formação de capital na indústria”: 1) isenções ou reduções da tarifa aduaneira e demais impostos (IPI, ICM) incidentes sobre a importação de máquinas e equipamentos destinados a projetos industriais aprovados pelo

Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) ou por órgãos setoriais e regionais de desenvolvimento. A partir de 1971 as isenções de IPI e ICM foram estendidas às compras de máquinas e equipamentos no mercado interno, de forma a eliminar a discriminação à produção interna de bens de capital, implícita na legislação anterior, e estimular o desenvolvimento da indústria de bens de capital. 2) subsídios implícitos nos financiamentos de longo prazo para investimento industrial concedido pelo BNDE. Esses financiamentos tinham correção monetária prefixada em limites significativamente inferiores às taxas de inflação observadas nos anos 70. 3) incentivos fiscais, administrados por órgãos regionais de desenvolvimento, para investimentos industriais em regiões menos desenvolvidas."

Aliado a esses fatores a existência de capacidade ociosa na economia, fruto da recessão do primeiro governo militar e da capacidade ociosa que já era elevada no início dos anos 60, em virtude das escalas mínimas e do superdimensionamento de algumas indústrias, por exemplo a automobilística. No período, não só ocorreu a total absorção dessas margens, bem como os investimentos foram retomados, especialmente a partir de 1970.

A política salarial em vigor, que, **em geral, resultou em queda dos salários reais,** juntamente com o controle direto do governo sobre os preços industriais e juros, e a expansão da produção agrícola, foram fatores que possibilitaram e atuaram na contenção dos custos de produção desse rápido crescimento da produção.

A expansão agrícola foi fruto de uma política específica não só para evitar pressões inflacionárias no setor, através de financiamentos públicos subsidiados e de isenções fiscais para a compra de fertilizantes e tratores, bem como com o objetivo de aumentar as exportações. O governo conseguiu atingir as metas do slogan "**Exportar é a solução**".

Imensas regiões foram ocupadas com programas de expansão agropecuária para exportação, não só com os produtos tradicionais como café, algodão e açúcar, bem como novos produtos, por exemplo a soja que, em poucos anos, tomou conta de vastos territórios da região Sudeste, ocupando terras antes destinadas à produção de alimentos como arroz, feijão e milho para atender ao mercado interno.

A mecanização da produção agrícola foi acompanhada por violenta expropriação e expulsão de milhões de pequenos proprietários e trabalhadores rurais das terras e das fazendas e pelo intenso êxodo para as cidades. Para esses migrantes expulsos do campo, a cidade continua sendo o lugar onde há mais chances de encontrar trabalho, embora lhes sejam destinados empregos sem qualificação e mal-remunerados. A maioria desses trabalhadores só

tem condições de morar em favelas e cortiços espalhados pela cidade e nos distantes bairros da periferia, onde falta tudo: água, esgoto, luz, calçamento, transporte, posto de saúde, creches, escolas, etc.

Em pleno “milagre econômico” (1972), 52,5% dos assalariados recebiam menos de um salário mínimo, piorando a situação nos anos seguintes. Cândido Camargo, escreve na sua publicação “Crescimento e Pobreza”: “Em 1975, para cobrir os gastos básicos, considerados mínimos, com nutrição, moradia, transporte, vestuário etc., o trabalhador que recebe salário mínimo deveria trabalhar 466 horas e 34 minutos mensais, isto é, 15 horas e 55 minutos durante 30 dias por mês” No esforço para garantir o mínimo para sobreviver, os trabalhadores foram obrigados a multiplicar as horas extras e mais membros da família entraram no mercado de trabalho (mulheres e menores).

Não obstante, o aumento progressivo da desigualdade na distribuição de renda tornou-se o ponto central da crítica à "política nacional de desenvolvimento" seguida pelo governo Médici e amplamente justificada pelos adeptos do modelo. O próprio presidente da República declarara em relação ao sucesso obtido pela política econômica de seu governo que "**a economia vai bem, mas o povo vai mal**". Essa asserção foi reinterpretada pelo ministro do Planejamento com a afirmação de que "a renda *per capita* entre quatrocentos e 450 dólares prova que a renda nacional ainda não tem condições de ser redistribuída para melhorar o padrão de vida". Os economistas da linha oficial procuravam explicar o problema da concentração de renda como conseqüência do crescimento da economia, ao contrário de seus opositores, que a identificavam como causa. Entre os primeiros, destacou-se a teoria do "crescimento do bolo", ou seja, a tese de que era necessário assegurar o aumento da riqueza nacional antes de repartir os benefícios do desenvolvimento. “O bolo deveria primeiro crescer, para depois ser dividido”.

A economia brasileira representava uma das maiores concentrações de renda do mundo (em 1980, os mais ricos, apenas 1% da população, concentravam uma parcela da renda quase igual ao total da renda de 50% da população – os mais pobres).

Em conferência pronunciada na ESG em julho de 1972, o ministro Delfim Netto admitiu que "a distribuição de renda no Brasil não é boa", acrescentando, todavia que isso já vinha ocorrendo há muitos anos. Justificou o fato pela crescente complexidade da economia brasileira, afirmando que a estrutura produtiva encontrava-se alterada pelo desenvolvimento, o que resultava **numa melhoria para todos, "embora alguns melhorem “mais” que outros".**

Nesse clima de total dicotomia, ou seja, concomitantemente com a repressão e o clima de terror, o governo e os empresários estavam eufóricos com os altos índices de crescimento apresentados pela economia brasileira. O governo então implantou uma majestosa propaganda oficial.

A Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (AERP), chefiada pelo coronel Otávio Costa, desenvolvia intensa campanha de propaganda, procurando capitalizar os êxitos obtidos nos mais diversos setores para transmitir uma imagem favorável do presidente e de suas realizações.

Em artigo de Heloisa de Matos, que analisa as estratégias das campanhas da propaganda governamental intitulado "O discurso político oculto na comunicação do Governo Médici", ela enfatiza:

"A estruturação do discurso do regime militar autoritário, no período Médici, se deu pelo aprofundamento da oposição entre ordem e caos, tanto para desqualificar o governo deposto quanto para legitimar o golpe como instrumento restaurador da ordem".(MATOS, 2004. p. 54)[51]

Demonstra também, como o governo soube se apropriar das boas condições, como por exemplo, a conquista da seleção brasileira de futebol, para estimular a opinião pública em favor do seu governo.

"O clima de ufanismo disseminado no período Médici foi alimentado por dois fatores básicos: a explicação da vitória do Brasil na Copa do Mundo como conseqüência do apoio do governo à seleção "canarinho", aproveitando a paixão do brasileiro pelo futebol, e o uso da propaganda para a construção da imagem de país em acelerado crescimento econômico, refletido na melhoria de vida do povo".

Outro trabalho que também comprova essa utilização da propaganda, como forma de conquistar a população a favor das realizações do governo Médici, é o artigo do historiador Paulo Roberto de Azevedo Maia, denominado "Canal 100 e a Construção do Imaginário". (MAIA).[52] Nesse artigo ele faz menção ao poder de comunicação do cinejornal da empresa Carlos Niemayer Produções, associada ao cineasta Jean Mazon, que se converteu em uma experiência no sentido de exaltar imagens do Brasil em três décadas.

---

[51] MATOS, H. H. G. **Um discurso político oculto na comunicação institucional do governo Médici**. Líbero (FACASPER), São Paulo, v. 1, p. 54, 2004.

[52] MAIA, Paulo Roberto de Azevedo. **Canal 100 e a Construção do Imaginário**. Campinas: UNICAMP, 1987.

O seu artigo inicia-se assim:

"Quem tem mais de 30 anos sabe que ir ao cinema, nas décadas de 1960, 1970 e início de 1980, não significava apenas assistir um filme. Era a oportunidade de ver, em *cinemascope*, além das notícias da semana, o futebol brasileiro. A tela grande enchia os olhos e encantava gerações, unindo duas paixões: o cinema e o futebol. O segredo era a técnica aliada a uma linguagem poética, expressiva, combinando som e imagem de forma nunca antes vista no Brasil".

Nesse artigo, fazendo referência ao livro de Carlos Fico, "Reinventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil (1969-1977)", Paulo Roberto de Azevedo Maia evidencia como o tom oficial de atuação do DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda - órgão de propaganda do Governo Vargas, ainda mantinha marcas no imaginário popular.

Tendo conhecimento de que a população tinha verdadeira repulsa por esse tipo de estratégia oficial de propaganda, os militares, através da AERP, souberam utilizar a estratégia de propaganda do **discurso indireto**.

Filmes curtos exaltando a união familiar (A Boa família), o sucesso do milagre econômico ou as campanhas cívicas com o famoso cata-vento verde-amarelo, estavam paralelos aos filmes veiculados pelo Canal 100, tendo como maior preocupação o entretenimento e a valorização da idéia de um país idílico.

> A noção de realidade dada pelo conteúdo jornalístico, as imagens da semana, apresentadas como em uma revista de variedade.., sem a postura séria e tradicional, sacralizada pelo Estado Novo, [...] e propunha uma roupagem nova, ...com uma imagem jovial e leve [...] lá estavam as realizações governamentais, as imagens do Rio de Janeiro, a praia, as belas mulheres e, como não poderia faltar, o futebol
>
> Futebol e música passavam a fazer parte de um único discurso, pois o que anunciava o início da bola rolando na tela era a música - "Na cadência do Samba", de Luiz Bandeira. Ao ouvir "Que bonito é [...]" o público era tomado por uma profunda emoção [...].[53]

[53] MAIA, Paulo Roberto de Azevedo. **Canal 100 e a Construção do Imaginário**. Campinas: UNICAMP, 1987.

5.5. Análise e Interpretação

Muitas são as críticas feitas a esse período, tendo em vista principalmente o não aproveitamento de condições econômicas tão favoráveis, para realmente, como era dito nos discursos, diminuir as desigualdades sociais do país. Dentre elas, ressaltamos as que foram mais requeridas na época, pela oposição: Necessidade de revogação dos atos de exceção; Restabelecimento das eleições diretas; Restabelecimento do instituto do habeas-corpus e no respeito aos direitos humanos; Política salarial acabando com o arrocho salarial e estabelecendo participação dos trabalhadores na riqueza nacional; Reforma agrária e a educação para o trabalho e para o desenvolvimento nacional.

O brasilianista Albert Fishlow levantou duas importantes restrições, que transcrevemos a seguir, antecipando dificuldades para o modelo do "milagre econômico brasileiro", quando este estava no auge do seu sucesso. Argumentou que:

> o retorno a altas taxas de crescimento em anos recentes baseia-se parcialmente em ajustamento cíclico defasado ao desenvolvimento industrial orientado para a substituição de importações. Como tal, a presente expansão não pode ser simplesmente extrapolada, nem podem ser ignorados seus desequilíbrios potenciais, apesar dos importantes progressos na execução da política econômica desde 1964. (FISHLOW,1973)[54]

Nessa oportunidade, o Professor Fishlow também ressaltou a importância de uma melhor distribuição de renda, tendo em vista que na medida em que a capacidade ociosa da economia, gerada pela recessão anterior, estava sendo totalmente utilizada, a continuidade do crescimento exigiria elevados níveis de investimento.

Advertiu também no seu artigo, conforme será transcrito a seguir, que deveria ser visto com muita cautela a utilização indiscriminada da poupança externa. Ressaltou que caberia ao governo ter total consciência do papel agravante desempenhado pelas necessidades advindas do serviço da dívida externa.

> "O principal problema para o crescimento seria a dificuldade de gerar taxas mais elevadas de poupança, necessárias assim que tivesse sido utilizada a capacidade ociosa disponível e antecipei que o apego a soluções que pioram ainda mais a distribuição de renda... pode não ser mais sustentável. As duas observações acima

[54] FISHLOW, Albert. Some reflections on post: 1964 Brazilian economic policy. In: STEPAN, A. Authoritarian Brazil. New Haven, Yale University Press, 1973, p. 70.

> estavam corretas. O que faltava, contundo,era o choque do petróleo e, depois, uma situação internacional na qual a escassez de divisas voltaria a ser a preocupação central dos formuladores de política". (FISHLOW,1973)[55]

Naquela oportunidade não se poderia prever o amplo papel que seria exercido pela poupança externa na sustentação do crescimento, mas mesmo assim ele alertou no texto citado, que "a popança externa também exporá a economia a uma importante fonte de instabilidade..." o serviço da dívida requer cuidados especiais. "Essa cautela foi desconsiderada quando da aceitação das maciças entradas de capital da década de 70".(FISHLOW,1973).

O alerta já era motivo de preocupação internamente e ensejaria veementes críticas que se concentravam, especificamente, quanto à desnacionalização da economia brasileira. As conclusões da CPI que apurou a desnacionalização da economia brasileira, nos termos do relatório apresentado pelo vice-líder da oposição, deputado Rubem Medina foram apresentadas e aprovadas no plenário da Câmara, apresentaram os seguintes dados:

1. Setor de produção de bens intermediários 34,5% contra 12,3% de capitais nacionais;

2. Setor de bens de capital 72,5% contra 27,3% de capitais nacionais;

3. Setor de bens de consumo - 78,3% contra 21,6% de capitais nacionais.

Apesar dos inúmeros temas que poderiam ser motivo de análise e interpretação, vamos limitar a três itens, esta parte mais detalhada do período.

A escolha dos três itens levou em consideração as profundas repercussões que esses aspectos tiveram naquele momento, bem como futuro no país. A escolha também considerou que os três aspectos, na leitura deste trabalho, expressam as principais características do governo Médici, apesar de toda a propaganda e esforço de comunicação para que a imagem fosse bem melhor.

5.5.1. Desrespeito aos Direitos Humanos

5.5.2. Concentração de Renda

5.5.3. Endividamento Externo

[55] FISHLOW, Albert – Some reflections on post-1964 Brazilian economic policy. In: STEPAN, A., *Authoritarian Brazil*. New Haven, Yale University Press, 1973. p.108.

5.5.1. Desrespeito aos Direitos Humanos

A partir de 1970, no governo Emílio Garrastazu Médici, a pretexto da necessidade de unificar as distintas organizações policiais e militares, que então combatiam os grupos de guerrilha rural e urbana, monta-se um fantástico aparelho repressivo, que violou normas e regras das leis dos direitos humanos.

O desrespeito tinha início, na classificação de qualquer pessoa como "criminosa", porque caminhava na rua levando um livro debaixo do braço, de autor socialista. Como bem definiu Vivian Trias - "Las Fuerzas Armadas en las Sociedades Iberoamericanas", in Revista Nueva Sociedad, nº 49, julho-agosto de 1980. "O anticomunismo, em seu sentido mais abrangente, que inclui no mesmo saco desde o reformismo de um sindicato até o terrorismo foguista, será o cimento que melhor ligará as Forças Armadas com a burguesia transnacionalizada".

Clóvis Rossi[56] explica em seu livro "Militarismo na América Latina" como foi montada a máquina de segurança, responsável pela repressão do período militar. "Pelo Plano de Segurança Interna de 1970, o Brasil foi dividido em áreas de segurança interna, tendo em cada uma delas um CODI (Centro de Operações de Defesa Interna), sob a chefia do comandante da grande unidade do Exército naquela área. Essas áreas, cujo número é mantido em sigilo, não correspondem, necessariamente, às áreas de competência dos quatro Exércitos e dos comandos militares do país. A 4ª Região Militar, que abrange Minas Gerais, por exemplo, é responsável por uma área de segurança interna e possui um CODI, apesar de estar subordinada, a nível operacional, ao I Exército, com sede no Rio de Janeiro. O chefe do CODI, em cada área de segurança, é o chefe do Estado-maior da grande unidade da região. O CODI coordena as atividades anti-subversivas da área em que opera, centralizando as ações e informações obtidas pelas 2ªs Seções (Informações) do Exército, Marinha e Aeronáutica e Polícias Militares, Civil e Federal. Para a ação prática – processamento de interrogatórios, busca e apreensão -, o CODI tem sob seu comando o Destacamento de Operações Internas (DOI), que podem ser vários em uma mesma área de segurança. Além disso, os serviços das três Armas (o CIEX, do Exército, o CISA, da Aeronáutica; e o CENIMAR, da Marinha) também operam na coleta de informações nas ações práticas, por meio de seus setores operacionais". O sistema se completa com o Serviço Nacional de Informações (SNI) e suas agências regionais, funcionando como uma

---

[56] ROSSI, Clovis. **Militarismo na América Latina**. Brasiliense, São Paulo, 1982.

espécie de gigantesco banco de dados, e as Divisões de Segurança, obrigatórias em todos os Ministérios e autarquias públicas – e sempre chefiadas por um militar.

Calcula-se que cerca de duzentas mil pessoas estiveram envolvidas com o sistema de segurança, cuja eficiência pode ser medida pelo fato de que, em 1974, já estavam extintas ou tinham sua cúpula no exterior todas as 63 organizações clandestinas de esquerda que chegaram a atuar no país. Até o Partido Comunista Brasileiro (PCB), pela primeira vez em sua história de meio século, viu-se forçado a retirar do país o seu Comitê Central inteirinho, com a óbvia exceção daqueles que foram mortos pela repressão.

Os resultados dessa "eficiência": duzentas mil fichas de elementos **supostamente** de esquerda catalogadas, milhares de prisões e processos na Justiça Militar, cerca de número superior a 4.000 mortes de militantes de esquerda – da guerrilha ou não – e aproximadamente 60 "desaparições", essa estranha categoria criada pela Doutrina de Segurança Nacional. Desaparecidos são aqueles que não estão nem vivos nem mortos, dos quais tudo o que se sabe é que, em um dia determinado, foram presos por algum organismo repressivo e nunca mais se ouviu falar deles.

Acima desse mecanismo brutal de aniquilamento físico das oposições, funcionava um sistema legal igualmente absolutista, que conferia ao Executivo poder total. O Ato Institucional nº. 5 é o exemplo mais acabado desse tipo de poder, mas não é o único. Havia, ainda, a Lei de Segurança Nacional e uma Lei de Imprensa igualmente restritiva.

A Lei de Imprensa vai restringir o pensamento do povo, para aliená-lo de tudo que estaria ocorrendo ao seu redor. Um exemplo disso foi o efeito da censura sobre a televisão brasileira. Vários estudos na área de comunicação relatam as ações daquela época, entre outros o trabalho de Beatriz Lopes Buarque "Censura na televisão brasileira: um olhar sobre o passado , para que se transforme o futuro", onde argumenta as técnicas utilizadas no período. A televisão, por atingir pessoas de todas as idades, raças, classes sociais e religiões, é o meio de comunicação mais afetado pela censura. Essa mídia sofre influência de grupos religiosos, cívicos e sociais, além de ser afetada por outros tipos de censura como: a ditada pela própria emissora; a ditada pelo próprio jornalista – autocensura -; a ditada pelas agências publicitárias; a ditada pelo Estado; e a exercida diariamente pelos telespectadores. Em entrevista à revista Veja (11 de março de 1973), José Bonifácio de Oliveira Sobrinho – o Boni – afirmou que "a TV é submetida a quatro tipos de censura: a de diversões públicas, a política, a autocensura e a censura indireta". Isso é uma constante desde que essa mídia chegou ao Brasil, sendo que o tipo de censura predominante varia conforme o momento histórico. A fase de 1964 até a

extinção do AI-5 em 1979 é caracterizada por maior influência do Estado, quando o governo passou a ter plenos poderes para censurar, evitando qualquer publicação ou transmissão que achasse inconveniente ao regime militar. Nesse momento, é dada ênfase ao noticiário internacional, já que muitos assuntos nacionais estavam na "lista negra" dos militares.

O Estado passou a exercer controle sobre a televisão através de normas de concessão (as permissões para administrar um canal só eram concedidas aos grupos que apoiavam o governo) e através da censura, a qual recrudesceu ao longo dos anos, atingindo seu auge em 1968 com o AI-5. O regime utilizou vários argumentos para justificar a censura à TV:

1. Preservação da família, através de mensagens que contrariassem os conteúdos éticos do Estado.

2. O poder de sugestão do aparelho e sua penetração.

3. A tendência do veículo de substituir a escola na educação da sociedade.

O povo era tratado como criança, logo, o governo não "podia deixar" que programas que dessem uma "má educação" fossem veiculados.

Com o AI-5, vários programas populares de auditório foram silenciados, já que eram tidos como programação de baixo nível – o governo não deixava o povo escolher nada, absolutamente nada; na verdade, "pensava" por ele, ditando sempre o que era melhor e o que deveria ser banido da mídia.

"O regime militar foi marcado por um paradoxo – pregava a integração nacional e, ao mesmo tempo, enchia a nação com "enlatados americanos": a partir do Golpe de 64, a TV é invadida por seriados americanos como "A Feiticeira", " Perdidos no Espaço", entre outros. A censura do governo foi sentida pela programação como um todo, visto que sua primeira lei é "numa democracia, quanto mais popular for uma forma de arte, mais é demandada a censura sobre ela" : jornais saíram do ar (" Jornal de Vanguarda" da TV Excelsior, em 1968); novelas tiveram seus roteiros alterados ou não puderam ser exibidas (" Fogo sobre Terra" em 1974 e " Roque Santeiro" em 1976, ambas da Rede Globo); e por aí vai.

Reiterando a ambigüidade do governo, enquanto proibia a transmissão de certos assuntos – dando ênfase às notícias internacionais -, fazia sua propaganda baseando-se no patriotismo. Exemplo clássico dessa dicotomia foi o episódio no qual o presidente Castello Branco **fechou o inquérito sobre o acordo Globo-Time Life "em troca" da veiculação da maior propaganda estatal: um Jornal Nacional que integraria o país.**

A televisão se tornou o instrumento pelo qual o Estado se comunicava com a população, fazendo com que o discurso televisivo se confundisse com o discurso institucional. Enquanto o mundo vivia um período de turbulência: baixas da bolsa americana; Jimmy Carter e os direitos humanos; revolução de 1968, entre outros; os brasileiros só assistiam a coisas belas na televisão, como as obras feitas pelo governo, a chegada de novas indústrias – tudo para fazer a propaganda governamental de que o país estava progredindo a passos largos.

As conseqüências da forte censura desses 20 anos de ditadura são sentidas até hoje na alienação do nosso povo. A televisão "aprendeu" a falar através de metáforas e o povo se habituou a assistir imagens lindas – não está habituado a ver miséria, violência... E quando vê, é aquele escândalo... Segundo Armando Nogueira, chefe do Departamento de Jornalismo da TV Globo: "Quem espera conteúdo, opinião no jornalismo da TV brasileira, pode desistir que não vai ter tão cedo... O Jornal Nacional desde 1969 está imprensado entre novelas, no momento em que a família vai à mesa. Ele precisa ser digestivo. Em sua embalagem não cabem emoções fortes, miséria, gente desdentada dando entrevistas". Esse depoimento foi dado à Folha de São Paulo em 1976 e não perdeu sua atualidade – compare com o depoimento de William Bonner: "O público que assiste ao Jornal Nacional é muito heterogêneo: tem muitas crianças que nos assistem, logo, como posso colocar uma pessoa voando porque acabou de ser "explodida" por uma bomba? Não posso. Todo dia vemos as imagens que temos e selecionamos aquelas que informam sem passar pelo sensacionalismo". (Escola de Comunicação da UFRJ em 2003)

A generalização de que o público não podia ver determinadas imagens foi fruto da censura adotada pelos militares no país e, assim como o patriarcado, foi imbuída nas veias dos responsáveis por esse influente veículo de comunicação. Esse mecanismo perdurou até o dia 3 de fevereiro de 1980, quando a censura do telejornalismo teve seu fim decretado. E em 1982, foi suspensa a censura prévia aos noticiários e à programação de TV. A frase de John Stuart Mill, proferida no século XIX sintetiza esse tipo de influência:

"Decidir que opiniões devem ser permitidas ou proibidas significa escolher opiniões para as pessoas. Quem escolhe opiniões para o povo possui controle absoluto sobre suas ações e pode manipulá-las em benefício próprio com perfeita segurança".

Apesar de toda a censura era inevitável que a sociedade vivesse em clima de susto, pois era assustador o número de pessoas que eram presas em função da grande repressão do período. Só os números não demonstram o que foi aquele terrível momento e, diariamente era noticiado mais um caso de desaparecimento ou suicídio de jovens estudantes. Um deles,

Stuart Edgar Angel Jones, foi preso no Grajaú (próximo à Av. 28 de Setembro), no Rio de Janeiro, em 14 de junho de 1971, cerca das 9:00 horas, por agentes do Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), para onde foi levado e torturado. Ao cair da noite, após inúmeras sessões de tortura, já com o corpo esfolado, foi amarrado à traseira de um jipe da Aeronáutica e arrastado pelo pátio com a boca colada ao cano de descarga do veículo, o que ocasionou sua morte por asfixia e intoxicação por monóxido de carbono. Em 8 de abril de 1987, a Revista "Isto É", na matéria "Longe do Ponto Final", publica declarações do ex-médico torturador Amílcar Lobo, que reconheceu ter visto Stuart no **DOI-CODI/RJ**, sem precisar a data. O preso político Alex Polari de Alverga é testemunha da prisão e tortura até a morte de Stuart. No Relatório do Ministério da Marinha consta que foi "morto em 5 de janeiro de 1971, no Hospital Central do Exército".

No dia 26 de novembro desse ano, Médici concedeu exoneração ao ministro da Aeronáutica, marechal-do-ar Márcio de Sousa e Melo, substituído na pasta pelo tenente-brigadeiro Joelmir Campos de Araripe Macedo. A saída do ministro foi provocada pela crise irrompida na Aeronáutica após a morte de Stuart Edgard Angel Jones. O comandante da III Zona Aérea, brigadeiro João Paulo Burnier, ex-chefe de gabinete de Sousa e Melo, considerado, assim como o ministro, liderança da "linha dura" na Aeronáutica, fora responsabilizado pelas violências que causaram sua morte.

Já no final de 1968, Burnier fora acusado publicamente pelo capitão Sérgio Ribeiro de Carvalho, um dos fundadores do PáraSar - unidade da Aeronáutica especializada em busca e salvamento - de ter elaborado um plano segundo o qual essa corporação seria encarregada de eliminar líderes da oposição e **jogá-los depois de um avião ao mar**. A acusação fora confirmada pelo então chefe do Serviço das Rotas Aéreas, brigadeiro Itamar Rocha, que, em seguida, recebera ordem de prisão disciplinar. Na ocasião, nem mesmo a intervenção do ex-ministro da Aeronáutica do governo Castello Branco, Eduardo Gomes que se colocara ao lado do capitão Sérgio e do brigadeiro Itamar -, conseguira impedir o predomínio da "linha dura". No início de dezembro de 1971, o brigadeiro Burnier foi afinal demitido do comando da III Zona Aérea pelo novo ministro Joelmir Macedo. Foram afastados ainda o chefe do CISA, Brigadeiro Carlos Afonso Dellamora, e o chefe do Estado-Maior da Aeronáutica -(Emaer), Tenente-brigadeiro Armando Serra de Meneses, este às vésperas de passar para a reserva compulsória. Segundo a revista Veja de 1º de dezembro de 1971, na época submetida à censura, a demissão de Sousa e Melo deveu-se a um "não esclarecido conflito de doutrinas na direção da Aeronáutica, envolvendo a legendária figura do brigadeiro Eduardo Gomes".

Ainda hoje, grande parte dos familiares não tem informações concretas, sobre o paradeiro dos corpos das pessoas que foram sacrificadas pelo regime. Ainda hoje, não foram desvendados os segredos de pessoas que foram classificadas como, mortas, desaparecidas ou vistas pela última vez algemadas, sendo colocadas de madrugada num avião, que decolou do Campo de Marte lotado, para fazer um passeio em alto mar e, após ter apreciado a maravilhosa vista do Atlântico, não retornou. O avião retornava vazio, ou seja, apenas com a tripulação.

Ainda hoje, as informações mais concretas para desvendar o que realmente aconteceu e onde se encontram os restos mortais dos sacrificados por aquele regime de exceção, têm como principal fonte, a liberação ao público dos documentos secretos do serviço diplomático americano no Brasil. Os vários telegramas, traduzidos e publicados pela Folha de São Paulo, foram copiados e anexadas ao nosso trabalho.

O artigo de Rubens Valente – "Governo dos EUA sabia de tortura no Brasil" - na Folha de São Paulo, de 14 de janeiro de 2007, baseado nos documentos secretos do serviço diplomático americano no Brasil, do biênio 1973-1974, liberados ao público após 32 anos, revelam que no período de 1967 a 1974 as mortes e desaparecimentos de integrantes de grupos de esquerda somaram 376 pessoas. Há 3.000 ossadas só em Perus (VALENTE, 2007)[57].

No último dia 18 de abril de 2007, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados realizou uma audiência sobre o destino dos arquivos militares da luta armada no país. Um dos temas tratados referiu-se as Reportagens publicadas pelo Jornal Correio Brasiliense, que revelaram a produção pelo Exército, entre 1986 e 1988, de um livro secreto sobre os opositores ao regime militar. O "Livro Negro do Terrorismo no Brasil" nunca foi publicado. O que chama a atenção dos movimentos de defesa dos Direitos Humanos é que as Forças Armadas negam a existência dos documentos que serviram de base para o livro.

O General da reserva Leônidas Pires Gonçalves, que ordenou ao serviço secreto do Exército que produzisse o livro, em 1985, quando ocupava o cargo de ministro, não atendeu ao convite para comparecer à sessão da comissão da Câmara. Segundo a assessoria da comissão ele alegou que prefere olhar para o futuro ao invés de discutir o passado.

O livro secreto é mais uma prova de que, a partir do início dos anos1968, as **ditaduras latino-americanas** atuaram em estreita sintonia na guerra suja que travavam contra seus opositores, parceria que ficou conhecida com o nome de "**Operação Condor**".

---

[57] VALENTE, Rubens. Governo dos EUA sabia de tortura no Brasil. Folha de São Paulo, São Paulo, 14, janeiro. 2007.

Nessa operação, estudantes e intelectuais brasileiros que se encontravam no Uruguai, Argentina ou outros países da América Latina eram presos nesses países, através de ordens expedidas pelo Brasil. A máquina tinha um sistema de informação subcontinental.

O presidente da comissão, deputado Luiz Couto (PT-PB), afirma que os familiares de mortos e desaparecidos no regime militar precisam dessas informações para ajudar na localização de corpos e, se há um livro publicado a partir desses dados, os documentos precisam aparecer.

A Procuradora da República, Lívia Nascimento Tinoco defendeu na audiência de Direitos Humanos, a revisão da legislação, para que o Ministério Público possa agir com mais autonomia, para esclarecer os casos de desaparecimento de natureza política, tendo em vista que, nas valas onde eram enterrados indigentes em São Paulo, existem muitos corpos de desaparecidos políticos que precisam ser identificados, mas reclamou que o Ministério Público encontra barreiras no Ministério da Justiça. Ela enfatizou que a ocultação de cadáver **é crime imprescritível** e acredita que essa seja a razão da resistência do governo, em solucionar os desaparecimentos.

Provavelmente a liberação da documentação secreta nos Estados Unidos represente uma forte pressão para que os responsáveis no Brasil, sejam obrigados a assumirem uma posição menos confortável, do que a que eles ocuparam até agora, ou seja, a posição de "não sei de nada" ou "não existe nenhum documento". O incrível é que, até para descobrir os restos mortais de brasileiros mortos pela ditadura militar, o Brasil dependa dos Estados Unidos.

Os documentos secretos do serviço diplomático americano também revelaram que a administração do presidente Richard Nixon (1969-1974) foi informada em detalhes sobre as torturas e os abusos contra direitos humanos na ditadura, mas não tornou os fatos públicos. A pressão americana contrária aos abusos só passou a ocorrer na administração de Jimmy Carter (1977-1981). Durante o Governo Nixon, o embaixador americano em Brasília, John Hugh Crimmins recomendava ao seu presidente, que **não aplicasse contra o governo brasileiro** o artigo 32 da Lei de Assistência ao Estrangeiro, embora o próprio relatório reconhecesse que seria o caso, "porque isso prejudicaria as atividades comerciais de vendas de armas e equipamentos para as Forças Armadas do Brasil". No telegrama ele afirma:

"O programa norte-americano de assistência à segurança do Brasil é uma ferramenta essencial aos nossos esforços de influenciar a política brasileira [...] Interessa-nos muito, consolidar e expandir nossos ganhos recentes na provisão de equipamento militar ao Brasil".

Pela regra do artigo 32, da Lei de Assistência ao Estrangeiro, os EUA poderiam cortar créditos financeiros ao Brasil em retaliação a supostos abusos contra direitos humanos.

5.5.2. Concentração de Renda

A segunda crítica que se faz à atuação do governo, quanto as medidas de políticas econômicas adotadas nesse período, refere-se justamente a falta de emprenho governamental, no sentido de aproveitar as elevadas taxas de crescimento da economia brasileira (1968/74), para minimizar as desigualdades sociais/regionais, através de melhor distribuição de rendas. Muito ao contrário, o que ocorreu foi justamente uma concentração ainda maior das riquezas, para uma pequena parcela da população.

As diferentes políticas econômicas, voltadas a atingirem melhores resultados sociais foi comprovada nos países asiáticos, que na época, tiveram taxas de crescimento não tão elevadas quanto às do Brasil, mas que conseguiram realizar muito mais em termos de melhora de bem estar para a população como um todo.

Muitos deles conseguiram fazer reformas agrárias enquanto mantinham o crescimento econômico, da mesma forma que investiram mais em serviços sociais, educação e transferência de renda destinada a nivelar desigualdades. A tabela abaixo demonstra essa situação.

Baseado nesses dados apresentados pelo Banco Mundial e demais análises históricas dos países relacionados na tabela, os economistas Edmar Bacha e Herbert S.Klein concluem que foram as políticas adotadas ou rejeitadas pelos respectivos governos durante o período de rápido crescimento que exerceram papel crucial no tocante ao bem-estar e à distribuição da renda em cada um deles. O que o Brasil realizou ou deixou de realizar nessa área, portanto, tem a ver diretamente com as medidas adotadas pelo governo. Muitas delas poderiam ter sido diferentes e produzir diferentes resultados. Como o demonstra a experiência de países asiáticos maiores e de regime autoritário, nenhum resultado em termos de renda e de bem-estar estaria predeterminado pelas meras dimensões do Brasil, sua rápida taxa de crescimento, seus governo autoritários ou sua dependência externa.

Os grandes problemas sociais que enfrentamos hoje, com organizações de delinqüentes, facções criadas para desenvolver crimes, narcotráfico, etc., bem como a ausência total de um forte mercado interno, que poderia alavancar a nossa taxa de crescimento, ridiculamente baixa, em comparação com as taxas dos demais países do resto do mundo, são conseqüências dessa total despreocupação dos governantes da época. Despreocupação de se incrementar o que

estava sendo dito nos “discursos”, ou seja, investimentos em serviços sociais, educação, transferências de renda destinadas a nivelar desigualdades.

Efetivamente essas políticas, na prática, foram rejeitadas.

Quadro 12 - Índices Comparativos de Crescimento e Bem-Estar entre os Principais Países em Processo de Industrialização na Ásia e no Brasil, em inícios da década de 1980.

País	População (milhões) em meados de 1982	Renda per capita (US$)	Taxa de Crescimento per capital*	Renda dos 10% superiores **	Renda dos 40% inferiores **	Mortalidade Infantil (por 1.000)	Crianças em Escolas Secundárias
China	1.008,2	310	5,0%	-	-	67	44%
Índia	717,0	260	1,3%	33,6%	16,2%	94	30%
Indonésia	152,6	580	4,2%	34,0%	14,4%	102	30%
Filipinas	50,7	820	2,8%	38,5%	14,2%	51	63%
Tailândia	48,5	790	4,5%	34,1%	15,2%	51	29%
Coréia do Sul	39,3	1.910	6,6%	27,5%	16,2%	32	85%
Sri Lanka	15,2	320	2,6%	28,2%	19,2%	32	51%
Malásia	14,5	1.860	4,5%	39,8%	11,2%	29	53%
Brasil	125,6	2.240	4,8%	50,6%	7,0%	73	32%

Fonte: Banco Mundial, **Word Development Report 1984**. Nova York: Oxford University Press, 1984, p. 218 *et seq.*

* Taxas de crescimento anual médio da renda per capta de 1960 a 1982.

** Com relação ao total de famílias.

5.5.3. Endividamento Externo

Uma das grandes críticas que se faz em relação às medidas econômicas tomadas pelo Ministro Antônio Delfim Netto, no período do chamado "Milagre Econômico" refere-se ao grande endividamento da economia. Ou seja, apesar do desempenho do setor exportador brasileiro, a economia vai assistir a **primeira onda de endividamento externo**, com ampla entrada de recursos, conforme demonstrado na tabela abaixo, elaborada pelo Banco Central do Brasil.

Quadro 13 - Dívida Externa e Variações de Reservas de 1968-1973 (Em US$ milhões)

Ano	Conta Capital	Variação das Reservas	Dívida Externa Bruta
1968	541,0	20,0	3.780,0
1969	871,0	549,0	4.403,3
1970	1.015,0	378,0	5.295,2
1971	1.846,0	483,0	6.621,6
1972	3.492,0	2.369,0	9.521,0
1973	3.512,1	2.145,4	12.571,5

Fonte: Banco Central

A dívida externa no período cresceu em torno de US$ 9 bilhões, sendo que aproximadamente US$ 6,5 bilhões se transformaram em reservas, ou seja, a dívida líquida correspondia a algo em torno de US 6 bilhões, o que, com o crescimento das exportações, resultava em um coeficiente de vulnerabilidade (dívida líquida sob exportações) menor que 1 em 1973, conforme Tabelas, elaboradas com dados das seguintes fontes: Conjuntura Econômica, Banco Central do Brasil, IPEA DATA.

Quadro 14 - Balança Comercial e Transações Correntes de 1968-1973 (Em US$ milhões)				
Ano	Exportação	Importação	Balança Comercial	Transações Correntes
1968	1.881	1.855	26	- 508
1969	2.311	1.933	378	- 281
1970	2.739	2.507	232	- 562
1971	2.904	3.245	- 341	- 1.037
1972	3.991	4.235	- 244	- 1.489
1973	6.199	6.192	7	- 1.688

Fonte: Conjuntura Econômica.

Quadro15 - Balanço de Pagamentos do Brasil de 1978-1986 (Em US$ bilhões)							
Ano	Exportação	Importação	Saldo da Balança Comercial	Saldo da Balança de Serviços	Saldo de Transações Correntes	Conta de Capitais	Saldo do Balanço de Pagamentos
1978	21,70	13,70	- 1,00	- 5,00	- 5,90	9,40	3,90
1979	15,20	18,10	- 2,90	- 7,90	- 10,70	7,70	- 3,20
1980	20,10	22,90	- 2,80	- 10,20	- 12,80	9,70	- 3,50
1981	23,30	22,10	1,20	- 13,10	- 11,70	12,80	0,60
1982	20,20	19,40	0,80	- 17,10	- 16,30	7,80	- 8,80
1983	21,90	15,40	6,50	- 13,40	- 6,80	2,10	- 5,40
1984	27,00	13,90	13,10	- 13,20	0,04	0,20	0,70
1985	25,70	13,20	12,50	- 12,90	- 0,20	- 2,50	- 3,20
1986	22,30	14,00	8,30	- 13,70	- 5,30	- 7,10	- 12,40

Fonte: Conjuntura Econômica.

Quadro 16 - Dívida Externa do Brasil de 1968-1986 (Em US$ bilhões)			
Ano	Dívida Externa Bruta	Reservas	Dívida Externa Líquida*
1968	3,8	0,2	3,5
1969	4,4	0,6	3,4
1970	5,3	1,2	4,1
1971	6,6	1,7	4,8
1972	9,5	4,2	5,3
1973	12,6	6,4	6,1
1974	17,1	5,2	11,9
1975	21,1	4,0	17,1
1976	25,9	6,5	19,4
1977	32,0	7,3	24,9
1978	43,5	11,9	31,6
1979	49,9	9,7	40,2
1980	53,8	5,9	47,9
1981	61,4	6,7	54,7
1982	69,7	4,0	65,7
1983	81,3	4,0	77,3
1984	91,0	12,0	79,0
1985	95,8	11,6	84,2
1986	110,3	6,8	103,5

Fonte: Conjuntura Econômica.

* Resultado da Diferença entre a Dívida Externa Bruta e as Reservas

Quadro 17 - Indicadores da Situação Externa do Brasil de 1970-1986					
Ano	Dívida Líquida/ Exportações	Juros/ Exportações	Reservas/ Importações	Exportações/ PIB (%)	Importações/ PIB (%)
1970	1,50	0,09	0,47	6,43	5,89
1971	2,26	0,10	0,53	5,91	6,60
1972	1,82	0,09	0,99	6,79	7,20
1973	1,36	0,08	1,04	7,37	7,36
1974	1,85	0,08	0,42	7,22	11,42
1975	2,43	0,17	0,33	6,67	9,40
1976	2,53	0,18	0,53	6,58	8,04
1977	2,53	0,17	0,60	6,84	6,78
1978	3,18	0,21	0,87	6,29	6,80
1979	3,02	0,27	0,54	6,82	8,09
1980	2,85	0,31	0,30	8,47	9,65
1981	2,85	0,39	0,34	9,01	8,54
1982	4,03	0,56	0,21	7,44	7,15
1983	4,06	0,44	0,30	11,56	8,14
1984	3,33	0,38	0,86	14,23	7,33
1985	3,65	0,38	0,88	12,15	6,23
1986	4,67	0,42	0,48	8,67	5,45
Fonte: IPEA DATA.					

Em termos de base teórica do campo econômico, vamos citar as explicações de Mário Henrique Simonsen que definia a relação dívida externa bruta/exportações Brasil, próximo a 4(quatro), como um ponto crítico. O país estaria, assim, na fronteira entre uma situação duvidosa e uma situação crítica. Simonsen definiu a situação externa de país da seguinte forma: um país devedor com uma relação dívida externa/exportações inferior a 2 (dois) está em situação confortável, entre 2 (dois) e 4 (quatro) está em situação duvidosa, e se for superior a 4 (quatro) está em situação crítica.

Avaliando pesquisas empíricas recentes a respeito da existência de um limite para o endividamento externo, Bresser Pereira e Nakano assinalam que:

"O Banco Mundial descobriu que esse limite está em 220% das exportações e 80% do PIB, porque a maior parte dos episódios de crise da dívida e de renegociação aconteceu dentro desses limites. Cohen encontrou números mais baixos: quando a relação dívida/exportações atinge 200% e a relação dívida/PIB, 50%, a probabilidade de reescalonamento aumenta e o efeito sobre o crescimento se torna significativamente negativo" (BRESSER-PEREIRA)[58]

A composição do fluxo de capitais no Brasil (e nos maiores países latino-americanos) se diversificou a partir da década de 1990, com participação importante dos capitais de portfólio (aplicações em títulos de renda fixa e variável) e do Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Esse contexto de retomada dos fluxos voluntários de capitais estrangeiros para o país e a América Latina, que se observou a partir de 1992, ocorreu em níveis bens superiores ao verificado na década de 1970. Observa-se também, que diferentemente do fluxo de capitais dos **anos de 1970**, quando predominou claramente o **endividamento externo,** a afluência de capital externo proporcionou o financiamento necessário para remover a restrição externa vigente em vários países latino-americanos, contribuindo para adoção de planos de estabilização com algum tipo de ancoragem cambial, como foi o Plano Real no Brasil.

Foi necessário um grande esforço da economia, ao longo quase dos **20 anos seguintes,** para sanar os efeitos de medidas econômicas, em relação ao Brasil e o Resto do Mundo, que foram tomadas e se iniciaram nesse período de Governo militar. Essas medidas de economia internacional geraram grandes endividamentos externos, que atingiu níveis exorbitantes e incontroláveis ao longo da década de 80 (Crise da Dívida Externa em 1982). A equalização desse problema ocorrerá com o advento do Plano Real a partir de julho de 1994, que resultou, inicialmente, em uma maior estabilidade, num momento em que se verificava a queda da taxa de juros internacional nos países desenvolvidos, levando-os a procurar oportunidades mais atraentes em países em desenvolvimento.

O problema será equacionado na década de 90, em virtude também, da normalização das relações do país com a comunidade financeira internacional, por meio da regularização da renegociação da Dívida Externa com os bancos credores e da conclusão, em abril de 1994, da regularização dos empréstimos atrasados nos moldes do Plano Brady.

---

[58] BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Crescimento econômico com poupança externa. In: **Revista de Economia Política**, v. 23, n.2, p.12.

Observa-se que economia brasileira, do ponto de vista do setor externo caracteriza-se por apresentar dois problemas básicos: a) Uma elevada vulnerabilidade externa, o que torna a economia vulnerável às mudanças nas condições e humores do mercado financeiro internacional, e b) Uma alta volatilidade no mercado de câmbio, evidenciada pela forte oscilação na taxa de câmbio, que resulta em efeitos negativos tanto para a formação das expectativas empresariais quanto para o gerenciamento da política monetária.

Normalmente o período de relativa estabilidade na taxa de câmbio verifica-se, quando o mercado financeiro internacional apresenta-se mais estável e a economia brasileira consegue obter um bom desempenho econômico. A volatilidade cambial no Brasil resulta, fundamentalmente, dos seguintes fatores:

1. Um fator estrutural, relacionado ao fato de que países emergentes com conta capital aberta enfrentam uma assimetria. Esta é derivada da pequena magnitude do mercado financeiro e cambial doméstico, frente ao volume de recursos que são girados diariamente no mercado financeiro internacional. O resultado dessa disparidade é uma elevada oscilação nos fluxos de divisas, tanto na conta capital quanto nas rendas relacionadas aos serviços financeiros da conta corrente;

2. O crescimento no passivo externo do país, evidenciado pelo crescimento percentual, da relação Dívida Externa/PIB, e que resulta no pagamento de elevado montante de divisas relacionadas à amortização e serviço da dívida;

Essa política externa do período foi analisada neste trabalho, no capítulo **4** item **4.4.3**. **Reforma da Política Externa** e, neste momento queremos acrescentar as seguintes questões:

Será que as autoridades brasileiras poderiam, naquele momento, imaginar o risco que seria assinar contratos com o sistema bancário internacional, com cláusula de taxas de juros flutuantes, repactuadas de prazo em prazo?

Será que eles tinham conhecimento que aquela grande liquidez do mercado e mesmo o crescimento das nossas exportações estavam acontecendo num período de expansão do comércio mundial, decorrentes dos déficits público e externo dos EUA, financiados com expansão monetária?

Com certeza eles tinham conhecimento de que a economia brasileira é muito vulnerável ao comércio internacional e, como sempre, só nos momentos de queda da taxa de juros internacional nos países desenvolvidos é que esses capitais são levados a procurar oportunidades mais atraentes em países em desenvolvimento.

O economista russo Kondratieff explica pela teoria das crises cíclicas, as taxas de crescimento do produto e da produtividade. Essas crises acontecem no sistema capitalista de 50 em 50 anos. Na tabela (página21 do livro O Brasil Atual e a Mundialização) abaixo, elaborada pelo Fundo Monetário Internacional, observamos as taxas médias anuais de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB do mundo e dos países industrializados, para o período.

Quadro 18 - Taxa Média Anual de Crescimento do PIB de 1960-1989 (Em %)		
Intervalo de Anos	Mundo	Países Industrializados
1960-1964	4,94	4,94
1965-1969	4,96	4,88
1970-1974	4,14	3,62
1970-1979	3,80	3,12
1980-1984	2,40	1,86
1985-1989	3,82	3,36
Fonte: FMI, **Estatísticas Financeras Internacionales Anuário**, 1986 e 1994.		

A opinião de Paulo Roberto Cruz, em seu livro *Dívida Externa e Política Econômica*, é que além da boa performance do setor exportador, assistiu-se nesse período à primeira onda de endividamento externo, com ampla entrada de recursos. A dívida líquida correspondia a algo em torno de US$ 6 bilhões, o que, com o crescimento das exportações, resultava em um coeficiente de vulnerabilidade (dívida líquida sobre exportações) menor que 1 em 1973. (CRUZ, 1984)

Na entrevista dada pelo então Ministro Delfim Netto ele informou que quando terminou o governo Médici, a situação cambial estava bastante tranqüila. O volume de reservas existentes em 1973 correspondia a mais de um ano de importações, enquanto o critério técnico utilizado pelo FMI recomendava um volume de reservas equivalentes a três meses de importações.

Isso evidenciava a existência de um sobre-endividamento no período.

A interpretação do autor Cruz em relação à situação da política externa no período analisado é compatível com a explanação do Ministro Delfim Netto na questão 5 da entrevista, quando critica as pessoas que falam tolices e que estão equivocadas, quando responsabilizam a sua administração do início do grande endividamento externo do País. O tema tornou-se tão polêmico, que o Ministro foi convocado a prestar esclarecimentos no plenário Do Senado Federal, Na Sessão Vespertina do Dia 17 De Maio De 1983.

Quadro 19 - Dívida Externa e Variações de Reservas 1968-1973 (em US$ milhões)			
Ano	**Conta Capital**	**Variação das Reservas**	**Dívidas Externas Bruta**
1968	541,0	20,0	3.780,0
1969	871,0	549,0	4.403,3
1970	1.015,0	378,0	5.295,2
1971	1.846,0	483,0	6.621,6
1972	3.492,0	2.369,0	9.521,0
1973	3.512,1	2.145,4	12.571,5
Fonte: Banco Central			

Nessa oportunidade, apresentou uma exposição sobre o endividamento externo do País e um debate com os Senadores, abrangendo os mais variados temas da economia nacional. Delineou o histórico do processo de crescimento da economia brasileira nos últimos dez anos (1973-83), as dificuldades geradas pelas duas sucessivas crises do preço do petróleo(1973-74 e 1979-81) e das taxas de juros e os obstáculos a transpor em função da necessidade de negociar a dívida externa.

Embora a justificativa do Ministro para esse endividamento tenha sido a necessidade de recurso à poupança externa para viabilizar as altas taxas de crescimento ao longo do milagre, a maioria dos economistas, inclusive Mônica Baer, apresenta outro aspecto. Ela entende que grande parte da explicação para o endividamento externo nesse período reside nas profundas transformações do sistema financeiro internacional e na ampla liquidez existente, e na ausência

de mecanismos de financiamento de longo prazo na economia brasileira, exceto as linhas oficiais. (BAER, 1986)[59]

Em termos internacionais, verificou-se, em meados dos anos 60, o surgimento do chamado Euromercado, que correspondia ao processo de expansão internacional dos bancos americanos, com vista a fugir às restrições impostas pelo Federal Reserve Bank (FED) para suas operações e poder, com isso, reciclar o excesso de liquidez internacional gerado pelos profundos déficits americanos. Esses déficits foram decorrência dos déficits públicos naquele país, que ocasionaram o colapso do sistema de Bretton Woods. Nesse quadro de ampla liquidez internacional, observa-se profunda queda das taxas de juros e dos *spreads*, bem como um alongamento dos prazos. **A novidade nos contratos com o sistema bancário privado internacional era a presença das taxas de juros flutuantes repactuadas de prazo em prazo.**

Internamente, as taxas de juros elevavam-se, devido primeiramente à reforma financeira de 1964/1966, a qual, com a introdução da correção monetária e a determinação legal de que as cadernetas de poupança deveriam render correção monetária mais 6% a.a, fixou um patamar de taxas de juros reais extremamente elevado, que crescia ainda mais devido à elevada demanda de crédito, num momento de expansão econômica. Assim, a expansão da demanda de crédito doméstica elevava a taxa de juros interna o que, dada a existência de mecanismos que possibilitavam o acesso ao crédito (Lei nº. 4.131 e Resolução nº. 63), levava à captação de recursos no exterior. Os principais tomadores de recursos externos, nessa primeira fase, foram as empresas multinacionais e os bancos de investimentos estrangeiros. **A contrapartida da entrada excessiva de recursos, que se transformavam em reservas, era o crescimento da dívida pública interna, visando controlar a base monetária, mediante as operações de mercado aberto.**

Opinião também contrária à posição oficial é apresentada pelos economistas Regis Bonelli e Pedro S. Malan em artigo da revista Pesquisa e Planejamento Econômico de agosto de 1976, intitulado Os limites do possível: notas sobre balanço de pagamentos e indústria nos anos 70, onde refutam a versão que todo o problema do endividamento brasileiro ocorreu devido à crise do petróleo, recorrendo as suas origens. (MALAN & BONELLI, 1976)[60]

---

[59] BAER, Mônica. **A Internacionalização Financeira no Brasil**, Petrópolis: Vozes, 1986.

[60] MALAN, Pedro & BONELLI, Regis. Os Limites do Possível: notas sobre o balanço de pagamentos e indústria no limiar da segunda metade da década das anos 70. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 2, n. 6, p.353-406, agosto. 1976

Escassa atenção foi dedicada à evolução da economia internacional nos anos anteriores. É como se antes da decisão da OPEP, não houvessem ocorrido desenvolvimentos relevantes e/ ou como se o excepcional desempenho da economia brasileira entre 1968 e 1973 se devesse exclusivamente a uma condução eficiente de política econômica, e não também à conjunção de uma fase de recuperação cíclica da economia brasileira com uma conjuntura internacional excepcionalmente favorável. É verdade que as exportações brasileiras cresceram a uma taxa média anual extremamente elevada entre 1968 e 1973 (27% ao ano) e que, obviamente, a política de minidesvalorizações, os incentivos e a desburocratização cumpriram um papel importante neste feito; mas deve ser lembrado que as exportações mundiais no mesmo período cresceram a taxas extremamente elevadas (19,6% ao ano). É também sabido que a taxa média de crescimento real dos países da OECD em 1972 e 1973 foi da ordem de 6% ao ano, uma taxa elevada em termos históricos e que beneficiou consideravelmente as exportações brasileiras via efeito-renda. Quanto aos preços, os termos de intercâmbio evoluíram de maneira amplamente favorável ao Brasil, tendo os preços externos de produtos agrícolas de exportação brasileiros quase dobrados entre 1968 e 1974, permitindo que o Brasil multiplicasse por 2,5 vezes sua capacidade para importar entre 1967 e 1973. No entanto, a política minimizava a importância crescente que a conta de capital e o serviço da dívida externa assumiram para a economia brasileira como resultado de uma política de *growth cum debt* seguida ao limite permitido por uma situação favorável no mercado internacional de capitais.Nunca será demais ressaltar que o Brasil só pôde recorrer com a intensidade observada ao endividamento externo porque a liquidez internacional cresceu em 4 anos (entre 1969 e 1973) a uma taxa média anual de 24% ao ano, enquanto a média anual para os 20 anos anteriores (1949/69) havia sido da ordem de 2,8% ao ano. Este fenômeno, entre outros, levou ao colapso *de jure* do arranjo de Bretton-Woods em 1971, ao *boom* sincronizado das economias industriais avançadas em 1972/73, que levou à explosão dos preços de matérias-primas, aos empréstimos à periferia do sistema, à expansão do comércio internacional e à excessiva euforia desenvolvimentista em alguns países.

Conclui-se que, mesmo para aqueles que acreditam que a forma de evolução da economia brasileira no período de 1968/73 teria gerado pressões inflacionárias e desequilíbrios no balanço de pagamentos em conta-corrente, independentemente da substancial elevação dos preços do petróleo, esta elevação certamente veio agravar seriamente o quadro. A elevação dos preços do petróleo veio agravar a situação econômica, via deterioração dos termos de

intercâmbio e aceleração da inflação, com seus inevitáveis efeitos sobre a renda real disponível.

O endividamento externo no período também é criticado por Paul Israel Singer em O "Milagre Brasileiro" Causas e Conseqüências. Para ele o governo aproveitava a conjuntura favorável no mercado internacional para recorrer, em medida cada vez mais ampla, ao capital estrangeiro. Esta conjuntura é o resultado de um processo de liberalização do comércio internacional, iniciado logo após a última Grande Guerra, com a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Este processo beneficiou, numa primeira fase, os países capitalistas industrializados, cujo comércio mútuo se expandiu rapidamente, suscitando (entre outros eventos) os "milagres" alemão e japonês. (SINGER, 1972)[61]

Durante a última década (60), os países industrializados foram, pouco a pouco, abrindo seus mercados aos produtos dos países que, embora não desenvolvidos, já tinham atingido certo grau de industrialização. Foram particularmente favorecidos países que:

1. Sediavam sucursais dos conglomerados dos países importadores;

2. Possuíam níveis salariais baixos e estáveis;

3. Praticavam uma política de estímulos às exportações.

O Brasil, depois de 1964, se adaptava perfeitamente a estas circunstâncias. A condição ainda faltante foi implantada de forma ampla, principalmente depois de 1969, com a política de subsidiar as exportações. Essa medida resultou numa certa diversificação das exportações e num rápido crescimento de sua receita, que dobrou no período de 7 anos, atingindo quase 3 bilhões de dólares no ano de 1971.

A ampliação da receita de exportações e, portanto da capacidade de importar do país, coincidiu com uma grande "boa vontade" política de apoiar o regime instaurado em 1964 por parte dos centros financeiros internacionais. Conseqüentemente, passou a tornar-se fácil levantar empréstimos e financiamento no exterior, o que é uma forma excelente de simultaneamente obter poupança externa para financiar investimentos e obrigar, mediante o mecanismo da amortização, a concentração do excedente interno. Obviamente, as empresas públicas ou privadas que obtêm os empréstimos são obrigadas a amortizá-los com uma parte do seu lucro bruto, que, desta forma, é necessariamente subtraída ao consumo. Trata-se de um

---

[61] SINGER, Paul Israel **O "Milagre Brasileiro"**: Causas e conseqüências. São Paulo: Cebrap. 1972.

adiantamento de capital, que supõe uma poupança em valor correspondente "a posteriori". **A poupança, no fundo, é publica em parte, na medida em que as exportações que pagam os empréstimos (e os juros) são fortemente subsidiadas.**

O que impressiona, nesta evolução, é o grau de comprometimento crescente do processo de acumulação com a entrada de recursos externos. Apesar de todos os esforços de institucionalização de mecanismos de mercado para mobilizar o excedente interno, torna-se claro que a manutenção de elevadas taxas de crescimento econômico requer quantidades cada vez maiores de capital estrangeiro. O crescimento das reservas cambiais que atingem em 1972 cerca de 2 bilhões de dólares, (nível extremamente elevado), não deve ser interpretado como prova de que este capital é desnecessário, porque ele está sendo entesourado. Na verdade, tal fato indica que o capital estrangeiro é trazido (em parte), para estimular a acumulação interna, e a constituição de elevadas reservas cambiais era o **penhor de garantia de uma dívida externa** cada vez maior, que já ultrapassava os 6 bilhões de dólares.

Por último, queremos enfatizar o elevado custo social envolvido em um padrão de uso de recurso intensivo em um bem importado na proporção de quase 80% do consumo aparente. A importação de petróleo bruto passou de 78,2 milhões de barris em 1967 para 227,2 milhões em 1973, enquanto a produção doméstica passou de apenas 54,3 para 63,5 milhões no período.

Como sintetiza Cruz (1983, p.65)[62]:

> [...] o afluxo de recursos externos à economia brasileira [entre 1969-73] foi determinado, em última instância, pelas transformações ocorridas no mercado de euromoedas [...]. Nesse sentido, a economia brasileira, ao elevar seus níveis de endividamento externo, nada mais fez do que acompanhar de forma passiva um movimento geral que envolveu diferentes economias 'em desenvolvimento' num momento em que o euromercado buscava novos clientes fora dos Estados Unidos e Europa".

Contudo, sabe-se que os governos Castello Branco, Costa e Silva e Médici implementaram políticas deliberadas de atração de capital externo, o que impossibilita o argumento do comportamento passivo dos governantes brasileiros.

O próprio Ministro Mário Henrique Simonsen, no Jornal do Brasil de 09 de julho de 1979, afirmaria: "A inflação é péssima, mas o impasse externo mortal".

---

[62] CRUZ, Paulo Roberto Davidoff. **Dívida Externa e Política Econômica**: a experiência brasileira nos anos setenta. São Paulo: Brasiliense, 1984.

6. ADAPTAÇÕES PARA EXPANDIR: O GOVERNO ERNESTO GEISEL (1974-1979)

Lançado oficialmente candidato à presidência pela Arena, em 18 de julho de 1973, venceu no Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1974 o candidato do único partido legal de oposição, MDB, Ulysses Guimarães.

Tomou posse em 15 de março de 1974 e governou até 15 de março de 1979, tendo como vice-presidente Adalberto Pereira dos Santos. *Ernesto Geisel* nasceu em Bento Gonçalves (RS) no dia 3 de agosto de 1907, apesar de nos seus assentamentos militares constar o ano de 1908, alteração necessária para que atingisse a idade limite máxima para admissão no Colégio Militar. A verdadeira data de nascimento só foi esclarecida por ocasião das comemorações de seus 80 anos em 1987. Filho de Augusto Guilherme Geisel e Lídia Beckmann Geisel, seu pai veio da Baviera para o Brasil em 1890 e fixou residência em Novo Paraíso, no município de Estrela (RS), onde trabalhou em fundição, lecionou na escola da igreja luterana e desempenhou as funções de juiz de paz. Seu irmão Orlando Geisel seguiu a carreira militar, alcançando o generalato e sendo ministro do Exército entre 1969 e 1974, durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici.

Geisel quando tomou posse recebeu do governo Médici algumas vantagens, por exemplo, inflação da economia a níveis baixos, na casa de 15% em 1973; balanço de pagamentos recuperado e estrutura fiscal e financeira reorganizada. Em compensação recebeu uma economia que já sentia os efeitos perversos da correção monetária na dinâmica dos preços, bem como o aumento da dependência externa do país, em pelo menos dois setores: o industrial na área de bens de capital, petróleo e seus derivados, as vésperas do primeiro choque do petróleo; e o setor financeiro, em função da política de endividamento já comentada no capítulo anterior.

Uma outra vantagem, embora discutível, até por não ser tão evidente à época, mas que, de certa forma, condicionaria a decisão de continuidade da política de crescimento, foi o próprio ritmo acelerado de desenvolvimento do “milagre”. Nesse momento, a sua euforia já estava acabando no bojo da crise mundial do capitalismo, que se aprofundaria no decorrer da década de 70 e 80.

A economia capitalista vivera uma fase de grande expansão, pós-guerra, com conseqüente superacumulação de capital, acirramento da concorrência entre eles e das contradições geradas pelo aprofundamento da exploração das classes trabalhadoras. Nos

primeiros anos da década de 1970, já apareciam os primeiros sintomas do esgotamento do ciclo de expansão como: queda da taxa de lucros, déficits nas balanças comerciais, crise do sistema monetário internacional, perda relativa da hegemonia da economia norte-americana, apresentando crescentes déficits no balanço de pagamento e uma diminuição de competitividade dos seus produtos em relação aos de outros países desenvolvidos, como a Alemanha e o Japão.

O choque do petróleo, com elevação substancial dos preços do elemento fundamental da matriz energética mundial, e também, o rompimento do acordo internacional firmado ainda durante a Segunda Guerra Mundial, que procurava estabilizar as taxas de câmbio internacional, provocaram reações recessivas, na maior parte dos países do mundo.

Essa maneira não foi seguida pelo governo brasileiro, que, ao contrário, configurou a sua reação no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), com o objetivo de completar o processo de industrialização de substituição de importações no Brasil. O traço distintivo da economia brasileira nessa fase foi o forte crescimento econômico (6,7% são ano), acompanhado de grandes transformações na estrutura produtiva do país.

6.1 Cronologia dos Fatos

1974

14.jan.74 — Lúcio Petit da Silva desaparece após tiroteio com soldados no Araguaia**.**

15.jan.74 — O general Ernesto Geisel é eleito presidente pelo colégio eleitoral

22.jan.74 — Tem início a censura prévia a rádios e TVs.

04. mar.74 — O presidente Médici inaugura a ponte Rio – Niterói.

15.mar.74 — O general Ernesto Geisel toma posse na Presidência. O general João Figueiredo assume a chefia do SNI e Golbery do Couto e Silva, nomeado ministro-chefe do Gabinete Civil, passa a articular a "abertura" do regime.

abr.74 — Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão, um dos comandantes da guerrilha do Araguaia, é morto pelo Exército. Sua cabeça é decepada e exposta na base militar de Xambioá

17.mai.74 — Ernesto Geisel e Alfredo Stroessner, presidente do Paraguai, criam a Itaipu Binacional.

11.jun.74 — Morre o ex-presidente da República general Eurico Gaspar Dutra

07.ago.74 — Frei Tito de Alencar suicida-se na França

29.ago.74 — O presidente Geisel define a abertura política como "lenta, gradativa e segura distensão”.

set.74 — A TV Gaúcha transmite o único debate das eleições de 74, entre os candidatos ao Senado Nestor Jost (Arena) e Paulo Brossard (MDB).

15.nov.1974 — Nas eleições para o Congresso Nacional, o MDB elege 16 de 22 senadores e conquista 44% das cadeiras da Câmara dos Deputados

1975

mar.1975 — É criado, em São Paulo, o Movimento Feminino pela Anistia, presidido por Teresa Zerbini

15.mar.75 — Os Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro se fundem sob nome de Estado do Rio de Janeiro

27.jun.75 — Brasil fecha acordo nuclear com a Alemanha

18.jul.75 — Morre o marechal Juarez Távora, que ajudara a formar a Coluna Prestes.

25. out.75 — O jornalista Vladimir Herzog é assassinado sob tortura nas dependências do DOI-Codi. O boletim da polícia apresenta a versão de que Herzog se enforcara

31. out.75 — Mais de 10 mil pessoas participam de um ato ecumênico na Catedral da Sé em memória de Herzog

07.dez.75 — Morre o jornalista e escritor Plínio Salgado, fundador da Ação Integralista Brasileira

1976

17.jan.76 — O metalúrgico Manuel Fiel Filho é encontrado morto nas dependências do DOI-Codi. A explicação para a morte do operário é que ele teria se suicidado

19. jan.76 — O presidente Geisel demite o general Eduardo D`Ávila Mello do comando do 2º Exército após a repercussão da morte de Manuel Fiel Filho

14.abr.76 — A estilista Zuzu Angel, que ficou conhecida por denunciar a tortura, morte e ocultação do cadáver de seu filho, Stuart Angel, é morta por agentes da repressão.

1º.jul.76 — O presidente Geisel sanciona a "Lei Falcão", que altera o Código Eleitoral reduzindo a níveis mínimos a propaganda política no rádio e na televisão.

19.ago.76 — Uma bomba explode na ABI, no Rio. Na sede da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), também no Rio, é encontrada outra bomba, que só não explodiu porque o pavio apagou. Os atentados são reivindicados pela organização de direita Aliança Anticomunista Brasileira

22.ago.76 — O ex-presidente da República Juscelino Kubitschek morre em acidente de carro

11.out.76 — O padre João Bosco Penido Burnier é morto por policiais em Ribeirão Bonito (MT) quando visitava uma cadeia pública acusada de torturar presos

15.nov.76 — Ocorrem as eleições municipais para vereador

06.dez.76 — Morre o ex-presidente da República João Goulart

16. dez.76 — Em episódio que fica conhecido como "**Chacina da Lapa**", agentes da repressão abrem fogo contra uma casa em São Paulo onde estavam reunidos militantes do PCdoB. Pedro Pomar e Ângelo Arroyo, dirigentes do partido, morrem no local.

1977

fev.77 — O Brasil manda sua primeira delegação oficial a Cuba desde 1964

30.mar.77 — O anteprojeto da reforma do Poder Judiciário elaborado pelo governo é levado à votação no Congresso, mas não obtém os dois terços necessários à sua aprovação.

1º.abr.77 — O presidente Ernesto Geisel fecha o Congresso

14.abr.77 — Geisel baixa o Pacote de Abril, que promove a reforma do Judiciário, estabelece o mandato presidencial em seis anos e cria o cargo de senador biônico.

05.mai.77 — Em protesto contra a prisão de estudantes e operários, cerca de 7.000 estudantes tentam fazer passeata do Largo São Francisco à Praça da República. Ao chegarem ao Viaduto do Chá, entretanto, uma barreira policial comandada pessoalmente por Erasmo Dias impede o progresso dos manifestantes.

21.mai.77 — Morre o político e jornalista Carlos Lacerda

07.jun.77 — Mais de 2.500 assinam manifesto da ABI contra a censura

23.jun.77 — O Congresso aprova emenda constitucional do senador Nélson Carneiro que institui o divórcio

22.set.77 — Sob o comando de Erasmo Dias, a PM invade a PUC-SP e prende cerca de mil pessoas que participavam de um encontro nacional de estudantes

11.out.77 — É sancionada a lei que cria o Estado do Mato Grosso do Sul

12. out.77 — O presidente Geisel exonera o ministro do Exército, Sílvio Frota, aspirante a candidato à Presidência e opositor da distenção política empreendida por Geisel

31.dez.77 — Geisel comunica formalmente que o general João Baptista Figueiredo, chefe do SNI, será indicado como seu sucessor.

1978

3.jan.78 — Insatisfeito com a indicação de Figueiredo à sucessão presidencial, o chefe do Gabinete Militar, Hugo Abreu, pede demissão

14.fev.78 — É fundado o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) do Rio de Janeiro

29.mar.78 — O presidente dos EUA, Jimmy Carter, chega ao Brasil, é saudado por Geisel e recebe, de pessoas contrárias ao regime, documentos sobre violação de direitos humanos no país.

12. mai.78 — Metalúrgicos da Scania, em São Bernardo do Campo, iniciam a primeira greve do país após o AI-5. É criado o CBA de São Paulo, do Distrito Federal e outros estados

26.mai.78 — O movimento grevista do ABC chega a São Paulo com a paralisação na Toshiba

12.jun.78 — É fechado acordo coletivo entre o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema e empresas

9.set.78 — O 1º Encontro Nacional de Movimentos pela Anistia aprova a Carta de Salvador, na qual pedem uma anistia ampla, geral e irrestrita.

1º.set.78 — O Colégio Eleitoral paulista elege Paulo Maluf (Arena) governador do Estado. Nenhum delegado do MDB comparece à votação

13.out.78 — É promulgada emenda constitucional que extingue o AI-5 a partir de 1º de janeiro de 1979

15.out.78 — O general João Baptista Figueiredo é eleito presidente da República pelo Colégio Eleitoral

27.out.78 — A Justiça responsabiliza a União pela morte do jornalista Vladimir Herzog

05.nov.78 — Encerra-se o 1º Congresso Nacional pela Anistia, em São Paulo.

15.nov.78 — Ocorrem eleições para o Congresso. A Arena elege mais representantes, mas o MDB vence na soma total de votos para o Senado e permanece majoritário nos principais Estados do país.

27.dez.78 — Entra em vigor a nova Lei de Segurança Nacional

29.dez.78 — Geisel assina decreto que revoga o banimento de 126 brasileiros e extingue a CGI (Comissão Geral de Investigação), dando o golpe de misericórdia no AI-5.

1979

São realizados três encontros nacionais de Movimentos pela Anistia

11.fev.79 — O CBA-SP consegue exibir, no estádio do Morumbi, durante jogo entre Corinthians e Santos, uma grande faixa com os dizeres "Anistia ampla, geral e irrestrita", no meio da torcida corintiana. A faixa é transmitida pelas redes de televisão que exibem o jogo e os jornais do dia seguinte circularam com fotos do fato

13.mar.79 — 180 mil operários fazem greve em São Bernardo do Campo

15.mar.79 — O presidente Figueiredo toma posse

1º.mai.79 — 130 mil pessoas se reúnem no estádio de Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, em um evento organizado por 50 sindicatos e entidades de base. Em Ilha bela, litoral paulista, morre o delegado Sérgio Fleury.

31. mai.79 — A arenista Eunice Michiles toma posse no Senado como a primeira senadora da história do país

30.jun.79 — Encerra-se em Roma (Itália) a Conferência Internacional pela Anistia no Brasil, que reforça a intenção de uma anistia ampla, geral e irrestrita no país.

17.ago.79 — É fundada a Associação Nacional de Jornais (ANJ)

21.ago.79 — Um ato público em favor da Anistia reúne cerca de 5.000 pessoas na Praça da Sé, em São Paulo.

28.ago.79 — O presidente Figueiredo sanciona a **Lei de Anistia**. Segundo o Superior Tribunal Militar, a lei beneficia 4.650 pessoas entre cassados, banidos, presos, exilados ou simplesmente destituídos de seus empregos.

6.set.79 — O ex-governador Leonel Brizola retorna ao país, após 15 anos de exílio.

15.set.79 — O ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, e o ex-deputado federal, Márcio Moreira Alves, voltam do exílio

20.out.79 — Luiz Carlos Prestes desembarca no aeroporto do Galeão, no Rio, e é recebido por cerca de 10 mil pessoas.

nov.79 — O 2º Congresso Nacional pela Anistia delibera que os CBAs deveriam se juntar aos movimentos populares exigindo a total redemocratização do país

21.nov.79 — Congresso aprova emenda que extingue a Arena e o MDB

30. nov.79 — Em Santa Catarina, Figueiredo agrediu manifestante que o teria ofendido.

6.2. A Difícil Decisão: Recessão ou Desenvolvimento

No decorrer dos anos de 1968/73, no chamado período do "milagre", a expansão aproveitara-se de toda a capacidade ociosa da economia, que a partir daí, na medida em que atinge o seu nível de pleno emprego, pressionada pelo rápido crescimento econômico, vai criar desequilíbrios no mercado, que gerariam pressões inflacionárias e problemas na balança comercial.

Albert Fishlow descreve o momento da posse do quarto presidente militar pós golpe/64, da seguinte forma:

> "Quando Ernesto Geisel assumiu a Presidência, em março de 1974, ainda reinava a euforia do "milagre" econômico dos cinco anos anteriores. As vozes dissidentes eram poucas e desacreditadas. Eram boas as perspectivas de sustentação de prosperidade, apesar da brusca elevação dos preços do petróleo ocorrida poucos meses atrás. O crescimento espetacular, a taxas superiores a 10%, levava a visão de grandeza, com o Brasil ocupando seu lugar no cenário mundial. O próprio Geisel era o melhor dentre os generais: um tecnocrata testado, capaz não apenas de dirigir a economia, mas também convencido da necessidade de um processo dirigido de liberalização política, a fim de assegurar uma duradoura tranqüilidade social" (FISHLOW, 1986)[63]

A aceleração do ritmo inflacionário a partir de 1973, quando o nível era de 15,5%, pode ser vista no quadro abaixo, atingindo 40,5% e 77,2%, respectivamente nos anos de 1978 e 1979, final do governo Geisel.

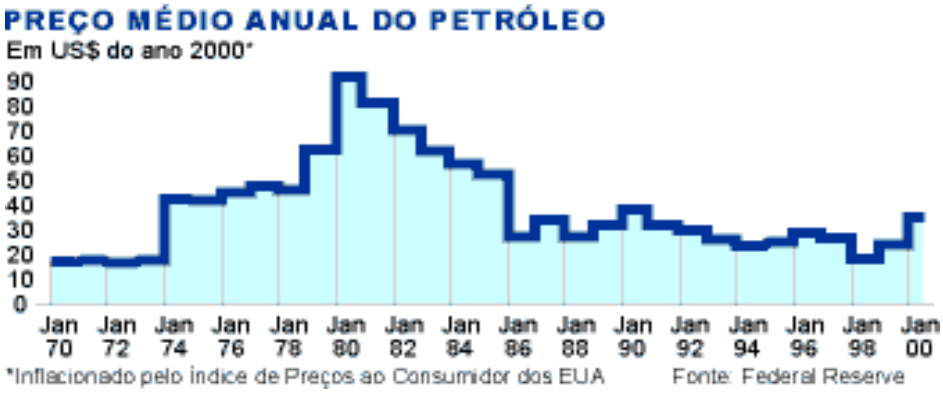
O prosseguimento do ciclo de expansão da economia brasileira, em fins de 1973, dependeria cada vez mais de uma situação externa favorável, que propiciasse condições de importação de bens de capital, para ampliação do parque industrial brasileiro e, portanto, da ampliação da sua capacidade instalada. No entanto, o que ocorreu foi justamente ao contrário, uma situação totalmente desfavorável devido à crise internacional, rompida pelo primeiro choque do petróleo, quando os países membros da OPEP quadruplicaram o preço do barril. Os produtores então diminuíram a produção, elevando o preço do barril de **US$ 2,90** para **US$ 11,65** em apenas três meses, ou seja, de outubro a dezembro. Esse primeiro choque do petróleo, ocorrido em 1973, marcou o fim da era do combustível barato e abundante. As vendas para os EUA e a Europa também foram embargadas nessa época devido ao apoio dado

[63] FISHLOW, Albert. A Economia Política do Ajustamento Brasileiro aos choques do Petróleo: uma nota sobre o período 1974/84. **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico** 16 V. 03 N. Rio de Janeiro. Dezembro 1986. p. 507

a Israel na Guerra do Yom Kippur (Dia do Perdão). Com isso, as cotações chegaram a um valor equivalente a US$ 40 nos dias de hoje.

Quadro 20: Taxa de Inflação			
Ano	**% IGP-DI**	**Ano**	**% IGP-DI**
1968	24,8	1974	34,5
1969	18,7	1975	29,4
1970	18,5	1976	46,3
1971	21,4	1977	38,6
1972	15,9	1978	40,5
1973	15,5	1979	77,2
Fonte: Conjuntura Econômica			

Quadro 21 – Gráfico do Preço Médio Anual do Petróleo – (1970-2000)



Na época do primeiro choque, o petróleo era o principal energético utilizado no Brasil, responsável por 43% da matriz energética brasileira, e 78% do consumo nacional era importado. Apesar da importância e da magnitude da crise de 1973, muito pouco foi feito para alterar a situação energética brasileira, tanto que, no período compreendido entre 1974/79, o consumo cresceu em média 6% ao ano, totalizando cerca de 30% do aumento no período.

Até 1979, a questão energética era concentrada apenas nas próprias empresas estatais gestoras da concessão de determinados energéticos. A direção estratégica do setor era orientada apenas pelas diretrizes de suas próprias gestões. Foi nesse ano que começou uma

mudança de postura por parte do governo brasileiro que, na ocasião da implantação do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) passou a considerar as questões energéticas como peças decisivas no contexto global da estratégia do desenvolvimento nacional, redirecionando o papel do Estado.

As principais iniciativas coordenadas de política energética adotadas, além do estabelecimento de contratos de risco para prospecção de petróleo sob solo nacional, abertos ao capital internacional, foram: criação do Pró-Álcool, em 1975, que objetivava o desenvolvimento de tecnologia para a fabricação de álcool anidro para ser misturado à gasolina e do álcool hidratado como combustível alternativo; e o Acordo Nuclear assinado com a Alemanha, prevendo a instalação de oito centrais até 1990.

O aumento no valor das importações do petróleo provocou déficits no Saldo de Transações Correntes do Balanço de Pagamento brasileiro, que foi agravado com as importações dos bens de capital e insumos básicos, necessários para manter o nível de produção corrente do milagre econômico. Como a entrada de recursos não foi suficiente para cobrir totalmente esse déficit, verificou-se queima de reservas, revelando **o elevado grau de vulnerabilidade externo da economia brasileira.**

Esse fato **contradiz totalmente os discursos das autoridades brasileiras**, principalmente na época do milagre, quando a equipe econômica comandada pelo Ministro Delfim Netto exaltava as mudanças estruturais que estariam ocorrendo durante o governo militar. Os discursos exacerbavam as medidas tomadas pelos tecnocratas e não só faziam referência as novas instituições, mais condizentes com a realidade do país em desenvolvimento industrial, através das reformas monetárias e da política externa, mas também as políticas econômicas que estariam modificando toda a estrutura de exportação da economia brasileira. O grande êxito seria acabar definitivamente com a dependência exclusiva da economia primário-exportadora, e neste último aspecto, o mérito teria sido a diminuição de importância relativa do produto café, na pauta de exportação.

As mudanças estruturais associadas ao perfil de crescimento do período, que fora liderado pelo setor industrial e, neste, pelos bens de consumo duráveis explicam, em grande parte, a ampliação de dependência externa da economia em relação a bens de capital.

Além desse aspecto apontado no parágrafo anterior, o desequilíbrio do Balanço de Pagamento sofreu o impacto do aumento da dependência estrutural da economia brasileira com relação ao petróleo, pois parte do “milagre” estava alicerçado na expansão da indústria

automobilística. Conforme dados de Kucinsky, 1982, p25-6, "...as vésperas da crise, 70 por cento do transporte de mercadorias e 96 por cento do de passageiros se faziam por veículos movidos a derivados de petróleo....pagar o petróleo em 1974 significava **gastar sete vezes mais** do que em 1972." O consumo cresceu continuamente durante o "milagre" elevando a importação de 59% para 81% do consumo interno, respectivamente no período de 1967 a 1973. Nesse mesmo período o consumo saltou de 21 milhões de m³, para 46 milhões de m³ em 1973.

Quadro 22 - Tabela de Preços de Petróleo			
Primeira Crise do Preço do Petróleo (1973-1974)			
Ano	**Consumo Final**	**Petróleo**	**Preço/ Barril**
1967	20.688 mil m³	Importado 58,9%	US$ 01,80
1971	30.500 mil m³	Importado 70,8%	US$ 02,24
1972	34.986 mil m³	Importado 75,6%	US$ 02,48
1973	45.804 mil m³	Importado 80,9%	US$ 03,29
1974	47.333 mil m³	Importado 79,8%	US$ 11,58
Segunda Crise do Preço do Petróleo (1979-1981)			
Ano	**Consumo Final**	**Petróleo**	**Preço/ Barril**
1978	60.919 mil m³	Importado 84,7%	US$ 13,60
1979	67.514 mil m³	Importado 85,7%	US$ 30,03
1980	60.772 mil m³	Importado 82,7%	US$ 35,69
1981	60.370 mil m³	Importado 80,6%	US$ 34,28
1982	59.692 mil m³	Importado 76,8%	US$ 31,76
1983	61.128 mil m³	Importado 76,8%	US$ 28,77
1984	64.029 mil m³	Importado 58,1%	US$ 28,66
Fonte: IBGE, Estatística do Séc XX. Preços: British Petroleum			

Mas não era só a situação externa que estava com o cenário turvo. Internamente a crise mostrava os limites políticos do modelo do “milagre”, em ano de mudança de Presidente da República. A escolha do general Geisel, um militar da “linha castelista” para substituir Médici que era da “linha dura” representou a readequação de posições, dentro da cúpula do poder, embora não representasse grande diferença para o regime, de uma forma geral.

Conforme descreve Nadine Habert o governo Geisel iniciou um projeto de “distensão” ou “abertura política” que combinava a **manutenção** dos principais mecanismos de repressão e controle com a progressiva institucionalização do regime. “[...] ao mesmo tempo que continuava usando – e fartamente – o AI 5, a Lei de Segurança Nacional, o aparelho repressivo, promovia algumas reformas políticas nas instituições do poder, como a reordenação do papel do Congresso e dos partidos e a reformulação da legislação autoritária, substituindo progressivamente os chamados “atos de exceção” por outras leis que mantinham o conteúdo principal da dominação política.” Nos discursos oficiais, as palavras “abertura” ou “distensão” vinham sempre acompanhadas das expressões “lenta”, “gradual” e “segura”, reveladoras de uma **reacomodação do regime feita de cima para baixo, controlada pelo poder, dentro da ordem e para manter a ordem da classe dominante**.”

As pressões internas começavam a surgir. Os movimentos reivindicavam por mudança de política salarial para minimizar o arrocho, por melhor distribuição de renda e maior abertura política. O governo sabia que uma grande queda na taxa de crescimento da economia poderia dificultar a permanência do grupo castelista no poder, a condução do projeto de abertura política de maneira segura e gradual.

A nova administração herdou do governo Médici, que saía um milagre que já mostrava perturbadores sinais de falência. O crescimento econômico durante o milagre beneficiou-se de uma capacidade ociosa cumulada; desta forma, foram necessárias taxas relativamente baixas de investimento fixo e de poupança doméstica. A razão incremental capital/produto foi de apenas 1,75 na média do período 1971/73, comparada a 2,67 do período 1965/70. Para sustentar uma taxa de crescimento anual de 10% aos níveis históricos (pré-milagre) de investimento, era necessário, então, aumentar a taxa de poupança em cerca de quatro pontos percentuais, possivelmente mais, dadas as mudanças estruturais que economia teria de sofrer

Esse aumento da necessidade de poupar conflitava com o incentivo ao consumo de bens duráveis que tinha sido uma característica importante dos anos do milagre. [64]

Duas opções extremas eram debatidas naquela ocasião, sobre os caminhos a serem tomados pela política econômica do governo: 1) Ajustamento ou 2) Financiamento.

O Ministro Mario Henrique Simonsen iniciou o governo Geisel optando pela primeira alternativa, ou seja, ajustamento, através do controle da demanda pela liquidez. Mais tarde ele revelou sua principal preocupação naquele período:

> "fortes pressões inflacionárias foram criadas em 1973, quando M^1 foi expandido em 47%, o produto cresceu muito acima de sua tendência e a OPEP quadruplicou os preços do petróleo. No entanto, o Governo Médici estava fortemente comprometido com o teto de 12% para a inflação e, com maciços controles de preços e subsídios, o índice geral de preços ficou reprimido em 15,7%".[65]

As pressões contrárias imobilizaram essa política, principalmente quando da crise financeira detonada pela quebra do Banco Halles, que induziu o mercado a uma grande procura pela assistência à liquidez.

A insatisfação popular à política do regime militar foi expressa através das urnas, pela derrota eleitoral da Aliança Renovadora Nacional – partido governista (ARENA) nas eleições parlamentares de novembro de 1974, para o Congresso Nacional. O bipartidarismo transformou estas eleições num plebiscito contra o governo, num enorme protesto social, votando maciçamente no MDB, que ganhou em 16 estados e teve um aumento de representação no Congresso de 94 para 185 cadeiras, mais de um terço do total.

Nessas circunstâncias, o Governo Geisel abandonou de vez as tentativas de conter a demanda para dar continuidade ao processo de desenvolvimento. A difícil decisão foi tomada diante dessa conjuntura, que representava a pressão da sociedade por melhora nas condições de vida. Essa pressão também se verificava nos quartéis, pois a caserna expressava todos esses anseios populares.

---

[64] Com uma razão incremental capital/produto de 2,67, um crescimento de 10% implicava uma taxa de poupança de 27% (a poupança doméstica tinha se situado entre 22 e 23% em 1970/72) BIRD.**Brazil**: an economic memorandum. Washington, 1984

[65] SIMONSEN, M.H. Inflation and anti-inflationary policies in Brazil. **Brazilian Economic Studies**, Rio de Janeiro, (8):1-36, 1984. p. 07.

Como diria Clóvis Rossi (1982), "a teoria econômica impõe a obrigação de uma política monetária que tenha um olho na inflação e outro no crescimento. Faz todo o sentido: as pessoas comuns vivem melhor com inflação baixa, desde que tenham também um emprego decente [...]"[66]

Segundo os discursos da época, o aspecto político do Governo Geisel residia num retorno gradual e dirigido a um regime constitucional., que fosse também capaz de manter a ordem. Para que fossem obtidos os graus de liberdade necessários à manobra política, atribuiu-se caráter imperativo ao crescimento econômico. O sucesso econômico era central à consciente ênfase militar sobre a segurança e o desenvolvimento e à imagem do Brasil como uma potência emergente. Conforme destacado no II PND:

> o Governo está consciente da dificuldade de manter taxas de crescimento da ordem de 10%, iniciadas em 1975, em face, principalmente, da plena utilização da capacidade instalada no setor industrial, dos problemas relacionados com a crise de energia e com a escassez de matérias-primas e de seus efeitos sobre o balanço de pagamentos.[67]

Com essa sensibilidade, o Governo Geisel modifica a sua política econômica e estabelece ambiciosas metas de crescimento econômico, ao nível de 10% ao ano, com previsão de crescimento industrial de 12% ao ano, através do II PND. Essas taxas não foram atingidas, mas manteve-se elevado crescimento durante todo o período, enfocando-se o crescimento industrial, conforme tabela abaixo.

Entretanto a opção de se preservar o crescimento acelerado foi escolhida como política básica. Essa meta claramente expressa no projeto do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) foi confirmada na publicação do então Ministro João Velloso, onde se lê:

> Concluiu-se que a 'estratégia de recessão' [...] seria inconveniente, pelos seus efeitos [...] Inconveniente por mil razões, econômicas, sociais e políticas: desemprego em massa, declínio de padrão de vida dos trabalhadores, ruptura do processo de desenvolvimento, traumatização da estrutura empresarial em formação. E isso num País que está fazendo uma necessária distensão política. (VELLOSO, 1977, p. 115)[68]

---

[66] ROSSI, Clovis. **Militarismo na América Latina**. Brasiliense, São Paulo, 1982.

[67] II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). República Federativa do Brasil. Setembro. 1974. p. 29.

[68] VELLOSO, J.P.dos R. **Brasil: a solução Positiva**. São Paulo. Abril, 1977. p. 115.

Quadro 23: Crescimento do PIB e da Indústria entre os anos de 1974 a 1979		
Ano	**PIB**	**Indústria**
1974	9,0%	7,8%
1975	5,2%	3,8%
1976	9,8%	12,1%
1977	4,6%	2,3%
1978	4,8%	6,1%
1979	7,2%	6,9 %
Fonte: IBGE		

Outra modificação com relação à política governamental já decidida ocorreu também, em função ao controle de consumo, visando à diminuição da demanda de gasolina, em setembro de 1976. O Brasil ainda estava longe de superar o trauma do primeiro choque do petróleo e a equipe do ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen, já articulara um plano de racionamento, que seria feito por meio de cupons, logo denominados pela imprensa de "**simonetas**". Um grande volume desses cupons chegou a ser impresso e distribuído ao Banco do Brasil.

Foi um enorme alívio quando o presidente Ernesto Geisel anunciou que a medida não entraria em vigor. Os empresários aplaudiram de pé. Nenhum deles admitia que a economia brasileira pudesse ter uma taxa de crescimento inferior a 5%, e um racionamento de combustíveis afetaria seriamente a atividade produtiva.

Essa corajosa estratégica foi logo sobrepujada por uma política macroeconômica do tipo *stop-go*, destinada a manter a inflação dentro de certos limites e que refletia a crescente preocupação com o desequilíbrio externo. As entradas de capital transformaram-se no mecanismo central de conciliar os objetivos de crescimento e estabilização. Era essa difícil combinação de investimentos governamentais, aperto monetário e endividamento externo crescente que dominava a partir de meados de 1976[69].

[69] FISHLOW, Albert A Economia Política do Ajustamento Brasileiro aos Choques do Petróleo: uma Nota sobre o período 1974/84 Revista Pesquisa Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, 16(3), dezembro de 1986. p. 512

Os empresários brasileiros, acostumados a se beneficiar de altos lucros acumulados nos anos anteriores, também serão atingidos pela crise e iniciarão forte processo para aumentar a participação nas decisões econômicas e políticas do governo. Apresentam-se manifestações contrárias à “forte centralização e presença do Estado na economia”.Defendiam também a “livre iniciativa” em oposição ao que chamavam de “estatização da economia”.

Em 1977 foi organizada pelo jornal Gazeta Mercantil uma eleição, através da escolha dos dez empresários mais representativos do País, na opinião dos leitores e assinantes do jornal, copiando a idéia utilizada pela revista americana *US News World Report.*

Os eleitos foram apresentados a toda imprensa, num almoço promovido pelo jornal, quebrando a distância entre essa elite econômica, a mídia e a própria sociedade, num momento delicado do regime militar em vigor.

Os dez decidiram, então, criar o “Fórum de Líderes”, uma entidade de representação disposta a tomar posição diante de fatores políticos e econômicos.

O primeiro manifesto do Fórum de Líderes foi o “Documento dos Oito”, no qual os empresários tomavam posição em relação a uma série de assuntos, incluindo democratização e pluralidade de representação. Daí pára frente os empresários deixaram o “esconderijo”, ou seja, assumiram uma nova posição.

A sociedade brasileira já vivia a promessa da "distensão lenta, gradual e segura" do general Ernesto Geisel, que foi feita aos solavancos. Teve o retrocesso do "Pacote de Abril" de 1977, o fechamento do Congresso Nacional e outros incidentes que ameaçaram a abertura, quando aconteceu o lançamento do "Documento dos Empresários".

O Documento dos Oito foi considerado uma ousadia para a época. Era julho de 1978 e estava recente na memória do país o "Pacote de Abril", com o qual o presidente Geisel fechara o Congresso Nacional, depois que este rejeitou a reforma do Judiciário, proposta pelo Executivo. Através do Fórum dos Líderes, os empresários manifestaram-se em favor da abertura política e da redemocratização do país nesse documento, assinado por oito nomes de grande representatividade no setor produtivo nacional.

A seguir, sua integra:

> DOCUMENTO DOS OITO
>
> JULHO DE 1978
>
> Há pouco menos de um ano, quando fomos escolhidos na consulta de opinião promovida pela Gazeta Mercantil, e divulgada por ocasião do lançamento da revista Balanço Anual, concordamos em que seria conveniente nos reunirmos

periodicamente em um Fórum para debater os grandes problemas nacionais. Já estava claro que o momento brasileiro exigia dos empresários, mais do que nunca, reflexão sobre questões de grande amplitude. O debate sobre estas questões, porém, tende a ser ofuscado por uma conjuntura econômica e política particularmente complexa. Exatamente por isso, escolhemos tomar a perspectiva dos próximos dez anos para alinhar várias idéias sobre alguns de nossos problemas comuns e os da sociedade brasileira, para servir de subsídio a uma reflexão maior.

Na qualidade de dirigentes de empresas e, como tal, conscientes da dimensão social e mesmo política de nossa atividade, pensamos submeter nossas idéias ao exame dos vários setores da sociedade brasileira e, em especial, dos homens públicos e do empresariado. Desejamos exprimir nossa concepção sobre os rumos do desenvolvimento econômico, fundado na justiça social e amparado por instituições políticas democráticas, convencidos de que estes são, no essencial, os anseios mais gerais da sociedade brasileira. Se, porventura, as opiniões aqui expressas servirem de alguma forma para delinear os caminhos do futuro, acreditamos ter dado, ainda que modestamente, nossa contribuição de cidadãos atuantes.

I

A economia brasileira, todos sabem, sofreu em poucas décadas alterações profundas. Hoje já ultrapassamos a condição de meros exportadores de produtos primários e estamos caminhando para um estágio industrial avançado. Nossa base produtiva abriga alguns aspectos e algumas atividades típicas de economia madura, muito embora, em conjunto, ainda estejamos sofrendo o impacto negativo de regiões atrasadas e de grandes parcelas da população ainda à margem do processo econômico. Tudo faz crer que o desenvolvimento futuro continuará fortemente determinado pelo desempenho da indústria, respaldado numa atividade primária solidamente orientada e estruturada. A convicção de que esta é uma realidade sugere que é preciso identificar as linhas mais gerais de uma política industrial capaz não só de consolidar o parque existente como de promover sua rápida diversificação. Esta é a melhor forma que vislumbramos para enfrentar de maneira adequada um quadro internacional desfavorável, cujos contornos infelizmente deverão persistir nos próximos anos.

A ênfase no desenvolvimento industrial ? e sobre isso parece haver consenso ? deverá repousar sobre a indústria de base, Neste sentido, cumpre hierarquizar corretamente as prioridades, abandonando objetivos inatingíveis, e executar com eficiência o programa de substituição de importações. Evidentemente, os demais setores, em especial o de bens de consumo de massa, deverão acompanhar o ritmo de expansão da indústria de base, de modo a se evitarem estrangulamentos.

Sabemos que o almejado equilíbrio entre os três protagonistas principais do processo de industrialização ainda está longe de ser alcançado. A empresa privada nacional padece de fragilidade preocupante, a empresa pública escapou dos controles da sociedade e a empresa estrangeira não está disciplinada por normas mais adequadas e claras de atuação.

A tarefa de fortalecimento da empresa nacional exige, fundamentalmente, discernimento em relação a três pontos: criação de mecanismos de capitalização, disponibilidade de tecnologia e critérios de sua absorção e uma política correta de gastos do governo e das empresas estatais.

A debatida questão da capitalização da empresa nacional, quaisquer que sejam as soluções técnicas adotadas, gira em torno da disponibilidade de fundos a longo prazo, que suportem os programas de expansão e modernização. É condição essencial para a promoção de investimentos de grande porte e longa maturação ? em que as taxas de risco são maiores e os mecanismos de mobilização do capital, mais complexos ? uma rearticulação entre o sistema industrial, o sistema financeiro privado e o sistema público de financiamento.

Caso contrário, é possível que venhamos a assistir à reprodução de descontinuidades no processo de investimento, ao agravamento das já inquietantes margens de endividamento das empresas privadas, tudo isso concorrendo para a perpetuação das

disparidades tecnológicas e de escala da empresa nacional frente às suas congêneres estatais e estrangeiras.

Concomitantemente, persistirá o tradicional comportamento do sistema financeiro privado, aprisionado entre aplicações de curto prazo e imobilizações pouco produtivas, sem condições de assumir os riscos inerentes a um processo dinâmico de acumulação de capital.

A estas vicissitudes do sistema financeiro privado correspondem desequilíbrios do sistema público de financiamento, condenado a uma vinculação de seus fundos a programas específicos, com perda desnecessária de flexibilidade nas aplicações, ou à esterilização financeira dos recursos excedentes, quer das empresas estatais, quer dos fundos públicos.

As distorções da estrutura financeira têm outras implicações da maior gravidade. A incapacidade do sistema financeiro em prover recursos de longo prazo para um sistema produtivo conduziu à busca de fundos externos, para atender à demanda das empresas que procuravam atender as oportunidades de investimento.

O endividamento externo em grande escala, que inicialmente cumpria função não desempenhada pelo sistema financeiro nacional, com desaceleração da economia mundial e, posteriormente, da brasileira, passou a se constituir no mecanismo básico de especulação e de elevação de taxas de juros. O afã governamental de promover a entrada de empréstimos externos, para pagar os juros e amortizar o principal da elevada dívida já contraída, tem levado as autoridades a forçarem a manutenção de taxas de juros internas artificialmente altas ou, pelo menos, a não se esforçarem por lhes reduzir o nível.

Simultaneamente, o aumento sistemático das reservas cambiais, obrigando a expansão da base monetária, conduz o governo a uma política de dívida pública destinada a enxugar o dinheiro de câmbio?. Com isso, os títulos públicos passam a oferecer taxas de rentabilidade cada vez mais elevadas, o que, por sua vez, vai fazendo subir o patamar da taxa de juros. Essa ciranda financeira eleva desmesuradamente os custos das empresas, constituindo-se numa das grandes fontes de realimentação inflacionária. Além de conseqüências danosas sobre os preços, esta política penaliza as exportações, ao impedir maiores desvalorizações cambiais, devido ao efeito que produziriam sobre as empresas públicas e privadas endividadas em moeda estrangeira. Isto se torna mais grave ainda se levarmos em consideração as restrições tarifárias e não tarifárias que ameaçam nossas exportações, num quadro internacional extremamente competitivo e potencialmente protecionista.

Estas distorções do sistema financeiro impedem que o Estado pratique uma política de dívida pública capaz de ajudar a sanar os problemas sociais urgentes que enfrentamos.

A reforma financeira parece-nos condição indispensável para a execução de qualquer política econômica e industrial nos próximos anos. E isto supõe uma reavaliação do papel do endividamento externo e de suas implicações no âmbito interno.

Outra questão relevante que gostaríamos de suscitar diz respeito à formulação de uma política de produção, absorção e adaptação de tecnologia. Esta política deve ser definida e implementada a partir das próprias prioridades do desenvolvimento industrial e da disponibilidade de recursos naturais. Especial atenção deve ser dirigida para a investigação de novas fontes de energia e aqui, particularmente, devem ser respeitados os critérios de nossas potencialidades naturais e humanas.

Complementarmente, a transferência de tecnologia requer providências de duas naturezas: em primeiro lugar, os critérios adotados pelo governo devem ser mais flexíveis, de modo a levar em conta a diversidade de situações e a experiência que os próprios empresários já adquiriram nas negociações com os fornecedores internacionais; Em segundo lugar, é sabido que não se pode pensar numa política efetiva de transferência de tecnologia, sem que se regule de maneira coordenada o ingresso de capitais externos, aos quais deveriam ser aplicados critérios de seletividade, pois a simples não concessão de incentivos é insuficiente para impedir investimentos supérfluos, suscetíveis de causar sérias perturbações de mercado.

A consecução de uma política industrial que solucione as questões de homogeneização tecnológica, de escala, bem como de manutenção de níveis adequados de demanda, requer um programa de compras a longo prazo por parte do governo e das empresas estatais. As empresas públicas, em particular, devem estar subordinadas à política industrial, de modo a evitar distorções provocadas por seu comportamento descontrolado e prejudicial aos interesses maiores da economia nacional.

O outro protagonista a que aludimos, a empresa estrangeira, tem desempenhado um papel inegável na construção da economia de mercado no Brasil. E nem desejamos prescindir de sua participação no futuro. Mas já está na hora de valorizar o poder de atração do mercado brasileiro através da fixação de uma política de entrada de capitais de risco. Devemos definir com precisão regras disciplinadoras do ingresso das empresas estrangeiras, a partir das conveniências nacionais, estabelecidas pela política industrial em seu conjunto. Não se trata, apenas, de estabelecer restrições, senão de oferecer princípios duradouros que permitam um convívio proveitoso para a Nação entre os parceiros, salientando-se o caráter complementar da contribuição estrangeira ao nosso próprio esforço de desenvolvimento nacional.

Finalmente, julgamos necessário chamar a atenção para o problema do estímulo à pequena e média empresa, base da livre iniciativa. É certo que a política governamental neste campo exige esforços redobrados, tanto no que diz respeito à disponibilidade de recursos suficientes para expansão e modernização quanto no que se refere a apoio tecnológico e assistência técnica direta. Seria conveniente um exame da possibilidade de se dilatarem os prazos de recolhimento dos impostos indiretos, para minorar suas carências de capital de giro, agravadas neste momento pelas altas taxas de juros.

A efetivação de uma política industrial, nos moldes que estamos preconizando, supõe uma participação ativa do empresariado em sua elaboração. Os órgãos encarregados de sua formulação deverão abrigar representação dos industriais, que poderão assim emprestar sua experiência e conhecimento no desenho das grandes linhas daquela política, ainda que não interferindo nas decisões administrativas.

A execução desta política tem como pressuposto um comportamento da agricultura capaz de respaldar o crescimento industrial, quer do ponto de vista do fornecimento de insumos e alimentos, quer pela provisão de divisas, quer pela ampliação dos mercados de trabalho e consumo, quer como base de apoio para a agroindústria. Em outras palavras, esperamos que a agricultura mantenha o bom desempenho do período de industrialização.

No entanto, como industriais, reconhecemos que as tarefas futuras da agricultura exigirão cuidados muito maiores. As políticas de crédito, de preços e de abastecimento de insumos têm revelado caráter imediatista, levando o produtor à incerteza e introduzindo pressões desnecessárias sobre o custo de vida. A ausência de uma infra-estrutura de armazenagem e escoamento das safras, capaz de evitar a perpetuação de oscilações violentas de preços, agravadas pela ação de estruturas de comercialização inadequadas, compromete a renda do produtor e a regularidade da oferta. Já é hora de incorporar os autênticos representantes do meio rural na formulação de uma política agrícola capaz de garantir não só a expansão do abastecimento interno como também de evitar políticas inadequadas na comercialização externa das safras.

II

Por estarmos abordando alguns aspectos do que nos parecem ser problemas básicos da Nação, não poderíamos omitir a importante questão social. Todos sabemos que o processo de desenvolvimento econômico convive com desigualdades sociais profundas. Sabemos também que as origens destas desigualdades são remotas e de natureza diversa. Mas devemos admitir que sua presença na cena brasileira se tornou crítica, pondo em risco, a longo prazo, a estabilidade social e exigindo, de imediato, soluções compatíveis com as exigências de uma sociedade moderna.

Qualquer política social conseqüente deve estar baseada numa política salarial justa, que leve em conta, de fato, o poder aquisitivo dos salários e os ganhos de produtividade médios da economia. A partir deste patamar, poder-se-ia, então, atender às diferenças setoriais, abrindo espaço para a legítima negociação entre empresários e trabalhadores, o que exige liberdade sindical, tanto patronal quanto trabalhista, e dentro de um quadro de legalidade e de modernização da estrutura sindical.

Não basta, porém, no quadro brasileiro, a implementação de uma política salarial compatível. É necessário que o Estado enfrente as carências gritantes em matéria de saúde, saneamento básico, habitação, educação, transportes coletivos urbanos e de defesa do meio ambiente. Não desconhecemos as dificuldades que se antepõem a resolução desses problemas, nem mesmo ignoramos que exigem prazos relativamente longos. Por isso mesmo, a necessidade de se ampliar a escala dos investimentos públicos nesta área. A magnitude dos recursos exigidos para consecução deste programa requer, pelo menos, providências em duas direções: revisão do sistema tributário, combinada com um manejo adequado da dívida pública, e racionalização do gasto público.

A revisão do sistema tributário deve estar concentrada em dois pontos: tornar mais equânime o imposto de renda das pessoas físicas, taxando progressivamente as rendas de capital e reavaliar os incentivos fiscais de modo a carrear recursos para áreas mais prioritárias que algumas das atendidas na legislação atual.

A dívida pública é um instrumento válido de capitação de recursos, desde que seja manejada com critérios apropriados, diferenciando-se as taxas de juros em benefício dos títulos públicos de prazo mais longo. Não se trata de carrear em grande escala recursos adicionais para o Estado, senão de reaproveitar os recursos financeiros já existentes de forma mais produtiva, retirando a dívida pública do emaranhado especulativo em que se encontra.

Quanto à racionalização do gasto, é notório que muito à fazer na direção de um emprego mais produtivo e eficiente dos dinheiros públicos, quer estabelecendo prioridades mais refletidas, quer conferindo maior austeridade à gestão do Estado.

No quadro das desigualdades não pode ser omitida a situação das regiões menos desenvolvidas. Neste caso, as políticas de desenvolvimento regional colocadas em prática necessitam urgente revisão. São flagrantes as distorções que engendraram, desconsiderando o aproveitamento adequado da agricultura, deixando de lado as exigências de emprego e dando mesmo margem ao surgimento de empresas industriais baseadas em incentivos permanentes.

Os gastos sociais podem servir de apoio para a recuperação plena da economia, iniciando um novo período de expansão, desde que, é verdade, sejam solucionados concomitantemente os problemas financeiros que mencionamos. A subida criteriosa dos salários reais significará um alargamento de mercado para o setor produtor de bens de consumo; e o programa de investimentos públicos em infra-estrutura urbana terá um poderoso efeito dinamizador sobre a indústria de bens de produção, levando à absorção de sua capacidade ociosa e, em seguida, reativando os investimentos privados e proporcionando a criação de empregos na proporção exigida pelo crescimento demográfico.

III

Acreditamos que o desenvolvimento econômico e social, tal como o concebemos, somente será possível dentro de um marco político que permita uma ampla participação de todos. E só há um regime capaz de promover a plena explicitação de interesses e opiniões, dotado ao mesmo tempo de flexibilidade suficiente para absorver tensões sem transformá-las num indesejável conflito de classes? O regime democrático. Mais que isso, estamos convencidos de que o sistema de livre iniciativa no Brasil e a economia de mercado são viáveis e podem ser duradouros, se formos capazes de construir instituições que protejam os direitos dos cidadãos e garantam a liberdade.

> Mas defendemos a democracia, sobretudo, por ser um sistema superior de vida, o mais apropriado para o desenvolvimento das potencialidades humanas. E é dentro desse espírito, com o desejo de contribuir, que submetemos nossas idéias ao debate do conjunto da sociedade brasileira, e em especial, de nossos colegas empresários e dos homens públicos.
>
> Antônio Ermírio de Moraes
>
> Cláudio Bardella
>
> Jorge Gerdau
>
> José Mindlin
>
> Laerte Setubal Filho
>
> Paulo Vellinho
>
> Paulo Villares
>
> Severo Fagundes Neto

Os 30 anos que nos separam do lançamento do "Documento dos Oito" não foram suficientes para resolver os graves problemas nele apontados. Mas o citado documento, antes de tudo, caracteriza a **decepção dos empresários** "brasileiros" com os resultados alcançados pelos 12 anos de governos militares após o golpe de 64.

Demonstra também, o **esgotamento das afinidades** daqueles que haviam pactuado o Golpe e formado a aliança do tripé. Por exemplo, o empresário Severo Fagundes Gomes, além de presidente da empresa "Cobertores Parahyba" teve participação ativa durante o governo militar como ministro da Agricultura no governo Castello Branco e da Indústria e Comércio no governo Ernesto Geisel. O banqueiro Olavo Setúbal, do banco Itaú, foi prefeito da cidade de São Paulo de 1975 a 1979, durante o Governo Geisel.

Será que realmente o manifesto representava o desejo do empresariado "brasileiro" ou o documento expressava apenas o descontentamento desse grupo de empresários com a política econômica do Presidente Geisel, que, pela primeira vez estaria direcionando investimentos para impulsionar **outros pólos industriais no país**, que não o famoso eixo Rio - São Paulo?

O ex-ministro Delfim Netto revelou durante a entrevista, que quando o presidente Geisel procurava um substituto para o ministro da Fazenda Simonsen, que se encontrava demissionário, o seu nome – Delfim Netto - foi sugerido. A reação do presidente Ernesto Geisel teria sido negativa, com a seguinte exclamação: "Vocês querem levantar a Avenida Paulista!"

A frase indicou que, para o presidente Geisel, o ex-ministro Delfim seria o representante do empresariado paulista, expresso pela Fiesp, localizada na Avenida Paulista.

Ocorre que a **sustentação política do plano (II PND)** não tinha compatibilidade com a burguesia paulista, pois estava alicerçada na chamada "Aliança de 1974", que se consolidaria no "Pacote de abril de 1977". Este pacote constituía numa série de leis impostas à sociedade que alteravam as eleições. Para aprovação das emendas constitucionais bastaria maioria absoluta dos votos do Congresso, ou seja 50% mais um e, não como estava previsto, ou seja,2/3 de votos. Parlamentares sob as mais diversas acusações foram cassados, as regras eleitorais modificadas para forçar a vitória do partido que dava sustentação ao governo militar (Arena). Uma parte dos senadores não mais seria eleita por voto direto, mas sim indicada pelo Presidente da República. Estes senadores foram apelidados de "**S*enadores Biônicos"*** aparentemente uma alusão à uma série da televisão passada na época pela Rede Bandeirantes chamada - O Homen de Seis Milhões de Dólares - ou também denominada *O Homem Biônico*.

Outra alteração do "Pacotão" foi o adiamento para 1982, das eleições diretas para governadores de Estado, que estavam previstas para 1978. Com relação ao Presidente da República, este continuaria a ser eleito de forma indireta, mas foi alterado o mandato, aumentando de cinco para seis anos o período de governo do próximo presidente, que seria o do General Figueiredo.

O objetivo foi alterar a representatividade do Congresso, em favor dos Estados menores do Nordeste, onde o partido da Arena dominava e para onde seriam destinados os **projetos de investimentos**. Assim, **o plano assentou-se no capital financeiro nacional, nas empreiteiras e nas Oligarquias, forças tradicionais**, que até então sempre haviam vendido o apoio político em troca de fundos e, a partir de agora, modificavam a sua posição, para a contrariedade e constrangimento dos empresários do polarizado eixo Rio - São Paulo.

Deste modo, o II PND atendia a pressão pela modernização das regiões não industrializadas do país, mediante a **descentralização espacial dos projetos de investimentos**, como por exemplo: 1. A maior siderúrgica seria construída em Itaqui, no estado do Maranhão; 2. A prospecção de petróleo passaria para a plataforma litorânea do Nordeste; 3. Soda de Cloro em Alagoas; 4. Petroquímica na Bahia e no Rio Grande do Sul; 5. Fertilizantes potássicos em Sergipe; 6. Fosfato em Minas Gerais; 7. Carvão, no estado de Santa Catarina e assim por diante.

Outros manifestos vão ocorrer no período, pois as classes médias urbanas passam a olhar o regime de forma crítica, na medida em que a crise atingiu o seu poder aquisitivo, com a queda dos salários e do padrão de vida, além da constante ameaça do desemprego. A oposição ao regime ocorre a partir da segunda metade da década de 70, através do engajamento em movimentos pelos direitos humanos, anistia e pelas liberdades democráticas.

A classe trabalhadora retorna aos movimentos populares e movimento operário, pois estava vivendo um **aprofundamento do arrocho salarial, do desemprego e da miséria.**

Várias manifestações de protestos e reivindicações específicas e gerais tomam as ruas, como a dos estudantes, do Movimento do Custo de Vida, dos movimentos populares dos bairros, das mulheres, da anistia e do movimento grevista da classe operária, em 1978.

Apesar da promessa de distensão política, a "abertura lenta, gradual e segura" teve a sua trajetória num período superior a 10 anos, ou seja, do início do governo Geisel (1974) ao final do governo Figueiredo (1985) e, durante todo governo Geisel **foi mantido ativo o aparato repressivo policial e militar.** A trajetória não se deu de forma linear, mas dentro de uma dinâmica que "ia e vinha", cheia de vaivens, contradições de classes e pressões sociais.

As contradições entre os "castelistas" e "duros", que ocupavam o aparato repressivo militar, na maioria das vezes foram travadas nos bastidores, ao longo dos 20 anos de ditadura. No entanto, neste momento de distensão, os confrontos expressaram-se abertamente, quando do assassinato sob tortura do jornalista Vladimir Herzog (25 de outubro de 1975) e do trabalhador Manoel Fiel Filho (17 de janeiro de 1976). O afastamento do General da linha "dura" Eduardo d'Ávila Mello, do comando do 2º Exército, em 20 de janeiro de 1976, foi a medida tomada pelo presidente Geisel em conseqüência das citadas mortes no interior do DOI-Codi, em São Paulo, órgão de repressão vinculado ao Exército. Em 12 de outubro de 1977 foi também exonerado o ministro do Exército, o General Sílvio Frota, também da linha "dura", por sua oposição à liberalização do regime. Com isso, Geisel desmanchou as articulações do ex-ministro que tinha aspirações para concorrer à Presidência da República, no período seguinte.

O candidato que conduziria a continuidade do processo de abertura política era Figueiredo, no entanto, enfrentava a resistência oposta pelo grupo do general Sílvio Frota, ministro do Exército, que disputava a indicação. Frota chegou a constituir, na Câmara, um grupo de aproximadamente 40 deputados, liderado por Sinval Boaventura, de Minas, e Siqueira Campos, de Goiás, que tomaram posição em defesa de sua candidatura, denunciando

a existência de comunistas em vários escalões da administração pública federal. A atuação do chamado "grupo frotista" no Congresso estabeleceu choques sucessivos no relacionamento entre o ministro do Exército e o Presidente da República até que, em 12 de outubro de 1977, Geisel resolveu destituir Frota, numa operação que mobilizou todo o Alto Comando e criou a possibilidade de **um confronto militar entre os dois lados**. Com a exoneração de Frota, mais uma barreira era removida para a continuidade do processo de distensão.

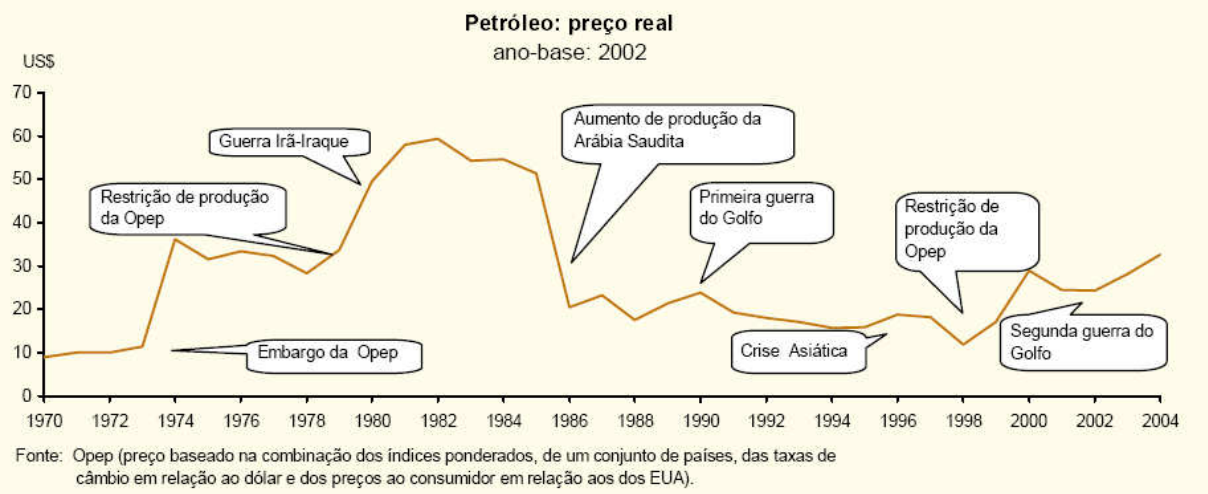
6.3. O Impacto da Política Econômica

Em artigo publicado na Folha de São Paulo, Luiz Carlos Mendonça de Barros, que foi presidente do BNDES descreve esse momento:

> Revisitando os registros da balança de pagamentos do Brasil, chegamos ao período entre 1973 e 1975 como o início de nossa doença. Saía Médici, endeusado pelo crescimento da economia; assumia um novo general, Geisel, com um projeto de transformar nosso país em potência geopolítica. Mas, entre a saída de um e a entrada de outro, ocorreu um grave acidente na economia mundial. Pela primeira vez os países produtores de petróleo resolviam usar essa arma como fator de barganha política e econômica". Quadruplicou o preço do barril, fazendo com que os gastos com a importação deste produto no Brasil, sem petróleo naquela época, atingissem pesadamente nossa balança de importações, já deficitária devido aos investimentos pesados que já vinham sendo feitos na economia. O ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen, sugeriu ao presidente um programa de ajuste de nossa balança de pagamentos, via uma severa recessão interna. Queria evitar uma deterioração ainda maior de nossa solvência externa, além de combater a inflação que ressurgia.Simonsen dizia que em dois anos poderíamos voltar a crescer. Mas os militares tinham pressa e negaram a ele o direito de parar nossa caminhada heróica em direção à história. Que ele desse algum jeito para que continuássemos a crescer, e ele deu: apelou para a correção monetária generalizada para acomodar uma inflação que, até o fim do mandato de Geisel, chegaria a 100% ao ano, e passamos a nos endividar nos mercados internacionais de crédito via bancos internacionais. **A marcha forçada do crescimento** imposta por Geisel, em um contexto de economia dependente de petróleo e sem espaço para outras importações, impôs um ritmo violento demais ao coração, a balança de pagamentos, que ainda era forte è época. E o golpe fatal veio em 1979, com o segundo choque do petróleo. Pressionado por mais uma rodada de aumentos de 400% nos preços do petróleo, nosso coração não agüentou.... Fomos salvos de uma vergonha total porque o México declarou moratória antes de nós, em 1982. Mas o colapso brasileiro veio logo em seguida. O período que vai de 1982 até 1990 é um dos mais tristes para os economistas brasileiros. Nem mesmo a redemocratização do país, em 1985, e a nova Constituição, em 1988, devolveram o bom humor. As buscas de teorias econômicas alternativas e planos de salvação, sem conteúdos de natureza estratégica, jogaram nossa economia da euforia à recessão em períodos curtos de tempo, E com isso nos isolávamos de um mundo que começava a se reorganizar como espaço econômico. Somente com a eleição do presidente Collor, e aqui temos uma dessas armadilhas deliciosas da história, o Brasil começa a repensar seus caminhos econômicos. A imagem de nossos automóveis ridículos, pela tecnologia que a opção por uma economia fechada nos impunha, chamadas de carroças - por ele, deu ao consumidor brasileiro **uma primeira idéia dos custos do modelo dos militares,** ainda presente no governo Sarney. (BARROS, 2006)[70]

[70] BARROS, Luiz Carlos Mendonça de. Opinião Econômica. **Folha de São Paulo**. 27, janeiro. 2006.

Quadro 24 - Representação Gráfica da Variação de Preços do Petróleo



Naquele momento o governo supunha que a crise fosse passageira e de pequenas dimensões, por isso viabilizaram a **marcha forçada, através** de uma política de financiamento do crescimento, mantendo-o elevado e fazendo um ajuste gradual dos preços relativos (alterados pela crise do petróleo). Essa possibilidade seria exeqüível, enquanto houvesse financiamento externo abundante. Através do II PND, o governo promoveria também um ajuste na estrutura de oferta de longo prazo, simultaneamente à manutenção do crescimento econômico. Esse esforço ficou sendo conhecido pela expressão *A Economia Brasileira em Marcha Forçada,* por ser o tema de uma das principais referências bibliográficas, que analisa o período, escrito por Antônio Barros de Castro e Francisco Pires de Souza em 1985.

O empenho dessa política seria a alteração na estrutura produtiva brasileira de modo que, em longo prazo, diminuísse a necessidade de importações e fortalecesse a capacidade de exportar de nossa economia. Quando o país conseguisse essa meta, o déficit do Saldo de Transações Correntes estaria superado. Enquanto isso não fosse acertado, o país dependeria dos empréstimos externos para financiar o desequilíbrio externo decorrente do crescimento econômico e da crise do petróleo.

6.4. Análise e Interpretação

O ano de 1973 foi marcado pelo problema do abastecimento de petróleo que surge no mundo como o grande tema da década de 70. A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), reunida no Coveite, decide adotar o embargo do fornecimento do petróleo árabe até que os israelenses evacuem o território ocupado. As perspectivas de crise colocam a potências do Ocidente numa dependência sem precedentes em relação aos países árabes. É incalculável o risco para a economia mundial. Nesse mesmo ano, inicia-se o quarto conflito entre árabes e israelenses desde a criação do Estado de Israel, em 1948. Nesse quarto conflito no Oriente Médio; tropas egípcias e sírias atravessam o canal de Suez, ocupam a península do Sinai e invadem a região de Golan. Israel é atacado no dia do perdão Yom Kippur, a festa mais importante do seu calendário.

Diferente do período do "Milagre" que teve como carro chefe o setor de bens de consumo duráveis, para alavancar o crescimento, concomitantemente a alta concentração de renda, para gerar o padrão de consumidor desses produtos, o II PND deveria crescer com base no setor produtor de meios de produção, ou seja, de bens de capital e insumos básicos.

A opção do governo Geisel teve por objetivo priorizar o **ajuste estrutural** do Balanço de Pagamentos Brasileiro. Tratava-se de por em prática políticas que modificariam estruturalmente a pauta de importação, dando continuidade ao modelo de substituição de importações, com concomitante aumento da capacidade de exportação do país. A ênfase seria atenuar o peso as importações de bens de capital e insumos básicos, em curto prazo, ou seja, ainda durante o período do Governo Geisel, através do crescimento da produção desses bens internamente, diminuindo a participação relativa na pauta da importação.

O plano, com expectativas muito otimistas, fazia previsão de que os bens de capital reduzissem sua participação nas importações de 52% para 40%, além de gerar excedente exportável em torno de US$ 200milhões. Com relação aos insumos, previa-se aumentar a produção de aço de 7 milhões de toneladas em 1974, para 18 milhões em 1980, ou seja, o terceiro estágio do setor siderúrgico. Outras previsões do plano consistiam em triplicar a produção de alumínio, aumentar a produção de zinco de 15 mil toneladas para 100 mil e solidificar grande ampliação na produção de minério de ferro, por meio do Projeto Carajás, e vários outros.

O plano previa o aumento da capacidade hidroelétrica do país, destacando-se o Projeto Itaipu, como o caminho para alterar o padrão e diminuir as necessidades de importação no setor energético. Quanto à produção de carvão previa–se o seu aumento, através de investimento setorial, no Estado de Santa Catarina. Previa-se também dotar o país de energia nuclear, pela Nuclebrás e ampliar a prospecção de petróleo, basicamente no Nordeste.

O sistema de transporte também era foco do plano, que estipulava radicais alterações, através de maiores incentivos para as ferrovias e hidrovias.

O principal órgão de implementação do plano foi o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), que além de garantir a demanda, propiciou vários incentivos ao setor privado, dentre eles, destacam-se os seguintes:

1. Crédito de IPI sobre a compra de equipamentos

2. Possibilidade de depreciação acelerada

3. Isenção do imposto de importação

4. Forma mais ou menos explicita de reserva de mercado para novos empreendimentos, por exemplo, a Lei da Informática.

5. Garantia de política de preços compatível com as prioridades da política industrial, etc.

A base do plano estava nas empresas estatais, que assumiram grande importância no período, pois na medida em que seus projetos de investimentos no setor de insumos avançassem, gerariam demanda derivada, que estimularia o setor privado para investir no setor de bens de capital. A lógica do modelo estava em priorizar os investimentos públicos, através das estatais, que atingirão um número nunca antes visto no país, conforme anexo da publicação da revista Visão – Quem é Quem/76, catalogando 571 empresas estatais, em 31 de agosto de 1976.

A matéria que tem por manchete a frase – “Pela Primeira Vez na Imprensa Brasileira Um Retrato das Estatais” atribui sérias críticas ao governo não só, no sentido do aparelho governamental encontrar-se inchado, prejudicando a tomada de decisão nas áreas em que o Governo deve atuar por definição, ou seja, governando, bem como afirmando que o governo estava emaranhado na própria teia que criou, assumindo atividade-meio e não tendo agilidade para cumprir a sua missão.

A imprensa da época criticava a falta de informação dessas empresas, a começar pelo número delas. “Num país definido pela Constituição como de capitalismo privado, a tarefa de contá-las não deveria exigir maiores esforços”.Isso porque, num sistema voltado basicamente para a livre empresa, as companhias estatais seriam entidades extremamente raras e, por isso mesmo, constituiriam uma minoria de fácil localização. Não era o que ocorria naquele momento, em que os dados oficiais disponíveis eram bastante contraditórios e incapazes de resistir a uma aferição mais profunda. Por exemplo: enquanto o Tribunal de Contas da União dizia existirem no Brasil 65 empresas sob controle federal, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República afirmava que elas eram 175.

Transcrevemos a seguir, o Quadro referente ao ano de criação das empresas estatais, da página 90 da revista Visão de agosto de 1976, na matéria “A Filogênese das Estatais”, demonstrando em termos numéricos, a concentração da expansão quantitativa de estatais no período posterior ao golpe militar, em especial durante o governo Geisel na década de 70.

Quadro 25: Ano de Criação das Empresas Estatais

Períodos	**União**		**Estado**		**Município**		**Total**	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1976 - 1971	67	46,2	59	30,9	5	35,7	131	37,4
1970 - 1966	33	22,7	42	22,0	4	28,5	79	22,6
1965 - 1961	19	13,1	46	24,0	3	21,4	68	19,4
1960 - 1951	12	8,3	24	12,6	1	7,2	37	10,6
1950 - 1941	7	4,8	6	3,1	-	-	13	3,7
1940 - 1931	2	1,4	3	1,6	-	-	5	1,4
1930 - 1901	4	2,8	9	4,7	-	-	13	3,7
1900 - 1808	1	0,7	2	1,0	1	7,2	4	1,2
Ignorados	52	-	147	-	18	-	217	-
Criação	3	-	1	-	-	-	4	-
Total	200		339		32		571	

Fonte: Revista Quem é Quem 76.Visão 31. agosto. 1976. p. 90.

Além da data da criação, o trabalho de pesquisa da revista enfatiza a distribuição por setores de atividade. Assim sendo, das 571 empresas levantadas, a grande maioria – 476 correspondendo a 83,4% do total – opera no setor terciário da economia, dedicando-se à prestação de serviços. Contudo, nem todos os serviços são exclusivos do setor público e aqui se registra distorções na função dessas empresas. Subdividindo-se o setor de serviços, temos a seguinte distribuição:

Quadro 26: Empresas Estatais: Setores de Atividade		
Discriminação	Nº	%
Serviços Públicos	122	21,4
Transportes, armazenagem e comercialização	84	14,7
Planejamento e desenvolvimento	49	8,6
Bancos, seguros, financiamentos	92	16,1
Serviços técnicos e administrativos	89	15,6
Serviços de pesquisa e fomento	14	2,5
Outros serviços	26	4,6
Fonte: Revista Quem é Quem 76.Visão 31. agosto. 1976. p. 90.		

Nos serviços públicos predominam as funções de portos e terminais (37, sendo 32 federais), saneamento (33, quase todas estaduais) e produção e distribuição de energia (28, sendo metade federais e metade estaduais). No setor de transportes, armazenamento e comercialização predominam as funções de armazenagem e abastecimento (42, sendo vinte federais e vinte estaduais), seguindo-se transportes e tráfego urbanos e interurbanos (onze) e navegação e cabotagem (dez). No setor de planejamento e desenvolvimento predominam as funções de desenvolvimento urbano e metropolitano (dezesseis, sendo nove municipais e sete estaduais), além de industrialização (nove) e rodovias (oito).

No setor de bancos, seguros e financiamentos predominam os bancos e financeiras (74, sendo 64 estaduais) e seguros (doze, sendo nove estaduais). No setor de serviços técnicos e administrativos registra-se grande diversidade de funções, mas destacam-se as seguintes: turismo e hospedagem (25, sendo 23 estaduais), processamento de dados (dezoito, sendo onze estaduais) e agropecuária e colonização (dezoito, sendo dezessete estaduais). No setor de serviços de pesquisa e fomento predominam as funções na agricultura e pecuária (onze, sendo dez estaduais). Finalmente, no setor de outros serviços predominam as funções vinculadas à habitação (26, sendo 21 Cohabs estaduais).

A ênfase da matéria refere-se ao "intumescimento a que levou o desvio da maioria dessas empresas para atividade-meio".Daí a explicação do título "Filogênese das Estatais", porque no campo da história natural, o termo filogenia é definido como a evolução pela qual as formas vivas se vão modificando através dos tempos, para produzirem outras, cada vez mais elevadas. Mesmo situando-se fora das ciências política e econômica, filogenia torna-se, assim, uma expressão chave para definir o processo através do qual, só para citar alguns exemplos, a Petrobrás gerou 35 empresas; a Eletrobrás, 37; a Companhia Vale do Rio Doce, 24; e a Nuclebrás, tão nova ainda, já em 1976, seis em funcionamento e duas em projeto de criação.

Apesar das várias criticas ao plano e seus alicerces, formados principalmente pelas estatais e, também, ao fato das taxas de crescimento desse período terem sido menores que ao longo do período chamado de Milagre, observa-se que ocorreram profundas mudanças estruturais na economia.

A indústria em sua totalidade cresceu 35% entre os anos de 1974 a 1979, tendo como principais setores discriminados no quadro abaixo.

Pelos dados abaixo, fica claro que realmente verificou-se um redirecionamento na atividade industrial, evoluindo nesse período, para o setor de insumos e de máquinas e equipamentos.

Quadro 27. Tabela de crescimento dos principais setores industriais entre 1974-1979	
Metalúrgica	45%
Material Elétrico	49%
Papel e papelão	50%
Químico	48%
Têxtil	26%
Alimentos	18%
Material de Transporte	28%

Com o objetivo de cobrir o "hiato de divisas" existente na execução do plano, as empresas estatais não tiveram acesso ao crédito interno, sendo forçadas a buscar recursos externos e, conseqüentemente, **ao endividamento externo**. Outra restrição imposta às estatais foi à política de contenção tarifária, que visava conter as pressões inflacionárias.

Sendo obrigadas a recorrer ao financiamento externo, as estatais, dentro da lógica do plano, não só seriam estratégicas para alavancar o crescimento, como para tentar equilibrar o balanço de pagamentos com a entrada de divisas na forma de empréstimos, o que fatalmente **elevaria a dívida externa**, que cresceu rapidamente no período:

Entre 1974 a 1977 .....US$ 15 bilhões

Entre 1978 a 1979.....+US$ 17 bilhões

Inicia-se aí, o processo de **estatização da dívida externa**. A facilidade de obtenção de recursos externos no período está relacionada ao "processo de reciclagem dos petrodólares". A elevação do preço do petróleo criou superávits nos países da OPEP, que, sem oportunidade de aplicação interna, retornavam ao sistema financeiro internacional. Como a demanda de crédito nos países desenvolvidos estava retraída, os países em desenvolvimento como o Brasil, voltaram a ser vistos como clientes preferenciais. Assim sendo, os dois primeiros anos de entrada de recursos na economia brasileira foram suficientes para cobrir os déficits em transações correntes, mas já a partir de 1976, o país voltou a acumular reservas.

A segunda parte da explicação do processo de **estatização da dívida externa refere-se** a Circular nº. 230 e Resolução nº. 432. Além da política de estímulos dados ao setor privado para captar recursos externos, através de diferencial de taxas de juros, as normas legais citadas

estabeleciam mecanismos que possibilitavam o hedge cambial, ou seja, que permitiam aos agentes privados transferir o endividamento externo ao Banco Central do Brasil, através dos depósitos em cruzeiros.

O setor privado envolvido na captação de recursos se beneficiou enormemente dos movimentos especulativos propiciados por aquelas condições. Os recursos captados no exterior eram aplicados em título públicos com garantia de liquidez, dada a "carta de recompra" e sem risco de perda cambial, com a possibilidade de hedge, que se tornaram fonte adicional de especulação.

O grande problema é que o governo não conseguiu criar mecanismos adequados para impedir esses efeitos. A deterioração da capacidade de financiamento do Estado ocorreu com a socialização de todos os custos no período do II PNB, com grande aumento nos gastos, sem que tivesse conseguido criar mecanismos adequados de financiamento.

Como nesse momento, a taxa de juros internacionais estava a níveis extremamente baixos, o Estado tinha capacidade de pagar os juros, embora os seus contratos previssem a cláusula de flutuações das taxas. A crise da "divida externa dos países em desenvolvimento", especificamente o caso brasileiro, tem suas origens na época do governo Médici, mas assumem proporções ainda maiores, ao longo do período Geisel, quando esta política da "marcha forçada" estabelece essas condições.

A partir de 1979, visando conter os efeitos inflacionários do segundo choque do petróleo, a maioria dos bancos centrais dos países industrializados **eleva suas taxas básicas de juros**, que, com o seu novo e alto patamar desencadeará uma fase de recessão nesses países e, conseqüentemente, nos países em desenvolvimento, se estendendo pela década de 1980. Mais uma vez veio à tona a vulnerabilidade da economia brasileira em relação aos condicionantes externos.

As condições do mercado monetário brasileiro, após o golpe de 1964, criaram uma organização que elevava o déficit público, através do spread negativo, referente à existência de três setores de moeda: o real, o nominal e as operações com moeda estrangeira. Essas condições só poderiam funcionar, caso a relação de troca entre as três moedas fosse estável, ou seja, caso se verificasse ausência de aceleração inflacionária ou pressões cambiais. Como na prática isso era impossível, o governo teria que arcar com esse custo, possibilitando a alimentação do que ficou conhecido por "**Ciranda Financeira".**

Na prática os aplicadores de recursos queriam operar no setor real, ou seja, com operações que estabeleciam correção monetária à posteriori, ou seja, as operações fiscais e financeiras do governo. Ocorre que os demandantes, para não correrem risco de insolvência, queriam operar no setor nominal, ou seja, operações prefixadas, contratos em CR$ em instituições financeiras privadas e bancos governamentais.

Em conseqüência, o mercado monetário estava em constante desequilíbrio, com excesso de oferta no setor real e falta no nominal. Para viabilizar as operações, o governo intervinha com taxas subsidiadas prefixadas.

Além disso, o terceiro setor de moeda que coexistia nesse momento, ou seja, operação com moeda estrangeira, em que só se poderia operar com a autorização do Banco Central, contratava com taxa de câmbio não flutuante. Assim sendo, o Banco Central assumia também, o risco de existirem ou não reservas no momento do vencimento. Grandes instituições, no caso de não encontrarem tomadores domésticos, poderiam aplicar em Títulos Governamentais, ou seja, Letras do Tesouro Nacional – LTNs, ou devolver ao Banco Central, que se responsabilizaria pelos encargos.

Sob um regime de câmbio fixo, a entrada de dólares no mercado cambial forçava o Banco Central a comprá-los, expandindo a base monetária, para evitar uma apreciação da taxa de câmbio. Para retrair a base monetária criada, o governo vendia títulos públicos ao mercado, que transferia o excesso de reservas monetárias ao Banco Central. É provável, embora antes de 1981 não se apurasse esse indicador, que o grande aumento da dívida pública interna desse período tenha sido também em virtude da soma do resultado primário e das despesas financeiras nas contas do governo.

Embora a grande participação do Estado na economia tenha sido uma das críticas dos que prepararam o golpe de 1964, o que se observou e foi constatado neste trabalho, é que os governantes militares não só mantiveram, como aumentaram essa participação.

Para justificar essa política, argumentaram que o Estado sempre teve participação na atividade econômica do país. Em relação a este último aspecto, Baer, Kerstenetzky e Villela apresentam um sumário histórico da evolução da importância do Estado na economia brasileira, concluindo que:

> "esse crescimento não foi planejado e imposto por razões ideológicas sobre o papel apropriado do Estado nas atividades econômicas. Ele foi o resultado de certas condições objetivas, ou seja, o desejo do governo de industrializar rapidamente uma

> economia ainda atrasada. Com setores industrial e financeiro igualmente fracos, a escolha em várias épocas, desde os anos 30, teve de ser feita entre os dois agentes de crescimento: o capital estrangeiro e o Estado. A participação devia-se quer à falta de interesse por parte do capital estrangeiro, quer por motivos de ordem nacionalista ou, após algum tempo, à falta de disposição do capital estrangeiro de atuar em certas áreas onde havia restrições governamentais (especialmente na área dos serviços de utilidade pública)". (BAER; VILLELA, 1973)[71]

Ainda segundo essa linha de pensamento, a incapacidade do setor privado brasileiro residiu na impossibilidade financeira deste setor fazer face aos vultosos investimentos requeridos pela escala ou pela natureza dos projetos em questão:

> "todos esses setores (infra-estrutura, mineração, siderurgia e indústria petroquímica) requerem investimentos de grande porte e indivisíveis, i.é, as instalações são tão grandes que o nível de capacidade ociosa será substancial nos anos iniciais da operação)". (BAER; VILLELA, 1973) [72]

Opondo-se a esse argumento, José L. Carvalho entende que:

> "incapacidade do setor privado em produzir tais bens e serviços reside na impossibilidade dele obter financiamento a longo prazo para realizar os investimentos necessários para implantação de tais projetos. Ora, se a inexistência de um mercado financeiro impede que investimentos de alto retorno social sejam executados, deve-se esperar que a ação do Estado seja no sentido de eliminar as distorções que impedem o desenvolvimento daquele mercado de modo que o setor privado possa efetuar os investimentos mais rentáveis para a coletividade[...] A grande dificuldade de promover um crescimento econômico mais acelerado reside nas restrições à capacidade de poupança da coletividade...Isto levou os governos no Brasil a se utilizarem de mecanismos de poupança forçada e a investirem em atividades para as quais não possuíam vantagens comparativas bem como propiciar a entrada de capital estrangeiro para de alguma forma compensar nossas pequena capacidade de poupar....Ainda que a correção monetária tenha sido instituída, alguns ativos, tais como títulos do governo (ORTN e LTN) e depósitos em cadernetas de poupança, apresentam um retorno real fixo, tornando-se desta forma a principal aplicação da coletividade. Como os títulos do governo são comparativamente mais rentáveis sob o ponto de vista privado, parte dos recursos não consumidos estará financiando as atividades do Estado. Por outro lado, os depósitos em cadernetas de poupança tendo sua aplicação vinculada ao setor de construção civil geram um excesso de fundos aplicáveis em um setor que não pode ser diluído entre os demais setores. Além disto, o volume de poupança forçada controlada pelo governo tem aumentado, pois além do imposto inflacionário, tem-se FGTS, PIS,PASEP, etc. (CARVALHO, 1977, p. 97)[73]

---

[71] BAER, W.; Kerstenetzky, I. & VILLELA, A. As Modificações no Papel do Estado na Economia Brasileira. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.3, dezembro. 1973. p. 906.

[72] BAER, W.; Kerstenetzky, I. & VILLELA, A As Modificações no Papel do Estado na Economia Brasileira. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.3, dezembro. 1973. p. 901.

[73] CARVALHO, José L. Dos Custos de se Tornar Visível a "Mão Invisível": O Caso da Intervenção do Estado 4 ed. O Estado na Economia Brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, vol.31(nº1), janeiro-./março. 1977. p.97-130

Ainda segundo Carvalho a instituição de mecanismos de poupança forçada certamente imporá um custo líquido à coletividade que voluntariamente não reduziria seu consumo. Além deste custo líquido imposto à coletividade, as restrições impostas às aplicações desses recursos provocam distorções na alocação dos recursos da coletividade. Indiretamente, este esquema de poupança forçada propícia o desenvolvimento da produção de regulamentações de poderes discricionários que muito provavelmente geram custos líquidos para a coletividade.

Por outro lado ele concorda com Baer e Villela quanto a intervenção do Estado em benefício de grupos e, com algumas exceções acreditam que com o passar do tempo os organismo reguladores passaram a ser dominados pelas entidade econômicas reguladas. A teoria da regulamentação de Stigler sugere que estes órgãos reguladores foram criados para beneficiar estes grupos que supostamente são regulados... Assim, de um modo ou de outro, a parte da intervenção do Estado tem resultado da demanda por regulamentações exercida por certos grupos. De um modo geral, o empresário brasileiro tem conseguido através dos tempos beneficiar-se da intervenção do Estado, tornando deste modo o setor privado produtivo altamente dependente de regulamentações e até mesmo de subsídios diretos.

Assim, os aspectos apontados demonstram efetivamente que a ação paternalista dos governos brasileiros muitas vezes ocorre com o intuito de compensar distorções, deformidades de mercado que o próprio governo criou, através de inflação associadas às regulamentações "que inibem a livre ação dos agentes econômicos como, por exemplo, o sistema de controle de preços". A esse ciclo, o autor declara que o Brasil criou o "ciclo vicioso da regulamentação e da ineficiência econômicas."

Nesse raciocínio, acrescenta-se o fato que grande parte da dívida externa brasileira foi contraída pelas empresas estatais, que foram vinculadas pelas **regulamentações da época, a captarem empréstimos estrangeiros, justamente como forma de suprir as necessidades de poupança, para fazer face aos ambiciosos investimentos governamentais,** principalmente no período caracterizado como "marcha forçado" durante o Governo Geisel.

A questão aqui levantada não se limita ao custo que a sociedade pagou por essa decisão. Se ao custo, além da crise da dívida externa, na década de 80, considerada a década perdida, tem-se que acrescentar mais de 20 anos de medidas recessivas e de "planos" para controlar a inflação, com certeza o benefício não conseguiu nem sequer equiparar-se ao custo financeiro e social dessa política.

Não se trata de se adotar posição contrária à participação do Estado na economia através de suas empresas, desde que estas sejam eficientes na alocação dos recursos da coletividade. O que importa, é se os recursos escassos da economia brasileira foram alocados da melhor maneira possível dentro das restrições e objetivos coletivos. Mencionando o professor Carvalho, de um modo geral as empresas estatais são beneficiadas pela legislação através de poderes monopolísticos, isenções de impostos, controles de preços, transferências governamentais (direta ou indiretamente), etc., o que pode implicar que: "quando o capital produtivo pertence ao Estado há perdas para a coletividade".

Segundo Fishlow o II PND representou: "**um completo apego ao endividamento externo como forma de facilitar o ajustamento do balanço de pagamentos e de financiar o crescimento** tornou-se, progressivamente, a base da estratégia de desenvolvimento de Geisel".(FISHLOW, 1986).[74]

> A estratégia de industrialização, em princípio destinada a ampliar o papel do setor privado, acabou com uma imprevista participação do setor público; o Estado teve de canalizar recursos para as empresas privadas como foi feito através da rápida expansão do BNDES, e se tornou necessário subsidiar para estimular investimentos considerados essenciais. Mas, dada a escala dos projetos e a própria relutância em conferir subsídios creditícios quando a participação acionária privada era limitada, frequentemente o governo optava por intervenção mais direta. As estatais tornaram-se a forma típica de engajamento produtivo nos novos setores em freqüente associação com o capital estrangeiro. Os investimentos das maiores estatais passaram de uma média de 4% do PIB no período 1970/73 para 5,4% no período 1974/1978 e, igualmente significativo, elevaram-se de 17 para 23% do investimento total.. (FISHLOW, 1986).

Os recursos externos ajudavam a abrandar algumas das inconsistências: os bancos privados favoreciam as estatais para empréstimos. As últimas transformaram-se em agentes do Estado, não apenas ao empreenderem novas atividades produtivas, mas também ao cobrirem os déficits do setor público e do balanço de pagamentos. Os novos mercados de capitais, com sua preferência pelo setor público, foram um salvador bem-vindo, especialmente com taxas reais de juros baixas ou mesmo negativas. O ajustamento da economia brasileira passou a basear-se no endividamento externo comandado pelo crescimento.(TREBATT, 1983).[75]

---

[74] FISHLOW, Albert A Economia Política do Ajustamento Brasileiro aos Choques do Petróleo: uma Nota sobre o período 1974/84. **Revista Pesquisa Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro, p. 512 dezembro, 1986.

[75] TREBATT, T. **Brazil's state-owned enterprises**. Cambridge, Cambridge University Press, 1983.

7. O GOVERNO JOÃO FIGUEIREDO E A NOVA CRISE (1979-1985)

Com o crescimento da oposição nas eleições de 1978, o processo de abertura política ganhou força. Assumindo a presidência a 15 de março de 1979, João Baptista Figueiredo teve a difícil tarefa de garantir a transição do regime ditatorial para a democracia.

João Baptista de Oliveira Figueiredo nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 15 de janeiro de 1918, filho de Euclides de Oliveira Figueiredo e de Valentina Silva Oliveira Figueiredo. Seu pai destacou-se na Revolução Constitucionalista de 1932, como comandante das tropas rebeldes que operaram no vale do rio Paraíba, fez cerrada oposição ao Estado Novo e foi eleito deputado pelo Distrito Federal à Assembléia Nacional Constituinte de 1946 na legenda da União Democrática Nacional (UDN). Seu irmão mais velho, Guilherme, lutou ao lado do pai em 1932 e tornou-se conhecido no Brasil e no exterior como teatrólogo. Outros dois irmãos, Euclides e Diogo, seguiram a carreira militar e alcançaram o generalato. Em novembro de 1958 foi promovido a tenente-coronel e passou a servir na 5ª Seção (relações públicas) do Estado-Maior do Exército (EME), de onde saiu em 1960 para cursar a Escola Superior de Guerra (ESG). Em 1961, durante o curto governo de Jânio Quadros, trabalhou sob as ordens do coronel Golbery do Couto e Silva no Conselho de Segurança Nacional.

Com a posse de João Goulart na presidência em setembro de 1961, assumiu as funções de instrutor da ECEME, comandada pelo general Jurandir Bizarria Mamede e logo transformada em **um dos principais pontos de apoio à conspiração contra o novo** governo. Na ECEME, no EME e na ESG desenvolveu-se a doutrina e formaram-se **os principais quadros do movimento político-militar que derrubou João Goulart** em 31 de março de 1964, inclusive Figueiredo, participante ativo de todas as fases desse processo.

Com a posse do general Castello Branco na presidência da República, começou uma profunda reestruturação nos órgãos de segurança, que conduziu à criação, em 13 de junho de 1964, do Serviço Nacional de Informações (SNI). Caberia ao novo órgão exercer controle sobre adversários internos e externos do regime, acompanhar o funcionamento da máquina burocrática do Estado, recolher informes sobre a atuação de entidades públicas e privadas, analisar acontecimentos políticos e prever seus desdobramentos possíveis, de modo a evitar que o governo pudesse ser surpreendido por episódios e situações capazes de influir no comportamento geral da sociedade. Figueiredo foi promovido a coronel, em agosto de 1964, e encarregado de chefiar a agência do SNI no Rio de Janeiro, novamente subordinado a Golbery, agora general da reserva e chefe do órgão em nível nacional.

Em 5 de junho de 1966, Castello cassou o mandato do governador de São Paulo, Ademar de Barros, e transferiu o cargo para o vice Laudo Natel, com a condição de que este aceitasse nomes indicados pelo governo federal para **as secretarias de Fazenda (Delfim Netto)** e de Segurança(e o **comando da Força Pública.** Assim, Figueiredo foi nomeado para este último posto, onde ajudou a consolidar a nova administração e a combater o ademarismo.

Com a posse do general Costa e Silva na presidência em 15 de março de 1967, a chamada "linha dura" do regime militar aumentou sua influência na definição das políticas governamentais. Esse fato, aliado à onda de contestação estudantil e aos protestos operários em 1968, levou à edição, em 13 de dezembro desse ano, do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Entre outras medidas, o AI 5 determinou o fechamento do Congresso, o retorno das cassações de mandatos e direitos políticos e a introdução da censura à imprensa, além de ter permitido intensificar a repressão aos adversários do regime e a supressão das garantias individuais dos cidadãos. Figueiredo chefiou nesse período o 1º Regimento de Cavalaria de Guardas (Dragões da Independência), em Brasília, encarregado da segurança dos palácios presidenciais. Foi promovido a general-de-brigada em março de 1969, mês em que o general Garrastazu Médici, chefe do SNI, alcançou o posto máximo da hierarquia e assumiu o comando do III Exército, em Porto Alegre, **com a missão de aumentar o controle sobre as atividades dos exilados ao longo da fronteira com o Uruguai e a Argentina. Pretendendo aproveitar a experiência de Figueiredo no setor de informações, Médici convidou-o para a chefia do Estado-Maior.**

Em fins de agosto de 1969, o presidente Costa e Silva sofreu um grave distúrbio circulatório que impediu a continuidade de suas atividades e levou os três ministros militares - general Aurélio de Lira Tavares, almirante Augusto Rademarker e brigadeiro Márcio de Sousa e Melo - a assumirem temporariamente o poder, impedindo a posse do vice-presidente Pedro Aleixo. A crise generalizou-se no meio militar até a indicação de Médici para a presidência da República, depois de escolhido pela alta hierarquia das três forças. Empossado em 30 de outubro de 1969, no mesmo dia o novo presidente nomeou Figueiredo para substituir o general Jaime Portela na chefia do Gabinete Militar. Durante o governo Médici, o bom desempenho da economia e a estabilidade no sistema militar de sustentação garantiram um período sem grandes incidentes políticos. Além disso, a rígida ação da censura à imprensa, a propaganda governamental em larga escala e a intensificação da repressão contra grupos dissidentes, dificultava ao máximo, que prosperassem as mensagens oposicionistas capazes de captar a insatisfação existente. Nesse período, as forças armadas concentraram as atividades de

repressão política, principalmente por intermédio dos órgãos denominados centros de Operações para a Defesa Interna (CODIs).

Com a posse do general Ernesto Geisel na presidência em 15 de março de 1974, Figueiredo substituiu o general Carlos Alberto da Fontoura na chefia do SNI. O novo governo anunciou uma retomada "lenta, gradual e segura" das práticas democráticas, criando uma grande expectativa sobre o início de uma nova fase na vida política. Promovido a general-de-divisão em julho de 1974, Figueiredo integrou o núcleo central das principais decisões governamentais sobre o processo de distensão, que teve seu primeiro grande teste nas eleições de novembro para renovar a totalidade da Câmara e 1/3 do Senado. O acesso dos candidatos oposicionistas do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) ao rádio e à televisão em igualdade de condições com os da Aliança Renovadora Nacional (Arena) contribuiu decisivamente para que a oposição elegesse 16 dos 21 senadores e reduzisse consideravelmente a enorme maioria governista na Câmara. Apesar desse resultado, o governo anunciou a continuação de sua política, desagradando setores militares mais radicais, cujos líderes, alguns no exercício de comandos importantes, passaram a articular pressões para a manutenção do regime de exceção.

Promovido a general-de-exército em 31 de março de 1978, Figueiredo teve contato com a imprensa em 6 de abril, dois dias antes da convenção da Arena que homologaria sua candidatura. Declarou então reconhecer a existência de uma aspiração nacional a favor da abertura política, criticou a massificação do ensino e a atuação política dos estudantes fora do *campus* universitários, admitiu a necessidade de uma reforma agrária "precedida de ampla conscientização do homem do campo".

Em 19 de janeiro, já com o país livre do AI-5, o presidente eleito anunciou a composição de sua equipe de governo: Justiça, senador Petrônio Portela; Marinha, almirante Maximiano da Fonseca; Exército, general Valter Pires; Relações Exteriores, embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro; Fazenda, Carlos Rischbieter; Transportes, Eliseu Resende; Agricultura, Antônio Delfim Netto; Educação e Cultura, Eduardo Portela; Trabalho, Murilo Macedo; Aeronáutica, brigadeiro Délio Jardim de Matos; Saúde, Mário Augusto de Castro Lima; Indústria e Comércio, João Camilo Pena; Minas e Energia, César Cals; Interior, Mário Andreazza; Comunicações, Haroldo Correia de Matos; Previdência e Assistência Social, Jair Soares; Gabinete Militar, general Danilo Venturini; Gabinete Civil, general Golbery do Couto e Silva; Serviço Nacional de Informações, general Otávio Medeiros, e Secretaria de

Planejamento, Mário Henrique Simonsen. Figueiredo tomou posse em 15 de março de 1979 perante o Congresso, reafirmando seu propósito de "fazer desse país uma democracia".

A primeira modificação da equipe no governo ocorreu já em 10 de agosto de 1979, e atingiu o ministro-chefe da Secretaria de Planejamento, Mário Henrique Simonsen, fato interpretado pela imprensa como decorrente de desencontros com seu colega da Agricultura, Antônio Delfim Netto, que passou a ocupar seu lugar. Para esta última pasta, foi nomeado Amauri Stábile.

O titular da pasta da Saúde, Mário Augusto de Castro Lima, pediu demissão em novembro de 1979, sendo substituído pelo médico piauiense Valdir Arcoverde. Com a morte de Petrônio Portela no dia 6 de janeiro de 1980, o deputado mineiro Ibrahim Abi-Ackel assumiu a pasta da Justiça. No dia 17 do mesmo mês, Carlos Rischbieter pediu demissão do Ministério da Fazenda por divergências com Delfim Netto, sendo substituí do por Ernâni Galveias.

Novas substituições no primeiro escalão do governo ocorreram em 27 de novembro, quando o ministro Eduardo Portela, da Educação, desentendeu-se com Delfim, que vinha dificultando a liberação de recursos para pagamento de salários dos professores universitários em greve. Eduardo demitiu-se e foi substituído pelo general Rubem Ludwig, antigo assessor de imprensa no governo Geisel. Em dezembro, o ministro Said Farhat, da Secretaria de Comunicação Social, revelou que o governo, apesar do apoio que dava a Nélson Marchezan para presidente da Câmara, não fazia maiores objeções à vitória de Antônio Mariz, dissidente do partido situacionista e candidato com apoio da oposição. Farhat não conseguiu sustentar-se e pediu demissão.

Em 6 de agosto, alegando "divergências irreconciliáveis", Golberi pediu demissão da chefia do Gabinete Civil, que exercia desde o início do governo Geisel e que o projetava como principal articulador do processo de distensão política. Para explicar essa atitude, a imprensa mencionou sua divergência em relação ao resultado do inquérito sobre o atentado do Rio-Centro e sua discordância quanto aos aumentos dos descontos salariais em favor da Previdência, solução adotada pelo governo para cobrir os déficits do sistema. Golberi foi substituído por Leitão de Abreu, que exercera o cargo no governo Médici.

Como se pode observar, esse período do último governo militar foi muito tumultuado e a tensão vivida por Figueiredo se refletiu em seu estado de saúde. Em 18 de setembro, no Rio, foi atingido por um distúrbio cardíaco que forçou sua internação no Hospital dos Servidores do

Estado. No dia seguinte, seus médicos impuseram-lhe um repouso estimado em oito semanas, forçando a transferência temporária do governo, no dia 23, para o vice Aureliano Chaves. Figueiredo regressou a Brasília em 14 de outubro e, três dias depois, embarcou para Cleveland, nos Estados Unidos, onde pretendia submeter-se a uma intervenção cirúrgica, julgada afinal desnecessária pelos médicos americanos. Regressou ao Brasil em 23 de outubro e, em 12 de novembro, reassumiu o governo.

Infelizmente, as características de desequilíbrios, conflitos, tumultos, brigas, agitação e confusão não se limitaram aos aspectos institucionais, mas abrangeram também as políticas e as medidas que deveriam enfrentar as grandes dificuldades econômicas, que o país se confrontava. Pode-se dizer que estes adjetivos distinguiram esse período, repleto de atentados, bombas e manifestações de grupos, que não estavam interessados na abertura política.

7.1. Cronologia dos Fatos

Ano de 1979

São realizados três encontros nacionais de Movimentos pela Anistia

11.fev.79 — O CBA-SP consegue exibir, no estádio do Morumbi, durante jogo entre Corinthians e Santos, uma grande faixa com os dizeres "Anistia ampla, geral e irrestrita", no meio da torcida corintiana. A faixa é transmitida pelas redes de televisão que exibem o jogo e os jornais do dia seguinte circularam com fotos do fato

13.mar.79 — 180 mil operários fazem greve em São Bernardo do Campo

15.mar.79 — O presidente Figueiredo toma posse

1º.mai.79 — 130 mil pessoas se reúnem no estádio de Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, em um evento organizado por 50 sindicatos e entidades de base. Em Ilha Bela, litoral paulista, morre o delegado Sérgio Fleury.

31.mai.79 — A arenista Eunice Michiles toma posse no Senado como a primeira senadora da história do país

30.jun.79 — Encerra-se em Roma (Itália) a Conferência Internacional pela Anistia no Brasil, que reforça a intenção de uma anistia ampla, geral e irrestrita no país

17.ago.79 — É fundada a Associação Nacional de Jornais (ANJ)

21.ago.79 — Um ato público em favor da Anistia reúne cerca de 5.000 pessoas na Praça da Sé, em São Paulo

28.ago.79 — O presidente Figueiredo sanciona a Lei de Anistia. Segundo o Superior Tribunal Militar, a lei beneficia 4.650 pessoas entre cassados, banidos, presos, exilados ou simplesmente destituídos de seus empregos.

6.set.79 — O ex-governador Leonel Brizola retorna ao país, após 15 anos de exílio

15.set.79 — O ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, e o ex-deputado federal, Márcio Moreira Alves, voltam do exílio

20.out.79 — Luiz Carlos Prestes desembarca no aeroporto do Galeão, no Rio, e é recebido por cerca de 10 mil pessoas

nov.79 — O 2º Congresso Nacional pela Anistia delibera que os CBAs deveriam se juntar aos movimentos populares exigindo a total redemocratização do país

21.nov.79 — Congresso aprova emenda que extingue a Arena e o MDB

30.nov.79 — Em Santa Catarina, Figueiredo ameaça agredir manifestante que o teria ofendido.

1980

jan.80 — Descoberta de ouro na Floresta Amazônica leva cerca de 25 mil garimpeiros ao sul do Pará e, com pás e picaretas, escavam um gigantesco labirinto na região, que recebe o nome de Serra Pelada. Em um ano, o local produz 50 milhões de dólares em pepitas.

2.jan.80 — Leonel Brizola e Ivete Vargas solicitam, no mesmo dia, o registro do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) no TSE

24.jan.80 — Conselho Superior de Censura libera a peça "Calabar", de Chico Buarque e Rui Guerra

27.jan.80 — Bomba explode durante ensaio da Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro, onde haveria ato de apoio à fundação do PMDB

10.fev.80 — É aprovado o manifesto de criação do PT (Partido dos Trabalhadores)

12.fev.80 — Senador Tancredo Neves lança plano de ação política do Partido Popular

12.fev.80 — O cientista Albert Sabin abandona o cargo de consultor especial do Ministério da Saúde após denunciar o governo do ex-presidente Médici de manipular dados referentes às condições de saúde no país entre 1969 e 1973

21.mar.80 — Estudantes protestam contra ameaça do governo de demolir sede da UNE no Rio de Janeiro

1º.abr.80 — Trezentos e trinta mil metalúrgicos do ABC e de outras 15 cidades do interior de São Paulo entram em greve

14.abr.80 — Libertada a brasileira Flávia Schilling, depois de mais de sete anos presa em cadeias uruguaias

19.abr.80 — Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Luiz Inácio da Silva, o Lula, e outros 10 dirigentes sindicais são presos pelo Dops paulista com base na LSN (Lei de Segurança Nacional)

8.mai.80 — TSE dá a Ivete Vargas o registro do PTB

19.mai.80 — Luis Carlos Prestes é destituído da secretaria-geral do PCB

20.mai.80 — Lula é libertado

23.mai.80 — Protesto durante visita do presidente João Figueiredo a Ribeirão Preto (SP) resulta na prisão de 80 estudantes

26.mai.80 — Leonel Brizola funda o PDT (Partido Democrata Trabalhista)

21.jun.80 — Manifestantes são agredidos por vaiar o governador Paulo Maluf durante visita ao bairro da Freguesia do Ó, em São Paulo

25.jun.80 — Lula é eleito presidente do PT

2.jul.80 — O jurista Dalmo Dallari, presidente da Comissão Justiça e Paz, é seqüestrado e espancado em São Paulo por um grupo de extrema-direita

21.jul.80 — Bomba explode em banca de jornais do Itaim Bibi, em São Paulo, na tentativa de impedir a distribuição de publicações de esquerda

11.ago.80 — Ato na PUC-SP contra a onda de atentados da extrema direita no país é dissolvido pela polícia com pó-de-mico

14.ago.80 — Formada em Belo Horizonte (MG) a primeira CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do país sobre violência política

27.ago.80 — Bomba explode na sede da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), no Rio de Janeiro, e mata a funcionária Lydia Monteiro da Silva. Outras bombas são enviadas ao gabinete do vereador do Rio, Antonio Carlos de Carvalho, e ao jornal "Tribuna da Luta Operária"

8.out.80 — Libertado José Sales de Oliveira, último preso político no Brasil, em Fortaleza (CE)

10.out.80 — O deputado Francisco Pinto (PMDB-BA) é preso, com base na LSN, por discurso ofensivo ao general chileno Augusto Pinochet

13.nov.80 — Aprovada no Congresso Nacional emenda constitucional que estabelece eleições diretas para os governadores de Estado e que acaba com a nomeação de senadores biônicos

17.dez.80 — União é responsabilizada pela morte, em 1976, do operário Manuel Fiel Filho, no Doi-Codi de São Paulo

26.dez.80 — Com base na legislação militar, o governo pune os generais Andrada Serpa e Euler Bentes Monteiro por suas críticas ao modelo econômico brasileiro

1981

25.fev.81 — Lula e ex-dirigentes sindicais são condenados a três anos de prisão por greve no ABC, em 1980

26.mar.81 — Bombas são colocadas na oficina do jornal "Tribuna da Imprensa", no Rio, na sede da "Tribuna de Vitória" (25 de maio) e na sede da "Hora do Povo" (2 de maio), em São Paulo

19.abr.81 — Ivete Vargas é eleita presidente do PTB

30.abr.81 — Duas bombas explodem em um carro no Rio centro, durante show do Dia do Trabalho, matando o sargento Guilherme do Rosário e ferindo o capitão Wilson Machado

2.jun.81 — PF divulga lista de comunistas, que inclui Fernando Henrique Cardoso, Eduardo Suplicy e Chico Buarque

25.jun.81 — Jânio Quadros deixa o PTB

12.jul.81 — Leonel Brizola é eleito presidente do PDT

14.jul.81 — Volkswagen, com a produção paralisada, dá férias a 12 mil trabalhadores

6.ago.81 — General Golbery do Couto e Silva renuncia à chefia do Gabinete Civil

21 a 23.ago.81 — Acontece a 1º Conclat (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras), na Praia Grande (SP)

12.set.81 — Presidente Figueiredo inaugura, em Brasília, o Memorial JK

18.set.81 Pres.Figueiredo sofre enfarte e o vice Aureliano Chaves assume o poder

2.out.81 — STM (Superior Tribunal Militar) arquiva o IPM (Inquérito Policial Militar) do Rio centro, após quatro meses de investigações

4.nov.81 — Jânio Quadros volta ao PTB

12.nov.81 — UNE faz seu 33º Congresso em Cabo Frio

18.nov.81 — Estudantes jogam ovos no ex-secretário americano Henry Kissinger, na Universidade de Brasília

1º.dez.81- O juiz Osvaldo Moacir Álvares, da 2ª Vara Federal de Porto Alegre,responsabiliza União por torturas a Hilário Gonçalves Pinha, em 1975, no Dops de Porto Alegre (RS)

20.dez.81 - Inviabilizado pela Justiça Eleitoral,PP de Tancredo Neves se une PMDB

22.dez.81 Sancionada a lei que transforma,(1982) território de Rondônia em Estado

1982

11.jan.82 — Congresso aprova projeto de reforma eleitoral

11.jan.82 — TSE concede registro definitivo ao PT

22.mar.82 — Reynaldo de Barros (PDS) e André Franco Montoro (PMDB), candidatos ao governo do Estado de São Paulo, realizam o primeiro debate na TV após a suspensão da proibição imposta pela Lei Falcão

5.abr.82 — "Pra Frente, Brasil", filme de Roberto Farias, é censurado por mostrar tortura nos anos 70

27.mai.82 — Dops (Departamento de Ordem Política e Social) do Rio Grande do Sul é o primeiro a ser extinto

21.jun.82 — Padres franceses Aristides Camio e François Gourion são condenados pela LSN (Lei de Segurança Nacional) por incitarem posseiros a emboscada contra policiais e técnicos do governo, no Pará

2.set.82 — TSE (Tribunal Superior Eleitoral) proíbe debates políticos na TV

25.out.82 — Corpo do jornalista Alexandre Von Baumgarten é encontrado na Praia da Macumba (RJ) ao lado de carta em que acusa o general Newton Cruz de tramar sua morte

15.nov.82 — Eleições diretas para governadores, senadores, prefeitos e deputados federais e estaduais, exceto nas áreas de segurança

27.nov.82 — Leonel Brizola é prejudicado pela Proconcult, empresa contratada para apurar eleições no Rio de Janeiro, confirmando suas suspeitas de fraude na contagem de votos, mas é eleito governador

13.dez.82 — Presos 91 militantes do Partido Comunista por participarem do 7º Congresso do PCB, em São Paulo

1983

31.jan.83 — Dossiê atribuído ao jornalista Alexandre Baumgarten responsabiliza generais do SNI por sua morte

02.mar.83 — O deputado Dante de Oliveira (PMDB) apresenta no Congresso Nacional emenda que estabelece as eleições diretas para Presidência da República

4.mar.83 — Deops de São Paulo é extinto

11.mar.83 — Grampo telefônico é descoberto no gabinete do presidente João Figueiredo

4.abr.83 — Desempregados provocam tumulto e derrubam parte da cerca do Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo

7.abr.83 — Desempregados iniciam onda de saques no Rio de Janeiro

23.mai.83 — PDS e PTB firmam pacto de apoio ao governo

21.jun.83 — Tribunal Federal de Recursos mantém sentença que responsabiliza a União pela morte do jornalista Wladimir Herzog

28.jun.83 — Os governadores Franco Montoro (PMDB-SP), Leonel Brizola (PDT-RJ) e o presidente do PT Luiz Inácio Lula da Silva, reúnem-se no Rio para criar frente suprapartidária pela volta das eleições diretas

21.jul.83 — Primeira greve geral pela abertura política

26.ago.83 — Congresso de fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores), em São Paulo

14.nov.83 — Carro-bomba explode no estacionamento do jornal "O Estado de São Paulo"

27.nov.83 — Manifestação pró-eleições diretas organizada pelo PT reúne 10 mil pessoas na praça Charles Muller, em São Paulo; no mesmo dia morre o senador Teotônio Vilela que, mesmo com câncer, percorreu o país pregando a volta da democracia

30.nov.83 — Câmara aprova criação do Estado de Tocantins

17.dez.83 — Padres franceses Camio e Gouriou, e mais 13 posseiros são libertados

1984

12.jan.84 — Comício reúne 60 mil pessoas em Curitiba (PR) e lança campanha Diretas-Já

23.jan.84 — Encontro dos sem-terra, em Cascavel (PR), cria MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)

25.jan.84 — Cerca de 300 mil pessoas realizam um comício pelas Diretas—Já na Praça da Sé, em São Paulo

10.abr.84 — Comício reúne quase 1 milhão pelas Diretas-Já, na Candelária, Rio de Janeiro

16.abr.84 — Mais de 1 milhão de pessoas ocupam o Vale do Anhangabaú, em São Paulo, pelas Diretas-Já

18.abr.84 — O presidente Figueiredo decreta medidas de emergência no Distrito Federal, Goiânia e mais nove municípios de Goiás, em função da votação da emenda Dante de Oliveira, marcada para dia 25 de abril

24.abr.84 — Panelaço nas principais cidades brasileiras pelas Diretas-Já

25.abr.84 — Congresso Nacional rejeita a emenda Dante de Oliveira, que previa eleições diretas para a presidência

26.abr.84 — General Newton Cruz ordena cerco a uma passeata de protesto dos estudantes da UnB (Universidade de Brasília), frustrados com a derrota da emenda, e a invasão de uma escola na qual os estudantes tinham se refugiado; o presidente da UNE é preso

15.mai.84 — Bóias-frias fazem greve em Guariba (SP) e reivindicam melhores salários e condições de trabalho. Após invadirem as cidades de Guariba e Bebedouro (SP), e de choques com soldados, o movimento incendeia canaviais para ser atendido.

19.jun.84 — Registrada a primeira greve da história da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional)

5.jul.84 — José Sarney, Marco Maciel e Aureliano Chaves, do PDS, rompem com o governo e formam a Frente Liberal

23.jul.84 — PMDB e Frente Liberal assinam aliança para a candidatura Tancredo-Sarney à Presidência da República

11.ago.84 — Paulo Maluf é candidato à presidência pelo PDS

12.ago.84 — Aprovada a candidatura de Tancredo Neves à presidência

15.out.84 — Cinco governadores do PDS aderem à candidatura de Tancredo

12.dez.84 — Mesa do Senado opta pelo voto aberto no Colégio Eleitoral

1985

15.jan.85 — Colégio Eleitoral elege Tancredo Neves, do PMDB, presidente do Brasil, por 480 votos contra 180 de Paulo Maluf (PDS)

16.jan.85 — PT expulsa três deputados que participaram do Colégio Eleitoral

24.jan.85 — É criado o PFL (Partido da Frente Liberal)

14.mar.85 — Na véspera de tomar posse, o presidente Tancredo Neves é internado no Hospital de Base de Brasília, onde é submetido a uma operação abdominal

15.mar.85 — Toma posse o vice-presidente José Sarney

19.mar.85 — Anistiados 164 sindicalistas destituídos de seus mandatos, entre eles Luiz Inácio Lula da Silva

21.abr.85 — Morre o presidente Tancredo Neves

8.mai.85 — Aprovado, pelo Congresso, emenda constitucional que estabelece eleições diretas para a Presidência da República e prefeituras, estende o voto aos analfabetos e legaliza os partidos comunistas

7.2. Características da Conjuntura Econômica (1979-1985)

No final dos anos 70 a inflação chegava a 94,7% ao ano. Em 1980 bateu 110% e, em 1983, 200%. O Brasil entrou numa recessão cuja principal conseqüência foi o desemprego. Em agosto de 1981, havia 900 mil desempregados somente nas regiões metropolitanas. No início dos anos 80, segundo dados do IBGE, 80 milhões de pessoas (67% dos brasileiros) viviam nas cidades, contra uma população rural de 39 milhões de pessoas. A região Sudeste era a mais rica e industrializada, com 44% dos habitantes do país. Mesmo capitais como, Recife e Salvador tiveram um aumento populacional de 45% e 33%. Infelizmente o crescimento dos centros urbanos não era acompanhado de planejamento ou de incremento de serviços como transporte, saneamento básico, bem como atendimento público de saúde, educação e justiça. Felizmente, o crescimento populacional, ou melhor, o inchaço populacional vinha desacelerando. Entre 1970 e 1980, o crescimento foi de 27,8%, enquanto no período anterior, de 60 a 70, foi de 32,9% e, entre 1980 e 1991, chegou a 23,5%. Em 1980 o analfabetismo ainda atingia 25% dos habitantes.

A resolução desses problemas eram algumas das reivindicações dos movimentos sociais urbanos da época. Começavam a surgir diversos loteamentos clandestinos, cada vez mais comuns nas periferias.

Durante o Governo Figueiredo o terrorismo voltou a tentar comprometer a continuidade do projeto de abertura política, caracterizando os conflitos internos, entre as duas linhas “castelista” e “dura”, dentro da caserna. Um deles, que felizmente fracassou, porque senão teria sido uma grande tragédia, foi o atentado ocorrido em 1981. Duas bombas explodiram na noite de 30 de abril no Rio centro, na Barra da Tijuca, onde o Centro Brasil Democrático (Cebrade) promovia um show de música popular em comemoração ao Dia do Trabalho, com a presença de cerca de 20 mil pessoas. Uma das explosões ocorreu num carro particular que manobrava no estacionamento, matando um dos ocupantes, o sargento Guilherme Pereira do Rosário, e ferindo gravemente o motorista, capitão Wilson Luís Chaves Machado, ambos do CODI do I Exército. Suspeitou-se que a "linha dura" havia planejado o atentado para desestabilizar a transição para a democracia, e de que, a bomba explodiu no colo dos agentes do exército, antes que eles chegassem ao local supostamente planejado. Tal fato fez com que Golbery do Couto e Silva pedisse demissão, pois ele queria a **apuração do caso**, que, contudo foi negada. A polícia tratou de dar um basta às investigações, deixando o caso obscuro até hoje. A imprensa e a opinião pública se convenceram de que as vítimas eram os

próprios terroristas, mas o general Gentil Marcondes, comandante do I Exército, divulgou a versão de que ambos cumpriam "missão de rotina" e determinou que o sepultamento do sargento fosse com honras militares. **A crise subseqüente chegou a ameaçar a estabilidade do governo e foi solucionada à base de mútuas concessões**. Não houve punição ostensiva aos militares integrantes da "linha dura" e o I Exército pôde fazer seu próprio inquérito para concluir que os dois militares haviam sido "vítimas de uma armadilha ardilosamente colocada no carro do capitão". Em compensação, não ocorreu a partir daí outro atentado terrorista significativo. Essa solução, entretanto, não agradou a todos os membros do governo.

Em 29 de agosto de 1979 foi aprovada a Lei da Anistia sancionada pela Lei nº 6.683, de iniciativa do governo e aprovada pelo Congresso, absolvendo todos os cidadãos punidos por atos de exceção desde 9 de abril de 1964, data da edição do AI-1. O benefício favoreceu 4.650 pessoas, entre estudantes, professores e cientistas afastados das instituições de ensino e pesquisa nos anos anteriores, mas o reaproveitamento de servidores civis e militares ficou subordinado à decisão de comissões especiais criadas no âmbito dos respectivos ministérios para estudar cada caso. Outra restrição dizia respeito às pessoas condenadas pelos chamados "crimes de sangue", atos terroristas cometidos no período em que grupos de esquerda usaram a luta armada para combater o regime militar.

Segundo o Superior Tribunal Militar (STM), havia então 52 presos políticos, dos quais 17 foram imediatamente libertados e 35 permaneceram à espera de uma análise mais demorada dos seus processos. Entre presos, cassados, banidos, exilados ou simplesmente destituídos dos seus empregos.

O movimento para aprovar tal medida havia começado na segunda metade da década de 70, reunindo entidades do movimento estudantil e sindical, organizações populares, OAB, ABI e a Igreja. Objetivava-se uma anistia "ampla, geral e irrestrita". A vitória, no entanto, foi considerada parcial, uma vez que a anistia não perdoava os participantes de "atos terroristas", consoante texto legal, e, além disso, também liberava os militares acusados de assassinatos e torturas.

Segundo se afirmava, o estudo da nova lei dos partidos foi concebido por Golberi, com o objetivo de evitar o caráter plebiscitário das eleições e impedir que o governo ficasse em posição difícil no colégio eleitoral que elegeria o próximo presidente da República. Em 22 de novembro foi aprovada a nova Lei Orgânica dos Partidos, também chamada de **Reforma Partidária,** que extinguia a Arena e o MDB e restabelecia o pluripartidarismo no país. A partir daí, cresceu um movimento cujo escopo era estabelecer eleições diretas para os cargos

executivos. Em 13 de novembro de 1980, foi restabelecida a eleição direta para governadores e foram extintos os cargos de senadores biônicos, respeitados, contudo, os mandatos em curso. No entanto, para evitar uma fragorosa derrota da situação, proibiram-se as coligações partidárias, o voto passou a ser vinculado e de legenda, e a cédula não apresentava os nomes dos partidos, apenas dos candidatos.

Os aliados ao regime militar (a antiga ARENA) fundiram-se no Partido Democrático Social (PDS), e o antigo MDB tornou-se o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ressurgiu (após briga entre a sobrinha de Vargas e Brizola, verdadeiro herdeiro do trabalhismo) e em 1980 foi registrado o Partido dos Trabalhadores (PT), liderado pelo líder dos metalúrgicos, Luiz Inácio "Lula" da Silva, que desde 1978 liderava as mais importantes greves da região do ABC de São Paulo. No entanto, o PT não reunia apenas trabalhadores das fábricas paulistas, mas também grande parte do movimento sindical rural e urbano, intelectuais, militantes eclesiais de base e setores de esquerda dentro do MDB.

Em 1980, Leonel Brizola fundou o PDT, reunindo outra parte do movimento trabalhista (ele perdeu na justiça a sigla do PTB para a sobrinha de Getúlio Vargas). Com o tempo, novas lideranças - principalmente trabalhistas - começaram a despontar em todo o país, o que viria gerar muitos desencontros com relação ao direcionamento do movimento sindical. A organização intersindical acontece entre 21 e 23 de agosto de 1981, e foi realizada a 1a. Conferência das Classes Trabalhistas em São Paulo, em Praia Grande. Ali se formou a comissão pró - CUT (Central Única dos Trabalhadores), fundada dois anos depois.

Com o objetivo de unir as várias tendências do movimento trabalhista, a CUT apresentou uma proposta de organização sindical independente. Pela primeira vez, conseguia-se congregar trabalhadores do campo e da cidade. No entanto, por ser muito forte, o sindicato dos metalúrgicos ficou de fora, privando a CUT de possuir um dos sindicatos mais expressivos da época.

Devido ao crescimento da oposição, por meio da emenda constitucional de 4 de setembro em 1980, o governo tentou manter o controle da transição democrática, promulgando o mandato dos vereadores e prefeitos e adiando por dois anos as eleições para a Câmara Federal e Senado, governos estaduais, prefeituras, Assembléias Estaduais e Câmara de Vereadores.

Quatro dias antes das eleições, marcadas para 15 de novembro de 1982, o governo proibiu as coligações partidárias e estabeleceu a vinculação do voto: o eleitor só poderia votar em candidatos do mesmo partido.

Nas eleições para governador, as oposições somadas obtiveram 25 milhões de votos. O PMDB elegeu 9 governadores e o PDT, um. O PDS obteve 18 milhões de votos, elegendo 12 governadores. Embora perdendo em número de votos, o regime manteve o controle do processo de democratização e articulou a sucessão de Figueiredo, que ocorreria em novembro de 1984.

Em novembro de 1983, o PT iniciou a disputa presidencial: no dia 27 reuniu cerca de 10 mil pessoas em São Paulo e em várias outras cidades num movimento para pressionar o Congresso para a aprovação da emenda do Deputado Dante de Oliveira, que estabelecia as eleições diretas para Presidente. Teve inicio assim, a um período caracterizado pelas maiores manifestações populares já vistas em toda a História nacional. O movimento pelas eleições diretas - **Diretas-Já** - cresceu espetacularmente.

As maiores manifestações ocorreram em São Paulo, onde, em 12 de fevereiro de 1984 reuniram-se 200 mil pessoas, e no Rio de Janeiro, onde se realizaram duas grandes manifestações: a primeira em 21 de março com 300 mil e a segunda com 1 milhão de pessoas. O movimento se espalhou por todo país. Porto Alegre foi às ruas em 13 de abril com 150 mil manifestantes e Vitória, em 18 de Abril, com 80 mil. São Paulo, um dia antes, já havia feito nova manifestação com 1,7 milhão de pessoas. O movimento ficou conhecido como Diretas-já e teve em Ulysses Guimarães seu mais popular defensor, tanto que ele ficou conhecido como o "Senhor Diretas".

A Emenda Dante de Oliveira foi a plenário no dia 25 de abril. 298 deputados votaram a favor, 65 contra e três se abstiveram, mas 112 parlamentares não compareceram para votar, com medo de decepcionar os eleitores votando contra a Emenda. Seriam necessários apenas mais 22 votos para sua aprovação.

Após essa derrota, iniciou-se a corrida para a disputa das eleições indiretas. O governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, lançou-se candidato da oposição e encontrou em Ulysses Guimarães um grande apoio.

O PDS lançou Paulo Maluf como candidato do governo, mas divergências fizeram com que parte do PDS se aproximasse do PMDB. Da união, nasceu a Aliança Democrática (PMDB + Dissidentes do PDS, que em parte formaram a Frente Liberal, posteriormente PFL). Nela

encontrava-se **José Sarney**, que, rompido com o PDS, filiou-se ao PMDB e foi indicado para concorrer junto com Tancredo como Vice-presidente. O PT acusou as eleições indiretas de serem uma farsa e recusou-se a participar. **Tancredo Neves** foi eleito em 19 de janeiro de 1985. Paulo Maluf e 25 abstenções. Seria o primeiro presidente civil após de 21 anos de ditadura militar.

7.3. A Política Econômica Contracionista e a Crise da Dívida Externa

A conjuntura econômica do primeiro trimestre de 1979 era de grandes tensões provocadas pela inflação ascendente e pela elevada taxa real de juros. A partir de 1977 o endividamento externo das empresas estatais havia crescido espetacularmente. O montante da dívida externa, o déficit do balanço de pagamentos, a tendência à queda na taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e o retorno da inflação a níveis inéditos desde 1964 foram os principais problemas enfrentados pelo novo governo, forçado a atuar em meio a uma grave crise internacional. Em julho de 1979, Figueiredo advertiu a nação sobre a necessidade de adotar "uma nova economia de guerra" e anunciou o congelamento das importações de petróleo e a criação do Conselho Nacional de Energia. A partir daí, o governo intensificou os programas de pesquisa e investimento em fontes energéticas alternativas - especialmente o Pro álcool - e adotou uma agressiva política de prospecção de petróleo na plataforma submarina, conseguindo dobrar a produção de óleo cru, de 160 mil para 320 mil barris diários, entre 1979 e 1982. Ainda em julho de 1979, foi anunciado um plano de privatização de empresas do governo não ligadas a áreas de interesse para a segurança nacional. Essas empresas seriam capazes de passar à administração do empresariado brasileiro, procurando assim combater o gigantismo estatal freqüentemente denunciado pela imprensa.

O diagnóstico básico, tanto para o desequilíbrio externo como para a aceleração inflacionária, era o excesso de demanda interna, materializada no déficit público. A política econômica procurou centrar-se no controle da demanda agregada. Foram implantadas medidas para diminuir a base monetária da economia. 1-Com o objetivo de reduzir a expansão creditícia, o ministro Simonsen toma, basicamente, as seguintes medidas:

a) Desacelera o fluxo do endividamento externo de forma a queimar parte das reservas e favorecer a contração da “base” monetária (depósito compulsório 50%, por 1 ano, imposta aos empréstimos em moeda estrangeira, em abril).

b) Efetua a retirada gradual dos incentivos fiscais à exportação de manufaturados, a ser compensada, durante 3 anos, por uma aceleração das minidesvalorizações cambiais. As perdas para os tomadores seriam neutralizadas pelas Resoluções 432 e 230, que autorizavam os depósitos em dólar, no valor equivalente aos empréstimos contraídos, e auferir, dessa forma, os ganhos decorrentes da desvalorização cambial mais acelerada.

c) Estabelece tetos mais rígidos e fiscalização sobre a expansão global dos empréstimos bancários, inclusive sobre as operações do Banco do Brasil. As novas prioridades em relação à política agrícola deveriam ser compensadas com cortes sobre outros setores.

2- Com o objetivo de reduzir os gastos e investimentos:

a) opera cortes adicionais do gasto e nos investimentos das estatais, de forma a produzir superávit fiscal, que seria utilizado para cobrir parte do déficit financeiro global do governo.

b) reduz operações do BNDE para financiamento de investimentos.

Esse conjunto de medidas não enfrentava a questão crucial da circulação financeira hiper-inflada, a taxas de juros elevadas, sendo sustentada pelo aceleradíssimo giro ampliado da dívida pública.

Sem sucesso, o ministro tentou uma reforma "bancária" tendo como meta separar as funções entre o Banco do Brasil e o Bacen, de forma que se pudesse "esterilizar" os superávits fiscais e evitar que se transformassem em crédito amplificado pelo BB.

O acúmulo das pressões advindas dos empresários e banqueiros, mais a inflação em franca aceleração, bem como as promessas de medidas recessivas como única saída para a crise, foram fatores que levaram o ministro a renúncia em agosto de 1979.

Em 15 de agosto de 1979 o ministro Delfim Netto assumiu o posto do demissionário ministro-chefe da SEPLAN (Secretaria do Planejamento). Com discurso desenvolvimentista e de combate à inflação com crescimento econômico, Delfim afirma, que tudo fará para reeditar o milagre econômico.

A frase do professor Fishlow expressa bem o momento: "Dificilmente Delfim Netto poderia ter escolhido pior momento para seu retorno".O segundo choque do petróleo tinha estourado e rapidamente ocorreriam a elevação das taxas de juros e uma profunda e prolongada recessão nos países industrializados. Conforme vimos, a economia brasileira ainda continuava insegura em relação a seu ajustamento ao primeiro choque dos preços do petróleo.

Delfim delineou um programa para reduzir a inflação, ao mesmo tempo em que se incitava o crescimento. Do lado real, as principais prioridades seriam para energia e agricultura, sendo que esta recebeu mais peso e representava as esperanças da política. O rápido crescimento da agricultura reduziria o papel da alimentação na elevação do índice de preços, um complicador nos anos recentes; geraria também exportações para assegurar o serviço da dívida; através do programa do álcool, permitiria substituição entre energéticos; e,

finalmente facilitaria uma melhora da distribuição de renda. A energia era um requisito obviamente necessário, seja pela produção doméstica de petróleo, seja pela produção de substitutos, como o álcool, A ambos os setores foi assegurado todo o crédito subsidiado que eles demandaram.(*)[76]

A inflação em setembro assumiu 7,7%; o déficit financeiro Tesouro Cr$ 280 bilhões, equivalente a 5% do PIB; A queda do Xá do Irã acarreta aumento no preço do petróleo, que sobe 110% entre junho de 1979 a fevereiro de 1980. O recrudescimento da maior crise econômica internacional no pós-guerra, em função da segunda crise do petróleo (o preço do barril elevou-se de 15 para 35 dólares), e da elevação das taxas de juros internacionais, em função do aumento das taxas de juros nos Estados Unidos. O novo ministro reconhece que não seria fácil controlar a inflação em curto prazo e estipula o desequilíbrio financeiro do governo como o problema mais importante a ser enfrentado naquele momento. Assim sendo, estabelece tabelamento dos juros bancários, através do "redutor", 10% sobre as taxas médias vigentes no mês anterior. Como a inflação estava acelerada, o nível real dos juros diminuiu, e os banqueiros vão reagir e pressionar por medidas compensatórias.

Outras medidas de política econômica seriam implantadas entre setembro e dezembro de 1979, tais como: expurgo do reajuste do petróleo no IPA, ou seja, embora a inflação do segundo semestre de 1979 fosse de 77,2%, o coeficiente de correção foi de 47,2%. Essa medida visava desinflar toda a circulação financeira indexada; reduzir a pressão sobre o giro da dívida pública; diminuir os rendimentos das ORTNs e LTNs; amenizar o efeito transmissor e propagador da correção monetária sobre os preços. Outras medidas foram: recompor a incidência do Imposto de Renda Pessoa Jurídica; Criação da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (SEAP) para coordenar SUNAB E CIP e limitar em dois reajustes anuais de preços.

Estabeleceu o tabelamento das taxas de captação financeira para evitar evasão dos ativos indexados a posteriori para os prefixados: rebaixamento das taxas de captação amenizando o giro da dívida pública. Foi criada a Secretaria Especial para as Empresas Estatais -SEST -fiscalizar rigorosamente as políticas das estatais.

[76] FISHLOW, Albert. A Economia Política do Ajustamento Brasileiro aos Choques do Petróleo: uma Nota sobre o período 1974/84. **Revista Pesquisa Planejamento Econômico**. v 16. dezembro, 1986. p. 530.

Por iniciativa do Ministério do Trabalho foi aprovada em outubro, lei que estabeleceu reajustes semestrais, com base no INPC. Outro ajuste de preços autorizado foi no setor público e privado. Exemplo gasolina e energia elétrica.

Além disso, o governo baixou um pacote de medidas fiscais na área das transações externas, (eliminação dos subsídios) acompanhado por uma maxidesvalorização cambial de 30%. Acreditava-se que passado o impacto inflacionário, essas medidas seriam suficientes para recuperar a eficácia econômica.Para quebrar as "expectativas" inflacionárias, o ministro anunciou a prefixação dos níveis de correção monetária e da correção cambial, para 1980: em 45 e 40% respectivamente. Taxa de Inflação de 50%.

O governo conseguiu obter altas taxas de crescimento do PIB em 1979 e 1980 (6,4% e 7,9%), mas perdeu o controle sobre a inflação, que saltou de 77% para o elevado índice de 110% nesse período, e assistiu a uma grave deterioração na relação entre o valor das exportações e o montante da dívida externa, de 54 bilhões de dólares.

As contas da Petrobrás - CNP e o Tesouro avolumaram substancial déficit; a expansão do crédito do BB excedeu os limites, especialmente para o custeio agrícola; etc. Em resposta à esses desequilíbrios a SEPLAN tomou medidas de ajustes tributários em abril de 1980:

1. Empréstimo compulsório de 10% sobre os rendimentos não tributários, acima de 4 milhões, com base declarações de 1979.

2. Aumento de 0,2 para 0,6% ao mês das alíquotas do IOF para operações até 365 dias. Acima desse prazo a alíquota foi para 6,9%. O IOF foi estendido para às operações de câmbios, sendo fixada alíquota adicional de 10% sobre as importações.

3. Reajustes de alíquotas de IRPJ sobre distribuição de dividendos e outras rendas do capital, inclusive com retenção na fonte.

Ficou evidenciado que as medidas do 2º semestre de 1979 não foram suficientes para lograr o equilíbrio global das finanças públicas – que ainda teriam etapas sucessivas de ajustes à custa da manutenção do elevado patamar inflacionário por um período de tempo superior ao que os próprios condutores da política econômica esperavam.

A situação do financiamento externo complicou-se bastante nos 4 primeiros meses de 1980, acarretando a deterioração da posição do Brasil perante o sistema financeiro privado internacional. Os grupos conservadores recomendavam política recessiva e pedido de socorro ao FMI. Logo as taxas de juros começaram a declinar no mercado internacional e o governo

brasileiro suspendeu a proibição aos Estados, Municípios e empresas estatais de tomar empréstimos pela Resolução 63, para compensar as falta de demanda por parte do setor privado que se assustara com repetidos boatos de uma nova maxidesvalorização. Em meados de junho, a situação já estava regularizada, permitindo o fechamento do BP em 1980. Na mesma oportunidade, a chefia da SEPLAN contra atacou as críticas conservadoras, através de medidas que estabeleceram grandes cortes nos investimentos programados pelas empresas estatais e contenção de gasto de custeio do setor público.

A mudança do cenário internacional refletiu fortemente na economia brasileira. A partir de 1979, o FED, banco central americano, adotou uma política monetária restritiva, visando conter a tendência de desvalorização do dólar que se verificava, desde a adoção do câmbio flutuante, em 1973. Restringiu o crédito e dificultou o financiamento do Tesouro americano, tentando forçar o ajustamento da economia. Essa tendência de desvalorização do dólar era conseqüência da perda de competitividade diante de outras nações industriais, o que se materializava em piora nas contas externas americanas.

Quando Reagan assumiu a presidência em 1980, e adotou a política *"supply side economics", ou "reaganomics"*, a situação fiscal do governo deteriorou-se ainda mais. Ao ter que financiar-se no mercado em uma situação de aperto creditício, elevou violentamente as taxas de juros, que transformou os EUA no grande absorvedor da liquidez mundial.

Para o Brasil o quadro se agravou durante o ano de 1981, quando a alta taxa de inflação (95%) e o aumento da dívida para 61 bilhões de dólares se combinaram com um crescimento negativo do PIB (-1,9%), que inaugurava no Brasil a "estagflação", tão temida pelos economistas de todas as partes do mundo. No segundo semestre desse ano, a opinião pública, já assustada com a recessão, tomou conhecimento de um enorme déficit no sistema de previdência, que resultou, em dezembro, no aumento das contribuições compulsórias de empregadores e empregados, através do chamado "Pacote da Previdência", duramente criticado pela oposição e pelo movimento sindical.

A necessidade de captar recursos para o desenvolvimento de programas governamentais nas áreas de produção agrícola, educação, saúde e habitação levou à criação, em 25 de maio de 1982, do Finsocial, constituído a partir de 0,5% da renda bruta das empresas públicas e privadas, incluindo instituições financeiras e seguradoras. O BNDE foi encarregado de gerir a aplicação desse fundo, passando a denominar-se Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Para enfrentar o crescente endividamento externo, o governo acelerou nesse período projetos de exportação de matérias-primas e produtos primários, investindo maciçamente, com apoio de empresas multinacionais, na exploração das enormes reservas de ferro, manganês e bauxita na serra de Carajás, no sul do Pará. O projeto previa ainda o aproveitamento dos recursos florestais e hidrelétricos da região e a expansão da produção agrícola local, mas a forma e a intensidade da **participação de capitais estrangeiros foram motivo de intensas críticas no Congresso, na imprensa e em outras áreas da sociedade.**

O Programa Grande Carajás é o nome de um vasto programa de mineração criado pela empresa brasileira Companhia Vale do Rio Doce, durante o governo Figueiredo, quando Eliezer Batista era presidente da Vale. Foi lançado em 1979 com o objetivo de produzir minérios em escala industrial para o abastecimento do mercado internacional. Esse programa tem como base a Serra dos Carajás, uma grande província mineralógica que contém a maior reserva mundial de minério de ferro de alto teor, além de importantes reservas de manganês, cobre, ouro e minérios raros. A prospecção de minério na Serra dos Carajás, no leste do Pará, começou em 1966 com a participação de empresas transnacionais. Em 1970 os minérios já tinham sido localizados e constituiu-se a Amazônia Mineração S.A., que associava empresas estrangeiras com a Companhia Vale do Rio Doce. No final dos anos 70 a CVRD pagou uma vultosa indenização às suas parceiras, assumiu o controle total do empreendimento e lançou o Programa Grande Carajás. Para a consolidação desse ambicioso projeto, foi implantada uma importante infra-estrutura, que inclui a Usina hidrelétrica de Tucuruí, a Estrada de Ferro Carajás-Itaqui e o Porto de Ponta da Madeira, localizado em Itaqui, (MA).

Em agosto de 1982, o governo interveio para salvar um outro empreendimento de exploração e exportação dos recursos naturais da Amazônia, patrocinando a compra, por 23 empresas brasileiras, do Projeto Jari, que há vários anos estava sendo implantado em extensa área entre o Pará e o Amapá pelo empresário americano Daniel Ludwig. Pouco depois, em 1º de setembro, os contratos de risco com empresas estrangeiras para a prospecção de petróleo foram estendidos a todo o território nacional, inclusive a plataforma submarina, exceto onde a Petrobras já desenvolvia suas atividades. Ainda no terreno energético, foi completado em novembro de 1982 o enchimento do reservatório de Itaipu, maior hidrelétrica do mundo, na fronteira entre Brasil e Paraguai, e orçada em 13 bilhões de dólares, parcialmente financiados com recursos externos. A usina entraria em operação em 1983, apesar da queda da demanda de energia elétrica nos dois anos anteriores, devido à recessão econômica.

Em fins de novembro, o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, confirmou que o governo estava negociando sigilosamente com o FMI desde setembro um empréstimo de 4,8 bilhões de dólares para pagar os juros da dívida externa, avaliada em 88 bilhões de dólares. Em 20 de dezembro, Galvêas, Delfim Netto e Carlos Geraldo Langoni (presidente do Banco Central) se reuniram em Nova Iorque com representantes de 132 bancos estrangeiros credores para comunicar oficialmente a impossibilidade de pagar a amortização da dívida em 1983.

Essa situação levou a uma série de modificações na política econômica e à assinatura de uma carta de intenções com o FMI, prevendo uma drástica redução dos investimentos públicos, maiores facilidades para a remessa de lucros para o exterior, corte de subsídios a mercadorias e serviços essenciais e diminuição nos índices de reajustes salariais dos trabalhadores. O Conselho Monetário Nacional elaborou em seguida a "Programação do setor externo para 1983", subordinando explicitamente os rumos da política econômica ao gerenciamento da dívida externa. Pretendendo reduzir as importações de 20 bilhões de dólares para 17 bilhões de dólares, o governo determinou cortes de 29% nas compras externas do setor público e de 22% do setor privado, mesmo à custa de afetar ainda mais a produção. Em seguida, afirmando necessitar conter o desemprego, modificou a forma de cálculo dos reajustes salariais, punindo a classe média e os assalariados de rendas mais baixas. Também o programa nuclear foi afetado pelas medidas de contenção econômica. O orçamento da Nuclebrás foi reduzido em valores reais, a construção das usinas de Angra-II e Angra-III, retardada, e o projeto das demais centrais nucleares, adiado. O ano de 1982 fechou com uma inflação de 100%, um crescimento do PIB de -1% e reclamações generalizadas contra as taxas de juros - as mais altas do mundo - que continuavam sendo cobradas pelos bancos.

Em 1983 a situação econômica deteriorou bastante. O ministro do Planejamento, Delfim Netto, passou a personalizar a crise econômica. Sua passagem por essa pasta foi marcada por um descontentamento generalizado de diferentes segmentos da sociedade, que buscavam o seu afastamento. "Estamos a fim da cabeça do Delfim" foi um dos versos mais proclamados em todas as manifestações políticas nesse período. A política econômica do governo Figueiredo teve como resultados mais visíveis os quatro anos consecutivos de uma inflação de aproximadamente 100%. A grande recessão acompanhava o agravamento do quadro de miséria, além da maior visibilidade assumida pelo peso da dívida externa. Política econômica sem credibilidade, governo sem credibilidade. Ainda assim, Delfim manteve-se no cargo até o fim do mandato presidencial, recebendo total apoio de Figueiredo e de outros setores militares, como o grupo ligado ao ex-presidente Médici. As críticas à sua atuação

partiam de adversários históricos, como os sindicatos e partidos de oposição, mas também surgiam de aliados tradicionais, como os empresários e os parlamentares governistas. Em maio de 1983, Delfim foi convocado pelo próprio PDS para esclarecer ao Congresso por que o Brasil acumulara uma dívida de 88 bilhões de dólares nos anos anteriores. Além das críticas à condução da política econômica, Delfim também foi envolvido em denúncias, tais como a da desastrosa administração da dívida polonesa com o Brasil, conhecida como o *Caso Polonetas*, acompanhada pela quebra do Montepio Capemi e do conglomerado financeiro Coroa-Brastel. Em setembro de 1983, Delfim também foi acusado de ter recebido comissões para facilitar negócios de empresas francesas (10% nas negociações feitas na França) quando era embaixador do Brasil em Paris.

Naquele momento, duas grandes questões agitavam os debates em torno da política econômica: a dívida externa (90 bilhões de dólares) e interna (21 trilhões de cruzeiros) e a política salarial. Os dois pontos eram evocados das mais distintas formas quando o assunto era o principal problema econômico da época, a inflação. Com o objetivo de pôr em ordem o balanço, o governo conseguiu negociar novo empréstimo do FMI, ainda em 1983, num financiamento conhecido como "Empréstimo Jumbo". Na tentativa de conter o estouro do déficit público, a metade dos 6,5 bilhões de dólares prometidos pelo FMI foi diretamente comprometida com dívidas bancárias e comerciais no exterior. O empréstimo só foi negociado porque o Congresso, ao aprovar o Decreto nº. 2.065, desenhou uma nova política salarial, precisamente um dos itens impostos pelo FMI para o programa de reajuste. Tratava-se da quarta tentativa do governo de aprovar uma nova política salarial, limitando os reajustes de salários a 80% do INPC, conforme haviam recomendado os técnicos do FMI. A tramitação da proposta de política salarial do governo, durante o segundo semestre de 1983, foi o principal cavalo de batalha da oposição naquela conjuntura.

Por trás das medidas autoritárias e dos atritos entre governo e oposição e entre aliados do próprio governo na discussão da política salarial estava o crescimento da pressão popular, em especial por intermédio das demonstrações de força do movimento sindical, como a greve geral em julho daquele ano, contra a política salarial, e a criação da CUT no mês seguinte.

Em 1984 a economia se recuperou um pouco e o PIB cresceu 5,4% reais.

7.4. Analise e Interpretação

Embora mantendo comportamento do “vaivém”, semelhante ao do governo Geisel, ou seja, atitudes ambíguas do tipo: sancionava a lei da anistia e concomitantemente reprimia greves e interferia em sindicatos, o presidente Figueiredo deixava claro que sua missão era dar continuidade ao processo de abertura política e possibilitar o retorno da democracia ao País. O Jornal Brasil Dia-a-Dia, 1988, p.40 escreve que, em contato com jornalistas, ele teria afirmado: “È para abrir mesmo, quem quiser que não abra, eu prendo e arrebento”.

Aliás, essa era uma de suas características nas entrevistas, sempre surgiam frases de “terrível mau gosto” para não dizer totalmente inadequadas para serem ditas, principalmente quando a pessoa que as proferia, era o presidente de um país. Um desses péssimos momentos foi quando uma criança, numa sala de aula de escola pública primária, no Paraná, perguntou ao presidente Figueiredo, o que ele faria se o seu pai ganhasse um salário mínimo mensalmente. A resposta que o general deu ao garoto, em 1979 foi:

1. “Se meu pai ganhasse salário mínimo, eu dava um tiro na cuca”.

Outras que ficaram famosas: “Prefiro cheiro de cavalo ao cheiro de povo”.

2. “Eu gosto é de clarim e de quartel”.

3. “Não posso obrigar o povo a gostar de mim. Sou o que sou não vou mudar para que o povo goste”.

4. “Um povo que não sabe nem escovar os dentes não está preparado para votar”,

5. “Todo o povo é uma besta que se deixa levar pelo cabresto”..

6. “Me envaideço de ser grosso”.

7. “O turco não sentará no meu lugar de maneira nenhuma”, sobre a possibilidade de Paulo Maluf ser eleito no colégio eleitoral.

8. “Tancredo never” Trocadilho infame dito quando Tancredo Neves, presidente eleito no Brasil, morreu sem ter tomado posse do cargo. Esses são exemplos, dentre muitas outras “pérolas”.

Exprimiu as dificuldades de manter o regime militar com uma frase já no final de seu mandato. "Eu quero que a Nação me esqueça... quero que me esqueçam", afirmou.

Mas apesar da grande quantidade de frases que ficaram “famosas para a história”, a pior frase durante o período militar não foi do Presidente Figueiredo, mas sim do Presidente Médici “O homem não foi feito para a democracia”.

Com certeza, o Presidente Geisel se saiu melhor quando afirmou: “Nosso mal foi ter durado tanto tempo”.

Figueiredo assumiu o governo em um contexto de aceleração da inflação, baixos salários e de pouca distribuição de renda. Começaram a surgir diversas greves, contrariando a determinação do governo. A de maior destaque foi a do sindicato de metalúrgicos de São Bernardo, no ABC paulista, sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, que chegou a reunir 160 mil metalúrgicos da indústria automobilística e contou com o apoio de setores da igreja (o arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, foi um dos colaboradores).

O regime interviu no sindicato, prendendo Lula e outras lideranças da entidade. Outra greve reprimida pelo governo foi dos policiais de São Paulo, que pararam por 15 dias. Além da violência, o ato foi marcado pelo saldo de 200 presos. Embora tenha detido as principais lideranças, Figueiredo não conseguiu pôr fim às manifestações dos metalúrgicos. Em negociação direta entre trabalhadores e empregadores, foi acordado o aumento de 63% nos salários, o retorno de Lula às suas funções no sindicato e de todos os outros presos. Em 1979, aconteceram cerca de 400 greves de funcionários públicos em todo o país.

O grande mérito do Governo Figueiredo foi ter sido o último governo militar, ou seja, aquele que concretizou o final da ditadura e o retorno dos militares à caserna. Em termos econômicos, esse último período não poderia ter sido pior. A situação era de profunda recessão em 1981 e 1983, e baixo crescimento em 1982, com grande queda na renda per capita no período e aceleração da inflação em 1982. O sucesso do ajustamento externo, sob a tutela do FMI, que visava fundamentalmente garantir o pagamento da dívida externa, se deu em grande parte devido à própria recessão que acarretou grande queda das importações, concomitantemente aos estímulos ao aumento das exportações. Em 1984, o superávit foi atingido mesmo com recuperação do produto, o que pode ser explicado em boa medida pelo sucesso do II PNB, que permitiu amplo processo de substituição de importações e criou setores com competitividade externa, para elevar as exportações, eliminando o “desequilíbrio congênito” do Balanço de Pagamentos brasileiro – a tendência a déficits decorrentes da expansão econômica. O lado negativo do ajustamento foi o problema interno que ele gerou, ou seja, a estatização da dívida externa, como diria Celso Furtado a “socialização da dívida” que foi efetuada através da colocação de títulos públicos – com maiores juros e menores prazos –

como forma de enfrentar o ônus da dívida. A transformação da dívida externa em dívida interna acelerou a deterioração das contas públicas e ampliou o grau de indexação da economia. Esses problemas estariam no pacote de "herança" deixado pelos 21 anos de governo militar.

A aceitação de o país assumir todo esse sacrifício do ajustamento era cada vez mais criticada, e ganha força a idéia de moratória da dívida externa, como a melhor forma de fazer o ajustamento externo, sem sacrificar ainda mais a população, que questionava e tinha o desemprego como uma ameaça latente.

Todos os setores do país protestavam da situação e evocavam mudanças de governo em 1984. Essa insatisfação se refletiu no forte movimento das "Diretas Já".

Delfim Netto foi justificadamente criticado pelos erros de sua política econômica no governo João Figueiredo. Conforme transcrito a seguir, Lamounier e Moura foram especialmente duros:

> O monumental fracasso daquela experiência heterodoxa de política econômica pode, em parte, ser explicado pela tentativa de implementar uma estratégia de crescimento econômico sem levar em conta a acentuada deterioração das condições da economia internacional em 1979 e 1980 [...] Não se pode dizer, contudo, que houve uma incapacidade generalizada, entre os tecnocratas governamentais, para interpretar os inequívocos sinais de dificuldades provenientes da economia internacional. Atitude predominante era a de tentar exorcizar tais fantasmas com a retórica otimista herdada dos anos do milagre brasileiro. (LAMOUNIER, 1983).[77]

Essa atitude otimista era característica marcante do comportamento do professor Delfim Netto, que fazia questão de enfatizar a importância da variável "expectativas futuras", como a grande motivadora de situações econômicas mais positivas. Era necessário acreditar na grande versatilidade da economia brasileira de superar a crise internacional. Ele próprio, em sua exposição ao Senado, deu ênfase mais tarde à forte resposta das exportações no período 1979/81 e ao fato de que: "**em 1981 o Brasil já tinha restabelecido o equilíbrio".**[78]

Apesar desse "terrível final" de governo militar, principalmente em termos de situação econômica, desigualdades sociais, etc, observa-se a posição de alguns intelectuais,

---

[77] LAMOUNIER, B., E MOURA, A. *Política econômica e abertura política no Brasil, 1973-83.* Trabalho apresentado em uma conferência de Vanderbilt, novembro de 1983.

[78] DELFIM NETTO, A. **1973/1983: Dez Anos de Crise e, Apesar de Tudo, Crescimento. Exposição ao Senado Federal**. Brasília, maio 1983.

principalmente economistas, que não só não criticam a atuação de política econômica , de forma geral, ao longo do governo militar, alegando que por si só, as **condições externas** (dois choques do petróleo, quebra das regras estabelecidas no Acordo da Conferência Internacional Monetária de Bretton Woods (1944), elevação da taxa de juros através da política de recuperação econômica americana no início da década de 80, etc.) assombrosas como foram, seriam suficientes para justificar o quadro em que se encontrava a economia brasileira em 15 de março de 1985, quando a faixa presidencial foi transferida à um presidente civil.

Justificam que no contexto de rolar os passivos acumulados, com taxas de juros elevadas e maior dificuldade de obter recursos, não só o Brasil, mas vários outros países em desenvolvimento se viram em problemas com a dívida externa. A situação piorou ainda mais no chamado **"setembro negro" em 1982,** quando ocorreu a insolvência polonesa e argentina e a moratória mexicana e o rompimento completo do fluxo de recursos voluntários aos países em desenvolvimento.

Alegam que, um contexto externo alarmante desses, já é mais do que suficiente para justificar a crise e abonar, ou não apontar qualquer deslize da política econômica brasileira.

Não é essa a leitura que faz este trabalho.

Antes do setembro negro, as políticas econômicas do país poderiam ter sido direcionadas, com o objetivo de conduzir o nosso país rumo à sua independência, através do fortalecimento do seu mercado interno, através da absorção de sua mão de obra marginalizada do mercado de trabalho, dando dignidade ao povo brasileiro. Ajudaria a tirá-lo da miséria, removendo-o do mercado de subsistência, protegendo-o com as condições mínimas de vida. Estes nada mais são, do que direitos de qualquer cidadão. O direito ao trabalho, à educação, à saúde.

Mas ao contrário, não foi para isso que veio o golpe.

Ao contrário, o golpe veio para perpetuar a dependência dos países em desenvolvimento aos capitais estrangeiros.

Difícil dizer se os seus autores tinham consciência do quanto eles estavam sendo manipulados para impor um modelo econômico no país que, com ou sem ditadura, a economia permaneceria totalmente vulnerável ao mercado internacional. Tudo continuaria como na época das grandes descobertas, totalmente dependente das economias mais desenvolvidas.

O nome não seria mais o de “colônia” totalmente obediente e subordinada ao domínio de sua metrópole, mas esta seria a única mudança, “o nome”. Talvez “país periférico”, como diria o economista da Cepal, ou “país de terceiro mundo”, ou qualquer outra denominação. A denominação não é muito importante, essa vai mudando de época em época, o que infelizmente não mudou e tinha tudo para mudar, caso não tivesse ocorrido o golpe, foi à relação de submissão, dependência, servilismo, sujeição da nossa economia.

Transcrevo frase do início do século XIX, de um país que conseguiu sua independência com o fortalecimento do seu mercado interno. Jefferson a A.R.C.Weightman, 24.06.1826:

> Possa ela, [a declaração de independência das 13 colônias americanas] ser para o mundo o que acredito será - algumas partes mais cedo, outras mais tarde, mas, finalmente, para todos - o sinal para o despertar dos homens a fim de que rompam os grilhões, nos quais a ignorância simiesca e a superstição os persuadiram a acorrentar-se, e colham as bênçãos e segurança do autogoverno.

Intimamente influenciado pela política do Fundo Monetário Internacional- FMI e norte-americana, o governo militar assumiu nova estratégia comercial, modificando a política de Substituição de Importações, pela de Promoção das Exportações, a partir de 1964.

Em estudo realizado pela norte-americana Anne O. Krueger, vice-presidente do Banco Mundial em 1982, estabelece a relação entre o aumento de exportações e o crescimento do produto interno bruto (PIB) para um grupo de países em desenvolvimento, inclusive o Brasil.

> A mudança para uma política de promoção de exportações resultou, de modo geral, num desempenho muito melhor da receita de exportações do país. Já com a adoção da estratégia de substituição de importações, a taxa de crescimento da receita de exportações diminuiu. Em parte isto foi um resultado consciente de um plano de substituição de importações que visava diminuir a dependência em relação ao comércio externo. Contudo, enquanto diminuía o crescimento das reservas externas, o crescimento da procura de bens e serviços importados aumentava, ao invés de diminuir. A resultante escassez de divisas estrangeiras trouxe graves dificuldades a muitos países e tornou-se fator limitador da taxa de crescimento. Virtualmente, todas as indústrias destinadas a substituir importações exigiam importações de matérias-primas, produtos intermediários, máquinas e equipamentos. Os governantes mostravam-se especialmente relutantes em negar a permissão para a importação dessas mercadorias, uma vez que a redução da importação de bens de capital reduziria a taxa de crescimento do PIB, enquanto a redução da importação de produtos intermediários e matérias primas teria efeito adverso sobre a produção e o emprego. (KRUEGER, 1983, p. 7)[79]

[79] KRUEGER, Anne O. Efeitos de Estratégias de Comércio no Crescimento. Finanças e Desenvolvimento. nº 2, v. 3, junho. 1983. p. 7.

> A "dependência" em relação à importação de bens de consumo foi substituída pela "dependência" no tocante a importações destinadas a aumentar o crescimento, não só através da disponibilidade de bens de capital mas também para aumentar o emprego e a produção, uma vez que as fábricas recém-instaladas na poderiam produzir sem matérias-primas e produtos intermediários importados [...] Um dos fatores que contribuem para o alto custo das atividades destinadas a substituir importações é o tamanho muito pequeno das fábricas nacionais. Na medida em que existem importantes indivisibilidades ou economias de escala na produção industrial, os custos econômicos de deixar de expandir fábricas e indústrias até o tamanho adequado a atender outros mercados além do interno são significativos maiores que os ganhos com o comércio externo implícito no modelo estático de vantagem comparativa. (KRUEGER, 1983, p. 7).

Estratégia comercial, expansão das exportações, e crescimento real do Produto Interno Bruto em 5 países

País	Período	Estratégia Comercial	Taxa média de crescimento anual	
			Receita de exportação	PIB real
Brasil	1955-60	Substituição de Importações	-2,3	6,9
	1960-65	Substituição de Importações	4,6	4,2
	1965-70	Promoção de Exportações	28,2	7,6
	1970-76	Promoção de Exportações	24,3	10,6
Chile	1960-70	Substituição de Importações	9,7	4,2
Colombia	1955-65	Substituição de Importações	-0,8	4,6
	1960-65	Substituição de Importações	-1,9	1,9
	1970-76	Promoção de Exportações	16,9	6,5
Coréia	1953-60	Substituição de Importações	-6,1	5,2
	1960-70	Promoção de Exportações	40,2	8,5
	1970-76	Promoção de Exportações	43,9	10,3
Uruguai	1955-70	Substituição de Importações	1,6	0,7

Essa visão de grande êxito alcançado pela economia brasileira, a partir de 1964, quando modificou a sua estratégia para o modelo de exportações apresenta uma distorção. Na realidade ela visualiza um único aspecto, que é o do rápido crescimento das exportações de produtos manufaturados.

No entanto outros importantes aspectos devem ser observados, para o bom entendimento dessa decisão. O texto a seguir, escrito no livro do Professor Wilson Nascimento Barbosa elucida essa questão:

> O período posterior à recuperação da crise de 1929 até o começo dos anos 60, foi baseado em políticas para o crescimento econômico como a de industrialização substitutiva. Depois dessa experiência, e devido à mudança do regime político ocorrida em 1964, o país reorientou suas políticas no sentido de estimular as exportações, combinando-as com medidas para a concentração do rendimento. O objetivo último era acelerar as taxas de crescimento econômico [...] As hipóteses fundamentais por detrás dessas novas políticas podem ser enfeixadas como segue: (a) os problemas do processo de crescimento no Brasil não eram resultados de traços estruturais profundos, mas simplesmente decorriam de uma orientação inadequada da acumulação; b) consequentemente, a escassez de capital, os desequilíbrios comerciais, a baixa capacidade de compra no exterior e a industrialização, por via substitutiva eram fracassos associados, que poderiam ser removidos pela aplicação de uma política mais compreensiva.; c) a inadequada taxa de acumulação ou formação de capitais resultava de mecanismos institucionais de natureza inflacionária, ao nível do crédito e de salários excessivos aos trabalhadores [...] Permaneceu o desequilíbrio estrutural do comércio exterior brasileiro no período da expansão internacional de 1963-1973, a despeito das expectativas do governo, no sentido de que a nova política de estímulo das exportações reverteria por completo a posição desfavorável do poder de compra do país no resto do mundo. Em valor constante em dólares, apenas 1969 mostrou um poder de compra positivo.
>
> A persistência do desequilíbrio comercial externo, associada ao esforço do poder público para financiar políticas de crescimento acelerado, conduziu o país a adotar a política de contínua liberalização, sem escolha da via ou do nível de internacionalização. Tal estimulava a entrada de recursos do exterior. Conquanto o governo brasileiro intentasse no período a política de balanceamento do orçamento público, esta se revelou uma formalidade pela tática das autoridades de desglosamento do orçamento em cinco peças distintas, que escamoteavam o verdadeiro quadro das aplicações [...] Este sistema de contas paralelas era fomentado pelo caráter não democrático dos poderes instituídos. As manipulações escamoteavam as relações do orçamento financeiro com o orçamento cambial, efeitos das desvalorizações, empréstimos, emissão de moeda, velocidade de crédito, etc. Inexistia um balanço geral contábil da economia nacional. Esta situação, obviamente, permitia acomodar muitos interesses [...] A política de desvalorização contínua ao ser usada como um mecanismo de concentração de renda e estímulo inflacionário, ao lado de uma política fiscal frouxa, revelou-se um estimulador à dolarização da economia, com a conseqüente exportação de capitais nacionais [...] O barateamento decorrente do trabalho estacional para a agricultura de exportação, com o aumento no ganho dos exportadores em curto prazo, deprime o mercado nacional, pela redução do consumo básico [...] as autoridades pretenderam, talvez, apenas controlar "ex-ante" as taxas de inflação, com um certo equilíbrio no efeito redistributivo do rendimento. [...] Esta política foi nitidamente adotada durante a administração Médici, quando fortes entradas de capital puderam exercer pressão desequilibradora via emissão monetária. Na administração subseqüente, o governo Geisel, os recursos assim gerados foram maciçamente empregados na expansão da capacidade produtiva. Portanto, neste governo, a inflação controlada pela indexação já era um mecanismo explícito de acumulação...Como resultado dessas pressões desequilibradoras, o poder público foi levado a uma situação em que para realizar os investimentos maciços necessários ao crescimento acelerado, teve de se apoiar definitivamente no **endividamento externo** [...] Devido ao insuficiente controle, boa parte dos ganhos das exportações consagrou-se a movimentos especulativos de curto prazo, reduzindo os recursos cambiais disponíveis. As atividades especulativas de curto prazo tiravam proveito da política sistemática de desvalorizações. Na ausência de um dispositivo

> governamental para controlar estas entradas e saídas de curto prazo, um custo adicional para a liberalização advinha, portanto, daí [...]
>
> As políticas pós-64 fizeram uma opção por adicional concentração de renda e expansão dos duráveis, uma vez que a opção por ampla distribuição de rendimento não seria compatível ao crescimento mais rápido."(BARBOSA, 1980)[80].

A interpretação do economista Décio Garcia Munhoz encerra o mesmo raciocínio expresso até aqui, em relação a política adotada pelo governo brasileiro, durante o período militar:

> Argentina, Brasil e México saíram dos anos 70 como grandes devedores internacionais, porque fizeram parte do conjunto de economias em desenvolvimento, de porte médio, que **pagaram a conta do petróleo consumido pelos países ricos.** O que ocorreu porque foram estimuladas pelo FMI, Banco Mundial e Governo norte-americano, a manter baixos os níveis de proteção comercial quando, após a crise do petróleo (outubro de 1973), as economias industriais se retraíram e se protegeram. Com isso, as nações emergentes acabaram fazendo grandes déficits comerciais, tiveram de contratar vultosos empréstimos internacionais, arcaram com despesas de juros crescentes, porque a inflação e os juros norte-americanos saltaram, e chegaram aos anos 80 arcados pelo peso de uma dívida externa impagável. Numa postura cínica que vem marcando a atuação do FMI desde então, aquela instituição passou a acusar as economias devedoras, e dentre elas de modo especial os latino-americanos, de irresponsabilidade fiscal; dizendo ser a dívida externa reflexo do excesso de gastos do governo e das empresas estatais; invertendo, assim, a lógica dos fatos, como no caso do Brasil, onde as grandes, organizadas e lucrativas empresas estatais, com excelentes cadastros bancários, foram utilizadas para contratar empréstimos no exterior, junto à banca internacional, vendendo os dólares assim obtidos no mercado local. Disponibilizados esses dólares, as empresas brasileiras puderam continuar importando trigo, máquinas, petróleo, fertilizantes, pagando os juros da dívida externa, ou enviando lucro para o exterior (as empresas estrangeiras); do contrário o Brasil teria quebrado, por falta de dólares, ainda em meados dos anos 70. É risível, portanto, afirmar que os empréstimos é que criaram a dívida, quando eles foram contratados exatamente para cobrir a escassez de dólares derivado dos desdobramentos da crise do petróleo. Foi exatamente em 1982 que o FMI mudou o tom, e forçou os devedores a firmar acordos pelos quais deveriam introduzir políticas visando o reequilíbrio das contas externas – no modelo do Fundo significa desvalorização real da moeda, aumento de impostos e redução de subsídios, elevação das taxas de juros, contenção dos gastos públicos e dos salários em geral. As medidas buscavam reduzir o consumo e os investimentos internos, conter as importações (menor gasto de dólares) e forçar o aumento das exportações (maior receita de dólares). E quase todas – obrigatórias em acordos firmados pelos latino-americanos com o FMI nos primeiros meses de 1983 – tinham a característica comum de aumentar os custos do sistema produtivo, e em decorrência pressionar a inflação, desorganizando as economias da região. (MUNHOZ, 2003, p.2)[81]

---

[80] BARBOSA, Wilson do Nascimento. Balanço da Economia Brasileira: 1940-1980. São Paulo: LCTE Editora. 2006. p. 91, 93, 96.

[81] MUNHOZ, Décio Garcia. **Argentina e Brasil**: Duas Economias e um Mesmo Vírus. A Nova Democracia n.10, junho. 2003. p.2.

O elevado custo social que a população brasileira pagou por essas políticas foi oneroso. Elas são as origens dos desequilíbrios inflacionários, que assolaram o Brasil nos anos 80 e 90. Já em fevereiro de 1986 surge o primeiro plano de estabilização voltado, portanto, para o controle da inflação, – o Plano Cruzado, ancestral dos vários planos econômicos que lhe sucederam e que marcaram profunda e gravemente a economia e a sociedade do Brasil.

Só com a introdução do Plano Real, em 1994, obteve-se êxito no controle inflacionário, através desse programa artificial de estabilização dos preços, ancorado exatamente na valorização cambial, redução das tarifas alfandegárias, redução dos salários reais, ao desproteger os salários numa economia totalmente indexada. Em decorrência, o país em sete anos, acumulou déficits externos em torno de duzentos bilhões de dólares, aumento incontrolável da dívida pública, queda continuada dos salários reais, empobrecimento da população, estagnação econômica ou crescimento a taxas muito menores que as médias de economias semelhantes e, também, crescente desemprego.

8. CONCLUSÃO

8.1. Geral

8.1.1. Planejamento do Golpe

Nesta parte o objetivo é concluir os aspectos referentes a existência ou não de um efetivo planejamento, tanto para a realização do golpe, quanto para as políticas que foram adotadas ao longo dos 21 anos. Na medida em que se comprova ou não a existência de planejamento, principalmente com relação as medidas de política econômicas implantadas para se atingir os objetivos que faziam parte dos discursos das autoridades da época, avaliar-se-á, na prática, se elas foram ou não coerentes. Melhor dizendo, o que era dito pelas autoridades econômicas do país, foi realmente implantado em termos de políticas e com os objetivos pré-determinados em seus discursos? Se sim ou não, então as metas foram ou não atingidas. Por quê?

Em relação a essa primeira parte, existe hoje uma tendência por parte dos participantes do golpe, no sentido de negarem qualquer planejamento para a sua realização. A maioria deles prefere permanecer na "zona confortável" da frase:

"A revolução foi do povo. Ele saiu às ruas para pedir que as Forças Armadas acabassem com aquele governo, que dia a dia, cada vez mais, caminhava para a ditadura comunista".

Contraditoriamente, quando se referem às políticas econômicas, fazem questão de enfatizar todo o planejamento governamental na criação de uma nova nação, fadada a se destacar como a maior potência do planeta, através de políticas cuidadosamente elaboradas e estudadas pelo Governo, com o objetivo de diminuir as disparidades regionais, aprimorar a distribuição de renda, melhorar o bem estar da sociedade brasileira.

No decorrer do trabalho foram pontuados vários aspectos do planejamento do Golpe, induzindo-nos a concluir, que no mínimo, **dois anos antes de 31 de março de 1964, o golpe já fazia parte do objetivo final de um plano, habilmente traçado.**

Esse plano conseguiu unir as velhas oligarquias, a Igreja, setores das classes médias, militares, burguesia industrial, empresários multinacionais, governo dos Estados Unidos, todos temerosos.

Era necessário que as Forças Armadas depusessem os líderes populistas reformistas e restaurassem a ordem, para manter a democracia, a família, a tradição e a propriedade privada, que estavam ameaçadas.

Foi aqui no Brasil que tudo começou, em 31 de março de 1964, o governo Goulart foi derrubado quando pretendia lançar reformas de base: agrária, tributária, bancária e administrativa. O governo militar assume o poder no Brasil, dando início a uma série de ditaduras militares, que iriam espalhar-se por toda a América Latina.

Hoje, já dispomos de documentação comprovando, que o complexo IPES/IBAD representava um dos principais instrumentos de divulgação e convencimento do Golpe, pois atuava de maneira bastante variada, em diversas frentes, mobilizando equipes multifuncionais, espraiando-se virtualmente por todo o país e amparando-se em recursos de financiamentos razoavelmente abundantes.

Tratava-se de uma ampla campanha de desestabilização: as atividades envolviam doutrinação contra o comunismo, o socialismo, o 'atraso' da oligarquia rural, a 'corrupção do populismo', a intervenção do Estado, e expressavam-se através de múltiplos suportes, como palestras, simpósios, entrevistas à imprensa, debates, filmes, peças teatrais, desenhos animados e livros. Rádio, televisão, cinema, editoras e imprensa foram mobilizados.

> "Assim, embora o bloco modernizante-conservador fosse incapaz de se impor por consenso na sociedade brasileira, ele, no entanto, era capaz, através de sua campanha ideológica, de esvaziar uma boa parte do apoio ao Executivo existente e reunir as classes médias contra o governo". (DREIFUSS, 1981)[82]

A participação norte-americana no movimento contra o governo Goulart ocorreu não só através da desestabilização (estrangulamento econômico com o respaldo da propaganda, visando enfraquecer politicamente o governo), como na deposição do presidente. Para tanto infiltraram no país, sob vários pretextos, número muito superior à média histórica de americanos no Brasil. Somente no ano de 1962, quase cinco mil cidadãos norte-americanos.

[82] DREIFUSS, René Armand. **1964 A Conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vezes, 1981

No item 3.2.4-deste trabalho, informamos: o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS) foi uma organização de empresários do Rio de Janeiro e São Paulo, criada para combater a situação que se encontrava o país, após a renúncia do presidente Jânio Quadros. Fundado oficialmente em 2 de fevereiro de 1962 no Rio de Janeiro teve o apoio dos jornais cariocas O Globo, Jornal do Brasil, Correio da Manhã. Participou ativamente na mudança de governo, preparando o golpe de 1964 e, após atingir seu objetivo, reduziu suas atividades, desaparecendo completamente em 1972.

Ainda no mesmo item, adicionamos: O "estágio revolucionário" estava diretamente ligado à decisão dos militares, independentemente das diferentes correntes de conspiração. A frase do marechal Odílio Denis expressa essa condição: "Com a queda do parlamentarismo [...] era preciso agir pela força para derrubar o governo", bem como a do marechal Cordeiro de Farias: "Creio que podemos situar o início da conspiração, como atividade política relativamente organizada, no momento em que Jango recuperou todos os poderes, após o plebiscito que restaurou o presidencialismo".

Entre o plebiscito de janeiro de 1963 – que retificou o apoio a Goulart – e o golpe de 31 de março de 1964, operou-se uma transformação radical na opinião pública graças a um bem-sucedido plano de agitação e propaganda. O "IPÊS", como entidade que se destinava a atividade técnica e aparentemente neutras voltada para objetivos essencialmente "educacionais e cívicos", passou a desempenhar a luta política e a propaganda contra as reformas estruturais incentivadas por Jango, de cunho nacionalista e de tendência social mais avançada.

Conclui-se então, que provavelmente a partir da renúncia de Jânio Quadros, ou seja, **25 de agosto de 1961**, já se iniciam as primeiras providências e etapas de agitação, com o objetivo de desenvolver movimentos, para um Plano de Conspiração. Nesse momento, já se estimula uma atmosfera de inquietação política, que foi coordenada e integrada entre os vários grupos militares, conspirando contra o governo. Nascem aí, as necessárias condições e o exigido raciocínio estratégico para a realização do golpe. Em **2 de fevereiro de 1962** é fundado oficialmente o IPÊS, organização de empresários que participou ativamente na mudança de governo, preparando o golpe de 1964. Seus ativistas integraram-se diretamente na conspiração militar. No entanto, a data de **6 de janeiro de 1963**, quando o sistema parlamentarista foi extinto, ocasião em que Jango recuperou todos os poderes, após o plebiscito que restaurou o presidencialismo, é efetivamente o momento em que o movimento do golpe, passa a ser reconhecido como atividade política relativamente organizada.

Quanto à contradição observada, quando com veemência é desmentida a participação de qualquer outro país no golpe, alegando-se simplesmente, que a população brasileira, as senhoras católicas marcharam nas ruas pedindo a Revolução, a conclusão já está hoje fundamentada em fatos.

Os ex-documentos secretos, já se encontram livremente disponíveis ao público, em bibliotecas norte-americanas, comprovando exatamente a posição contrária, ou seja, que a participação dos EUA realmente ocorreu, conforme descrito neste trabalho.

8.1.2. Planejamento das Políticas Governamentais

A existência ou não do caráter conspiratório do “golpe de 1964”, foi motivo de muitos debates e gerou grandes polêmicas entre os pesquisadores e estudiosos do período, até que se comprovou a sua existência.

Assim, como conseqüência, tornou-se também motivo de grandes discussões, se existiria ou não uma estratégia de governo após o sucesso do golpe. Em relação a este último, no entanto, **há consenso historiográfico sobre a sua inexistência.**

Admite-se que tudo seria muito improvisado e não existiam planos de governo detalhadamente estabelecidos. Os estudos concluem que na melhor das hipóteses, os gestores do golpe e alguns “ipesianos” teriam traçado e elaborado algumas diretrizes de saneamento econômico-financeiro.

No entanto logo após o golpe, o que se observa nos discursos das autoridades governamentais e o que se estabeleceu nos planos de metas eram: **previsões de crescimento, diminuição das disparidades regionais, distribuição de renda, integração da população em regime de subsistência ao mercado consumidor brasileiro.**

O mesmo discurso ressalta-se quando do lançamento do PAEG - Plano de Ação Econômica do Governo, que visava**: ao combate à inflação, acelerar o desenvolvimento econômico, reduzir os desequilíbrios regionais e setoriais, aumentar o investimento e o emprego, e corrigir a tendência ao desequilíbrio externo.**

Esses discursos faziam parte da percepção dos movimentos populares por parte dos militares e se apresentavam como uma camuflagem, do que ocorreu na prática.

Claro, que dentro das próprias Forças Armadas, que também representa os vários segmentos da sociedade brasileira, haverá grupos que realmente lutarão para colocar em prática essas metas.

Esse é um tema realmente crucial: Qual foi a decisão de estratégia de crescimento escolhida pelo governo militar?

Num cenário caracterizado por um crônico déficit no Balanço de Pagamentos, estagnação econômica e inflação, o governo precisava "sanear" a economia para então proporcionar uma retomada do crescimento. Lança então o PAEG com o impulso publicitário de algo muito novo que beneficiaria imediatamente a sociedade.

Como se sabe, o governo Castello Branco não colherá os frutos do crescimento econômico, que só acontecerá no governo militar seguinte, ao contrário, será muito criticado, devido às medidas de política econômica recessivas, que ampliarão a capacidade ociosa da oferta, com o objetivo de reduzir as taxas inflacionárias e preparar o terreno para a retomada do crescimento.

Nesses dois últimos aspectos o PAEG obteve grande êxito, em grande parte devido à própria retração nas taxas de crescimento econômico e também, sobretudo, devido à política de arrocho salarial imposta, objetivando romper as expectativas e conter as reivindicações. O governo passou a determinar os reajustes salariais, via política salarial, que teve por principal conseqüência, a grande redução do salário real.

Manifesta-se assim, mais uma vez, que o golpe representava a conciliação entre setores das elites liberais e progressistas e os setores mais conservadores da velha ordem, para garantir os elementos centrais do poder oligárquico burguês.

Assim, o poder oligárquico e pessoal acabou se modernizando no período pós-64, quando as oligarquias se associaram aos empresários modernos e constituíram frentes de empresas nos veículos de comunicação, como redes de rádio, televisão e jornal, compraram ou criaram bancos e, de todo o modo, fizeram de seus herdeiros profissionais competentes para tornar o poder mais integrado ao moderno.

Zilda Márcia Grícoli Iokoi afirma: "Um dos objetivos centrais do golpe de 64 foi integrar e tornar moderna a oligarquia que dominava o poder regional" O outro objetivo foi "**frear as lutas empreendidas por operários e camponeses ao longo das décadas de 1940/50, que exigiam: ampliação de direitos, redução da exploração do tempo de trabalho que o capitalista não pagava ao trabalhador e participação política. [**...] produziu-se o consenso por meio da repressão, a manutenção do poder das oligarquias com perdas para a democracia."

Desse modo, elaboraram e financiaram projetos de transformação do campo em sistemas amplos e integrados de agroindústrias, por meio de programa com financiamentos internacionais. A expansão da fronteira agrícola na direção da região Centro-Oeste, não só caracterizada pelo aumento da produtividade, mas também pela vigorosa expansão da área cultivada, que passou de cerca de 29 milhões de há, em 1960, para quase 500 milhões, em 1980. Além disso, houve maior interligação entre o setor agrícola propriamente dito, com seus

fornecedores (setores de máquinas, equipamentos, fertilizantes etc.) e com seus compradores (indústrias processadoras de produtos agrícolas).

É inquestionável, que essas medidas não poderiam privilegiar, concomitantemente, os demais aspectos que faziam parte dos discursos das autoridades, ou seja: **reduzir os desequilíbrios regionais e setoriais, aumentar o emprego, melhorar a distribuição de renda, propiciar integração da população em regime de subsistência ao mercado consumidor brasileiro e corrigir a tendência ao desequilíbrio externo.**

Muito ao contrário, o lado perverso dessa política de modernização agrícola foi o aumento da concentração fundiária, o crescimento da utilização de mão-de-obra temporária e o aumento relativamente lento do pessoal ocupado no setor. Esses elementos contribuíram para uma **piora na distribuição de renda**.

Quanto ao seu aspecto inovador, observa-se, também, que o discurso estava bem longe da realidade, por exemplo, quanto à modernização da agricultura. O governo desenvolvimentista já promovera amplo processo de alteração nas relações de trabalho, através da mecanização da agricultura, com a entrada das empresas produtoras de tratores, ceifadoras, arados mecânicos, a química de fertilizantes imposta à agroindústria. Todos esses aspectos já faziam parte dos acordos casados de financiamentos e isenções fiscais que o governo, a partir de Kubitschek, resolveu aplicar.

Tornava-se clara a identificação da lógica do Estado com o capital oligopolista. Essas **políticas vão manter as mesmas parcerias, pois são políticas de continuísmo da mesma aliança: setores das elites liberais e progressistas e os mais conservadores da velha ordem.**

Além de não serem inovadoras, como estava sendo pregado pelos prestigiados tecnoburocratas no poder, além de não atenderem verdadeiramente aos discursos das autoridades, quanto aos fundamentais objetivos a serem alcançados, muito ao contrário, conseguiram atravancar ainda mais o mercado interno brasileiro. Essa obstrução da população ao mercado consumidor, foi duramente criticada por esferas divergentes das Forças Armadas, ou seja, pelos próprios conspiradores que lutaram pelo golpe.

Essa condenação dentro do próprio sistema tinha um foco específico, pois a crítica não se verificou porque esse segmento militar do poder estivesse muito preocupado com o grau de subnutrição dessa população, ou porque se sentiam mal em conhecer a real situação desses grupos sociais esquecidos, reprimidos e superexplorados.

O motivo da crítica estava relacionado à visão do **fortalecimento do mercado interno,** para diminuir a dependência, a vulnerabilidade da econômica brasileira, em relação às oscilações do mercado internacional.

Essa visão, também não tinha nada de inovadora, pois já fazia parte das teorias elaboradas por Celso Furtado, assim como o PAEG se contrapõe ao "Plano Trienal", proposto por Celso Furtado no governo João Goulart.

Apesar de não implementado devido ao Golpe, o "Plano Trienal", além dos aspectos estabilizadores, também previa importantes reformas de base com o intuito de mudar vários aspectos institucionais e estruturais do país. Essas mudanças, também teriam por objetivo modernizar aquelas instituições, que haviam sido adequadas ao "Brasil primário exportador", mas que precisavam de significativas alterações, para se adequar à estrutura do "Brasil em processo de industrialização".

Tanto Caio Prado Júnior como Celso Furtado viam o Brasil como uma peça secundária de um grande sistema do capitalismo mercantilista europeu, que, a partir dos séculos XVI, XVII e XVIII – no XVIII, já declinante – teve no Brasil, como em outras colônias tropicais, feitorias para a produção, com mão-de-obra escrava em grandes latifúndios, de *commodities* tropicais para o mercado já existente, o europeu.

Portanto, a história do Brasil é inseparável dessa concepção, da sua inserção no mundo. A política econômica dos governos militares programou o caminho do desenvolvimento à integração no comércio mundial, esquecendo-se do fortalecimento do mercado interno. As conseqüências foram grandes retrocessos ao adiantamento econômico, que se fazem sentir até os dias de hoje.

Quando se fala em processo de integração na economia mundial, é preciso qualificar essa afirmação, porque não se trata de integração *per se,* e porque integrado o Brasil sempre foi. O Brasil nasceu como uma etapa da expansão do capitalismo mercantilista europeu e talvez não seja por acaso que somos o único país a ter o nome de uma *commodity*.

O nome do Brasil é o nome do primeiro produto de exportação que tivemos o pau-brasil. Fomos um país profundamente inserido no sistema mundial de comércio durante três séculos e meio, porque praticamente tudo o que se produzia de açúcar e, mais tarde, de ouro, diamante, borracha, cacau, café era exportado, quase que na sua integridade. Havia claro, uma economia paralela, destinada às próprias populações, mas o grosso da atividade econômica era

voltado para o exterior. Portanto, não se poderia imaginar um país mais inserido, mais integrado no sistema mundial de comércio, do que o Brasil.

Ora, o que Celso Furtado enfatizou, foi **que as mesmas forças que nos integravam no mundo, nos desintegravam internamente. E esse é um paradoxo que continua até hoje**, porque, obviamente, era esse sistema de produção que gerava os produtos que integravam o Brasil no circuito mundial. Mas como eram produzidos esses produtos? Através de um sistema de *plantation* – os grandes latifúndios com mão-de-obra escrava. Portanto, houve dois fatores de desintegração: nada desintegra mais a sociedade do que dividi-la entre senhores e escravos, sujeitos de direito e objetos de direito; **nada desintegra mais uma sociedade do que dividi-la entre poucos proprietários de terra e todos os outros apenas como instrumentos de trabalho.**

A história do Brasil vista por Celso Furtado na *Formação Econômica do Brasil* era inseparável dessa visão do mundo. E é muito interessante como ele mostra, nesse livro e realça no último capítulo, de que maneira o processo começa a se quebrar com a industrialização.

É a industrialização que vai pôr em marcha um movimento que começa a **articular as regiões diversas do Brasil,** que antes se integravam ao mundo separadamente, cada uma com seus circuitos próprios, e não tinham praticamente nenhum tipo de intercâmbio entre si. E é a industrialização que vai, finalmente, **lançar um processo de criação do mercado interno**, que, por sua vez, será responsável pelo grande dinamismo, pela fase de ouro do crescimento brasileiro, que dura desde os anos 20, 30 até os anos 70, mas que já vinha precedido de um período preparatório muito dinâmico.

E é também a perda desse rumo, a perda dessa possibilidade que marca muito os últimos livros do Celso Furtado, como, por exemplo, *Brasil a Construção Interrompida*. Ele foi uma das pessoas que viram com mais clareza, mais nitidez e mais cedo, as características da globalização econômica que estavam em formação. E há passagens desse livro que, escritas quinze anos atrás, são antológicas em relação ao que sucedeu depois.

Transcrevo trecho da página 32: "**Ora, a partir do momento em que o motor do crescimento deixa de ser a formação do mercado interno para ser a integração com a economia internacional, os efeitos de sinergia gerados pela interdependência das distintas regiões do país desaparecem, enfraquecendo consideravelmente os vínculos de solidariedade entre elas".**

Em seguida, ele diz: "Num país ainda em formação como é o Brasil, a predominância da lógica das **empresas transnacionais** na ordenação das atividades econômicas conduzirá, quase necessariamente, **a tensões inter-regionais, à exacerbação de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como projeto nacional**". Hoje, essas rivalidades inter-regionais estão patentes, por exemplo, na guerra fiscal, na guerra dos estados pela atração de investimentos.

Os governantes militares continuaram a persistir na **ilusão, de que o fator dinâmico sempre viria da economia internacional.** Ou, melhor dizendo, ao contrário, não foram capazes de compreender que, em países continentais como o Brasil, os exemplos de maior êxito de desenvolvimento econômico se deram pela harmonização de um **crescimento interno muito dinâmico e muito forte. Esse crescimento interno é o essencial para o crescimento.**

Tanto na China como na Índia, o essencial vem de dentro, vem da demanda doméstica. E foi justamente isso que criou a massa crítica que permite a esses países **adquirirem a competitividade para se inserir de forma qualitativamente boa no sistema internacional de comércio**, e não apenas por uma fórmula qualitativamente inferior, como tem sido a brasileira. Esse exemplo mostra bem, que o problema não é escolher entre mercado doméstico e inserção no mundo, mas é escolher o primeiro como plataforma para o segundo, quer dizer, **políticas econômicas que sejam capazes de fortalecer o mercado interno e vender o excedente para o exterior, de maneira harmoniosa.**

Celso Furtado enfatizou a importância do papel da industrialização. Esse tema é fundamental, principalmente porque estamos vivendo neste continente, um fenômeno de **desindustrialização precoce**. A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, a UNCTAD, produziu em 2003, um estudo admirável que é o Trade and Development Report, **dedicado a analisar o fenômeno da desindustrialização precoce ou prematura, que ocorreu depois da grande crise da dívida externa dos anos 80 e que ainda é devastadora em continentes inteiros:** boa parte da África**, boa parte da América Latina**, boa parte do Oriente Médio.

A desindustrialização desse tipo, não é a variante virtuosa da desindustrialização que ocorre, digamos, na Escandinávia, quando o nível de renda per capita chega a US$ 11 mil, US$ 12 mil, e, a partir daí, a indústria passa a declinar na formação do produto e na geração de emprego. No Brasil o fenômeno ocorre com um nível de renda igual ou menor do que a metade ou um terço desse patamar. Na América Latina a desindustrialização está acontecendo em sociedades empobrecidas, que não têm renda suficiente para gerar uma economia de

serviços, para poder empregar os que vão ser desempregados na indústria. E justamente esse fenômeno acontece, nos momentos em que essas economias são obrigadas a se liberalizar comercialmente, mas sem ter condições para isso. A teoria do comércio internacional sempre se empenhou em demonstrar, que no momento da liberalização, os setores que por acaso não sobrevivessem, permitiriam a liberalização de recursos para sua alocação mais racional aos setores mais competitivos.

Evidentemente essa teoria não considerou a possibilidades de um mercado com as **características brasileiras, em que uma macroeconomia doente é impedida de receber investimentos, devido às taxas de juros exorbitantes, taxas de câmbio desfavoráveis, custos tributários cada vez maiores.**

Hoje há certo consenso, de que um país em desenvolvimento e em estágio intermediário precisa investir pelo menos 25% do seu PIB para ter um crescimento razoável. O Brasil tem investido menos de 20%, enquanto os asiáticos têm investido mais de 30% e alguns quase 40%. É claro que eles fizeram a liberalização comercial a partir de uma posição de força. Fizeram a partir de uma situação macroeconômica muito sólida, juros baixíssimos, muitas vezes subsidiados, moeda desvalorizada e uma capacidade de investimento muito grande, enquanto aqui não se fez isso.

Não obstante, as recomendações e alertas dos citados intelectuais do país; não obstante as manifestações de críticas dos estudantes, que levavam multidões em passeatas pelas ruas; não obstante toda a piora das relações de trabalho que acontecia na área rural do País, motivo de reclamações e reivindicações dos movimentos sociais, as políticas econômicas do governo militar continuaram, na maior parte do período, a ponto de caracterizá-lo.

O desempenho da economia, estimulando o modelo de forte desequilíbrio do Balanço de Serviços, por intermédio das saídas de divisas do País, através das remessas de lucros e dividendos, assistência técnica, aluguéis, fretes, seguros, transportes, pagamentos de royalties, marcas patentes, juros, etc. Em detrimento de um enfraquecimento cada vez maior das condições de vida da população, que se tornava cada vez mais miserável e distante do mercado formal. **O enfraquecimento do mercado interno estava em total oposição, uma verdadeira contramão, do discurso do "Brasil Potência".**

Daí a afirmar que, os intelectuais que exerceram o poder com os militares e estes próprios, tinham completa visão e conhecimento real da situação desses grupos sociais

esquecidos, reprimidos e superexplorados e, total clareza de quanto às escolhas daquelas políticas econômicos agravavam cada vez mais a situação?

A pressão dos grupos que se uniram para assumir o poder; os projetos de colonização no Norte e Nordeste do país, especialmente porque pretendiam apoiar a concentração fundiária no Rio Grande do Sul, promovendo o *boom* da soja; a elaboração e financiamento de projetos de transformação do campo em sistemas amplos e integrados de agroindústrias, por meio de programas com financiamento internacionais; foram chamados de "descaminhos da modernidade" e poderiam estar relacionados à ausência de conhecimento, ou verdadeira miopia de quem ocupava o poder.

A citada historiadora Zilda Márcia Grícoli Iokoi vai um pouco mais adiante, afirmando categoricamente:

> A agudização dessas diferentes temporalidades em situações que **supõem condições subumanas para a maioria da população rural do país se deu ao longo dos últimos 30 anos e resultou do Golpe Militar de 1964, não apenas por ser essa a meta fundamental dos artífices daquele processo**, como pelos estímulos aos abusos de poder e aos incentivos fiscais que **vários grupos receberam para apoiar a geopolítica defendida** pelos técnicos da Escola Superior de Guerra e dos estrategistas do Pentágono (IOKOI, 1997)[83].

Independente da clareza ou não como essa situação estava sendo vista pelos detentores do poder, os resultados foram realmente catastróficos. Os dados do IBGE de 1994 registraram essa trágica situação, que compõe o cenário de 3.471 favelas que se reproduzem no Brasil dos miseráveis. Camponeses e trabalhadores rurais que lutam contra a sua desterritorialização. Para esses grupos, a terra não é o sinônimo de valor, mas sim de vida. Ainda citando a historiadora Zilda Iokoi: "Esse período pode ser estudado resgatando-se os inúmeros relatos, as pesquisas, as notícias da violência, da repressão vivida pelos camponeses na defesa de suas posses, da política do favor, quando os coronéis dependem dos votos desses esquecidos da terra, e recuperando-se os documentos censurados pela ditadura, que mostram como, por mais de vinte anos, se impôs o silêncio ao país.".

Portanto, as políticas macroeconômicas realmente não obedeciam, e **não** eram compatíveis, com o que se **dizia nos discursos** ou com o que se escrevia como metas dos Planos Governamentais. Muito ao contrário, houve má administração do dinheiro público e

[83] IOKOI, Zilda Márcia Grícoli. **O Brasil Atual e a Mundialização**. São Paulo: Loyola. 1997.

também dos empréstimos estrangeiros, bem como alocação defeituosa dos recursos amealhados para investimento em diferentes momentos. Essa alocação de recursos obedeceu a critérios subjetivistas e não, a transparentes métodos de maximização econômica.

Com relação ao progresso tecnológico, a modernização da agricultura colocou em oposição os valores da técnica e da acumulação capitalista à cultura popular ou camponesa. Eles desconsideraram as formas preservacionistas desses pequenos agricultores e defenderam os agroindustriais, que tomam o partido dos interesses internacionais.

Esses fatores, aliados ao total descaso com as políticas sociais, explicam o terrível quadro de miséria social que assolou o país, ao final dos 21 anos de política militar.

Enquanto mantinham altas taxas crescimento econômico, a níveis nunca antes vistos na nossa história, **não** tiveram a preocupação de por em prática **investimentos em serviços sociais, educação** como o fizeram a Índia e a China. Também não se preocuparam em implantar políticas **de transferências de renda destinadas a nivelar desigualdades**.

A falta de investimentos no Capital Humano, com imposição de uma política exatamente oposta, ou seja, com a marginalização da classe de trabalhadores do cenário e diminuição dos avanços em educação pública, com substancial queda de qualidade bem como desvalorização do fator trabalho, certamente contribuíram para um futuro mais pobre à sociedade brasileira.

A seguir a avaliação do economista Albert Fishlow sobre o modelo de desenvolvimento econômico inaugurado pelos tecnocratas levados ao poder pelos militares em 1964:

> Apesar de todo o seu compromisso aberto com o capitalismo como fonte de acumulação de capital, o modelo nunca correspondeu a um protótipo de livre-iniciativa. A estratégia econômica brasileira foi mais pragmática, enraizando-se em uma tradição intervencionista. A participação do governo na economia, que fora objeto de crítica em 1963, aumentou após a intervenção militar. O investimento público, seja diretamente na infra-estrutura, seja por meio de empreendimentos estatais, teve aumentada a sua porcentagem na formação de capital. A regulação da atividade econômica não se abateu. Expandiu-se o controle público sobre os recursos, por meio tanto dos impostos quanto da poupança forçada acumulada pelo sistema de previdência social. O modelo foi louvado pelo extraordinário crescimento que propiciou entre 1968 e 1973: uma taxa de expansão agregada de mais de 10% ao ano não é pouca coisa. Também foi criticado por seu fracasso em distribuir renda e oportunidades de forma mais eqüitativa. (FISHLOW, 2004. p. 21) [84]

[84] FISHLOW, Albert. **Desenvolvimento no Brasil e na América Latina**: uma perspectiva histórica. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 21.

Concluímos, que apesar de fazer parte dos “discursos”, que seriam implementados investimentos em serviços sociais, educação, transferências de renda destinadas a nivelar desigualdades, essas políticas na prática **não ocorreram**. Foram essas políticas, que rejeitadas aqui no Brasil e incrementadas em outros países, como por exemplo, a Índia e a China, que possibilitaram melhoras de bem estar social às suas populações. Esses países, que são bem maiores que o Brasil e onde a renda per capita, na década de 70 era 1/7 da renda relativamente alta do Brasil, têm uma melhor distribuição de renda (Índia) e melhores níveis de saúde e educação (China), no período analisado pelo Banco Mundial de 1960 a 1982.

Todas essas constatações comprovam que a grande contradição do golpe foi ter usado o discurso de diminuir as disparidades regionais, aprimorar a distribuição de renda, melhorar o bem estar da sociedade brasileira.

A única parcela da sociedade que teve melhora, além dos que participaram ativamente do golpe, foi a classe média, que também teve a sua representação participativa no golpe, através do movimento das senhoras católicas, que marcharam pelas ruas das principais capitais do país.

Essa ascensão da classe média, em termos de melhora no seu poder aquisitivo, vai ser conseqüência do aumento da demanda por mão de obra cada vez mais qualificada, na medida em que o processo de industrialização avançava em suas novas fases e, também, da própria condição do mercado de trabalho, com relação a lei da oferta e procura, tendo em vista que naquele momento ainda era muito pequeno o número de trabalhadores que dispunha dessa privilegiada condição de qualificação.

O discurso das autoridades enfatizava tanto o aspecto da “melhora de condição de vida do trabalhador”, no entanto, o que ocorria, era exatamente o contrário. Na prática, ao longo dos vinte e um anos de medidas econômicas do governo militar, o que se configurou foi exatamente uma política de arrocho salarial, que acarretou como conseqüência, queda de renda real, ou seja, diminuição do poder aquisitivo dos trabalhadores do país, tanto na área rural, quanto nas áreas urbanas, com relação à mão de obra não qualificada.

A ênfase dessa política que prevaleceu constante ao longo do período dos cinco governos militares, independentemente dos atuais representantes das autoridades econômicas do país tecerem comentários críticos, quanto as medidas adotadas pelos seus antecessores. Essa situação, por exemplo, ocorreu durante o Governo Costa e Silva, quando os seus ministros das áreas econômicas enfatizavam, que ao contrário do diagnóstico da área

econômica do Governo Castello Branco, a inflação brasileira não era de demanda, mas sim uma inflação de custo, motivo porque no período de 1964/67 as políticas utilizadas levaram o país à recessão.

Apesar do novo diagnóstico e da mudança de instrumentais e de políticas a serem implementadas, uma única política continuou com o mesmo enfoque do governo Castello Branco – **a política salarial** - justificando-se a necessidade do arrocho salarial, independentemente de qual fosse o tipo de inflação que o país enfrentasse.

Por tudo o que escrevemos neste item 8.2, que teve em princípio comprovar a inexistência de Planejamento das Políticas Governamentais, concluímos a veracidade dessa afirmativa e, mais do que isso: não só não ocorreu planejamento, como o golpe tinha uma meta, que conseguiu atingir, que era **enfraquecer a classe de trabalhadores, para submetê-la,** impedindo que ela continuasse a lutar, reivindicar e negociar. Esse impedimento era totalmente incompatível com a democracia.

A crise econômica de 1964 foi solucionada, através da energia das Forças Armadas. Os militares adotaram política de total coerção sobre a classe de trabalhadores. Estes foram efetivamente submetidos e os movimentos sindicais reprimidos, impedidos de fazerem greves.

A repressão foi mais selvagem ainda com relação aos trabalhadores camponeses, que foram reprimidos brutalmente, conforme já descrito.

A importância das Ligas Camponesas, principalmente no Nordeste e em específico no estado de Pernambuco era muito grande. Muitas fazendas, antes de 1964, foram ocupadas em todo o país, desde o Rio Grande do Sul até o Maranhão.

Era natural que os proprietários de terra se sentissem ameaçados e pedissem aos quartéis providências para restabelecimento da ordem de propriedade. Com relação aos trabalhadores urbanos, a situação também representava grande ameaça para os empresários capitalista nacionais, e, nada atraente para os internacionais, que buscavam mão de obra barata, para efetivar os seus investimentos.

A classe empresarial assistiu perplexa a greve de 1953, dos quatrocentos mil em São Paulo. Os metalúrgicos, têxteis, pedreiros, marceneiros e gráficos, paralisaram quase que inteiramente a cidade durante seis semanas. Durante os anos seguintes, ocorreram várias outras greves gerais e cresciam a independência, a autonomia e o caráter de massa desse sindicalismo, cada vez mais agressivo, e contundente. A citação de Paul Singer é esclarecedora da força desfrutada pela organização de trabalhadores, na época do golpe: “Os trabalhadores se

organizaram, tomaram os sindicatos estatais, livraram-se das diversas tutelas, principalmente getulista-trabalhistas. Eles não ficaram mais inertes perante a inflação. Após muita luta, a Justiça do Trabalho passa a dar, sistematicamente, aumentos de salário correspondentes à inflação. O Dieese, criado em 1958, instituição importante do movimento operário brasileiro, fazia um levantamento independente do custo de vida, fiscalizando a inflação e estabelecendo um índice de custo de vida que merecia a confiança dos trabalhadores e que passa a ser aceito pelos tribunais. Os salários eram anualmente indexados e a partir de 1962-63, os aumentos salariais já são semestrais. Isso vai realimentar a inflação que se acelera à medida que os trabalhadores lutam pela reposição salarial".

Caio Navarro de Toledo em "A Democracia Populista Golpeada" sintetiza essas conquistas: "A administração de Goulart – para profundo desagrado de liberais e conservadores - foi um avanço político e ideológico das classes populares e trabalhadoras sem precedentes na história social brasileira. A política começava a deixar de ser privilégio do governo e do Parlamento para alcançar, de forma intensa a fábrica, o campo, o quartel, as ruas. Como acertadamente afirmou um estudioso da cultura brasileira, naqueles tempos "o país estava irreconhecivelmente inteligente" (SCHWARZ, 1978)[85]. As propostas que as diversas classes sociais e setores políticos ofereciam para resolver os problemas da inflação, do endividamento externo, do déficit do balanço de pagamentos e da recessão econômica não deixavam de ter orientações conflitantes e antagônicas.

Todas as classes sociais tinham consciência da necessidade de serem implementadas reformas, medidas para reestruturar a economia e combater a inflação, mas lógico, que nenhuma delas queria pagar o preço dessa reestruturação. Configurava-se a crise cambial, pela rigidez da pauta de exportações, além da crise fiscal no Estado. Mas, o que se sobressai fundamentalmente é a luta de classe: fazendas são ocupadas, as greves multiplicam-se nas principais cidades. Os jornais, revistas, rádio, televisão alardeavam a população, dando a impressão de que a esquerda já estava no poder e que o fim da democracia era eminente. O governo Goulart ora dava impressão de estar aliado da direita, ora a impressão era exatamente contrária, estaria apoiando e unindo-se aos grupos de esquerda, que exigiam mudanças. Essa dupla ação, que sempre caracterizou o "populismo" no Brasil, beneficiando nas urnas, aqueles políticos que exaltavam em seus discursos a melhora nas condições de vida dos trabalhadores e a eliminação da desigualdade, embora, na hora do discurso ser colocado em prática, observava-se grande intimidamento. Um exemplo dessa situação foi quando no Congresso

[85] SCHWARZ, G. Estimating the dimension of a model. **Annals of Statistics**, v. 6, 1978.

ocorreu a tramitação do projeto de reforma constitucional para a Reforma Agrária, apresentado pelo PTB. O partido do governo teve uma atitude de intransigência, recusando-se a aceitar qualquer solução subótima, mesmo sabendo que seria certa a derrota de sua emenda em plenário.

Goulart ficou mais uma vez hesitante entre a necessidade de garantir alguma forma de emenda constitucional que permitisse o pagamento das indenizações em títulos (tornando assim possível uma reforma agrária eficaz) e as pressões por uma reforma radical. Acabou optando por apoiar a emenda do PTB até a sua derrota em plenário, em outubro de 1963.

É esclarecedora a frase de Angelina C. Figueiredo em "Democracia & Reformas: A Conciliação Frustrada":

> [...] os grupos pró-reformas praticavam um tipo de radicalismo que consiste em explorar maximamente as possibilidades do momento às expensas da criação ótima de novas possibilidades. Em muitas ocasiões esse senso irrealista de poder, decorrente das sempre alegadas vitórias de 1961 e 62, era expresso no discurso dos grupos de esquerda, o que os levava a agir sempre tentando empurrar o governo para uma posição mais radical. Mas o seu baixo grau de organização os colocava à mercê das circunstâncias, das quais, em conjunturas favoráveis, mostravam-se dispostos e hábeis em tirar vantagem, mas os tornava incapazes de perceber a natureza derivada de seu poder. Mostravam também ceticismo com relação à força e à audácia da direita. É difícil demonstrar como o fracasso em se obter um acordo substantivo na tentativa de implementação do Plano Trienal e da reforma agrária pode ter influenciado a probabilidade de resolver a crise sem o colapso da democracia. No entanto, é certo que, no início de 1964, já era muito tarde para se consolidar uma Frente Progressista, tal como concebida por San Tiago Dantas, visando neutralizar a crescente radicalização política e chegar a um acordo em torno de um programa de reformas.(FIGUEIREDO, 1997)[86]

Ficou demonstrado nesse momento, que as constantes oscilações do presidente Goulart, ora para a direita, ora para a esquerda, foram fulminantes para caracterizar a fraqueza do Governante, bem como criou um clima de total desconfiança, dos dois lados, levando-o, consequentemente, a posição de isolamento e instabilidade de poder.

A direita conservadora, no período de 1962 e 63 ainda tinha esperança que Goulart conseguiria conter as forças populares e dissolver o Comando Geral de Trabalhadores, atacando e disciplinando os sindicatos e estabilizando o quadro econômico do país.

As reformas eram indispensáveis para que o capitalismo industrial brasileiro pudesse alcançar um novo patamar de desenvolvimento e **evitar a convulsão social**. O fracasso de uma

[86] FIGUEIREDO, Angelina C. Democracia & reformas: a conciliação frustrada. In TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: **Visões críticas do golpe-democracia e reformas no populismo**. Campinas: Unicamp, 1997.

solução institucional para as reformas gerou o golpe “Darci Ribeiro, em 1981 esclareceu: “[...] o que Jango tentava fazer não tinha nada de muito ousado nem de radical. Ele dizia sempre que, se o número de proprietários rurais fosse elevado de 2 para 10 milhões, a propriedade seria muito melhor defendida [...] por isso é que Jango, latifundiário, queria fazer a reforma agrária para defender a propriedade e assegurar a fartura, **evitando o desespero popular e a convulsão social.”.**

O golpe teve como principal objetivo impedir uma **democracia de participação ampliada, onde a participação dos movimentos populares e dos trabalhadores** estava sendo exigida.

Quarenta anos depois, as classes dominantes e setores das classes médias, bem como os representantes das Forças Armadas que apoiaram o golpe devem estar muito arrependidos de terem golpeado um momento extremamente fértil de debates sobre os rumos e as direções que deveriam ser trilhados pela economia e pela sociedade brasileira. Optaram pela solução que veio de fora, pelo estímulo e apoio das agências governamentais norte-americanas e empresas internacionais, em detrimento do fortalecimento do nosso mercado interno. Não perceberam que estavam indo contra a própria independência econômica, pois, na medida em que os conflitos sociais fossem resolvidos com absorção no mercado de trabalho dessa população marginalizada, em regime de subsistência, o resultado seria o fortalecimento do nosso mercado interno. O processo industrial brasileiro teria dado continuidade a suas fases de implantação, em níveis tecnológicos mais avançados, pois poderia iniciar cada fase com escalas de produção nunca experimentadas anteriormente.

Na medida em que esse grande contingente populacional ganhasse a digna posição de consumidor da nossa produção, não só o empresariado brasileiro seria beneficiado dessa nova dimensão de mercado, mas, as condições políticas para entrada de capitais estrangeiros se dariam num outro patamar de negociações e imposições. Fica totalmente dispensável, maiores detalhes, tendo em vista que já mencionadas dois casos concretos: China e Índia, onde foram feitas outras escolhas.

No Brasil a escolha foi golpear os conflitos sociais, derrubar o governo e silenciar a população com o poder das armas. No Brasil a opção foi de exclusão das classes sociais, pela repressão ao movimento camponês, ao operário, aos sindicatos de trabalhadores, aos intelectuais.

Hoje, ao invés de silêncio, vivemos as conseqüências de 21 anos de políticas que reprimiram os movimentos sociais. O que hoje existe é herança daquele regime. Se tais fatores atuaram antes, seus efeitos estão pesando agora e, queiramos ou não, precisamos reconhecê-lo. “Jacob Gorender reconhece...” “os congressos legislativos, que surgiram depois de 1985, e os presidentes que nos governaram – Sarney, Collor e Itamar – têm sido lamentáveis e decepcionantes. No plano da economia e da administração pública, os governantes agravaram consideravelmente a herança da ditadura militar ao invés de anular tão nefasta herança”.

Os problemas sociais foram silenciados, mas não pararam de crescer, de evoluir, trazendo sofrimento para um contingente cada vez maior da população.

O golpe foi uma reação das classes dominantes ao crescimento dos movimentos sociais mesmo tendo estes um caráter predominantemente nacional-reformista. Foi também resultado do impasse entre o esgotamento da política nacional-populista que orientara o desenvolvimento e a industrialização do país no pós-guerra e os imperativos de novos moldes de expansão capitalista, nos quais a burguesia brasileira era compelida a uma integração e associação mais estreita com o capital monopolista internacional.

Para a **expansão do capital internacional e nacional impunha-se a derrubada das barreiras econômicas e políticas, o esmagamento dos movimentos sociais contestatórios e a implantação de ditaduras militares que garantissem as condições favoráveis à nova fase de acumulação capitalista**. Junto com o arrocho salarial, o novo governo garantiu a livre entrada de capitais estrangeiros e a remessa de lucros, e criou instituições e mecanismos financeiros que favoreceram as grandes empresas nacionais e internacionais.

A revista “Quem é quem na economia brasileira” analisou na época, os principais números referentes a essas duas décadas. Algumas dessas conclusões serão transcritas baseadas em dados estimados pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Nesses vinte anos o país passou por mudanças econômicas profundas. Para citar apenas algumas mais gerais, o Produto Interno Bruto (PIB) foi multiplicado por 3,5, crescendo portanto, 250% . A população subiu de 83 milhões de habitantes em 1966 para 135 milhões em 1985, ou seja, mais de 60%. O PIB per capita cresceu 115%, mas ao nível de pouco mais de 1.600 dólares anuais em 1985, ainda era muito baixo em termos mundiais. O Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, explodiu, indo de 38,8% em 1966 para 235,1% em 1985. Nesse mesmo período observamos outros extremos, pois se houve anos de crescimento do produto muito alto (o período chamado de “milagre brasileiro”),

houve também a pior recessão da economia brasileira na segunda metade do século XX, a crise de 1981-1983.

Quadro 28: Crescimento do PIB Brasileiro			
ANO	**%**	**ANO**	**%**
1966	3,8	**1976**	9,7
1967	4,8	**1977**	5,7
1968	11,2	**1978**	5,0
1969	10,0	**1979**	6,4
1970	8,8	**1980**	7,2
1971	12,0	**1981**	-1,6
1972	11,1	**1982**	0,9
1973	13,6	**1983**	-3,2
1974	9,7	**1984**	4,5
1975	5,4	**1985**	8,3
Fonte: FGV			

Embora o ministro da área econômica tenha justificado essa grande recessão como única solução para sair do buraco, como único instrumental possível naquele momento para ajustar a economia e indispensável para produzir o excedente de que precisávamos para o ajuste do balanço de pagamentos, a grande maioria de economistas não concorda com essa análise.

Entende-se que essa grande recessão de 1981-83 foi em boa parte provocada pela elevação deliberada das taxas de juro internas. Foi um objetivo de política para gerar superávits comerciais. Logo poderia ser evitada.

Além do efeito maléfico da própria recessão *per* si, o seu mais pernicioso resultado foi a violenta concentração de renda que ela provocou e, em relação a essa questão, o ministro da área econômica da época, ou seja, o então Ministro da Secretaria de Planejamento Delfim

Netto justificou que todo processo recessivo produz “certas perturbações na distribuição de renda”.

O mesmo Ministro estava no comando da economia do país, quando ocorreram os dois “picos” de índices econômicos, ao longo dos 21 anos de governo militar. Tanto no período “milagroso” de 1968 a 1973, como no período da “pior recessão” 1981-1983, e, nos dois momentos, a distribuição de renda só piorou. A conclusão de que, independentemente do que ocorresse com a economia brasileira, a meta era essa mesmo, com recessão ou com crescimento, impunha-se grandes sacrifícios a uma boa parte da população brasileira. Nem no período de crescimento essa situação foi diferente, porque a meta não era reduzir, mas sim aumentar significativamente e rapidamente as desigualdades sociais**, mesmo dispondo de todos os meios e de todas as condições para erradicar definitivamente a pobreza do nosso país.**

A meta do golpe era elevar a renda de determinados grupos sociais, em detrimento da grande massa de trabalhadores.

Infelizmente, a meta foi atingida com todas as letras.

A conclusão do item 4.4.1 – Reforma Tributária no início do governo militar – 1966 – é um nítido exemplo que comprova que, prática **o que se dizia nos discursos, não era o que se fazia na prática.** Especificamente com relação ao novo Código Tributário Nacional – o que se escreveu na Exposição de Motivos da principal lei tributária do país, não foi o eu se estabeleceu na prática. Ao contrário das considerações para a sua realização, que só enfatizavam a **justiça social**, a nova lei beneficiou determinados setores e atividades, ou seja, **o fator capital e as altas rendas em detrimento do fator trabalho e dos salários dos trabalhadores – beneficiando também, através de políticas de incentivos fiscais, determinados setores.**

A implantação do Sistema Tributário Nacional, em 1º de janeiro de 1967, foi uma das principais causas do forte processo de concentração de renda, verificado a partir desse ano, na economia brasileira.

Ficou claro, que o fantasma do “Comunismo Internacional” foi apenas um argumento largamente utilizado pela extrema direita para justificar interferências no poder. Marly Rodrigues afirma:

> Tal discurso já foi desvendado. Durante os anos 70, especialmente na América Latina, ele serviu ao livre trânsito do grande capital. Através de medidas econômicas e repressivas, os regimes ditatoriais latino-americanos submeteram os trabalhadores a altas taxas de exploração e as nações a modelos de desenvolvimento cristalizadores de diferenças regionais no plano interno e, no externo, fiadores do endividamento gradativo e crescente. Na década de 80, **o grau de internacionalização alcançado pela economia dos países pobres dispensou ditaduras. O <u>modelo capitalista dependente</u> já estava solidificado** e o regime político poderia ser democrático e diretamente regido pelas burguesias das "nações emergentes". Afinal foram elas cúmplices e principais beneficiárias de sua acelerada modernização! (RODRIGUES, 2000, p.8)[87]

> Também nas sociedades desenvolvidas, o grande capital, traduzido em forma de multinacionais – conglomerados de empresas que controlam produção, mercados e áreas de investimentos -, funciona em íntima colaboração com o Estado. Nos países desenvolvidos, porém, os direitos de cidadania e trabalho já conquistados limitam a ação espoliativa do capital.

Um operário norte-americano ganhava dez vezes mais que um brasileiro (abril/89)[88]

A divisão do mundo em países pobres e ricos tornou-se cada vez mais pronunciada. Em 1987, segundo a Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), na África e na América Latina 500 mil crianças morreram de fome e a renda familiar caiu de 10 a 25%."

Por último, para comprovar que o intuito de melhorar o bem estar da sociedade, diminuir as disparidades regionais, aprimorar a distribuição de renda etc., que seriam metas atingidas, através de cuidadosas políticas econômicas, não foram alcançadas e também não fizeram parte dos planos colocados em pratica,vamos recordar a escolha efetuada em termos de estratégia econômica pelo governo militar.

Conforme analisado ao longo deste trabalho, a reorientação do crescimento pós-golpe 64 foi pela opção de estimular as exportações brasileiras, ao invés de dar continuidade ao processo da industrialização substitutiva que estava em vigor.

Observa-se que essa política de estimulo as exportações não foi pautada no teorema Ohlin-Heckesher, que induz à suposição de que – no que respeita à exportação de produtos industriais – os países menos desenvolvidos são, ou pelos deveriam ser, potencialmente grandes exportadores de manufaturas *labor intensive.* O teorema afirma que os países desfrutarão de vantagens comparativas naqueles bens que são produzidos com fatores de produção relativamente abundantes nas suas economias. Em outras palavras, a disponibilidade de fatores determinará as vantagens comparativas no Comercio Internacional. Assim, a tendência seria a especialização, por parte dos países que dispusessem do fator capital

---

87 RODRIGUES, Marly. **Sem muita Ideologia**. São Paulo. p. 8.
88 _____, **Folha de S.Paulo**, Caderno B. 16, abril. 1989, p.2.

abundantemente, na exportação de manufaturas *capital intensive;* e a concentração, por parte dos países que dispusessem do fator trabalho abundantemente, na exportação em produtos *labor intensive*.

Em decorrência deste fato, acredita-se freqüentemente que os países menos desenvolvidos deveriam cultivar suas indústrias que operam em regime de trabalho intensivo para fins de exportação, porquanto tais indústrias apresentam a possibilidade de se tornarem altamente competitivas em termos internacionais. Assim sendo, poder-se-ia supor, com o objetivo de atender aquelas premissas de bem estar social, que a reorientação da política econômica do governo militar fosse ao sentido de estimular potencialmente, as exportações de manufaturas *labor intensive.*

Por paradoxo que seja o período analisado por este trabalho foi caracterizado por exportações industriais de produtos de empresas que usaram intensivamente o capital.

Esse paradoxo, chamado em economia de "Paradoxo de Leontief"[89], se aplicou ao Brasil que desenvolveu as exportações do tipo capital intensivo, quando de fato o fator capital era relativamente escasso. Apresentada sob outro aspecto, a pergunta que pode ser feita: **por que o Brasil falhou na tentativa de desenvolver suas indústrias de exportação que usavam predominantemente o fator trabalho?**

O desenvolvimento econômico pode ser analisado através de um processo em que, a relação capital-trabalho se move de um ponto onde esta relação é menor para um ponto onde esta relação é maior. Como decorrência, constata-se de que um país em desenvolvimento seria capaz de exportar produtos do tipo **trabalho intensivo muito mais facilmente do que exportar produtos do tipo capital intensivo**. O que então, aconteceu no caso do Brasil?

Essas perguntas e outras foram efetuadas ao longo do trabalho desenvolvido por William G. Tyler[90], professor visitante da disciplina de Economia na Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, como parte de um amplo estudo acerca da

---

[89] O professor Wassily Leontief, desenvolveu o paradoxo, através de uma observação, valendo-se de uma análise do tipo *input-output* aplicada ao comércio internacional dos Estados Unidos – uma economia que dispõe de grandes recursos de capital – importavam produtos em cujos processos de produção eram usados métodos do tipo capital intensivo, enquanto que exportavam bens fabricados em regime trabalho intensivo. Consulte Leontief, Wassily, Domestic Production and Foreign Trade: The American Capital Position Re-examined, in Proceedings of the American Philosophical Society, vol.97, nº4, setembro, 1953. O trabalho foi publicado de novo no seu livro *Input-output Economics*, New York, Oxford University Press, 1966.

[90] TYLER, William G. A Combinação de Fatores de Produção nas Exportações Industriais do Brasil **Revista Brasileira de Economia** vol.24 nº.1, pág.109/128, jan/mar.1970. Rio de Janeiro.

diversificação das exportações brasileiras, durante o período chamado de "Milagre Econômico".

O estudo do Professor Tyler inicialmente analisa o papel relativamente insignificante da indústria têxtil - geralmente considerada como uma atividade que usa de forma altamente intensa o fator trabalho – nas exportações brasileiras no início da década de 70.

> Em 1967, por exemplo, as exportações de produtos têxteis e de vestuário representaram 5,9% das exportações totais das indústrias e menos de 0,5 por cento das exportações totais...As exportações de algumas outras indústrias manufatureiras do tipo *labor intensive* são também apresentadas no quadro geral das exportações industriais. O Brasil exporta estes bens, gravitando em torno de um pólo *labor intensive*, como mobiliário, cutelaria em geral, violões e sapatos. Estes produtos, na maioria dos casos, consistem em apenas uma parte diminuta das exportações globais e certamente não se compõem – mesmo como um todo – no respaldo das exportações industriais (TYLER,1970)[91].

Para explicar a constatação do Paradoxo de Leontief, o Professor Tyler aprofunda o estudo dos motivos para o fracasso das exportações brasileiras dos bens de uso intensivo de mão-de-obra. Inicialmente volta sua atenção para as imperfeições do mercado de trabalho brasileiro, caracterizando-o pelo "desequilíbrio estrutural ao nível do fator". [92] O preço do fator trabalho, muito embora pareça ser barato, é de fato expressivamente caro quando analisado à luz de tal abundância. Para ele, esse desequilíbrio é evidente e pode ser explicado em parte pela legislação trabalhista, que parece ser inconsistente, contrária à realidade do desenvolvimento econômico do País.

Argumenta que tais medidas tornaram-se responsáveis pela falta de absorção do trabalho no quadro industrial e por uma marginalização de parcelas substanciais de força de trabalho potencial no sistema econômico. Acrescenta que a letra da lei do código trabalhista brasileiro não é integralmente cumprida, o que contribui para estabelecer um mercado fracionário para alguns serviços, e, conseqüentemente um preço ainda mais elevado para os produtos industriais.

Segundo a citada pesquisa, as empresas estrangeiras, por estarem mais sensíveis por evitar qualquer tipo de incidentes são, possivelmente, as que mais exercitam a legislação trabalhista, principalmente quando as comparamos com as empresas industriais brasileiras.

---

[91] TYLER, William G. A Combinação de Fatores de Produção nas Exportações Industriais do Brasil **Revista Brasileira de Economia** vol.24 nº.1, pág.109-128, jan/mar.1970. Rio de Janeiro.

[92] ECKANS, R.S., Proportion Problem in Underdeveloped Areas. **The Economics of Underdeveloped**, A.N. Agarwala e S.P. Singh, Editors, New York, Oxford University Press, 1963.

Essa tendência tende a elevar ainda mais o preço do fator trabalho entre as empresas estrangeiras, encorajando o uso de métodos e técnicas do tipo capital intensivo. Além desse aspecto enumera outros motivos como: o baixo nível das aptidões profissionais dos trabalhadores; a falta de dinamismo das indústrias do tipo trabalho intensivo; recursos naturais; a tecnologia incorporada aos bens de produção; as aptidões organizacionais e os talentos empresariais; a objetiva intenção do governo.

Em relação a este último aspecto transcrevemos o texto do professor Tyler:

> Os primeiros anos da década dos sessenta, o governo pareceu, de certa forma, mais ansioso para **expandir as exportações de produtos do tipo capital intensivo do que para aumentar as exportações de produtos manufaturados leves**. O financiamento das exportações nos dá uma boa idéia deste **favoritismo.** Muito embora o financiamento seja supostamente para todos os tipos de exportação de produtos industriais, na prática, entretanto, o financiamento dirigiu-se somente para os produtos industriais dos tipos capital intensivo. Por exemplo: em 1967, do total de 5 milhões de dólares para o financiamento das exportações, cerca de metade desta quantia destinou-se às exportações de aço, sendo que a outra metade foi dividida entre produtos automotores, maquinarias, equipamentos de construção de estradas e outros produtos preferentemente do tipo de capital intensivo. Acresce que, além deste aparente tratamento preferencial, na prática há uma preferência explícita dada aos bens de capital, com especial atenção na dimensão do prazo ou financiamento. Somente aos bens de capital foram concedidos financiamentos para um período superior a doze meses. Os dados para esta estimativa foram fornecidos pela Carteira de Comércio Exterior – CACEX, do Banco do Brasil. (TYLER,1970)[93].

A constatação dessas informações foi demonstrada no quadro abaixo, que retrata a posição das exportações industriais brasileiras, através de dados de 1967.

[93] TYLER, William G. A Combinação de Fatores de Produção nas Exportações Industriais do Brasil **Revista Brasileira de Economia** vol.24 nº.1, pág.109-128, jan/mar.1970. Rio de Janeiro.

Brasil e Estados Selecionados Valor Adicionado por Trabalhador Indústrias Manufatureiras 1965 - (NCr$ 1.000)								
Indústrias	Brasil	São Paulo	Guanabara	Bahia	Rio Grande do Sul	Rio de Janeiro	Minas Gerais e Espirito Santo	Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco
Produtos químicos	12,77	14,54	8,08	15,74	12,63	15,63	6,09	4,27
Produtos farmacêuticos	10,21	11,26	8,94	3,39	-	8,53	-	-
Perfumaria, sabão e produtos correlatos	9,36	13,07	7,63	-	7,13	3,49	-	5,28
Borracha	9,36	10,43	5,43	-	-	8,81	-	-
Fumo	8,62	13,35	12,53	2,52	7,67	-	19,10	9,19
Equipamento elétrico e material de comunicação	7,61	7,89	6,89	-	5,50	-	-	-
Equipamento de transporte	6,88	7,12	5,17	-	4,09	7,35	4,65	-
Plásticos	6,41	6,01	8,35	-	-	-	-	-
Produtos alimentícios e produtos afins	6,00	8,21	6,11	2,72	6,28	4,44	5,36	3,41
Bebidas	5,59	6,27	6,92	3,28	7,19	4,14	3,88	2,87
Maquinaria	5,38	5,52	5,32	-	4,85	-	-	-
Papel e produtos afins	5,12	5,69	4,30	-	3,20	4,82	2,52	-
Metalurgia	5,01	5,00	5,00	5,61	4,35	6,46	5,11	3,03
Outros produtos	4,58	5,19	4,20	-	3,13	-	-	-
Editorial e gráfico	4,06	4,52	4,68	-	2,90	-	2,74	2,90
Minerais não-metálicos	3,92	4,25	4,00	3,91	3,58	4,35	4,23	3,71
Couro	3,91	4,11	5,03	4,44	3,74	-	5,42	3,09
Produtos têxteis	3,85	4,67	4,18	2,08	3,93	2,79	2,34	2,83
Mobiliário	3,36	3,91	3,12	-	2,31	-	-	-
Vestuário e calçados	3,23	3,80	2,91	-	2,79	-	2,24	2,43
Produtos de madeira	2,70	3,69	2,83	-	2,82	-	2,46	-
TOTAL	5,52	6,45	5,42	5,21	4,55	6,16	4,12	3,29

O estudo é totalmente ajustado à hipótese levantada no início desta dissertação, de que "o que foi dito nos discursos não era compatível com a prática imposta nas políticas econômicas do governo militar".

Os custos sociais dessas medidas, já analisados no item 7.4 deste trabalho foram enfatizadas no livro do Professor Wilson Barbosa, conforme citação:

> o esforço de industrialização do Estado tomou o caminho do financiamento através do endividamento. Inadequações institucionais entre a poupança e o investimento ampliaram o endividamento interno, Insuficiências cambiais crônicas aceleraram o endividamento externo. Crédito em excesso, emissão monetária descontroladas, emissão desequilibrada de títulos, déficit no exterior, eis os principais instrumentos do poder público para assegurar o fluxo de recursos. Por detrás destas formas viciadas de ação, percebe-se o próprio recorte super estrutural da mentalidade do subdesenvolvido. A fim de cobrir os déficits no exterior, o governo implementou aceleradamente a expansão da dívida externa, produzindo assim um custoso fluxo de capital externo [...] Tal política não foi apenas ineficiente, ela reforçou de modo direto a concentração de rendimentos. [...] A mesma linha de raciocínio pode ser feita em relação à dívida pública, instrumento de "socialização das perdas", como pontualizou o historiador Werneck Sodré. (BARBOSA, 2006, p. 98)[94]

Francisco Lopes e Eduardo Modiano elaboraram trabalho que incorpora aspectos estruturais e institucionais da economia brasileira (como a indexação salarial e a restrição externa), para analisar alternativas de ajustamento macroeconômico a choques externos. O trabalho demonstrou e concluiu, que políticas de desvalorização cambial, de controle de preços e salários e de tributação teriam sido muito mais adequadas e eficientes na década dos anos 70, em contraste com a opção brasileira de ajustamento via subsídio ao preço doméstico da energia e endividamento externo.

Enfatiza-se assim, que a política adotada pelo governo militar, a partir de 1967 e fortemente reforçada na década de 70, que teve por objetivo utilizar-se da poupança externa, através de empréstimos do exterior, para financiar o crescimento doméstico, acarretou maior vulnerabilidade da economia brasileira em termos de perspectivas de ajustamentos, que se tornaram drasticamente limitadas e resultaram nas grandes dificuldades que se fizeram sentir no país, no final do século XX . Essa opção pelo endividamento externo é considerada a principal causa da constrangedora atuação da economia brasileira na década de 80, também conhecida como a "década perdida".

---

[94] BARBOSA, Wilson do Nascimento. **Balanço da Economia Brasileira**: 1940-1980. São Paulo: LCTE Editora, 2006. p. 98.

Transcreve-se a seguir, conforme conclusão dos autores, o que teria sido a reação adequada da política econômica brasileira ao choque externo:

> Teria sido uma combinação de desvalorização cambial, taxação do preço doméstico da energia, acoplada à redução de outros impostos e à expansão dos incentivos fiscais à exportação, controle de preços e salários. A reação de política econômica que de fato ocorreu foi, no entanto, completamente diferente, apoiando-se primordialmente numa política de subsídio ao preço doméstico da energia e no endividamento externo. Basicamente, o que se fez foi estimular a captação externa de empréstimos (com o Governo atuando como o principal tomador), de modo a financiar um nível mais elevado do hiato de recursos.
> Quando se adota a combinação subsídio-endividamento, o País está deixando de absorver a perda de renda real resultante do aumento do preço internacional do petróleo.
> O endividamento externo é uma forma de adiar para o futuro o pagamento dessa conta, e é exatamente por isso que a economia não pode manter-se indefinidamente nesta posição. Ao contrário, o ajustamento ao choque externo ainda está por fazer [...] se a dívida externa tiver que ser paga, o hiato de recursos deverá tornar-se negativo, e o problema de como absorver internamente o choque externo voltará a se colocar, ampliado pelos juros compostos do endividamento [...] o nível normal do hiato foi substancialmente reduzido pela combinação de queda no crescimento mundial e aumento da taxa de juros. A conseqüência foi um crescimento explosivo da dívida externa, que não se poderia sustentar indefinidamente e que foi progressivamente tornando a economia mais vulnerável a perturbações no sistema financeiro internacional. A crise mundial em 1983 revelou a inviabilidade da situação anterior. As principais qualificações: a) No período 1974/76 o hiato de recursos foi em média de US$ 5 bilhões por ano.
> O aumento médio da despesa com importações de petróleo, relativamente ao seu nível de 1973, foi de US$ 2,5 bilhões. Logo, houve um aumento de US$ 2,5 bilhões na média anual do hiato de recursos que aparentemente foi explicado pelo fato do País ter se endividado não apenas para pagar a conta do petróleo, mas também para permitir elevação no nível de atividade. N período 1974/76 o País apresentou taxas elevadas de crescimento, apesar da recessão mundial, o que também foi um fator de agravamento do endividamento externo. Entre 1973 e 1981 o preço doméstico real do petróleo aumentou cerca de 150%, o que foi muito menos que o aumento da ordem de 1.000% do preço internacional do mesmo período. Ainda assim, o custo inflacionário dessa alteração dos preços relativos domésticos foi substancial, particularmente entre 1979 e 1980, quando a taxa de inflação alcançou seu patamar de 100% ao ano. A opção de subsidiar o preço doméstico da energia e ajustar o balaço de pagamento através do endividamento externo talvez fizesse sentido como forma de ganhar tempo, de modo a viabilizar uma estratégia de ajustamento gradual da economia brasileira à nova realidade internacional. O que quer que seja foi, entretanto, completamente anulado pelo segundo choque externo de 1979/80 (que envolveu não só o preço do petróleo como a taxa de juros). (LOPES; MODIANO, 1983, p.86-88)[95].

Comprova-se assim a hipótese apresentada, de que as políticas econômicas utilizadas pelos técnicos dos governos militares com o objetivo de levar o país ao crescimento econômico não atenderam as expectativas. Muito ao contrário, a opção pela utilização da poupança do exterior, via empréstimos externos, fortemente concentrados no Governo, que operou como principal tomador por intermédio das estatais, não só não permitiu a “arrumação

[95] LOPES, Francisco L.; MODIANO, Eduardo M.. Indexação, choque externo e nível de atividade: notas sobre o caso brasileiro. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 13, nº 1, abril .1983. p.86-88.

da casa”, como foi responsável pelo longo período de desequilíbrios, que caracterizou os vinte anos finais do século XX.

8.2. Específica - Respostas às Questões Formuladas no Início do Trabalho

O que foi que ocasionou o colapso da nossa democracia em 1964?

Explicações mono causais de eventos históricos são notoriamente insuficientes e induzem em erro, mas pelo menos sempre há um fator principal. No caso, tal fator consistiu na demente polarização ideológica da Guerra Fria. A abundante e sólida documentação do historiador Luiz Alberto Moniz Bandeira, desvenda a paranóia que levou os EUA a estimularem e apoiarem o golpe contra a democracia brasileiro.

A emergência da Guerra Fria condicionou a integração da América Latina ao sistema mundial de poder ocidental. Formalizada pela ideologia pan-americanista, cujas origens remontam ao século XIX, sua materialização se processou com a constituição da Organização dos Estados Americanos (OEA), na Conferência de Bogotá de 1948. O passo seguinte foi a assinatura, em 1949, do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), no Rio de Janeiro. Essa integração dos Estados latino-americanos no sistema geopolítico ocidental tinha por finalidade a consolidação da influência hemisférica de Washington. Nesse processo, o Atlântico Sul tornou-se um “mar americano”, elemento integrante da estratégia de controle dos oceanos e rotas marítimas pela superpotência ocidental.

A OEA, com sede em Washington, trazia na sua carta de fundação as suas finalidades precípuas:

a) defender a soberania dos países-membros;

b) promover a solidariedade hemisférica;

c) providenciar serviços sociais, econômicos, políticos e técnicos aos integrantes;

O sentido geopolítico da OEA ficou patente durante a década de 1960, quando a Revolução Cubana apareceu como ameaça à solidez da esfera norte-americana de influência hemisférica. Em 1962, Cuba foi suspensa da Organização, sob a acusação de representar os interesses de uma potência extracontinental. Alguns anos depois, em abril de 1965, tropas da OEA juntaram-se às forças de intervenção norte-americanas na República Dominicana.

O TIAR estabelecia essencialmente o princípio da defesa mútua dos Estados signatários contra hipotéticas agressões de potências extracontinentais e previa a colaboração

das forças armadas hemisféricas, através de exercícios conjuntos e intercâmbio de informações. Criados durante os “anos quentes” da Guerra Fria, tanto a OEA, como o TIAR materializaram a aplicação da estratégia do *containment* no subsistema latino americano.

A montagem da esfera de influência hemisférica não se limitou à formalização de tratados internacionais e à edificação de instituições de segurança coletiva. Ela envolveu a criação de novas elites político-militares em inúmeros países do subcontinente, formadas sob as ideologias emanadas de Washington e destinadas a constituir os verdadeiros centros de poder e decisão dos Estados latino-americanos.

Em 1947, o Congresso americano votava o *National Security Act*, do qual se originaram o Conselho de Segurança Nacional e a Agência Central de Inteligência (CIA). O *National War College* (NWC) tornou-se desde essa época o centro difusor das doutrinas estratégicas de Washington. Trabalhando em estreita ligação com o NWC, instalou-se na capital dos Estados Unidos o Colégio Interamericano de Defesa, destinado a coordenar as atividades das forças armadas do hemisfério. Em 1961, na Zona do Canal, surgia a Escola do Exército Americano para as Américas que, em dez anos, diplomou mais de 30 mil militares latino-americanos.

Esse conjunto de iniciativas norte-americanas resultou no aparecimento de organismos similares ao NWC em diversos países latino-americanos, inclusive a Escola Superior de Guerra (ESG) brasileira, criada em 1949 por uma missão militar norte-americana que permaneceu no país por 12 (doze) anos. Entre 1950 e 1968, o Curso Superior de Guerra diplomou centenas de militares e civis, difundindo o conjunto de teorias, noções e conceitos englobados na Doutrina de Segurança Nacional.

A Doutrina de Segurança Nacional moldou duradouramente o pensamento político de setores significativos das elites latino-americanas. Em torno de conceitos como os de “fronteiras ideológicas” e “inimigo interno” consolidou-se uma cultura autoritária que acompanhou o processo de modernização dos aparelhos públicos e de profissionalização das forças armadas. O pensamento estratégico e diplomático foi profundamente influenciado pela Doutrina, que integrou às percepções nacionais tradicionais o sentido de pertinência a um bloco ocidental e o alinhamento à superpotência da América do Norte. No Brasil, a mescla de percepções geoestratégicas tradicionais à Doutrina de Segurança Nacional aparece com nitidez no livro *“Geopolítica do Brasil, de Golbery do Couto e Silva (RJ: José Olympio, 1967).”*.

Os regimes militares instalados no Cone Sul promoveram o entrelaçamento dos respectivos aparelhos militares, paramilitares e de inteligência, configurando uma verdadeira "internacional da contra–insurgência" que intercambiava informações e mesmo prisioneiros políticos. Essa rede internacional repercutiu na diplomacia, com a sustentação de cada um dos regimes por seus similares e vizinhos, fenômeno ilustrado pelas relações especiais estabelecidas entre as ditaduras brasileira, uruguaia e chilena ao logo da década de 1970.

Mas o Governo do Presidente João Goulart, de fato marchava para um regime comunista?

Achou-se que por seu nacionalismo econômico, seu reformismo social e sua política externa independente (PEI), o governo Goulart marchava para um regime comunista, o que faria do maior país da América Latina poderosa cunha soviética no hemisfério.

Desde a posse em 1961, os EUA não fizeram segredo de sua hostilidade ao governo Goulart. Primeiro houve a resistência a uma composição dos problemas financeiros e cambiais do país, o que ocasionou crise econômica e inflação. Já muito clara no governo Kennedy, a hostilidade se exacerbou até a histeria após sua morte. A derrubada do governo virou objetivo declarado do governo norte-americano, que passou a patrocinar por todos meios uma conspiração golpista. O lendário coronel-espião Vernon Walters, por exemplo, encontrava-se diariamente com o marechal Castello Branco, informando Washington sobre a marcha da conspiração. Bandeira apoia-se em documentação do próprio governo norte-americano para comprovar a participação da CIA na conspiração. Lacerda e o diretor do "Estado de São Paulo", em declarações públicas, exortaram abertamente os EUA a intervirem no Brasil. Houve até mesmo projetos terroristas, como assassinar Jango e seus filhos, consoante se constatou quando do achado pelo Exército, no Estado da Guanabara, sob o governador Carlos Lacerda, de sofisticado armamento norte-americano. Quando o golpe entrou na fase da execução, montou-se a operação "Brother Sam": supondo armada ao golpe, preparou-se uma frota para intervir em apoio aos sediciosos. Se Jango oferecesse resistência, o Brasil teria provavelmente se convertido num Vietnã.

Certamente o golpe não seria bem-sucedido sem apoio dos EUA, mas não foi pura invenção norte-americana, nem se operou num vazio social e político interno. Teve base endógena na qual se conjugaram **obscurantistas interesses hostis a qualquer reformismo social,** revanchismo dos derrotados na tentativa golpista de 1961, interesses de facções políticas ávidas de empalmar o poder e um irracional pânico anticomunista fomentado por paroxística propaganda. Os conservadores temiam particularmente o **processo das reformas, à base da mobilização dos sindicatos e de outras forças populares.**

Na opinião dos que realizaram o golpe, o entendimento foi que: pavimentaram o seu caminho as contradições e as incoerências das forças que apoiavam Jango. Usava-se retórica radical para reformas moderadas. O cunhado do presidente, Leonel de Moura Brizola, instava

o golpe de Estado para efetivar as reformas, por achar que a maioria do Congresso não as daria, mas não almejava implantar um regime comunista, pois toda sua vida foi jurado anticomunista. A esquerda radical, na qual não figurava o PCB (segundo a CIA ele se opunha a um regime de esquerda no Brasil), negou apoio ao estado de sítio pleiteado pelo presidente para pôr fim à escancarada ação sediciosa do governador da Guanabara: receava que os poderes de exceção se voltassem contra ela. Enfim, o próprio Jango cometeu pixotadas que facilitaram o golpe.

A leitura deste trabalho é que o Presidente João Goulart foi um homem politicamente muito lúcido e maduro. Seu inabalável legalismo se comprova pela resoluta oposição a um auto-golpe. Depois, não quis resistir ao golpe, a fim de poupar o país dos horrores duma guerra civil, que segundo todas as probabilidades, se internacionalizaria. Jango caiu mais por suas virtudes do que por seus defeitos, disse lapidarmente Darcy Ribeiro e, quando foi deposto tinha, segundo o IBOPE, o apoio de 76% da opinião pública. Era homem rico de berço, e muito rico. Mas como alguns ricos, tinha enorme vergonha de ser rico num país de miseráveis. Daí seu apaixonado empenho de promover reformas sociais. Pessoal e politicamente, foi protótipo do homem cordial; aborrecia-lhe o conflito.

O golpe de 1964 acabou com esperanças de milhões de brasileiros, naquele momento em que o presidente João Goulart evocava uma nobre e generosa tentativa de criar um Brasil melhor. Mas seu projeto político, calcado no nacionalismo econômico e num reformismo de configuração social-democrata, já não tem vigência. O distanciamento histórico permite ver que o golpe e o regime autoritário foram os coveiros competentes do projeto de Jango.

Os que apoiavam o presidente João Goulart queriam implantar o imperialismo comunista no país ou apenas faziam reivindicações, fundamentais e legítimas para uma sociedade mais justa?

Os feitos heróicos daquele punhado de jovens liderados por Fidel Castro levaram as esquerdas latino-americanas a acreditar que, enfim, havia sido deflagrado o processo revolucionário que conduziria inevitavelmente ao socialismo. Tal entusiasmo levou-as a avaliar mal o poder das forças sociais contrárias àquele objetivo, que adquiria significação particularmente inquietante no contexto internacional da época - o da Guerra Fria - que contrapunha o sistema socialista ao capitalista.

As pessoas esquecem a influência que a Revolução Cubana exerceu sobre o processo político da América Latina, particularmente nos anos 60 e 70, que resultaram na derrocada das esquerdas e na implantação de regimes militares em vários países. Naquele contexto, as esquerdas que, no Brasil e em outros países, clamavam pela reforma agrária e por medidas antiimperialistas, **identificavam-se** com reivindicações fundamentais e legítimas da sociedade. Por isso mesmo, **os regimes militares**, que se implantaram então, compreenderam a necessidade de promover o desenvolvimento e atacar os problemas sociais mais urgentes, ao mesmo tempo em que reprimiam com violência os adversários.

Alguns desses governos militares lograram equilibrar a situação econômico-financeira e mesmo atingir considerável grau de crescimento, durante algum tempo, como ocorreu no Brasil e no Chile. Não obstante, as desigualdades não foram eliminadas e, por isso mesmo, concorreram para o desgaste desses governos, carentes de legitimidade institucional.

Mas o fim das ditaduras e o conseqüente retorno à democracia não conduziram ao poder os líderes e os movimentos de esquerda, que se tinham destacado na luta contra os militares. No Brasil, com a morte de Tancredo, assumiu José Sarney, substituído por Fernando Collor, que nenhum papel desempenhara na luta contra o regime autoritário. Mas o que legitima os novos líderes é a explícita determinação de, com a maior rapidez possível, **reduzir a desigualdade**. Pode ser que as medidas estatizantes por eles adotadas assustem os investidores e retardem a redução da pobreza, mas o avanço nessa direção, com pressa ou sem pressa, é, ao que tudo indica **- irreversível.**

Hoje, 40 anos depois, tanto os pesquisadores de "direita" como de "esquerda" concordam sobre essa versão de "ataque preventivo norte-americano no golpe brasileiro de 1964"?

John Lewis Gaddis, professor de Yale, é um eminente pesquisador americano da Guerra Fria. Para ele a "Doutrina Bush" de ataques preventivos não era uma ruptura, mas uma continuidade da política externa dos antecessores do atual presidente e tem muita semelhança com as análises da **esquerda antiimperialista**, ou seja: **a despeito de sentimentos isolacionistas, o melhor meio de garantir a segurança dos Estados Unidos foi sempre a expansão de suas fronteiras e de sua hegemonia.**

Para o autor, a versão para o público não-especializado do conflito Guerra Fria, que durante metade do século XX opôs os Estados Unidos e a União Soviética, aliados táticos na Segunda Guerra Mundial, tem os pés fincados em um ponto de vista e, como a maioria das narrativas históricas, representa apenas parte da história. O outro lado dos interesses baseia-se no equilíbrio do terror alcançado pelos EUA e a URSS, a partir da **corrida armamentista** que, em dez anos, levou os dois países à Destruição Mútua Garantida (MAD, na sigla em inglês).

O soviético Josef Stálin e o americano Harry Truman simultaneamente se deram conta de que a bomba atômica, despejada duas vezes sobre o Japão (já para "conter" as ambições soviéticas), era uma arma para não ser usada nunca mais. Foi uma lição difícil de ser aprendida, tanto que Dwight Eisenhower, o sucessor de Truman, ainda teve que se debater com a tese da possibilidade de uma guerra nuclear limitada, defendida na época pelo jovem estrategista Henry Kissinger, e Nikita Kruschev, sucessor de Stálin, mandou mísseis para a ilha da República de Cuba, a 180 quilômetros da costa da Flórida. A opção só foi engavetada depois que as duas superpotências estiveram na iminência de cometer o gesto **tresloucado**, durante a Crise dos Mísseis em Cuba (outubro de 1962).

Pedreiro levanta parte da barreira do Muro de Berlim,
sob escolta de soldado da antiga Alemanha Oriental.
Fonte: Associated Press

Lewis Gaddis faz também um relato vívido da chamada "détente", na década de 1970, quando as duas potências inimigas, às voltas com a estagnação de suas economias e a **contestação em suas áreas de influência (Vietnã e Tchecoslováquia, em maio de 1968),** concordaram em congelar o status quo na Europa.

Enquanto isso, **a Guerra Fria esquentava, por procuração, no chamado Terceiro Mundo e, em ações secretas,** os EUA apoiaram ditadores e golpes numa longa lista de países. O argumento utilizado por Gaddis, para justificar “esse pseudo - direito de invasão” seria que isso aconteceu porque, "a Guerra Fria transformou os líderes americanos em Maquiáveis", que, diante de "tanta gente que não era virtuosa", resolveram aprender a não ser virtuosos”.

Ficou claro se ele é um pesquisador de “direita” ou “esquerda”?

O Brasil sempre teve política externa de alinhamento "incondicional" aos Estados Unidos?

Desde meados do século XIX, o Brasil exercitou, com plena consciência, a tática de utilizar os Estados Unidos como contrapeso à influência, ainda muito intensa, da Grã-Bretanha.

A principal encruzilhada da política externa, de um país potência média - como o Brasil - se constitui no problema da sua autonomia frente às grandes potências.

Durante o Império, a política externa brasileira caracterizava-se pela subordinação externa à Grã-Bretanha, que funcionava como contrapartida da manutenção do tráfico negreiro. Com a consolidação do Estado brasileiro, ocorreu um declínio dessa dependência, e uma ampliação de autonomia externa do Império.

A política externa republicana pode ser interpretada sob o prisma da autonomia frente aos Estados Unidos. As respostas concretas a esse desafio estratégico modularam a atuação diplomática do país.

Na "era Rio Branco" com a percepção do exercício do pan-americanismo, construiu uma parceria especial com os Estados Unidos e, simultaneamente, pela afirmação da liderança brasileira no subsistema do Cone Sul. Um exemplo foi a política do ABC do Barão, destinada a situar o Brasil na posição de árbitro entre a Argentina e o Chile, viria a desdobrar-se, sob formas adaptadas às circunstâncias cambiantes, através do restante do século.

A "era Vargas" assinalou a primeira significativa oscilação no alinhamento internacional histórico da diplomacia brasileira. Ao longo da década de 1930, a intensificação das relações comerciais com a Alemanha funcionou como contrapeso da influência dominante dos Estados Unidos. Na primeira metade do Estado Novo, o Governo Vargas praticou ainda mais claramente uma política pendular, destinada a ampliar a autonomia nacional no plano externa. Nos anos iniciais da Segunda Guerra Mundial, essa política atingiu contornos de dramaticidade e seu desfecho, com o realinhamento a Washington e a declaração de guerra ao Eixo.

Essa mudança trouxe compensações estratégicas nas esferas: econômica e política. O financiamento da usina de Volta Redonda, deflagrando a implantação da siderurgia estatal no país foi um passo decisivo para o avanço da nossa industrialização. Politicamente, o Brasil

posicionou-se como parceiro privilegiado dos Estados Unidos na América do Sul do pós-guerra, enquanto a Argentina era marginalizada.

Mas no pós-guerra, o Brasil teve política externa de alinhamento "incondicional" aos Estados Unidos?

O pós-guerra vai se caracterizar por um mundo exclusivamente dividido em dois ambientes: o Ocidental e o Oriental, condicionado ao chamado "ambiente de bipolaridade rígida do pós-guerra". As políticas externas de todos os países do mundo eram "quase" que forçadas a tomar uma posição.

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, definido pela reorientação diplomática de Vargas em 1942, representou o assentamento de uma base duradoura para a orientação estratégica do país. No imediato pós-guerra, durante o governo Eurico Gaspar Dutra, a evolução do sistema internacional na direção da Guerra Fria implicou o fechamento do leque de opções diplomáticas postas para o Brasil.

O novo cenário internacional, a proibição do Partido Comunista, a assinatura do TIAR, a formação da OEA e a instalação, sob os auspícios da missão militar americana, da ESG definiram a moldura no interior da qual se moveria o pensamento geopolítico do militar brasileiro. Até então, esse pensamento enfocava apenas o interesse nacional, numa moldura basicamente circunscrita à América do Sul, e, a partir de então passou a inserir o subsistema no cenário global da confrontação Leste-Oeste. Essa alteração pode ser claramente observada nas argumentações utilizadas por Golbery do Couto e Silva, no seu livro Geopolítica do Brasil (RJ: José Olympio, 1967).

No entanto, mesmo nesse cenário do pós-guerra, fica clara a política brasileira de trabalhar arduamente para conservar um espaço de autonomia no interior do qual pudesse se afirmar, em cada mo mento, o interesse nacional. Por exemplo, o governo Juscelino Kubitschek, pela via do nacional-desenvolvimentismo, passou a enfatizar os temas do subdesenvolvimento e das relações econômicas Norte-Sul. O lançamento da Operação Pan-Americana (OPA), que viria a influenciar a política continental da administração Kennedy, procurou traduzir essas novas prioridades.

Nos governos Jânio Quadros e João Goulart, a moldura conceitual do nacional-desenvolvimentismo conheceria acentuada rotação, para a chamada Política Externa Independente (PEI). Essa política transferia a prioridade do confronto ideológico Leste-Oeste para uma tema muito mais presente na nossa realidade, ou seja: desigualdades econômicas Norte-Sul. A obra de San Tiago Dantas, Política Externa Independente, Rio de Janeiro:

Civilização Brasileira, 1962, detalha a importância do tema que na época, se propagava no pensamente desenvolvimentista do **Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB.** Esse centro de estudo criado em 14 de julho de 1955, foi extinto pelo **golpe militar de 1964**, e muitos de seus integrantes, os *isebianos*, foram exilados do Brasil e da **Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe** - CEPAL **(**criada em **1948** pelo **Conselho Econômico e Social das Nações Unidas** com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os seus membros) e mesclava-se com influências neo-marxistas, especialmente oriundas da teoria da dependência.

O Tratado de Montevidéu (**1960)** criou a Aliança Latino-Americana de Livre Comércio, em parte por inspiração dos tratados de Roma que instituíram a Comunidade Econômica Européia. A Alalc foi extinta em 1980 sendo seguida pela Aladi (Associação Latino-Americana de Desenvolvimento Integrado), no segundo Tratado de Montevidéu (1980). A mudança aconteceu pela ampliação do enfoque de zona livre de comércio a uma área também desenvolvimentista com o estabelecimento de tarifas alfandegárias regionais.

Apesar de passar por reestruturações, a criação da ALALC, representou em 1960, a tradução latino-americana da agenda terceiro-mundista, cujo pressuposto era a negação do pan-americanismo. Esse pensamento foi expresso de modo espetacular, na condecoração oferecida a Ernesto "Che" Guevara pelo presidente Jânio Quadros e na célebre viagem do vice-presidente Goulart à República Popular da China, às vésperas da renúncia presidencial.

Dentre os documentos norte-americanos liberados sobre o Brasil, consta um pedido do governo dos EUA a Jânio Quadros, para que ele condecorasse Che Guevara e demonstrasse:

a) independência do governo brasileiro;

b) crescente influência do comunismo cubano;

Ao contrário, já nos primeiros anos do regime militar, o realinhamento manifestou-se pela ruptura de relações diplomáticas com Cuba e, em 1965, pela participação de forças brasileiras, sob comando formal da OEA, na intervenção na República Dominicana.

Mesmo assim, seria uma visão simplista dizer que esse alinhamento incondicional aos Estados Unidos, nos primeiros anos do golpe, se manteve durante **todo** o período do autoritarismo militar.

Por exemplo, no governo Costa e Silva, o anticomunismo programático foi mesclado com o nacionalismo, que deslocava as percepções do conflito Leste-Oeste para o Centro-

periferia, reforçando e ampliando a ação do Sul, ao lado da Ásia e da África para fazer passar novas resoluções pró-desenvolvimento, com o objetivo de diminuir as desigualdades Norte-Sul . Essas resoluções foram votadas na ONU e na UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento) que foi criada em 1964, como entidade intergovernamental permanente, sendo o principal órgão da Assembléia da Organização das Nações Unidas responsável pelo tratamento integrado do desenvolvimento, por intermédio do comércio, finanças, investimento, tecnologia, desenvolvimento empresarial e desenvolvimento sustentável.

Um outro exemplo, no governo Médici, as relações com os Estados Unidos foram profundamente comprometidas pela extensão do mar territorial brasileiro para 200 milhas, em 26 de março de 1970, que se desdobrou em incidentes nas águas territoriais e na adoção, pelo Capitólio (centro legislativo do governo americano), de medidas comerciais retaliatórias. No auge do ufanismo do governo Médici, a decisão foi recebida com euforia nacionalista, pois já era uma reivindicação antiga entre os militares nacionalistas, entre eles, o almirante Paulo Roxo Freitas, que se debatiam por ela desde 1958. Tempos depois, diante das pressões internacionais, há um recuo e nos anos 80 o mar é somente de 12 milhas.

O Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, de 1975, gerou novas superfícies de atrito com Washington, agravadas pela firme rejeição brasileira do Tratado de Não-Proliferação (TNP) e pelas evidências de que o país preparava-se para adquirir capacidades tecnológicas autônomas no campo das armas nucleares. No mesmo ano, o reconhecimento pioneiro dos regimes pró-soviéticos instalados em Angola e Moçambique e a desenvoltura cada vez maior do “pragmatismo responsável” assinalaram uma nova oscilação em relação ao rumo histórico tradicional.

A participação norte-americana, realmente foi tão decisiva assim, para o golpe de 1964? Qual foi o grau de participação do governo da nação norte-americana, em relação ao término do regime autoritário?

Independente dos fatos pontuados neste trabalho, demonstrando claramente essa participação, hoje, a quantidade de documentos que foram secretos, já à disposição do público, na economia norte-americana é prova cabal de todo o planejamento do golpe. Em novembro de 1965, a Câmara dos Representantes, autorizava o Governo dos Estados Unidos a intervir militarmente, com ou sem consulta, em qualquer país americano.

A repercussão dessa medida entre os países latino-americanos, com exceção do Brasil, foi de total insatisfação e questionamento da "intenção de violar os princípios da autodeterminação dos povos e de não-intervenção, consagrados nas Cartas da ONU e OEA".

Em sua edição de **14** de **novembro** de **1966,** a conhecida revista norte-americana *Newsweek* publicava interessante análise da política norte-americana na América Latina, cujo trecho mais elucidativo é o seguinte: "No caso do golpe militar de 1964 no Brasil, o governo de Washington, habilmente, mandou o empreendedor e loquaz general Vernon A. Walters para o Rio de Janeiro, como adido militar, dois anos antes do golpe. Falando muito bem o português, Walters servira como oficial de ligação com a FEB, na Itália, na Segunda Guerra Mundial, e, no Rio, imediatamente renovou sua calorosa amizade com altas patentes brasileiras. À medida que o flutuante presidente João Goulart inclinou-se cada vez mais para a esquerda, Walters tornou-se confidente dos conspiradores militares contra Goulart e, finalmente, encorajou o general Humberto de Alencar Castello Branco, que fora seu companheiro na Itália, a tomar o Poder. Uma semana antes do golpe, Walters radiografou todos os detalhes da conspiração para Washington e, um dia depois da posse de Castello Branco na Presidência da República, almoçou com ele a sós no palácio presidencial. Desde então, Walters tornou-se um dos mais entusiásticos e influentes propugnadores do novo governo brasileiro. O seu manifesto intitulado "Por que no Brasil é diferente", com argumentos contra a limitação de armamentos norte-americanos para a América Latina, especialmente para o Brasil, teve grande circulação no Departamento de Estado e no Pentágono. Embora Walters insista em dizer que deixou as negociações sobre armamentos à missão do MAP (Military Assistance Program, Programa de Assistência Militar Americana), no Rio, que consiste em mais de 100 pessoas, o fato é que o Brasil elevou suas compras de armas norte-americanas de:

US$ 2.5 milhões.....em 1965 para

US$ 12 milhões.....em 1966,

Dessa forma, o Brasil tornou-se um dos maiores compradores de armas dos Estados Unidos na América Latina. Em contrapartida, a força naval de apoio ao golpe de 64 – na celebrada operação *Brother Sam* – ficou à disposição da embaixada norte-americana aqui, até a vitória plena do golpe.

Com relação à segunda parte da questão, ou seja a participação da economia norte-americana no término do governo militar, temos que considerar que a redemocratização dos países do nosso Subcontinente derivou tanto de **condicionantes nacionais**, como foi exposto neste trabalho, como **das alterações no ambiente internacional.**

Durante a presidência de Jimmy Carter (1977-1981), um dos objetivos centrais da política externa norte-americana era o funcionamento da democracia e das economias de mercado no hemisfério ocidental. Segurança e o paradigma democrático seriam as bases dessa política.

Os processos de democratização e pacificação que caracterizaram a maior parte da região durante esse período, permitiram às elites decisórias nos Estados Unidos chegar ao entendimento de que se constituíra uma sólida fundação para a construção de suas políticas. Essa, aliás, é uma característica dos presidentes democratas norte-americanos que, ao contrário dos republicanos, carregam tradição de intervencionismo e de regulamentação, heranças do programa *New Deal* de Franklyn Delano Roosevelt. Mais tendente a causas populares, a base democrata é recorrente nos programas de Kennedy e de Lyndon Johnson, nas grandes questões da **igualdade e dos direitos civis**, no planisfério de **direitos humanos** de Jimmy Carter. Escora-se nesse ideário, dado que o seu governo foi favorável às ações afirmativas, marcado pelo uso da **diplomacia** para garantir a paz mundial, e pela prioridade dada a questões sociais. Recebeu o Prêmio Nobel de Paz em 2002.

Nesse ambiente internacional e particularmente americano de **valorização dos direitos humanos**, Washington reorientou a sua política continental passando a favorecer estratégias de aberturas democráticas gradualistas. A “distenção” brasileira e os atritos entre os Estados Unidos e as ditaduras argentina e chilena constituíram reflexos desse momento, revelando as singularidades nacionais de um processo desigual e ambivalente. Esse momento também revelou as dimensões nacionalistas dos próprios regimes de segurança nacional latino-

americanos. As divergências de orientação e as crises diplomáticas entre Washington e esses regimes foram muitas vezes, repercussões do nacionalismo militar latino-americano.

Então, a resposta a pergunta é sim. Sim, a nação americana influenciou também o final do regime autoritário brasileiro, através inclusive de "atritos e conflitos diplomáticos" somando-se a todas as pressões e condicionantes internas já mencionadas.

A posse de Ernesto Geisel e o subsequente afastamento do general Ednardo D`Ávila Mello do comando do 2º Exército, após a repercussão dos episódios de morte de Wladimir Herzog e Manuel Fiel Filho no DEOPS de São Paulo, em 1975, deflagaram a "distenção" brasileira, cujo ritmo harmonizou-se com a postura diplomática de Jimmy Carter, a partir de 1976.

O projeto de abertura consolidou-se com a marginalização do general Silvio Frota e a definição de João Baptista Figueiredo para a sucessão presidencial de 1978. Em 29 de março de 1978, o presidente dos EUA, **Jimmy Carter**, chegou ao Brasil e foi saudado por Geisel. Ele recebeu de pessoas contrárias ao regime, **documentos sobre violação de direitos humanos no país.**

O novo ambiente internacional não poderia aceitar torturas e assassinatos contra presos políticos brasileiros, enquanto que o presidente norte-americano Jimmy Carter adotava politica de distensão com os paises comunistas, estabelecia relações diplomáticas com a **China**, assinava tratados de **SALT-2** com a antiga **União Soviética**, sobre a redução de armas nucleares.

Carter também reduziu as tensões diplomáticas de seu país com **Cuba** governada por **Fidel Castro**. Alguns acordos com a ilha resultaram no estabelecimento de Seção de Interesses (embaixada) dos EUA em **Havana** e uma cubana em **Washington**. Também houve acordo pesqueiro com Cuba sobre a delimitação das aguas territoriais para a pesca. Carter autorizou que turistas dos EUA visitassem Cuba (Reagan vetaria essa lei), além disso o embargo contra Cuba foi amenizado. Ainda no subcontinente, assinou tratado com o **Panamá**, do qual os EUA devolveriam o canal em 2000, de acordo com o término da concessão. O tratado foi assinado com o presidente panamenho **Omar Torrijos**.

Carter foi o mediador do primeiro acordo de paz entre um país árabe e Israel. O **acordo de Camp David**, de 1978, selou uma paz duradoura entre **Israel** e **Egito**. Assinado por **Menagem Begin**, primeiro-ministro israelense, e por **Anwar Sadat**, presidente do Egito,

possibilitou ao líder egípcio a reocupação da península do **Sinai**. Por esse acordo, Begin e Sadat foram, inclusive, agraciados com o **Prêmio Nobel da Paz**.

A Comissão Justiça e Paz, a de Direitos Humanos, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasiliera de Imprensa (ABI) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) insistiam nos processos legais e nas lutas para a abertura.

Os grupos internacionais de direitos humanos pressionavam o governo contra o arbítrio e a impunidade geral. Os **financiamentos externos condicionavam** os investimentos sociais na reversão da miséria, das endemias e das altas taxas inflacionárias, que voltavam a crescer descontroladamente.

A primeira página do Jornal Folha de S.Paulo de 16/07/77, conforme anexo, relata essa situação na matéria intitulada: **A dura crítica de Silveira na OEA** -Pressionado, o chanceler brasileiro Azeredo das Silveira, criticou veementemente no dia 15 de junho de 1977-quarta-feira, num dos discursos mais duros e enfáticos já ouvidos na Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos "a politização e o tratamento sensacionalista da questão dos direitos humanos". Condenando o enfoque "estridente, politizado e inquisitorial" com que a OEA abordava o tema.

Azeredo afirmou que "nenhum país, individualmente ou em conjunto com outros países, pode arvorar-se em juiz de outros em uma questão tão íntima da vida das nações quanto à do respeito aos direitos humanos." Defendeu "os direitos elementares que devem ser socorridos na maioria das sociedades do Continente" , citando entre eles "os direitos do homem em alimentar-se, vestir-se, educar-se, trabalhar, viver sem o estigma dos **preconceitos raciais** e praticar com liberdade sua religião."

O desfecho dessa política externa brasileira, durante o governo Geisel, em 1977, foi o rompimento do acordo militar que unia o Brasil aos EUA desde 1952. Segundo a legislação norte-americana, para que o Brasil fosse incluído no Plano de Assistência Militar dos EUA era preciso entregar ao Congresso norte-americano um relatório sobre a questão dos direitos humanos no Brasil. O Itamaraty repudiou, de imediato, o relatório, considerando estarem os EUA se intrometendo em assuntos internos do Brasil. O governo militar foi unânime nesse parecer.

Em função dessa situação, o governo brasileiro denunciou o acordo militar, cortando assim os laços militares de caráter bilateral. O Brasil continuava, entretanto, a participar, juntamente com os EUA, dos intrumentos multilaterais de defesa do continente.

Documentos secretos da diplomacia norte-americana liberados e revelados ao público, demonstram que o governo Richard Nixon (1969-74) já sabia da tortura no Brasil em 1973-74. John Hugh Crimmins, o embaixador dos EUA em Brasília entre 1973-1978, sugeriu que Nixon não cortasse créditos ao Brasil como retaliação aos abusos. Isso poderia atrapalhar a estratégia de "influenciar a política brasileira" e a venda de armas ao país. Telegramas revelam que norte-americanos tinham fontes, no aparelho de repressão do regime brasileiro.

Num dos telegramas liberados, intitulado "Presos Políticos", o embaixador em Brasília, John Hugh Crimmins, hoje com 87 anos e vivendo em Maryland (EUA), recomendou que o governo Nixon não usasse contra o governo brasileiro o art. 32 da Lei de Assistência ao Estrangeiro, embora o próprio relatório reconhecesse que isso era legalmente possível. Por essa regra, os EUA poderiam cortar créditos financeiros ao Brasil em retaliação a supostos abusos contra direitos humanos. Na época, os EUA financiavam programas de cooperação militar e de combate a narcóticos. "Negar assistência não faria [fará] com que o Brasil mudasse de idéia ou abandonasse seus esforços de segurança interna na esperança de reconquistar nossas boas graças; levaria [levará] um Brasil indignado a rejeitar de vez quaisquer esforços dos EUA para melhorar a situação", escreveu Crimmins em seu relatório de1974.

Dois meses após a primeira recomendação, Crimmins bateu na mesma tecla. Num longo telegrama -de 15 páginas- intitulado "Avaliação do embaixador sobre assistência de segurança dos EUA", ele fala em manter todos os programas de ajuda ao Brasil com a estratégia específica de "influenciar a política brasileira". "O programa norte-americano de assistência à segurança do Brasil é uma ferramenta essencial aos nossos esforços de influenciar a política brasileira. O programa vem sendo efetivo em começar a restabelecer os EUA como fonte primária de equipamento, treinamento e doutrina para as Forças Armadas do Brasil. Interessa-nos muito, porém, consolidar e expandir nossos ganhos recentes na provisão de equipamento militar ao Brasil".

Os telegramas mostram que de fato o assunto "direitos humanos" tinha ínfimo espaço nas relações diplomáticas entre Brasil-EUA durante o governo Nixon. **A pressão americana,** contrária aos abusos, só passou a ocorrer na **administração de Jimmy Carter (1977-1981**).

Num relatório de seis páginas, que narrou um almoço ocorrido em 28 de setembro de 74, entre o então secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, e o ministro das Relações Exteriores brasileiro, Antônio Francisco Azeredo da Silveira (1917-1990), o tema mereceu apenas um parágrafo, e assim mesmo na forma de uma crítica do governo brasileiro,

quando o brasileiro advertiu: “os Estados Unidos podem estar "desmoralizando" os direitos humanos ao torná-los uma questão política".

Se referindo ao Secretário Henry Kissinger, os jornais brasileiros publicaram em janeiro de 2007, que ainda hoje, para conhecer a história do Brasil, é preciso recorrer a documentos dos Estados Unidos. Nele se descobre de tudo – até manifestações tão humanas como a do poderoso Secretário norte-americano, cavando um “convitezinho” para assistir a uma partida de futebol.

“No dia 28 de junho de 1974, Henry Kissinger telegrafou de Moscou para a embaixada norte-americana em Bonn. Preocupava-se em conseguir um lugar na partida que Brasil e Holanda disputariam pela Copa cinco dias depois, na cidade alemã de Dortmund. Com o presidente Richard Nixon nas últimas, Kissinger não queria perder a semifinal.”

O embaixador norte-americano Crimmins que, com base em dados do consulado no Rio, alertou Kissinger sobre a reação local ao que teria sido sua **vibração** pelos Holandeses vitoriosos (2 a 0). Contou que o colunista Zózimo, do “Jornal do Brasil”, escreveu sobre os “maus modos” do secretário, torcendo “ostensivamente” ao lado do brasileiro João Havelange, que lhe deu uma camisa da seleção brasileira. Kissinger, “com ar de profundo desdém”, indagou: “O que acha que vou fazer com isso?”

O embaixador Crimmins, que se encontrava em Brasília, avisou que diria a Zózimo, que “o chefe Kissinger não torcera pela Laranja Mecânica”.

Louco por futebol, Kissinger apoiara em 1973 o golpe que fizera dos estádios do Chile, campos de concentração e sangue.

O encerramento da Guerra Fria coincidiu com a conclusão dos processos de redemocratização. Genericamente, o ritmo de redemocratização do Cone Sul reproduziu-se mais ou menos por todo o subcontinente, em situação tão diversas como as da Bolívia, Peru, Haiti e Nicarágua.

A década de 1980 assinalou o encerramento do ciclo militar latino-americano e o estabelecimento de regimes democráticos baseados na competição partidária e em eleições livres.

Como regra-geral que se traduz diferenciadamente em função da variedade de situações nacionais, os países do subcontinente enfrentaram o duplo desafio de redefinirem a inserção no sistema internacional de Estados e na economia global.

Hoje a tão comprovada participação até de instrutores norte-americanos, para consolidar o golpe (tudo tão documentado), implica inclusive que eles teriam pleno conhecimento das torturas ocorridas no país. Então porque as Forças Armadas Brasileiras não se explicam, quando são acusadas de durante o regime militar, terem desenvolvido técnicas de tortura, que hoje estariam sendo usadas no Iraque, conforme matéria abaixo?

À MODA - Sob o título "**TORTURA À MODA BRASILEIRA**", no "Valor", Amir Labaki relatou que o documentário "Ghosts of Abu Ghraib", exibido com sucesso no Sundance Festival 2007, por Rory Kennedy, filha de Bob Kennedy, "atribui ao Exército brasileiro, durante o regime militar, o desenvolvimento das técnicas de tortura do Iraque, captadas nas fotos".

A história mostra que foi o **Exército norte-americano quem qualificou o brasileiro em matéria de tortura**. Nada impede que técnicas tenham se desenvolvido aqui- afinal, os porões são laboratórios desprovidos de ética -, mas é mais crível que a patente original seja americana. O problema é que a Instituição - Forças Armadas Brasileiras - nem sequer pode se defender, porque **cultua a obscuridade**, como prova sua resistência em trazer à luz os arquivos da ditadura militar.

Prova disso é que em entrevista, Brilhante Ustra, o ex-comandante do DOI-Codi que é alvo de processo para ser declarado "torturador", "o primeiro a ser processado por supostos crimes durante a ditadura" confirma que uma "ação para declarar "terrorista" quem tiver cometido crimes hediondos, com atentados a bomba", está em preparação na “sociedade civil”.

A expressão “terroristas” apareceu no Brasil, nos anos 60, quando começaram as primeiras ações armadas e foi inicialmente utilizada na redação do "Jornal do Brasil", ou seja, quem passou a absurdamente chamar os participantes dos movimentos de "terroristas" não foram os militares, não.

Em reportagem de Rubens Valente (2007, p.2)[96], trouxe mais revelações históricas sobre o passado recente brasileiro por meio de **documentos reservados liberados formalmente pelo governo dos Estados Unidos.** Sabe-se agora, com provas materiais, que os norte-americanos conheciam em detalhes casos de tortura no Brasil durante o período da ditadura militar (1964-1985).

Até quando o Brasil terá de conhecer a si próprio por meio de documentos obtidos e arquivados em outros países? Resposta: até que algum presidente e o Congresso tenham a grandeza e a coragem de promover uma lei ampla de acesso a informações públicas - e não arremedos que simulam liberar dados para esconder o **essencial.**

"Preservar tradições, memória e valores" é um dos itens institucionais ao qual o Exército se atribui. Nada a opor, desde que não seja uma forma de defesa de um passado de tortura, intervenção na ordem democrática e impunidade.

Enquanto não forem liberados os documentos da época aqui no Brasil, tudo o que os norte-americanos declararem, nós teremos que aceitar, porque não temos como refutá-los, se eles estão expondo toda a documentação. Tudo leva a crer, que a situação deve permanecer assim, tendo em vista que as últimas notícias esclarecem que muitos documentos já sumiram ou, como está sendo informado, “nunca existiram”, conforme citação do Jornal Folha de São Paulo.

Reportagem (MAGALHÃES, 2007)[97] demonstra que o arquivo do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI), sob guarda da União, sofreu uma "limpeza", na qual foram suprimidos documentos. Comprova-se uma vez mais, que as Forças Armadas estão distantes de democratizar-se, renovar-se e tornar-se parceira dos cidadãos.

Em função dessas notícias, a “Comissão dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos” pediu na segunda-feira, dia 29 de janeiro de 2007 ao Ministério Público Federal em São Paulo, que sejam requisitados ao governo dos Estados Unidos, todos os documentos livres do sigilo, que tratam da Guerrilha do Araguaia.

---

[96] VALENTE, Rubens. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15, janeiro. 2007. p. 2.
[97] MAGALHÃES, Mário. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 04, fevereiro. 2007

A Guerrilha do Araguaia foi desencadeada pelo PC do B (Partido Comunista do Brasil), entre 1966 e 1977, com o propósito de criar um foco revolucionário armado de cunho maoísta, com vistas a derrubar o regime militar.

Foi publicado no Jornal Folha de São Paulo de 28 de janeiro de 2007, que a Central de Inteligência Americana (CIA) liberou ao público, os seus primeiros relatórios reservados com as palavras-chave "Araguaian Guerrillas," ou seja, "Guerrilhas Araguaianas".

No geral, os documentos demonstram que os americanos estavam muito bem informados sobre a guerrilha.

A presidente da "Comissão dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos" e ex-guerrilheira do Araguaia, Criméia Almeida afirmou que "o pedido deverá ser feito pela Procuradoria em São Paulo aos arquivos da CIA e que a Comissão quer olhar todos os documentos, com a esperança de que possam ajudar a elucidar os principais segredos da ditadura militar, dentre eles, o destino dos corpos dos guerrilheiros mortos no conflito."

Esses torturadores de presos políticos eram também membros dos chamados "Esquadrão da Morte"?

Não, não é bem assim. Os "Esquadrões da Morte" eram também formados por policiais, mas apenas alguns deles, eram ligados à repressão política.

Em 27 de agosto de 1964, um marginal carioca chamado Manuel Moreira, conhecido como "Cara de Cavalo" matou o detetive Milton Le Cocq de Oliveira, que era líder de um grupo da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Inconformados, os policiais que compunham o seu grupo, juraram que só entregariam o bandido morto à Justiça.

Durante 37 dias ele foi caçado e encurralado numa casa em Cabo Frio, onde foi liquidado com mais de 100 tiros pelos policiais que compunham o grupo.

Na volta ao Rio, com o cadáver do bandido, eles foram detidos numa barreira policial colocada pela Secretaria de Segurança para prendê-los. Perguntados se tinham matado "Cara de Cavalo", responderam que ele se tinha suicidado. O sargento que comandava o bloqueio comentou: "Também com uma pressão dessa ninguém podia resistir, tinha que se matar".

Nesse episódio já estavam presente algumas das características que anos depois seriam acentuadas nos crimes atribuídos ao Esquadrão da Morte: a caçada; o grande número de tiros na vítima (o que impede a individualização da culpa); a impunidade; a conivência dos demais setores da polícia e o desprezo pela Justiça.

Limpar a sociedade de elementos considerados indesejáveis não era uma idéia nova.

Atribuí-se, já em 1956, a criação de um Esquadrão da Morte no Rio de Janeiro, pelo então coronel (UDN) Menezes Côrtes.

Em janeiro de 1963, durante o governo de Carlos Lacerda no Estado da Guanabara, uma sobrevivente denunciou que policiais ligados ao Serviço de Repressão à Mendicância da Delegacia de Vigilância atiraram mendigos, recolhidos das ruas, nos rios Guandu e da Guarda. Depois de espancados, eles eram atados a pedras e lançados às águas. Nos anos seguintes, muitos outros corpos foram encontrados no Estado do Rio, mas foi a partir de 1968 que o Esquadrão da Morte começou a "assinar" seus crimes. Ao lado dos corpos das vítimas, que em geral apresentavam sinais de algemas nos pulsos, torturas e uma corda de náilon no pescoço, começou a aparecer uma marca: uma caveira com duas tíbias cruzadas e as iniciais E.M..

Por coincidência ou não, esse símbolo também servia para a Scuderie Le Cocq, que surgira com o objetivo de perpetuar a memória do detetive morto e contava entre seus associados, além de policiais, com jornalistas, médicos, advogados, outros profissionais liberais e militares. O jornalista David Nasser, da revista *O Cruzeiro*, era seu presidente de honra. Seus integrantes, porém, sempre negaram qualquer ligação com o Esquadrão da Morte.

O Esquadrão agiu no Rio de Janeiro até 1971 e levantamentos da imprensa da época revelaram que 767 cadáveres com aquelas características – os chamados "presuntos" – foram encontrados.

No período de 1964 a 1985 matou cerca de 3.000 pessoas ao ano no Rio de Janeiro e 2.500 pessoas ao ano em São Paulo.

A primeira impressão que a imprensa transmitiu ao público foi a de que o Esquadrão era composto por policiais desiludidos com a morosidade e as falhas da Justiça, que seria incapaz de lidar com bandidos tidos como irrecuperáveis. Essa impressão foi desmentida pelas denúncias, que se multiplicaram, de que haveria envolvimento do Esquadrão com quadrilhas de ladrões de carros e de traficantes de tóxicos.

Em 1969, o general Luiz França de Oliveira, Secretário de Segurança, anunciou a formação de um grupo de elite na polícia carioca, os "Doze Homens de Ouro", como passaram a ser conhecidos, recebendo uma série de prerrogativas especiais. Coincidentemente, nove deles foram processados por crimes atribuídos ao Esquadrão.

Mariel Mariscot, talvez o mais famoso deles, depois de expulso da polícia em 1971, por liderar quadrilha de prostitutas e travestis que roubavam cheques de viagem de turistas, foi acusado de liderar uma nova quadrilha, desta feita de receptadores de carros roubados no Brasil e levados para o Paraguai. Seu sócio seria o policial paulista Ademar Augusto de Oliveira, o "Fininho I", já então conhecido como um dos membros do Esquadrão da Morte em São Paulo.

Foi em novembro de 1968 que começou de forma sistemática a atuação do Esquadrão da Morte em São Paulo. No dia 18, o investigador David Romero Paré, do DEIC (Departamento Estadual de Investigações Criminais), foi morto numa diligência pelo bandido Carlos Eduardo da Silva, mais conhecido como "Saponga". Toda a quadrilha de "Saponga" foi então caçada e seus membros mortos um a um. Seus corpos apareciam de madrugada, na beira de estradas, e pelo telefone alguém, que se dizia "Lírio Branco" e "Relações Públicas do Esquadrão da Morte", avisava aos jornais a localização dos cadáveres.

O ano de 1969 não foi apenas o da aceleração do crescimento econômico do País, mas também o ano em que os esquadrões da morte atingiram sua maior expansão. O clima criado no País com a decretação do AI-5, a censura à imprensa, o fortalecimento do Executivo com o correspondente enfraquecimento do Judiciário e a complacência da polícia, que não iniciava investigações sérias quando encontrava "presuntos" deixados pelo Esquadrão, tudo trabalhava a favor da nova organização criminosa. Mas o reforço maior ao bando viria da sua associação com a repressão política.

O Delegado Sérgio Paranhos Fleury, (**1933**-1979), fluminense de Niterói, sua imagem era do homem símbolo do Esquadrão em São Paulo. Em **1968**, foi requisitado e convocado para o "combate à subversão" , ou seja , para lutar contra os movimentos de oposição ao governo, em especial contra os de esquerda. Assim sendo, foi transferido do DEIC para o DEOPS (Departamento de Ordem Política e Social), órgão que chegou a dirigir, e integrante da OBAN (Operação Bandeirantes), órgão associado ao II Exército. Trouxe consigo, além de alguns auxiliares, os métodos do Esquadrão. Envolveu-se numa série infindável de torturas a presos políticos, utilizou o esquema de esconder prisioneiros em um sítio na periferia da cidade e, principalmente, participou de emboscadas e fuzilamentos de militantes das organizações que tinham aderido à luta armada, sendo responsável direto pelas mortes de Carlos Marighella (1969) e Joaquim Câmara Ferreira (1970), dirigentes da Ação Libertadora Nacional (ALN) .

Em 30 de maio de 1971, o militante da VPR cabo Anselmo é preso pela equipe do delegado Sérgio Fleury, do DEOPS paulista. Torturado, passa a ser informante da polícia, e em 07 de janeiro de 1973, os militantes da VPR Eudaldo Gomes da Silva, Pauline Reichstul, Evaldo Luís Ferreira de Souza, Jarbas Pereira Marques, José Manoel da Silva e Soledad Barret Viedma são torturados e mortos no município de Paulista (PE), após informações do cabo Anselmo. O episódio ficou conhecido como "**Massacre da Chácara São Bento".**

Nesse clima de impunidade e até de apoio das altas esferas governamentais, os esquadrões da morte passaram a atuar em Santos, no litoral paulista, e em outros Estados – Espírito Santos, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco.

A sensação de impunidade era tal que, conforme se apurou em investigações posteriores, os membros do Esquadrão da Morte em São Paulo realizavam tocaias à luz do dia, em bairros populares, identificando-se como integrantes da organização criminosa. Esperavam por várias horas a vítima, matavam-na na frente de várias testemunhas, colocavam o corpo num carro, abandonavam-no numa estrada qualquer e ainda telefonavam para a imprensa para avisar onde haviam largado o corpo. O marginal "Nego Sete", por exemplo, foi assassinado

dessa maneira em Guarulhos, município da Grande São Paulo, em 23 de novembro de 1968. O padre Geraldo Monzeroll, pároco da igreja local, chegou a fotografar Fleury comandando a ação.

Outras vítimas eram retiradas da carceragem do DEIC, onde tinham sido recolhidas pela polícia, e executadas na mesma noite, muitas vezes depois de serem torturadas para que fornecessem informações.

Mas, no correr do ano de 1970, a situação ameaçava escapar ao controle das autoridades superiores. Espalhando-se pelo País, ramificando-se em subgrupos, os esquadrões passam a atuar como verdadeiras quadrilhas, lutando por pontos de venda de entorpecentes, dando proteção a bicheiros, favorecendo grupos de traficantes contra outros.

Na medida das possibilidades, a opinião pública se manifestava. A Igreja, diversas associações de advogados, altas autoridades judiciárias e órgãos de imprensa solicitavam providências. A tudo isso se somava a péssima repercussão internacional, causada pela divulgação no Exterior das proezas do Esquadrão e das fotos dos "presuntos".

Em 7 de agosto de 1970, quando o Esquadrão já tinha morto, em São Paulo, comprovadamente 183 pessoas, a Presidência da República distribuiu um comunicado a todos os governadores estaduais, solicitando providências contra os policias que "a pretexto de eliminar marginais praticam homicídios e outros atos de barbárie".

Nesse mesmo ano, 1970, começava a funcionar, no Rio, a CECEM (Comissão Especial Contra Esquadrão da Morte), nomeada pelo governo do Estado e, em São Paulo, a Procuradoria Geral da Justiça designara, em julho, **o procurador Hélio Bicudo** para investigar os crimes atribuídos ao Esquadrão e propor as ações penais competentes.

Transformado pelo governo em verdadeiro herói nacional, agraciado com uma medalha pelo Ministério da Marinha, condecorado pelo governador **Abreu Sodré** (**1969**), escolhido "Delegado do Ano" em duas oportunidades (**1974** e **1976**), Fleury se transformara num cidadão intocável e as denúncias contra ele e o Esquadrão eram atribuídas ao "Comunismo Internacional".

Lógico que todo esse apoio do governo estaria relacionado aos seus feitos, ou seja: participou da prisão dos estudantes da **UNE** (Congresso de Ibiúna, **1968**); foi acusado de determinar o extermínio de marginais em São Paulo (**1968-1969**); colaborou intimamente com a (**Operação Bandeirantes, OBAN**); chefiou a captura e fuzilamento de **Carlos Marighella** (**1969**) e do capitão **Carlos Lamarca** (**1971**).

Várias vezes foi acusado de prática de tortura contra **presos políticos**, foi indiciado e condenado por crimes como dirigente do **Esquadrão da Morte**. No entanto, não chegou a cumprir pena, sendo sempre absolvido ou tendo suas prisões revogadas.

Mesmo depois de processado, Fleury tornou-se, em 1977, diretor-geral do DEIC, cargo que ocupou até sua morte, em lº de maio de 1979. A manobra mais escandalosa de todas as que foram feitas para protegê-lo aconteceu no governo Médice(1969-1974).

O delegado tinha sido pronunciado num dos processos criminais originados nas investigações do procurador Hélio Bicudo e a lei era clara: réu pronunciado em crime de morte deve aguardar na prisão a data do julgamento. Fleury chegou a ficar preso uma semana numa sala especial do DEOPS, mas o governo federal se apressou a providenciar especialmente para ele uma lei. A partir dessa data, toda lei que isentava de culpabilidade os defensores do regime seria chamada de lei Fleury.

A original e famosa "Lei Fleury", teve o nº 5.941, de 23 de novembro de 1973, e alterava o § 2º do artigo 408 do Código de Processo Penal. O réu pronunciado passava a aguardar o julgamento em liberdade, desde que fosse primário e tivesse bons antecedentes. Mesmo condenado, poderia apelar em liberdade.

De qualque maneira, as providências do governo, que resultaram na punição e condenação de alguns policiais mais diretamente envolvidos com crimes comuns, "poupando" aqueles que se envolveram com repressão política, fizeram cessar as atividades do Esquadrão da Morte.

Fleury foi um dos "poupados" e em **1978**, na convenção da **Arena** em São Paulo, apoiou a candidatura do coronel **Erasmo Dias** à Câmara dos Deputados. Opôs-se à anistia política promulgada em **1979**, e faleceu no mesmo ano, caindo do seu iate em Ilha Bela, em circunstâncias ainda até hoje não completamente esclarecidas.

Possivelmente, a saída do delegado Fleury do plano político brasileiro contribuiu para o inicio do processo de abertura democrática implantada no país.

Diante de uma situação dessas, ainda hoje, é comum, encontrar pessoas com mais de 50 anos, dizendo: "Eu era feliz e não sabia. Tudo funcionava melhor naquela época, principalmente os órgãos públicos." Tais pessoas não foram ainda informadas pela democracia atual daqueles erros ou simplesmente continuam a apoiá-los?

Em primeiro lugar, é preciso lembrar, que essas pessoas viveram os períodos da infância, adolescência e juventude, exatamente na chamada "**Época de Ouro do Capitalismo"** (1945-1973). Esses anos dourados vão se caracterizar, por elevado ritmo de desenvolvimento econômico, proporcionado em grande parte, pelas políticas de planejamento estatal, no estilo Keynesiano.

O final da Segunda Guerra Mundial foi dramático para o mundo em muitos sentidos. A União Soviética tinha derrotado a Alemanha nazista em três principais linhas de penetração na frente oriental, e estava com tropas de ocupação em todo o **Leste Europeu**, transformando-o em sua área de influência. A "Guerra Fria" estava começando, e a Europa ocidental sentia-se ameaçada com a **presença socialista** tão próxima.

Velhas formas de governo e políticas econômicas poderiam desagradar os trabalhadores e, com a proximidade do "Fantasma Comunista", revoluções poderiam surgir. Sabendo-se que a intervenção norte-americana era algo quase que praticamente previsto, uma Terceira Guerra Mundial não era uma perspectiva distante.

Assim pensando, os governantes dos países capitalistas, repensaram suas políticas liberais e novas idéias da social democracia foram aplicadas. Nascia o **Estado do Bem-Estar Social,** conhecido como **"Welfare State",** ou seja, o Estado investiria na área social.

Essa rede de proteção social, apoiada no planejamento econômico do Estado e num sistema tributário rigoroso, atendia grande parcela dos problemas sociais das populações européias ocidentais, principalmente nos campos da saúde e do trabalho, como o atendimento médico gratuito e várias proteções em caso de desemprego (salário-desemprego, cursos de capacitação, etc.). Essas políticas sociais também foram beneficiadas com o momento econômico do pós-guerra, "Época de Ouro" como já foi dito e, com todas essas condições favoráveis, foi possível para a Europa Ocidental suportar esses encargos sociais e servir de modelo para países de outros Continentes, como o Brasil.

O lado negro do Estado de Bem-Estar Social começou a aparecer na década de 70, com os índices de crescimento econômico dos países europeus ocidentais em declínio, caindo ano

após ano. Não foi apenas um refluxo do fim da “Época de Ouro”, que já mostrava sinais de desgaste antes da primeira crise do petróleo em 1973, mas os custos da rede de proteção começaram a ficar muito altos, e a falta de iniciativa, em particular da classe trabalhadora, causada em grande parte pela proteção social, tornou-se comum e fez suas economias decaírem consideravelmente, reduzindo em muito a capacidade de competição econômica, em mercados cada vez mais internacionalizados. Já eram os primeiros passos da Globalização, acirrando a competição dos mercados.

As novas políticas liberais incentivadas pelos Estados Unidos de Ronald Reagan e aplicadas categoricamente pela Inglaterra de Margaret Thatcher, na virada das décadas de 70 e 80, assustaram os defensores do estado de bem-estar social e socialista de um modo geral. Essas políticas econômicas tinham objetivos políticos bem definidos, ou seja, desestruturar políticas socialistas que tinham sido muito positivas nos últimos anos, mas que não eram mais viáveis.

A Inglaterra, no final da década de 70, estava com sua economia atrofiada e o Estado praticamente inoperante. A Suécia ficou economicamente estagnada.

A implantação dessas políticas neoliberais, mesmo sacrificando muitos benefícios sociais para a população, teve por característica diminuir o Estado, torná-lo menos “pesado” e inoperante, voltando a funcionar com maior fluidez. O setor governamental deveria realizar mínimos trabalhos sociais, quando nenhum, deixando a economia menos onerada e permitindo que o setor mercantil pudesse desenvolver-se e, assim, satisfazer as necessidades da sociedade.

Quando as pessoas com mais de 50 anos elogiam os serviços públicos do passado, referem-se àqueles colégios públicos, que tinham no seu corpo acadêmico os melhores professores, a nata do conhecimento do país. Eles recebiam salários condizentes e motivavam os alunos à leitura e a se dedicarem efetivamente aos estudos. Somente o aluno que não conseguisse acompanhar o ensino público, é que teria que desembolsar o pagamento de uma escola particular.

Em São Paulo, por exemplo, as pessoas eram muito bem atendidas num dos melhores hospitais da América Latina, o Hospital das Clínicas.

No Brasil, a implantação das novas políticas neo-liberais coincidiram em grande parte com o término do governo militar e a redemocratização do país e, a partir daí, a população começou a se ressentir da desestruturação das políticas sociais e da menor participação do Estado na vida social e econômica.

A abertura do mercado brasileiro, com a revogação de medidas protecionistas às empresas instaladas no país, e todas as grandes mudanças dos tempos da Globalização, com a necessidade de aumento de eficiência para enfrentar a competição internacional, são fatores que dificultaram o dia a dia da população.

O que a população hoje reclama, quando faz a comparação, é de que o Estado Brasileiro diminuiu drasticamente os seus serviços sociais, deixando a população carente e em condições muito difíceis, para ter acesso à educação, saúde, segurança, justiça etc. e, infelizmente, ainda não conseguiu reduzir a carga tributária, muito ao contrário, em relação ao período militar, ela teve pronunciado aumento.

Em termos comparativos, a população só perdeu! Explicando melhor, as vantagens das políticas com idéias da social-democracia, o "Estado do Bem-Estar Social" não tem mais a sua disposição, os bons serviços sociais (educação, saúde, segurança,etc.), mas , por outro lado, a sociedade não se livrou da carga de sustentar um Estado "pesado" e burocrático.

Por tudo isso, o cenário econômico e social, tanto a nível nacional como internacional, era bem mais favorável há 40 anos atrás, independente das condições políticas, ou seja, sem entrar no mérito se o Estado era democrático ou autoritário.

A percepção do jovem era muito otimista, e com toda a razão, pois vivia num mercado onde a demanda por trabalhador qualificado era muito grande. Os inúmeros convites de emprego que recebia, não só elevavam a sua auto-estima, mas também representavam um grande estímulo, para que ele investisse ainda mais nos seus estudos e na sua qualificação. Esse esforço individual, provavelmente lhe possibilitaria mobilidade social.

O sociólogo e professor da FEA/SP, José Pastore publicou em 1979, a primeira análise da mobilidade social, que abrangeu toda a sociedade brasileira, com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1973. Tal estudo teve caráter pioneiro e polêmico. Pioneiro, porque, pela primeira vez, dados adequados apoiaram uma análise rigorosa da mobilidade social no Brasil. Polêmico, porque os resultados evidenciaram um aparente paradoxo, ao indicar que o mesmo Brasil da má distribuição de renda experimentara forte fluxo de mobilidade social ascendente.

Durante o período, alguns brasileiros subiram na estrutura de *status* ocupacionais, quando comparados a seus pais ou ao seu início de carreira. Isso significou que a mobilidade social foi abrangente, ao longo de toda a estrutura social.

Os dados revelaram, porém, que os indivíduos de *status* baixo percorreram pequenas distâncias, enquanto que os de *status* médio cobriram distâncias sociais enormes. O resultado final foi um estiramento da estrutura social, ou seja, mobilidade acompanhada de desigualdade – o que se fez consistente com os estudos que destacavam o agravamento da distribuição de renda do período militar (Langoni, 1973).

A expansão do emprego e a diferenciação das ocupações no mercado de trabalho daquele período se despontaram como os mais nítidos indutores da mobilidade social ocorrida. Outras forças significantes foram os fatores pessoais, em particular, a escolarização e a origem social. Em resumo, pode-se dizer que a parcela mais significante da mobilidade foi *estrutural* – devido às transformações da economia – e o complemento foi formado por mobilidade *circular* - devida a trocas de posições decorrentes de competição entre indivíduos no mercado de trabalho.

Apesar dos vários choques e transformações da década de 70, a economia brasileira continuou em expansão e a crise latente só se manifestou no nível de emprego em 1981 (Governo Figueiredo - último presidente militar), quando a recessão tornou-se manifesta, provocando fortes contrações das oportunidades de trabalho, especialmente nas regiões mais industrializadas.

Até 1981, quase final do governo militar autoritário, as perspectivas do jovem que **já tinha nível superior** e trabalhava no mercado da Capital paulista eram muito positivas, de grandes esperanças no futuro promissor. Por exemplo, o ano de 1976 foi um ano extraordinário para o País. Havia muitos motivos para se ter tantas esperanças: Pico do milagre econômico; o País crescia a 10,3% ao ano e, todos achavam, que este nível de crescimento se **perpetuaria,** dobrando o nosso PIB a cada sete anos.

"Ninguém segura este País" era a propaganda oficial e a classe média paulista concordava! Era feliz de ser brasileira e de morar em um País tão abençoado.

A inflação ainda estava sob controle e se confiava na correção monetária, como o melhor instrumento econômico para exterminar as suas implicações perversas.

Os piores efeitos da primeira crise do petróleo já pareciam ter sido equacionados e nem se imaginava a possibilidade de um segundo choque do petróleo. A crise da dívida ainda não tinha dado os seus primeiros sinais e as exportações cresciam, tanto quanto os projetos de investimento se despontavam nos planos futuros.

O jovem acreditava na potencialidade do país e que o **único obstáculo do Brasil era a Ditadura militar.** A redemocratização do País traria a solução para todos os problemas. As primeiras medidas de abertura política começavam a ser promulgadas pelo governo do Presidente Geisel e o futuro era promissor para se construir um grande País.

A redemocratização chegou e nem por isso, todos os nossos problemas foram resolvidos. Muito pelo contrário. Hoje temos que enfrentar um mundo Globalizado e muito, muito mais competitivo. Não estávamos preparados para isso.

O término do governo autoritário militar coincidiu com o fim da "Guerra Fria", a necessidade de equacionamento da dívida externa e uma nova onda cíclica de crise do capitalismo, 50 anos depois da crise de 1929.

Não se deve esquecer que, para toda a América Latina e especialmente para o Brasil, a década de 80 foi uma década perdida para o desenvolvimento, pois crescemos em 1988, por exemplo, somente 1%, enquanto o crescimento médio do PIB na Ásia foi de 7,5% e na África de 2,5%.

Como pano de fundo a essas perspectivas e desafios, encontramos um sistema internacional em plena e rápida mutação após os acontecimentos de 1989. Países como o Brasil, cujos parâmetros de atuação externa eram definidos pela **bipolaridade,** encontrou-se, no início do processo de redemocratização, sem rumo, tentando identificar, num **movediço cenário internacional**, caminhos inovadores. Inicialmente, por paradoxal que seja, parece ser mais inseguro. No entanto, permite que atores secundários como os países da América Latina, possam visualizar com competência o novo quadro e encontrar respostas às suas aspirações, que durante o período da Guerra Fria nunca conseguiram visualizar.

Essa discrição é verdadeira, conforme sublinhado, para aquele jovem que tinha nível superior ou que era uma mão de obra qualificada, treinada. Esse contingente populacional representava a minoria da população economicamente ativa. A grande maioria dos nossos trabalhadores não era especializada e, conforme já foi mencionado neste trabalho, sofreu durante todo o período do governo militar (1964-85) política de arrocho salarial, com efetiva perda de renda real, ou seja , perda de poder aquisitivo, o que não ocorreu com a classe média.

Para concluir a resposta a esta questão, quero lembrar um fato que ocorreu durante o Governo do Presidente Geisel, aqui na cidade de São Paulo.

No dia 1º de agosto de 1977, uma infiltração de gás no Viaduto Paraíso, em São Paulo, provocou uma explosão, ferindo algumas pessoas e acarretando grande congestionamento.

O trânsito parou na cidade, devido ao acidente no Viaduto Paraíso, no Bairro paulista de mesmo nome. Os paulistanos sabem que, um dos caminhos para se chegar ao bairro do Paraíso, é através da Avenida Liberdade, que fica no bairro de mesmo nome, ou seja, bairro da Liberdade, conhecido pela grande influência de hábitos e costumes da colônia japonesa.

A população, que sempre encontra o lado pitoresco de tudo, espremeu o limão e fez uma limonada, ou melhor, na realidade espremeu dois limões (Acidente + Delegado Fleury) e divulgou a seguinte frase:

- "Foi o Delegado Fleury que mandou explodir o viaduto, porque ele não quer que o povo pegue o caminho da "Liberdade" para chegar ao "Paraíso"."

Hoje, sabemos que não é tão fácil assim chegar ao Paraíso, mas pelo menos temos **liberdade para escolher o melhor caminho**, e com muita perseverança, apesar das voltas e paradas, erros e tropeços, **chegaremos lá.**

Mesmo tendo sofrido muito nesses 21 anos de ditadura, mesmo com explosão, exploração, confusão, corrupção, decepção, pressão, repressão, retaliação, submissão, espoliação, desilusão, destruição etc., o Povo Brasileiro sabe que:

- Pelo caminho da "Liberdade"...

Chega-se ao "Paraíso".

BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. **História Oral a Experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV. 1990.

BACHA, E. e KLEIN, H.S. **A Transição Incompleta**: Brasil desde 1945. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BACHA, E. **Os Mitos de uma Década**. São Paulo, Paz e Terra, 1978.

BAER, Mônica. **A Internacionalização Financeira no Brasil**, Petrópolis: Vozes, 1986.

BAER, Werner et alli. **As Modificações no Papel do Estado na Economia Brasileira**. Pesquisa e Planejamento Econômico, 3.ed. Rio de Janeiro: IPEA, 1973.

BANDEIRA, Muniz. **O Governo João Golart**: As lutas sociais no Brasil. 1961-1964. São Paulo: Brasiliense. 1977.

BARBOSA, Wilson do Nascimento. **Balanço da Economia Brasileira**: 1940-1980. São Paulo: LCTE Editora, 2006.

BARROS, Luiz Carlos Mendonça de. Opinião Econômica. Folha de São Paulo. 27, janeiro. 2006.

BARROSO, Lúcia Feijó. **Os Militares e o Projeto Nacional Brasileiro**. Rio de Janeiro Escola Superior de Guerra. 2000.

_____. Basta!. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 31, março, 1964.

Boletim Fiesp, nº. 631, de oito de novembro de 1961 In: FICO, Carlos. **Além do Golpe**: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

BRANCO, Carlos Castelo**. Os Militares no Poder**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.1976.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Crescimento econômico com poupança externa. **Revista de Economia Política**, v. 23, n.2.

BRUGINSKI de PAULA, T. **Estrutura e Evolução das Contas Fiscais** IESP/FUNDAP, Junho de 1987.

CAMPOS, Roberto. **A lanterna na Popa: Memórias**. Rio de Janeiro : Topbooks.1994.

CARDOSO, E.A. **Incentivos às Exportações de Manufaturas**: série histórica. In: Revista de Economia. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol.34, nº 2, abr/ jun.1980.

CARDOSO, Lucileide Costa. Poder e Contrapoder: Militares e Historiadores Disputam a Memória e a História do Regime de 1964. 2003. 371. Doutorado (História social) – **Universidade de São Paulo**, São Paulo.

CARNEIRO, Maria Cecília Ribas & SILVA, Hélio. **O Primeiro 5 de Julho**. Rio de Janeiro: Três.1975.

CARONE, Edgard. **A República Velha** (Evolução política). 2.ed. São Paulo: Difel.1974.

CARONE, Edgard. **O Estado Novo** (1937-1945). Rio de Janeiro: Difel. 1977.

CARVALHO, José L. **Dos Custos de se Tornar Visível a "Mão Invisível"**: O Caso da Intervenção do Estado 4 ed. O Estado na Economia Brasileira. Revista Brasileira de Economia, vol.31(nº1), janeiro-março. 1977.

CASTRO, Celso & D 'ARAÚJO, Maria Celina, **Geisel**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV. 1997.

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. 1967.

_____ Começa a Revolução. 1923-1926 Três. 1975.

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil. 1969.

COSTA E SILVA, A. Mensagem Presidencial. **Revista de Finanças Públicas**. Rio de Janeiro, outubro. 1969.

COUTO, Ronaldo Costa. **História Indiscreta da Ditadura e da Abertura**: Brasil 1964-1985. 2.ed. São Paulo: Record.1999.

CRUZ, Paulo Roberto Davidoff. **Dívida Externa e Política Econômica**: a experiência brasileira nos anos setenta. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DELFIM NETTO, A. 1973/1983: **Dez Anos de Crise e, Apesar de Tudo, Crescimento. Exposição ao Senado Federal**. Brasília, maio 1983.

_____, Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. 3.ed. São Paulo: Fundo de Cultura.1963

DILLARD, Dudley. **A Teoria Econômica de John Maynard Keynes**: teoria de uma economia monetária. 7, São Paulo: Pioneira, 1993.

DINES, Alberto. **Os Idos de Março e a Queda em Abril**. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1964.

DREIFUSS, René Armand. 1964 **A Conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vezes, 1981.

ECKANS, R.S., Proportion Problem in Underdeveloped Areas. **The Economics of Underdeveloped, A.N**. Agarwala e S.P. Singh, Editors, New York, Oxford University Press, 1963.

FAUSTO. Boris. **O Brasil Republicano**: Estrutura de poder e economia. (1889-1930). São Paulo: Difel. 1982

FELIZARDO, Joaquim J. **História nova da República Velha**. Petrópolis: Vozes.1980.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar. 1975.

FICO, Carlos**. Além do Golpe**: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIESP, v. 631, 8 nov. 1961. In: FICO, Carlos. **Além do Golpe**: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004

FIGUEIREDO, Angelina C. Democracia & reformas: a conciliação frustrada. In TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: **Visões críticas do golpe-democracia e reformas no populismo**. Campinas: Unicamp, 1997.

FISHLOW, A. Algumas **Reflexões sobre a Política Econômica Brasileira após 64**: Estudos Cebrap. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências. 1974.

FISHLOW, Albert. Some reflections on post-1964 Brazilian economic policy. In: STEPAN, A., **Authoritarian Brazil**. New Haven, Yale University Press, 1973.

FISHLOW, Albert **A Economia Política do Ajustamento Brasileiro aos Choques do Petróleo**: uma Nota sobre o período 1974/84 Revista Pesquisa Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, 16(3), dezembro de 1986.

FLORES. Mário César. **Bases para uma Política Militar**. Campinas: Edunicamp. 1992.

_____, **Folha de S.Paulo**, Caderno B. 16, abril. 1989.

_____. Fora!. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 1, abril, 1964.

FORJAZ. Maria Cecília S**. Tenentismo e Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.1977.

FRANCO JR.H. & CHACON P.P. **História Econômica Geral e do Brasil** . São Paulo: Atlas. 1980.

FURTADO, Celso. **Brasil da República Oligárquica ao Estado Militar**. Brasil Tempos Modernos Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica de Brasil**. 11.ed. São Paulo: Nacional, 1987.

GASPARI, E. **A Ditadura Envergonhada**: As ilusões armadas. São Paulo: Companhia das Letras. 2002.

GONZALEZ-REVILLA, Nicolas. Militarez y Civiles e bel Desaroll de la Democracia Latinoamericana. **Revista Nueva Sociedad**, Caracas, v. 43, Julho-Agosto, 1979.

GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas. **A Esquerda Brasileira**: das ilusões perdidas à luta armada. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

GUIMARÃES, Aurélio Ferreira. **Sínteses de Minhas Atividades político-militares e revolucionárias**. 8 de fevereiro de 1986.

HISRSCHIMAN, Albert O. **Estratégia de Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1961.

HUMPHREY, J. **Fazendo o "Milagre" Controle Capitalista e Luta Operária.** Petrópolis: Vozes.1982.

IANNI, O. **Estado e Planejamento Econômico do Brasil** (1930-1970). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1971.

II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). República Federativa do Brasil. Setembro. 1974

IOKOI, Zilda Márcia Grícoli. **O Brasil Atual e a Mundialização**. São Paulo: Loyola. 1997.

JAGUARIBE, H.(org.). **Brasil Sociedade Democrática**. Rio de Janeiro: José Olympio. 1985.

KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda**. Tradução de Mário R. da Cruz. São Paulo: Atlas, 1982.

KRUEGER, Anne O. **Efeitos de Estratégias de Comércio no Crescimento**. Finanças e Desenvolvimento. nº 2, v. 3, junho. 1983.

LAMOUNIER, B., E MOURA, **A. Política econômica e abertura política no Brasil**, 1973-83. Trabalho apresentado em uma conferência de Vanderbilt, novembro de 1983.

LANGONI, C.G. **Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura. 1973.

LESSA, Carlos. **A Estratégia de Desenvolvimento**: 1974-1976 sonhos e fracasso. Rio de Janeiro 1978.

LESSA, Carlos. **Quinze Anos de Política Econômica**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LIMA, Damião de. Impactos e Repercussões Sócio-Econômicas das Políticas do Governo Militar no Município de Campina Grande (1964 - 1984). 2004. 300. Doutorado (História econômica) – **Universidade de São Paulo**, São Paulo.

LONGO, Carlos Alberto. **Caminhos Para A Reforma Tributária**. São Paulo: Fipe: Pioneira, 1986.

LOPES, Francisco L.; MODIANO, Eduardo M.. **Indexação, choque externo e nível de atividade**: notas sobre o caso brasileiro. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 13, nº 1, abril .1983.

MACARINI , J.P. **Um Estudo da Política Econômica do "Milagre Brasileiro"** Universidade Estadual de Campinas. 1984.

MACEDO, R. B. M. A **Fumaça, o Fumacê e os Militares**. O Estado de S.Paulo. Espaço Aberto. p.A2. 02, abril. 1998.

MAGALHÃES, Mário. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 04, fevereiro. 2007

MAIA, Paulo Roberto de Azevedo. **Canal 100 e a Construção do Imaginário**. Campinas: UNICAMP, 1987.

MALAN, P & WELLS, J. **Análise do Modelo Brasileiro**. Pesq.Plan.Econ. Rio de Janeiro. dezembro.1972.

MALAN, Pedro & BONELLI, Regis. **Os Limites do Possível**: notas sobre o balanço de pagamentos e indústria no limiar da segunda metade da década das anos 70. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 2, n. 6, agosto. 1976

_____, Marcha da Família com Deus, pela Liberdade. **O Globo**. Rio de Janeiro, 28, Março. 1964.

MATOS, H. H. G. **Um discurso político oculto na comunicação institucional do governo Médici**. Líbero (FACASPER), São Paulo, v. 1, p. 54, 2004.

MATTOS, Gen. Meira. (cord.). **Castello Branco e a Revolução**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

MCNAMARA, Robert 1995 **In Retrospect**: The Tragedy and the Lessons of Vietnam. New York: Times Books.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio**: Contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. 1975. Doutorado (Economia aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MELLO, João Manuel Cardoso de; BELUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. **Reflexões sobre a crise atual**. In: Escrita – Ensaio. São Paulo, nº 2, 1977.

MORAES, João Quartim de. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.); et al. **1964**: visões críticas do golpe. democracia e reformas no populismo. Campinas: UNICAMP, 1997.

MORAES, João Quartim de. O Colapso da Resistência Militar ao Golpe de 64. In TOLEDO, Caio Navarro de (org.); et al. **1964**: visões críticas do golpe. democracia e reformas no populismo. Campinas: UNICAMP, 1997.

MOURÃO, Laurita. **Mourão**: o general do pijama vermelho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.

Munhoz, Décio Garcia. **Argentina e Brasil**: Duas Economias e um Mesmo Vírus. A Nova Democracia n.10, junho. 2003. p.2.

NASSER, David. Saber Ganhar: Governador Magalhães Pinto, logo após a vitória da rebelião que comandou contra comunização do país, é beijado pó nora, D. Terezinha de Magalhães. O

país entrava no período de ordem. **O Cruzeiro Extra**, Rio de Janeiro, edição histórica da Revolução, 1 – 63. Abril 1964.

NETTO, D. Debate com o Ministro no Programa. **Globo Revista**. 24, agosto, 1981. Trabalho , A Receita do "Milagre"

O'CONNOR, James. **USA**: A Crise do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **O Globo,** Rio de Janeiro, 2, abril. 1964.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. Um Estudo da Reforma Tributária de 1966. 1978. Mestrado (Ciências econômicas) – **Universidade Estadual de Campinas**, Belo Horizonte.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto. **A Reforma Tributária de 1966 e a acumulação de Capital no Brasil**. São Paulo: Brasil Debates. 1981.

OLIVEIRA, Francisco de. Dilemas e Perspectivas da Economia Brasileira no Pré-64. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.); et al**. 1964**: visões críticas do golpe. democracia e reformas no populismo. Campinas: UNICAMP, 1997.

OS ARQUIVOS DE DELFIM. **Revista Isto É Dinheiro**. São Paulo: Três. 19, novembro, 2003.

PENALVER, M et alii. **Política Industrial e Exportação de Manufaturados no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1963, p.115.

PEREIRA, L.C.B. **O Colapso de uma Aliança de Classes**: A burguesia e a crise de autoritarismo tecnoburocrático. São Paulo: Brasiliense. 1979.

PEREZ, José Lorenzo. Democracia Limitada y Poder Militar. **Revista Nueva Sociedad**, Caracas, v. 47, Março-Abril, 1980.

PROJETO BRASIL. Grande Potência. **Revista Visão**. São Paulo: Visão. 07, novembro. 1969.

_____, Publifolha. História do Brasil **Zero Hora**, São Paulo, 1997.

QUADROS, W. J. O **"Milagre Brasileiro" e a Expansão da Nova Classe Média**. Campinas. 1991.

RELATÓRIOS ANUAIS, BACEN.

RODRIGUES, Marly. **Sem muita Ideologia**. São Paulo.

ROSSI, Clovis. **Militarismo na América Latina**. Brasiliense, São Paulo, 1982.

SAMUELSON, Paul **A. Introdução à Economia**. Rio de Janeiro: AGIR, 1976.

SCHWARZ, G. Estimating the dimension of a model. **Annals of Statistics**, v. 6, 1978.

SENADO FEDERAL. Sessão Vespertina do dia 17 de maio de 1983.

SILVA, Costa.; Francisco de Assis Correia de MELLO, **Ato Institucional nº 1**, 1964.

SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1982, 2 v.

SILVA, Liana Maria Lafayette Aureliano da. No Limitar da Industrialização: Estado e acumulação de capital 1919/1937. 1976. Doutorado (Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SIMONSEN, M.H. & CAMPOS, R.O. **A Nova Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1974.

SIMONSEN, M.H. **Inflation and anti-inflationary policies in Brazil**. Brazilian Economic Studies, Rio de Janeiro, (8):1-36, 1984.

SINGER, Paul Israel **O "Milagre Brasileiro"**: Causas e conseqüências. São Paulo: Cebrap. 1972.

SKIDMORE, T. E. **Brasil**: de Castello a Tancredo 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

TAVARES, M. C. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**: Ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar. 1979.

TOLEDO, Caio Navarro de (org.); et al. **1964**: visões críticas do golpe. democracia e reformas no populismo. Campinas: UNICAMP, 1997.

TOLIPAN, R. & SINELLI, A. C. **A Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar. 1975.

TREBATT, T. **Brazil's state-owned enterprises**. Cambridge, Cambridge University Press, 1983.

TREVISAN, Leonardo. **O Que Todo Cidadão Precisa Saber Sobre Instituição Militar e Estado Brasileiro**. São Paulo: Global. 1985.

TRIAS, Vivian. Las Fuerzas Armadas en lãs Sociedades Iberoamericanas. **Revista Nueva Sociedad,** Caracas, v. 49, Julho-Agosto, 1980.

TYLER, William G. A Combinação de Fatores de Produção nas Exportações Industriais do Brasil **Revista Brasileira de Economia** vol.24 nº.1, pág.109/128, jan/mar.1970. Rio de Janeiro.

VALENTE, Rubens. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15, janeiro. 2007. p. 2.

VALENTE, Rubens. Governo dos EUA sabia de tortura no Brasil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14, janeiro. 2007.

VALLE, Hilton do. **Revolução de 64**: Atos institucionais (1964/1968). Jornal Letras em Marcha, Rio de Janeiro, março/abril. 1996. Publicação comemorativa do 188º aniversário do corpo de fuzileiros navais.

VARSANO, R. **O Sistema Tributário de 1967**: adequado ao Brasil de 80° In: Pesquisa e Planejamento Econômico. 3.ed. Rio de Janeiro: IPEA, 1973.

VECHIO , A.D. **A Era Delfim**: Planejamento estratégico e regime militar - 1967-1973. São Paulo: Universidade de São Paulo. 1991.

VELLOSO, J.P.dos R. Brasil: a solução Positiva. São Paulo. Abril, 1977.

VELLOSO, João Paulo dos Reis [et al]. **Combate à Inflação e Reforma Fiscal**: fórum nacional como evitar uma nova "década perdida". Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

VIANNA M. L. T. W. **A Administração do "Milagre":** O conselho monetário nacional - 1964 -1974. Petrópolis: Vozes. 1987.

ANEXO

Entrevista realizada no dia 9 de dezembro de 2002, no escritório do professor Doutor Delfim Netto, no bairro do Pacaembu, na cidade de São Paulo – SP

1 – Qual a importância da reforma tributária de 1967, para a realização do milagre ?

A reforma tributária foi fundamental, ela antecedeu na verdade, foi preparação, ela preparou. Não existiu milagre nenhum. Isso é uma história. Na verdade, milagre é um efeito sem causa, e aqui não. Aqui o Brasil cresceu por causas muito palpáveis. O Brasil cresceu porque se mobilizou para crescer. Porque houve na verdade uma política que orientava para o crescimento. Essa política foi prescindida por uma grande, por um grande saneamento, que foi a obra do Doutor Bulhões e do Campos, e o final dessa obra foi uma grande reforma tributária. Uma reforma tributária que modernizou o Brasil. A reforma tributária de 1966, que foi posta em prática no dia 15 de março de 1967. Essa reforma tributária foi sim muito importante para que a gente pudesse fazer o Brasil crescer. Ela na verdade foi uma grande modernização do sistema tributário, de forma que a reforma tributária precedeu ao crescimento.

2 – O senhor pode nos fazer um histórico da sua vida estudantil, profissional e política, antes de ocupar o cargo de ministro?

Em primeiro (lugar), ninguém escolhe a profissão, a profissão é que te escolhe. Eu queria ser, na verdade, engenheiro, mas eu não tinha condições, a Poli, na verdade, era 8 (oito) horas por dia, era difícil. Eu não tinha condições financeiras mesmo. Eu morava no Cambuci, o que aconteceu ? Eu terminei o curso de contador e aí, em 1946, saiu uma lei permitindo que os contadores fizessem vestibular e ao mesmo tempo abriu-se a Faculdade de Ciência Econômicas. Então eu fui lá fazer o curso de Ciências Econômicas e eu sou uma das primeiras turmas, eu sou a segunda turma da faculdade. Nós já fizemos 51 anos de formado. E aí a vida começou e eu fui embora. Eu sempre fui um aluno mediano, não tem nada de destaque, muito importante. O que foi na verdade, foi que terminei o curso e fui convidado para continuar como assistente, pelo professor de estatística Luiz Freitas Bueno, e fiquei lá na escola a vida inteira, praticamente, e nunca mais deixei a escola. Só deixei a escola quando fui ser Secretário da Fazenda em 1966. Eu entrei em 1947 lá e fiquei quase vinte anos, lá fui ser assistente, lá sim fiz concurso, fiz doutoramento, ainda fiz livre docência e depois fiz cátedra.

Para chegar a ministro é uma outra história muito simples. O Presidente Costa e Silva queria alguém que tivesse algum conhecimento da situação da agricultura brasileira. E eu fui indicado para fazer uma palestra, eu fui ao Rio (de Janeiro) fiz uma palestra, numa espécie de seminário que tinha lá e terminou, me despedi dele, uma pessoa muito agradável, e vim embora. Eu era Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo.

3 – Você já tinha muitos trabalhos publicados na área da agricultura, inclusive a tese ?

Aquele tempo a agricultura era a coisa mais importante do Brasil. O café era a atividade mais importante, o café era câmbio e representava 60% a 70% das exportações. E eu vim embora e ele ia tomar posse. Nas vésperas da posse eu recebi uma carta. Ele me convidou por escrito para ser ministro. Nós nunca tínhamos conversado, só aquele dia, que eu fui lá, foi grande a surpresa.

4 – O que foi o "milagre" ?

É o que eu diria, essa idéia de milagre, na verdade, é uma expressão. Cada vez que um país crescia muito rapidamente dizia-se. Tinha o milagre alemão, o milagre "não sei o que". E a idéia de "milagre" inclusive, era uma coisa um pouco marota feita pela oposição, dizia que era um "milagre". Então na verdade nunca houve nenhum milagre. Milagre seria um efeito que não tem causa, não acontecia, o Brasil, na verdade cresceu, cresceu muito, cresceu porque a orientação estava correta. O Brasil sempre teve crises vindas do comércio externo. Uma primeira providência quando nós fomos para lá, foi exatamente começar estimular as exportações e reduzir a importância do café. Porque o café tornava a situação da administração da política econômica, muito difícil e contraditória. O Brasil, isso até está na minha tese de livre docência, porque o Brasil torna-se o primeiro país, onde você estudou a tal doença holandesa. Você tem, havia uma geada, uma demanda de café inelástica, reduzia a oferta, os preços do café subiam enormemente, o que acontecia, valorizava o câmbio. Valorizava o câmbio e todas as atividades que estavam exportando eram fortemente prejudicadas e aí então, o país "muchava" outra vez ... E isso foi superado eliminando o café, tanto que, acho quando cheguei a Ministro da Fazenda, o café representava 65% e o objetivo era deixar com 10% das exportações. E foi isso que aconteceu realmente, nós fomos expandindo as outras exportações e o café foi perdendo a importância. Hoje o café é uma mercadoria comum como qualquer outra mercadoria da economia brasileira.

5 – O "bolo" cresceu ?

Essa é uma outra coisa muito interessante, porque essa é uma ... essa sim é uma disposição. A crítica era a seguinte: que eu teria dito que antes era preciso o bolo crescer para depois distribuir. Isso aí eu sempre brinco, porque é capaz que quem inventou isso tenha sido o Fernando Henrique, quando ele pensava que era socialista. Porque essa é uma proposição que só poderia ser verdadeira num regime socialista, onde você separa o investimento do consumo, então isso é uma tolice. Numa economia de mercado era impossível, o que eu disse e continuo dizendo é que você não pode distribuir a não ser o que você produziu, ou então, você distribue se endividando. É esse o problema. O bolo cresceu enormemente e a distribuição também, é claro que tudo isso depende da proporcionalidade. Quando houve uma aceleração do crescimento, houve também um aumento da desigualdade. Isso por uma razão muito simples : é que o índice Gini não mede bem estar, ele mede a distância entre as pessoas. Então o índice Gini pode até estar subindo e as pessoas não podem deduzir que está sendo reduzida, digamos o bem estar da sociedade. Você pode imaginar duas coisas. Por exemplo: pega uma ilha, onde só tem coqueiros e onde só tem dois sujeitos : um come 100 cocos por ano e o outro 300 cocos por ano. Provavelmente o que come 300 cocos por ano tem bem estar um pouco maior que o que come 100 cocos por ano. Sabe lá. imaginemos o seguinte: que esse que colhe 100 passa a colher 150 cocos e o que colhe 300 passa a colher 600 cocos. O que aconteceu : os dois melhoraram, mas a distância entre eles cresceu. aqui, então o índice de Gini vai crescer. Ora

ele cresce exatamente na direção oposta do crescimento do bem estar. Então, o índice Gini não mede bem estar, ele mede distância entre as pessoas. E porque cresceu ? Cresceu a distância porque você tinha uma economia crescendo muito depressa, logo a demanda de mão de obra qualificada crescia muito depressa. Quando você distribui a demanda de mão de obra por decis, a demanda de mão de obra do último decil, que era de engenheiros, economistas, advogados, esta aqui crescia muito depressa, mas não tinha um estoque de mão de obra preparada para atender, então os salários deste decil aqui cresciam mais depressa. Mas por outro lado, onde já tinha um estoque, um exército de reserva como diria aí o velho Marx, entrando no primeiro decil, o que acontece, este último salário crescia menos depressa que o primeiro, logo a distância entre as pessoas estava crescendo. Era isso que fazia crescer a desigualdade. Isso é uma conseqüência do fato. Para não acontecer isso você teria que ter feito um investimento muito mais forte em educação, mesmo assim quando você tem um estoque desempregado, um estoque de mão de obra de reserva, como nós tínhamos, isso iria acontecer e aconteceu. Mas o que é importante, é que durante todo esse período o emprego cresceu 3% (três porcento) ao ano e o salário real cresceu 3%(três porcento) ao ano. Esse é que é o ponto da diferença que aconteceu neste momento e o que aconteceu depois.

6 – Quais as características fundamentais das determinações ou resoluções econômicas do período?

Um período extremamente longo. Na verdade você tinha um objetivo muito interessante, nesse período a inflação foi decrescente e terminou em 12% (doze porcento) em 1973. O país estava voltado para o crescimento, toda a política tinha como objetivo o crescimento, então toda a política era para eliminar as restrições ao crescimento, exatamente o oposto do que aconteceu nestes últimos 8 anos (referiu-se ao governo Fernando Henrique - 1995-2002). A preocupação era o crescimento, porque você estava caminhando para um equilíbrio externo. Quando terminou esse período, você tinha uma dívida que era equivalente a um ano de exportação, ao contrário do que as pessoas falam : tolices, equivocadas, mas você tinha uma dívida que era um ano de exportação. A exportação tinha crescido muito porque se estabeleceu um sistema de taxa de câmbio que era um crawling peg[98] que mantinha mais ou menos o câmbio real durante esses oito anos, que transformou a exportação para o setor mais rentável da economia brasileira e o mais seguro. Com isso você pôde expandir a economia sem criar problema nenhum. Quando as pessoas se referem ao endividamento é uma tolice porque não olham os números. Na verdade quando nós fomos embora, foi em 1974 que nós saímos do governo do presidente Médici e entrou o presidente Geisel, a dívida toda era de 12 milhões de dólares. Você tinha 6 milhões de dólares de reserva e exportava 6 milhões de dólares, de forma que a sua dívida com relação à exportação era 1, que é um coeficiente absolutamente tranqüilo. O que aconteceu é que depois você teve duas crises externas, três crises externas, ou seja duas crises do petróleo e uma crise da política monetária americana que produziram grandes desequilíbrios. Mas o que se pode dizer do período é isso, tem o problema político que é um grande inconveniente da política autoritária, isso não tem como negar.

7 – Quais os resultados do “milagre”: euforia ou decepção ? Foi essa a sua expectativa?

Não, de jeito nenhum, não teve nenhum, nem euforia nem decepção. Na verdade o país estava extremamente satisfeito, como eu disse você tem o aspecto econômico e o político. O aspecto político tornava tudo muito cinza, então era esse o problema. Mas de qualquer jeito, quando saiu o presidente Médici do governo, saiu apoiadíssimo foi ao Maracanã e foi

[98] crawling peg- sistema de mini desvalorizações periódicas da taxa de cambio, com base na inflação interna-externa.

ovacionado e ninguém foi lá preparar isso, de forma que o Brasil tinha adquirido uma certa consciência, uma certa grandeza do crescimento, infelizmente você tinha o lado como eu disse escuro, que era a política que você tinha um controle das pessoas, você tinha, teve lá violências, você teve torturas, coisas que não se justificam em hipótese nenhuma. Agora, que foi uma guerra !

Na verdade é evidente que houve uma guerra e o governo ganhou. Se o governo não tivesse ganho a guerra, o Brasil teria virado uma grande cuba. É isso, então, hoje todos aí estão bancando heróis, basta ver o que eles queriam fazer do Brasil. Então, esse problema é um problema muito complicado, mas que vai acabar sendo esclarecido. Lentamente vão acontecendo trabalhos, a história esfria digamos o assunto e aí há uma razão objetiva mais importante, que vai assumir o seu papel. Uma das coisas importantes é que nunca houve censura na área econômica. As pessoas podiam dizer o que quisessem e sempre fizerem as críticas mais, algumas até corretas, outras descabidas e bem agressivas. Mas era normal. Isso é totalmente normal.

8 – Quais foram os grandes favorecidos pelo "milagre"?

Na verdade o "milagre", eu tenho uma certa resistência a esse termo. O desenvolvimento que beneficiou a todos, uns mais outros menos. Quem tinha chegado, digamos nessa ocasião, com um curso feito, que teve a sorte de fazer uma universidade ou estava terminando, esse sujeito estava com a vida dele muito bem arrumada, porque a quantidade de emprego era uma loucura. O sujeito, antes de se formar, as empresas iam buscar nas universidades os melhores talentos, de forma que até o Lula reconhece isso. Tinha emprego para todo mundo. O sujeito saia na rua, atravessava a rua e encontrava um novo emprego. Agora quem tinha já a educação se beneficiou mais, porque quem não tinha ia assim por diante. Mas há na verdade houve uma melhoria geral. Hoje não tem emprego no setor privado, por isso a quantidade de pessoas que se inscreve nos concursos públicos é muito grande. Naquela época a economia crescia 3% ao ano.

9 – A política tributária foi uma grande alavanca para o 'milagre' ou apenas representou uma pequena contribuição ?

Eu acho que foi uma grande alavanca, ela ajudou a mobilizar recursos, ela tornou mais eficiente o uso de recursos. Foi uma reforma tributária bastante razoável feita por um pessoal muito competente. Eram juristas tributaristas como Rubens Gomes de Souza, uma espécie de organizador da reforma, extremamente competente e vários dos tributaristas que participaram, todos eram da maior competência. Essa foi uma reforma que tinha os seus defeitos também, quer dizer, nós fizemos o icm-s, o icm naquela época, como se o Brasil fosse um país unitário e, logo, você teve que corrigir isso com a criação do Confaz, mas foi uma coisa que estimulou muito o desenvolvimento econômico. A Receita Federal se cria em 1970, para dar muito maior mobilidade, mais modernidade. A Receita Federal foi durante muito tempo, foi provavelmente um dos departamentos onde os avanços tecnológicos foram os mais notáveis. A Receita Federal hoje é praticamente um órgão independente. Ainda que o regime fosse autoritário, eu acho que existia menos violência contra o contribuinte do que existe hoje.

10 – Qual a importância das exportações e do capital estrangeiro para a realização do "milagre" ?

Nós usávamos a poupança externa 1 e meio porcento, dois porcento do PIB, mas para investimento, essa que é a diferença. O déficit em contas correntes estava na verdade ajudando

a aumentar a taxa de investimento exatamente o oposto do que aconteceu nos últimos 8 (oito) anos, em que o fantástico déficit em contas correntes foi consumido. Quer dizer que se usou para consumo e, portanto, não cresceu nada.

11 – O senhor tinha todo poder de decisão, conforme divulgava a imprensa?

Não eu acho o seguinte. O regime tinha uma organização hierárquica muito séria. Havia uma hierarquia. Então o ministro da fazenda tinha uma importância grande e determinava a política, mas aí não determinava independentemente, determinava a política junto com o núcleo forte do governo, que era a casa civil e que eram as casas das forças militares e o serviço nacional de informações. Constituíam o núcleo forte do governo, onde você expunha suas idéias, você expunha os seus programas e depois prestava conta.

12 – Sem o apoio do governo militar seria possível por em prática as medidas econômicas que nos levaram ao "milagre"?

Eu acho que sim. Eu estou convencido que sim, desde que você tivesse uma certa ordem interna. Se você não tiver governo aí não funciona. Se você parte da hipótese de que o congresso ao invés de ajudar atrapalha, aí não funciona. Agora estamos vendo hoje, que o congresso é perfeitamente utilizável, manejável, que se você tiver uma política adequada, ele funciona, ele responde, é certamente mais trabalhoso. Mas eu não acredito que você precisasse de um regime autoritário. Vejo até como um acidente, na verdade as pessoas ficam imaginando uma porção de coisas a respeito. A história começa a se escrever. O Jango do governo fugiu, foi um irresponsável, que abandonou o poder. Na verdade, é isso aí, esse que é o ponto chave e a revolução foi um movimento de rua, de massa, ninguém inventou aquela gente na rua, contra o governo, por bons motivos. E daí pra frente as coisas foram se desarrumando.
Das coisas importantes, é que nunca nenhum militar quis continuar, precisou aparecer um civil para querer continuar.

13 – O senhor poderia nos contar como foi aquele período e qual o seu sentimento ao final do mandato de governo?

Acho o seguinte, num primeiro momento eu governei até 1974, o sentimento era de que você tinha conseguido mobilizar o Brasil em torno do crescimento. No segundo período, como ministro de planejamento, foi totalmente diferente, que o país tinha se endividado dramaticamente no governo Geisel. Se endividado corretamente, se não tivesse se endividado o Brasil teria virado Bangladesh. De forma que eu não estou criticando não, eu estou achando que era isso mesmo. Porque todo mundo achava que a crise era passageira, de forma que no primeiro mandato acho que terminou e terminou com uma aprovação enorme, como eu disse. Uma enorme aprovação popular. Se o presidente Médice tivesse um pouco da falta de vergonha que tem o civil, ele teria continuado.

Esse governo abandonou o crescimento essa que é a verdade. (Fernando Henrique). O Brasil está patinando. Quando terminou 1984, que entrou o Sarney, o Brasil já tinha voltado a crescer 5% ao ano, já tinha superado as suas dificuldades, está patinando aí por conta da política econômica que foi posta em prática e ainda o Sarney tinha uma certa concepção de crescimento. O nosso Color era um trapalhão, certo, produziu até algumas deliberações de

alguns interesses e depois se acabou. Basta ver o seguinte, nos dois anos de governo Itamar o Brasil cresceu 5% (cinco porcento). Agora o governo de Fernando Henrique não cresceu, porque nunca foi uma preocupação do governo o crescimento e está terminando de uma maneira negra. Vai terminar o último ano do governo Fernando Henrique com uma inflação maior do que a do primeiro. Tá bom !